



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História

---

**U**NIRIO  
*história*

---

**MAYBEL SULAMITA DE OLIVEIRA**

**O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO EM  
MEIO A MILITÂNCIA E A  
INTELECTUALIDADE: EVENTOS  
PROGRAMÁTICOS REALIZADOS ENTRE 1945  
E 1950**

**2018**

MAYBEL SULAMITA DE OLIVEIRA

**O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO EM MEIO A MILITÂNCIA E A  
INTELECTUALIDADE: EVENTOS PROGRAMÁTICOS REALIZADOS ENTRE  
1945 E 1950**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGH/UNIRIO, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em História Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andrea Marzano

**Rio de Janeiro**

**2018**

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

048 Oliveira, Maybel Sulamita de  
O Teatro Experimental do Negro em meio a  
militância e a intelectualidade: eventos  
programáticos realizados entre 1945 e 1950 / Maybel  
Sulamita de Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2018.  
217

Orientadora: Andrea Marzano.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em História, 2018.

1. Intelectuais. 2. Congressos. 3. Negritude. 4.  
Negro. 5. Teatro. I. Marzano, Andrea, orient. II.  
Título.

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**O Teatro Experimental do Negro em meio a militância e a intelectualidade: eventos programáticos realizados entre 1945 e 1950**

**Maybel Sulamita de Oliveira**

Aprovado por:

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Andrea Marzano (Orientadora) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Angela de Castro Gomes (Membro interno) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Amilcar Pereira (Membro externo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

## **DEDICATÓRIA**

**Aos meus pais Iraci e Valmir e à minha irmã Bianca. Nós conseguimos.**

## AGRADECIMENTOS

A intelectual negra e feminista bell hooks, no texto *Vivendo de Amor* (2006), escreve que “quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro”. Ao fim desse mestrado, não encontro melhor definição sobre como eu me sinto, a não ser através das palavras de bell hooks. Pois ao longo dessa trajetória muitas pessoas me mostraram seu amor e eu pude sonhar com o futuro. Na tentativa de agradecer minimamente o amor que recebi, escrevo esses breves agradecimentos, que nem de longe poderiam retribuir todo carinho, respeito e ajuda que recebi.

Em primeiro lugar agradeço à minha mãe Iraci e ao meu pai Valmir, sinônimos de força, coragem e luta pra mim. Obrigado por tudo que vocês fizeram e fazem, eu sei que eu jamais teria chegado aqui sem vocês. Já disse uma vez isso, e volto a repetir, grande parte da minha vida se resume em tentar dar orgulho para vocês.

Agradeço à minha irmã Bianca e ao meu cunhado Eduardo por serem meus maiores fãs, por torcerem por mim, e por comemorarem cada vitória, essa vitória é de vocês também.

Um agradecimento especial à minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andrea Marzano, que aceitou o desafio dessa dissertação e me acompanhou durante esses dois anos. Também gostaria de agradecer a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angela de Castro Gomes, obrigada por suas contribuições nesta dissertação, foi uma honra ser aluna de uma das maiores historiadoras do país. À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Grinberg, por ter me recebido em suas aulas durante o estágio docência, e ter me concedido a oportunidade de apresentar minha pesquisa aos alunos de graduação. Também agradeço ao Prof. Dr. Amilcar Pereira por suas contribuições, e novos olhares sobre essa dissertação.

Agradeço ao PPGH-UNIRIO pela aprovação deste projeto, e também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida.

Agradeço aos vários professores que ao longo do mestrado me inspiraram, aos historiadores que me apoiaram para realizar essa pesquisa, e todos os funcionários que contribuem para a continuidade da universidade pública.

Agradeço as minhas melhores amigas. Larissa, eu não sei como teria sido se você não estivesse ao meu lado, mesmo que quilômetros nos separem, todos os dias, sei que estamos juntas, ombro a ombro, caminhando por um mundo melhor para nossas “crias”. Aline, mais uma etapa que você está ao meu lado, já foram tantas né? Espero que seja sempre assim, até ficarmos velhas e desbocadas.

Aos amigos que o Rio de Janeiro me deu, Nato, Leandro, Romullo, Natália, Rosália e Aleksandra. Vocês me acolheram, e fizeram com que eu sentisse que o Rio de Janeiro é o meu lar, muito obrigada.

Agradeço a Thiago, faltariam linhas pra descrever todo seu apoio, amor, suporte e respeito pelo que eu faço e acredito. Enquanto escrevo, olhei para a minha agenda e vi o bilhete que você colou, quando eu achei que não terminaria essa dissertação, ele diz “não desista! A vitória é certa! Você é fantástica!”. Eu li ele uma centena de vezes, e até hoje me dá força. Muito obrigada!

Agradeço também aos meus ancestrais, que vieram antes de mim, e que através de muita luta e dor derrubaram portas racistas, que se encontravam fechadas para nós. Para aqueles que ainda persistem em duvidar de nossa resistência, deixo esse trecho de um dos poemas de Maya Angelou: “você pode me fuzilar com palavras, e me retalhar com seu olhar, pode me matar com seu ódio, ainda assim, como ar, vou me levantar”. Nós iremos nos levantar.

Por fim, e não menos importante. Agradeço a Deus. Continuo na certeza de que todas as teorias, metodologias, explicações históricas e filosóficas, nunca substituíram minha fé, e minha confiança no seu amor que está sempre repousado sobre mim.

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar três eventos programáticos realizados pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), a Convenção Nacional do Negro (1945/1946), a Conferência Nacional do Negro (1949) e o 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950). A partir dos três eventos, nos propomos a discutir como foram organizados, quem foram seus participantes e quais foram as disputas travadas dentro do campo teórico, a respeito dos estudos das relações raciais brasileiras neste período. Nesse sentido, acreditamos que ao analisar os três eventos programáticos realizados pelo TEN, poderemos compreender primeiramente em que linhas de pensamento o grupo se afirmou em meio aos debates teóricos do período, assim como observar como os conceitos de raça, negritude, a relação entre os negros brasileiros e a África eram utilizados por uma rede de sociabilidade heterogênea de intelectuais. Cremos que estudos e discussões, que contribuam para a compreensão dos debates intelectuais, acerca das relações raciais no Brasil, possibilitam consequentemente a abertura de novas perspectivas, acerca das trajetórias intelectuais presentes dentro do movimento negro, bem como, a reflexão sobre as disputas e debates protagonizados por esses indivíduos.

Palavras-chaves: Intelectuais; negros; negritude.

## ABSTRACT

The present work aims to analyze three programmatic events conducted by the Black Experimental Theater (TEN), the Convenção Nacional do Negro (1945/1946), Conferência Nacional do Negro (1949) and the 1st Congresso do Negro Brasileiro (1950). From the three events, we propose to discuss how were organized, who were their participants and what were the disputes within the theoretical field, regarding the studies of Brazilian race relations in this period. In this sense, we believe that in analyzing the three programmatic events carried out by the TEN, we can first understand in which lines of thought the group asserted itself amid the theoretical debates of the period, as well as observing how the concepts of race, negritude, brazilian blacks people and Africa were used by a network of heterogeneous sociability of intellectuals. We believe that studies and discussions, which contribute to the understanding of intellectual debates, about race relations in Brazil, make possible the opening of new perspectives, about the intellectual trajectories present within the black movement, as well as the reflection on the disputes and debates carried out by these individuals.

Palavras-chaves: Intellectual; black people; blackness.



## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1</b> - 1º Congresso Afro-Brasileiro de 1934 .....	108
<b>TABELA 2</b> - 2º Congresso Afro-Brasileiro de 1937 .....	110

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

CCLA - Centro de Ciências Letras e Artes

DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social

FNB - Frente Negra Brasileira

IAPC - Instituto de Previdência dos Comerciários

IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros

NAACP - National Association for the Advancement of Colored People

NUL - National Urban League

ONU - Organização das Nações Unidas

OPSF - Organização Político-Social Feminina

PDT - Partido Democrático Trabalhista

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SPHAN - Fundação Nacional Pró-Memória

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

TEN - Teatro Experimental do Negro

UCHC - União Catarinense dos Homens de Cor

UCHC - União Cultural dos Homens de Cor

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional do Estudante

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIA - Universal Negro Improvement Association

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	20
1.1 Trajetórias Individuais dentro do Teatro Experimental do Negro.....	21
1.2 A criação do Teatro Experimental do Negro.....	27
1.3 Diferentes vertentes do Teatro Experimental do Negro.....	40
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	57
2.1 O conceito polissêmico de intelectual.....	58
2.2 Congressos Afro-brasileiros da década de 30.....	67
2.3 A redemocratização e o Comitê Democrático Afro-brasileiro.....	82
2.4 A Convenção Nacional do Negro.....	88
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	114
3.1 A Conferência Nacional do Negro: um novo passo para o TEN.....	114
3.2 Trabalhos apresentados na Conferência Nacional do Negro: experiências pessoais e divergências em foco.....	122
3.3 Aprovação do Temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro.....	140
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	114
3.1 A Conferência Nacional do Negro: um novo passo para o TEN.....	114
3.2 Trabalhos apresentados na Conferência Nacional do Negro: experiências pessoais e divergências em foco.....	122
3.3 Aprovação do Temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro.....	140
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	149
4.1 Organização do 1º Congresso do Negro Brasileiro.....	150
4.2 Teses apresentadas ao 1º Congresso do Negro Brasileiro.....	154
4.3 Teses não aprovadas no 1º Congresso do Negro Brasileiro.....	175
4.4 Teses que seriam publicadas na obra Negritude Polêmica.....	178
4.5 A negritude de Ironides Rodrigues, os “homens de ciência” e o Teatro Experimental do Negro.....	183
4.6 O conceito de revolta e o prefácio à 2ª edição do livro O Negro Revoltado: críticas ao espírito conciliador.....	198
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	206
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	209

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo os eventos programáticos realizados pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) entre 1945 e 1950. Nossa intenção é analisar como foram organizados os eventos, quem foram seus participantes e quais foram as disputas travadas dentro do campo teórico, a respeito dos estudos das relações raciais nas décadas de 40 e 50 no Brasil. A problemática da pesquisa se mostra fértil, na medida em que, demonstra a diversidade de interpretações que distintos intelectuais operacionalizaram em três eventos de grande relevância dentro do grupo teatral, formando o que entenderemos aqui como uma rede de sociabilidade de intelectuais que integravam o grupo militante negro.

Nesse sentido, acreditamos que ao analisar três eventos programáticos realizados pelo TEN, poderemos compreender primeiramente em que linhas de pensamento o grupo se afirmou em meio aos debates teóricos que se realizavam, observando também como os conceitos de raça e negritude e a relação entre os negros brasileiros e a África, eram utilizados e teorizados por uma rede de sociabilidade heterogênea de intelectuais, que não se restringiam aos integrantes do grupo de Abdias Nascimento.

A escolha do Teatro Experimental do Negro como objeto, foi motivada desenvolvida por sua grande expressividade no que se refere à história do movimento negro brasileiro do século XX. Utilizamos aqui a classificação do historiador Amauri Mendes Pereira (2008); pois entendemos a história do movimento negro brasileiro, dividida em três grandes impulsos distintos entre si. O primeiro seria inaugurado pela Frente Negra Brasileira<sup>1</sup> em 1931 na cidade de São Paulo; já em 1944 o TEN despontaria como um segundo impulso no Rio de Janeiro; e o Movimento Negro Unificado<sup>2</sup>, de 1978, se caracterizaria como o último impulso que de certa forma “unificaria” a luta antirracista dos outros grupos citados.

Antes de nos aprofundarmos nos eventos realizados e nas discussões que neles serão travadas, julgamos necessária uma breve apresentação do objeto desta pesquisa e suas principais características de engajamento. O Teatro Experimental do Negro foi criado em

---

<sup>1</sup> A Frente Negra Brasileira (FNB) tem suas origens em São Paulo em 1931. O país vivia nesse momento uma ebulição política após a revolução de 30 e despertava a participação política no meio negro. Com o ideal de promover os homens e as mulheres de cor, a FNB tornou-se uma representação coletiva negra. (PEREIRA, 2008, p.33). Posteriormente, foram fundados vários núcleos da Frente Negra no território nacional, nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão e Espírito Santo. (SILVA, 2010, p.23).

<sup>2</sup> O Movimento Negro Unificado (MNU) foi criado em 7 de Julho de 1978, devido a um ato público organizado em São Paulo contra a discriminação sofrida por quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê.

1944 na cidade do Rio de Janeiro, por um grupo de artistas e intelectuais liderados por Abdias Nascimento. O grupo, que nasceria como uma companhia teatral, ao longo de sua trajetória iria para muito além dos palcos. Sua história, assim, está vinculada não apenas aos estudos sobre o teatro brasileiro, mas também às investigações sobre as organizações negras, sendo o TEN uma das que obteve maior destaque no período.

Desde sua criação em 1944 até meados de 1964, quando o grupo teria seu fim devido à repressão da ditadura instaurada no Brasil, o Teatro Experimental do Negro atuará em diferentes frentes visando atingir os objetivos iniciais de sua criação. Os objetivos iniciais eram: fortalecer e abrir espaço para atores negros no teatro brasileiro, ao mesmo tempo em que buscava que seus espetáculos denunciassem os problemas sociais vivenciados pelos negros, e as dificuldades de integração na sociedade.

Dessa forma, esses objetivos iniciais serão distribuídos em diversas ações de cunho militante, como por exemplo, a montagem de espetáculos teatrais, escolas de alfabetização, criação de associação para empregadas domésticas, organização de um jornal próprio, concursos de beleza e eventos de debate intelectual.

A multiplicidade de ações do Teatro Experimental do Negro nos permite observar a pluralidade de intenções e discussões que o grupo tentou abordar em sua trajetória, tendo sempre como linha central a luta antirracista, e também a ascensão social e cultural do negro. A multiplicidade em questão também pode ser percebida pelos distintos posicionamentos de seus participantes ao longo dos 20 anos de atuação do grupo, e as influências estrangeiras que sempre estiveram muito presentes em seus ideais.

De fato, os propósitos de integração do negro na sociedade nacional e no resgate da sua autoestima foram marcas registradas do Teatro Experimental do Negro. Através do teatro, do psicodrama e de concursos de beleza, o TEN procurou não apenas denunciar o preconceito e o estigma de que os negros eram vítimas, mas acima de tudo oferecer uma via racional e politicamente construída de integração e mobilidade social dos pretos, pardos e mulatos. (GUIMARÃES, 2002, p.93)

O que chamaremos aqui de eventos programáticos, podem também ser descritos como eventos intelectuais, pois tais espaços se caracterizam por reunir diversas personalidades do período para discutir e indicar novos caminhos sobre os desafios do negro no Brasil. Em grande medida, podemos perceber que o caráter intelectual afirmado aqui, se refere principalmente à presença de participantes que individualmente já estavam inseridos, e contavam com prestígio, na produção de conhecimento acerca de temáticas referentes à cultura negra.

Dessa forma, a presença e o encontro desses indivíduos, que anteriormente já produziam pesquisas acadêmicas acerca do tema, apontam para formação de uma rede de sociabilidade. Que se apresentava por trocas e disputas entre esses intelectuais já conhecidos no campo de estudos, juntamente ao lado de integrantes do movimento negro. Destarte, nosso foco privilegiará os debates ocorridos nos eventos acima já citados realizados pelo TEN, seus participantes, e as linhas de pensamento desenvolvidas por eles. Logo, não podemos deixar de apontar que o termo intelectual será recorrente no presente trabalho, assim optaremos por discutir seu caráter polissêmico repleto de especificidades, que ora pode indicar tanto uma característica afirmada pelos próprios sujeitos para demonstrar erudição, quanto para tecer acusações de forma crítica e pejorativa, direcionadas a estes mesmos sujeitos.

Ao longo dos capítulos da presente dissertação recorreremos aos escritos de Pierre Bourdieu na obra *A ilusão biográfica* (2006), Jean François Sirinelli no texto *Os intelectuais* (1996), Noberto Bobbio em seu livro *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea* (1997) e Patrícia Santos Hansen e Ângela de Castro Gomes no livro *Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política* (2016) para contribuir na compreensão do conceito de intelectual e sua relação com os eventos que serão analisados.

É interessante destacar que os eventos realizados pelo TEN eram organizados como eventos científicos ou acadêmicos. Esse fato reflete-se nas fontes primárias que serão utilizadas neste trabalho. Observaremos que a realização da Convenção Nacional do Negro, da Conferência Nacional do Negro e do 1º Congresso do Negro Brasileiro seguem modelos organizativos de eventos científicos já realizados em períodos anteriores. Nesse sentido, contamos com uma gama de fontes históricas formadas por atas, temários, programações, declarações, listas de presença, formulários, cópias das teses apresentadas durante a programação, assim como também matérias jornalísticas que cobriam as realizações dos eventos. Toda documentação foi obtida através da consulta ao acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO), localizado no bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro.

Para além da organização própria desses eventos, o Teatro Experimental também deixava clara uma nova intenção, que era a busca por “produzir sua própria história negra”, ou seja, se distanciar dos estudos que já eram realizados nesse contexto por intelectuais não ligados diretamente à militância negra. A busca pela afirmação e produção de conhecimento autônomo apresenta, portanto, uma proposição de novas interpretações produzidas por

integrantes do grupo, que não necessariamente teriam formação acadêmica como outros pesquisadores do período.

Como veremos também nos próximos capítulos da presente dissertação, o conceito de raça foi utilizado com frequência nos eventos pelos intelectuais da década de 30 e será utilizado também nos eventos do Teatro Experimental do Negro nas décadas de 40 e 50.

Seu significado, portanto, foi múltiplo e representará diferentes ideais em distintos contextos. Por ora, vale destacarmos que o conceito será operacionalizado de diferentes maneiras ao longo dos estudos sociológicos e históricos no Brasil, ganhando novos significados não só para os intelectuais, como também para o próprio movimento negro ao longo de sua trajetória. A multiplicidade do termo resgata, portanto, não só sua origem semântica, como também o peso histórico de suas significações.

De acordo com Antônio Guimarães (2003), a palavra “raça” tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética (hoje já superado, devido às teorias eugenistas do século XIX), e outro pela sociologia, como sendo um termo construído e polissêmico que atualmente reúne um grupo historicamente e sua luta social por direitos.

Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que (...) denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de raça” permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ela enseja é impossível de ser travado sem que lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (GUIMARÃES, 2005, p. 11)

A realidade social do conceito de raça, portanto, atravessa toda história brasileira, seu passado escravocrata, seu processo de miscigenação e as lutas por igualdade social para os negros. Nesse sentido, a partir da década de 40 o interesse no debate das relações raciais, a construção de saberes acerca da “história negra” ou uma “história afro-brasileira” ganhou cada vez mais espaço nos interesses do Teatro Experimental do Negro. Para Abdias Nascimento, ao organizar os eventos o TEN representaria “que o negro brasileiro não aceitava nem paternalismo nem intermediários para suas reivindicações”. (NASCIMENTO, 1968, p.15)

Ao escolhermos como objetos de pesquisa a Convenção Nacional do Negro de 1945/1946, a Conferência Nacional do Negro de 1949 e o 1º Congresso do Negro Brasileiro de 1950, é indispensável destacar que a análise e discussão desses eventos será aqui entendida

em certa medida de forma conjunta, pois acreditamos que a realização dos três eventos se cruzam por suas discussões, seus objetivos e também pela ampla presença de intelectuais reconhecidos no meio acadêmico.

Após esses apontamentos sobre o objeto de estudo aqui citado, seu recorte temporal, e os ideais que seriam debatidos nos eventos do Teatro Experimental do Negro, cabe informar que esta dissertação ficou estruturada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo se dedica a realizar uma apresentação do contexto histórico em que o Teatro Experimental do negro se inseriu, apresentando uma análise sobre a estreita relação entre as trajetórias de Abdias Nascimento e o Teatro Experimental do Negro, abordando o histórico do grupo e suas diferentes vertentes, que procuravam elaborar ações que ao mesmo tempo “tivessem significação cultural, valor artístico e função social para os negros”. (NASCIMENTO, 2003, p.251)

A escolha de trabalhar com esse cruzamento de trajetórias se deve principalmente à percepção a partir das fontes primárias e da própria bibliografia histórica produzida sobre o TEN, da liderança e a centralidade de Abdias Nascimento em todo período em que o grupo esteve atuante. A trajetória do indivíduo, portanto, não se separa da trajetória do grupo. Nessa perspectiva, entendemos que a história do Teatro Experimental do Negro não se resume apenas à figura de seu líder, embora ele tenha sido um elemento unificador e representante do grupo em todos os momentos, principalmente no que se refere à organização de eventos programáticos.

Porém, é necessário destacar que mesmo afirmando a centralidade da figura de Abdias Nascimento dentro do Teatro Experimental do Negro, o grupo foi criado e alicerçado em uma rede de sociabilidades de indivíduos, que podem ser considerados como intelectuais interessados na situação do negro no Brasil. Desse modo, a intenção aqui não é de elaborar uma biografia de Abdias Nascimento, ou de outros intelectuais envolvidos nesse processo, mas compreender como essa trajetória institucional e também individual nos permite compreender os debates travados entre os intelectuais acerca de diversos temas relativos à presença negra e às relações raciais no Brasil, entre 1945 e 1950.

Em síntese, destacaremos como a criação do TEN interliga não só a trajetória individual de Abdias Nascimento, como um líder que representou o grupo durante toda sua existência, mas também integrou uma gama de intelectuais de distintas formações e frentes de atuação, que fortaleceram ao longo da trajetória do grupo múltiplas interpretações sobre o negro no Brasil. Procuraremos demonstrar como esses cruzamentos foram formados, e como



entendemos esses indivíduos como intelectuais em rede. Discutiremos o conceito de intelectual, buscando analisar sua polissemia de usos e sentidos através das mudanças históricas, relacionando-os aos indivíduos que integram os debates intelectuais dentro do Teatro Experimental do Negro.

No segundo capítulo iniciaremos as análises acerca dos eventos realizados pelo TEN. Respeitando a ordem cronológica dos eventos, abordaremos primeiramente a Convenção Nacional do Negro, realizada entre 1945 e 1946 em duas sessões, uma na cidade de São Paulo e outra no Rio de Janeiro. Para além somente da ordem cronológica, observamos que a sequência dos eventos marca mudanças e desenvolvimentos nos debates e nas ações práticas do TEN. Tais afirmações também se baseiam nas fontes utilizadas, que fazem menções ao legado deixado pelos eventos anteriores e suas ações.

Ao tratar da Convenção Nacional do Negro, discutiremos seu caráter “inovador”, quando comparada aos eventos afro-brasileiros que já eram realizados sobre essa temática. Acreditamos que a convenção se diferencia primeiramente por sua organização ficar a cargo de um grupo heterogêneo ligado ao Teatro Experimental do Negro, e não somente de indivíduos específicos. Como um segundo ponto crucial de diferença, também destacamos as intenções de se transpor um viés acadêmico e ir para o campo político propriamente dito. Para a socióloga Edilza Correia Sotero, a convenção “marcou um movimento de aglutinação de grupos que consideravam viável se organizarem em torno de uma agenda de reivindicações compartilhada.” (SOTERO, 2015, p. 67)

O Teatro Experimental do Negro, ao organizar efetivamente a convenção em 1945, demonstrava seu interesse em promover um debate a respeito da população negra para traçar novos direcionamentos que pudessem ser incluídos na nova constituição de 1946. O momento era estratégico, visto que o país vivia o fim do Estado Novo e a redemocratização.

O contexto internacional, por sua vez, também permitia novas aberturas, pois após a luta contra o nazismo alemão e seu racismo, as percepções e discussões sobre raça ganhavam outros contornos, e permitiam abrir “perspectivas de fraternal solidariedade entre todos os homens, independente de cor e credo religioso”. (SOTERO, 2015, p. 133) Dentro desse panorama, buscaremos elaborar e discutir quais foram às iniciativas de realização da convenção, quem foram seus participantes e responsáveis, as discussões propostas, a presença de polêmicas a respeito dos encaminhamentos práticos e as divergências teóricas a respeito dos conceitos de raça e negritude e a relação dos brasileiros com a África.

Já no terceiro capítulo, nos centraremos no segundo evento realizado pelo Teatro Experimental do Negro, a Conferência Nacional do Negro de 1949. O evento se realizou de 09 a 13 de maio, data escolhida por celebrar o aniversário da abolição da escravatura. (CEVA, 2006, p.54) A Conferência Nacional do Negro, portanto, pode ser compreendida, em certa medida, como um destaque da continuidade da trajetória do TEN e também como uma representação de um “segundo passo intelectual” do grupo em direção a um campo teórico. Isto é, o grupo liderado por Abdias Nascimento buscava a cada ação se reafirmar não só entre as entidades negras desse período, mas também entre os intelectuais dedicados as relações raciais brasileiras, propondo ações políticas práticas.

Nessa continuidade, a partir das participações, contribuições e objetivos da Conferência Nacional do Negro, buscaremos demonstrar as diferenças relativas à organização, e aos participantes presentes nesse novo evento, após a primeira experiência do TEN realizada com a Convenção Nacional do Negro. Buscaremos destacar, especialmente, as divergências acerca dos conceitos chave dessa pesquisa<sup>3</sup>, já destacados anteriormente, entre os intelectuais participantes.

Ao fim da Conferência do Negro de 1949, foi realizada a elaboração do temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro, evento que aconteceria no próximo ano, celebrando novamente a comemoração da abolição da escravatura, agora em seu centenário. Dessa forma, o evento que pode ser considerado como o mais importante na trajetória do Teatro Experimental do Negro, será o tema central de nosso último capítulo.

Assim sendo, abordaremos a realização do 1º Congresso do Negro Brasileiro de 1950, buscando compreendê-lo como um evento chave para analisar os posicionamentos do Teatro Experimental do Negro, frente a novas discussões. Desse modo, o congresso pode ser apontado como um ápice das atividades de caráter político, educativo e teórico do grupo negro. (CEVA, 2006, p. 50)

No campo teórico, especificamente, o ápice se refere aos impasses e rupturas entre os intelectuais que estavam presentes durante o congresso do TEN. De certa forma, perceberemos como se formaram oposições entre os militantes negros que valorizavam as especificidades da cultura e da situação dos negros na sociedade brasileira, e os que privilegiavam a afirmação de uma identidade nacional. Nossa investigação, nessa perspectiva, procurará identificar quais foram os conflitos presentes no congresso, dentro da rede de

---

<sup>3</sup> Os conceitos chaves dessa pesquisa são os de raça e negritude e a relação entre os negros brasileiros e a África, destacando principalmente seus usos entre os intelectuais presentes nos eventos realizados pelo Teatro Experimental do Negro.

sociabilidade intelectual já estabelecida nesse momento no TEN, demonstrando os impactos e reflexões que representaram no pensamento racial vigente do período.

## CAPÍTULO 1

### ABDIAS NASCIMENTO E O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO: TRAJETÓRIAS CRUZADAS

*Uma vez Abdias Nascimento, que é negro, quis ser negro com o corpo e com a alma. E mostrar corpo e alma negros. O teatro foi o meio e Abdias encontrou, entre outros, a Aguinaldo de Oliveira Camargo, Arinda Serafim, Ironildes Rodrigues, Ruth de Souza, Claudiano Filho, Léa Garcia – negros – que no palco desvelaram dramaticamente a alma para dar corpo ao mais transparente, mais preciso, mais autêntico movimento: o movimento da negritude brasileira.*

(Efraim Tomás Bó, 1966)

A frase do poeta argentino naturalizado brasileiro Efraim Tomás Bó<sup>4</sup>, utilizada como epígrafe neste capítulo, sintetiza a estreita ligação entre as trajetórias de Abdias Nascimento e o Teatro Experimental do Negro (TEN), trajetórias distintas que ao mesmo tempo se encontram imbricadas intimamente pelo papel central exercido pelo líder do grupo ao longo de sua história. Para Efraim Tomás Bó, amigo de longa data e companheiro de aventuras durante a juventude de Abdias Nascimento, seu amigo “quis ser negro com o corpo e a alma” e só pode realizar esse desejo completamente através da criação de um grupo teatral negro em 1944, que não se limitaria aos palcos e às luzes da ribalta.

Desta forma, pretendemos nesse capítulo apresentar o Teatro Experimental do Negro como nosso objeto de pesquisa, porém levando em consideração a importância de se entender como a figura de Abdias Nascimento como indivíduo está presente em todas as ações do grupo, desde sua criação até fim de suas atividades. Esse ponto de esclarecimento torna-se crucial, pois nas fontes utilizadas para a presente pesquisa, é

---

<sup>4</sup> Efraim Tomás Bó nasceu na província de Entre Ríos na Argentina, naturalizou-se brasileiro em 1940 e faleceu em 1978 no Rio de Janeiro. Escreveu a vida inteira artigos e editoriais, publicando seus escritos no jornal socialista "La Vanguardia" de Buenos Aires, e nas revistas paulistas Convivium e Cavalo Azul. Disponível em: < <http://www.jornaldepoesia.jor.br/efraim.html>>. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

perceptível que em diversos momentos não haverá diferenciações entre as ações e decisões do TEN e as de Abdias Nascimento. Isto é, o grupo e o indivíduo passaram a ganhar uma unidade de ideias de organização e práticas de ações políticas.

Nesse sentido, percebemos a importância de buscar perspectivas teóricas que trabalhem com uma metodologia adequada para um estudo que se debruce sobre a trajetória de um grupo que se interliga diretamente com a trajetória de um indivíduo. Isto posto, buscamos nos aproximar de estudos de trajetórias individuais e de grupo a partir das perspectivas teóricas e metodológicas associadas ao sociólogo francês Pierre Bourdieu.

### **1.1 Trajetórias Individuais dentro do Teatro Experimental do Negro**

Como um primeiro ponto é necessário destacar que mesmo afirmando a centralidade da figura de Abdias Nascimento dentro do Teatro Experimental do Negro, não temos a intenção de elaborar uma biografia dele, ou de outros intelectuais envolvidos nesse processo. A relação entre história e biografia não é uma novidade entre as pesquisas da área das ciências humanas, elas percorrem com frequência as discussões históricas e sociológicas. Contudo, devemos estar atentos para o alerta de Pierre Bourdieu (1986) a respeito da ilusão biográfica ou das “histórias de vida”. (MONTAGNER, 2007, p. 243)

De acordo com Bourdieu, a história de vida é uma noção advinda do senso comum que adentrou como um “contrabando” o universo científico. (BOURDIEU, 1986, p.184) Independente da forma de entrada, é necessário perceber que a concepção do senso comum se orienta por uma compreensão de vida como jornada percorrida, ou seja, uma caminhada com um início, meio e fim bem demarcados, uma história de vida que se constituiu como um todo, perfeitamente elaborado em um conjunto coerente e orientado. (BOURDIEU, 1986, p.184) Tal compreensão pautada pela cronologia e lógica biográfica seria ilusória para Bourdieu, pois a escrita da história de vida, ou seja, a biografia parte de premissas vinculadas à razão de uma trajetória, uma continuidade que perpassa a vida do indivíduo em todos os momentos desde seu nascimento até a sua morte.

Primeiramente, o fato de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto: a noção sartriana de "projeto original" somente coloca de modo explícito o que está implícito nos “já”, “desde então”, “desde pequeno” etc. das biografias comuns ou nos “sempre” (“sempre gostei

de música”) das “histórias de vida”. Essa vida organizada como urna história transcorre, segundo urna ordem cronológica que também é urna ordem lógica, desde um começo, urna origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de principio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo. (BOURDIEU, 1986, p. 184)

Bourdieu também acrescenta outro fator sobre essa concepção, que tentaria compreender uma vida como uma série única e autossuficiente, sem interligá-la a outros vínculos. Este seria um entendimento absurdo, pois deixaria de lado as complexas estruturas das relações. Em segundo plano, também seria importante observar que as biografias estão carregadas de uma interpretação subjetiva da trajetória de uma vida pela ótica do autor que está produzindo-a. Não que haja um caráter negativo para a subjetividade, mas é necessário tê-la em vista na realização de uma pesquisa histórica. (BOURDIEU, 1986, p. 190) A respeito da biografia e da subjetividade, a socióloga Claudia Born afirma:

A biografia trata da interpretação subjetiva da trajetória da própria vida de uma pessoa. A biografia não apenas inclui o local dos acontecimentos, mas também a sua opinião, os motivos, planos para o futuro, assim como a percepção/interpretação do passado. As biografias são sempre seletivas, e uma das consequências é que temos mais do que uma biografia. Todas elas refletem, ou melhor, reconstroem a realidade biográfica, mas normalmente enfatizam áreas diferentes. (BORN, 2001, p. 243)

O exemplo dado por Claudia Born a respeito de haver mais de uma biografia de um mesmo indivíduo pode ser evidenciado pelo próprio líder do Teatro Experimental do Negro. Podemos destacar três distintas biografias produzidas sobre a vida de Abdias Nascimento. A primeira obra, publicada em 2006, se destaca por ser autobiográfica, elaborada pelo próprio Abdias Nascimento e o escritor Éle Semog.<sup>5</sup> A obra, que tem como título *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*, propõe uma mistura entre as memórias de Nascimento contadas para o leitor (por isso a representação de um griot<sup>6</sup>),

---

<sup>5</sup>Éle Semog é um importante escritor carioca, que iniciou seus interesses pela militância antirracista por influência de seu tio. A partir de 1970 participou do Grupo Garra Suburbana, onde publicou seus primeiros poemas mimeografados. Posteriormente formulou o projeto do *Jornal Maioria Falante*. Atualmente é membro do Conselho Executivo do Instituto Palmares de Direitos Humanos e Secretário Executivo do CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas).

<sup>6</sup>De acordo com o *Dicionário de História da África: Séculos VII a XVI* de Nei Braz Lopes e José Rivair Macedo, griot pode ser entendido como um poeta, cantor, conselheiro do rei e historiador tradicional africano, integrante de corporações hereditárias importantes para a vida social, sendo por isso mencionado também como “animador público”. Depositário da tradição oral é o genealogista das famílias reais e difusor das gestas e epopeias de seu povo. Sua presença é mais notória na África Ocidental, no seio de povos como os mandingas, entre os quais os griôs chegam a constituir uma categoria específica, exercendo uma atividade hereditária. (LOPES; MACEDO, 2017).

com intervenções explicativas de Éle Semog sobre os assuntos mencionados e seus respectivos contextos históricos.

Outro exemplo de biografia de Abdias Nascimento é da jornalista Sandra Almada. Publicada em 2009, a obra tem como viés central as conversas que Almada realizava com Nascimento em sua casa durante as refeições. Com um tom de “dever cumprido” o biografado, debilitado por problemas de saúde, afirma sua satisfação com as realizações que fez ao longo da vida. A ideia de um conjunto coerente, cronológico e lógico a partir de uma razão específica de vida, já destacada anteriormente, fica aparente na transcrição de uma fala de Nascimento:

Eu não vim para trazer a calma das almas mortas, das inteligências petrificadas, dos que não querem fazer onda à flor das águas. [...] eu estava mesmo disposto a assumir o papel de “boi de piranha”. Todo mundo foge desse papel, mas eu não me importo, se eu for sacrificado em nome do meu povo, **estou recompensado de tudo, toda a minha vida é isso mesmo, é o que indica toda a minha biografia.** (ALMADA, 2009, p.17, grifo nosso)

Por último, em 2014 foi publicada a biografia *Abdias Nascimento - Grandes Vultos que honraram o senado*, escrita pela socióloga Elisa Nascimento. Nela a autora, e também viúva do biografado, aborda sua trajetória centralizando sua carreira política. A obra difere das outras por ter um caráter mais documental e contar com a presença da transcrição de diversos documentos relacionados ao Teatro Experimental do Negro e a experiência do ativismo antirracista de Abdias Nascimento.

Para Bourdieu esses relatos de vida estariam fixados a normas sociais e instituições presentes na esfera pública, permitindo que o relato assumira um “modelo oficial”, afastando-se da esfera privada e suas especificidades.

Tudo leva a crer que o relato de vida tende a aproximar-se do modelo oficial da apresentação oficial de si, carteira de identidade, ficha de estado civil, curriculum vitae, biografia oficial, bem como da filosofia da identidade que o sustenta, quanto mais nos aproximamos dos interrogatórios oficiais das investigações oficiais - cujo limite é a investigação judiciária ou policial -, afastando-se ao mesmo tempo das trocas íntimas entre familiares e da lógica da confiança que prevalece nesses mercados protegidos. (BOURDIEU, 1986, p.188)

Esse sentido biográfico de acordo com o sociólogo Miguel Montagner, a partir da teoria bourdiana, não pode dar sentido a um todo que “escapa ao próprio sujeito histórico, determinado socialmente, imerso em um universo social fora de nossos controles”. (MONTAGNER, 2007, p.252) O que se pode fazer para ir além da sucessão longitudinal citada por Bourdieu “é realizar a objetivação do *habitus*, justamente

resultado estável, mas não imutável desse processo de interiorização do social e de incorporação, na pele, de nossa persona social.” (MONTAGNER, 2007, p.252)

Ao falar de *habitus*<sup>7</sup>, estamos nos referindo a um conceito chave proposto por Bourdieu em seus estudos. Embora a obra de Bourdieu nos últimos anos tenha ganhado muito destaque nas mais diversas áreas científicas, faremos um breve retorno a outro conceito bourdiana para facilitar a compreensão do conceito de *habitus* e sua relação com os estudos de trajetórias. Para uma real compreensão do conceito de *habitus* é necessário conhecermos o conceito de *campo* de Bourdieu, pois os dois se encontram intimamente ligados. (DENDASCK; LOPES, 2016, p.01)

Em poucas palavras o conceito de *campo* de Pierre Bourdieu se refere à formação de espaços sociais relativamente autônomos, onde ocorrem relações de disputa pelo poder. Essa disputa então se dá a partir de ações individuais ou coletivas de atores sociais. Para Bourdieu, o *campo* pode ser entendido como um espaço de jogo, onde se criam estratégias para se obter a vitória através do reconhecimento e pela obtenção dos capitais.<sup>8</sup> A metáfora esportiva também indica a existência de regras e valores próprios pertencentes ao campo. Roger Chartier sintetiza o conceito ao afirmar:

Os campos, segundo Bourdieu, têm suas próprias regras, princípios e hierarquias. São definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros. (CHARTIER, 2002, p. 140)

Como exemplos de *campos*, podemos citar a existência do campo intelectual, o campo político, o campo da religião, das artes entre outros. Com base na compreensão do conceito de *campo*, podemos começar a traçar a relação com o *habitus*. O conceito de *habitus* se propõe a caracterizar a mediação entre o indivíduo e a sociedade, isto é, o conceito surge da necessidade de compreender as “relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais.” (SETTON, 2002, p.63) O *habitus* é caracterizado por Bourdieu como:

Um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores e é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos

---

<sup>7</sup> Pierre Bourdieu não é o primeiro e nem o único autor a escrever a respeito do conceito de *habitus*. Outro uso do conceito, por exemplo, pode ser encontrada nas obras de Nobeit Elias.

<sup>8</sup> Na concepção bourdiana ao se falar de capital o conceito não se fecha no aspecto econômico, ou seja, apenas no acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas sim em todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. O capital cultural se define, portanto, pelo acúmulo de saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos, já o capital social e constitui pelas relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pequeno-glossario-da-teoria-de-bourdieu/>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.



interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim. A teoria do *habitus* visa a fundar a possibilidade de uma ciência das práticas que escape à alternativa do finalismo ou do mecanicismo. (BOURDIEU, 1983, p. 89-94)

O *habitus*, portanto, constitui um sistema de disposições socialmente construídas por práticas e ideologias, que a partir de estruturas estruturantes constituem princípios e características de um grupo de agentes, ou seja, um campo. Assim, cada *campo* é informado por um *habitus* distinto. Dessa forma, “se pensarmos na relação do indivíduo e a sociedade a partir da perspectiva do *habitus*, se percebe que o individual e o social são orquestrados de forma simultânea, estando ligados e ambos se influenciando.” (SETTON, 2002). Silveira utiliza-se de um exemplo para compreender essa relação:

Por conta desse caráter individual, mas no mesmo tempo social, os indivíduos que são dotados do mesmo tipo de *habitus* tendem a agir a partir das expectativas criadas diante deles. Por exemplo, alguém que bebe um vinho de uma safra específica, provavelmente possui um *habitus* diferente de quem bebe um refrigerante qualquer sem uma distinção simbólica. (SILVEIRA, 2006).

Em vista disso, voltamos à afirmação de Montagner sobre a “objetivação do *habitus*” para se compreender um processo de trajetória. Montagner elenca três passos para essa objetivação no campo intelectual:

1. O primeiro passo fundamental é traçar as relações de influência e subordinação/dominação do campo intelectual em relação à estrutura de poder dentro da distribuição estrutural da classe dirigente, traçando um mapa preciso da localização do campo intelectual no arcabouço do poder, mostrando as linhas de força que delineiam as demarcações de autonomia relativa do campo intelectual.
2. O segundo passo é partir do âmago da autonomia do campo, devemos delinear as relações entre as posições ocupadas, alocadas, deslocadas pelos agentes e pelos grupos; esmiuçar a trama sincrônica de um determinado momento do campo, resultado de uma história de lutas e conflitos pelo poder legítimo e legitimado pelos próprios agentes envolvidos.
3. Por último, do resultado destes embates reais e históricos, conseguimos a tessitura dos *habitus* coletivos dos grupos em embate, cujas variações individuais não fazem mais que confirmar, desviando-se às vezes do mainstream social, a característica fortemente coletiva das carreiras individuais dos agentes. (MONTAGNER, 2007, p.253-254)

A trajetória, portanto, seria o resultado das estruturas relacionais entre os campos, que demonstram marcas de distinções entre eles, advindas das projeções do *habitus* que acabam por evidenciar estratégias e obrigações dos atores sociais nas

disputas e conflitos dentro do campo. (MONTAGNER, 2007, p.254) Nas palavras de Bourdieu:

O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um pasto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc.) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes- ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos. (BOURDIEU, 1986, p.190)

Logo, entendendo que o “objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas características e propriedades”, a disputa interna de um campo, as relações de seus atores sociais e as reações resultantes desse processo nos permitem compreender estudos dedicados a trajetórias individuais e de grupo a partir das perspectivas teóricas e metodológicas de Bourdieu. (MORAIS, 2007, p.184) Por fim, citaremos a metáfora utilizada por Montagner para explicar as marcas distintas que nos ajudam a entender traços dos grupos sociais e suas trajetórias comuns, afirmando que:

Como se fora uma lesma, as marcas distintivas ligadas ao nome, ao biológico e ao percorrer histórico dos agentes, acabam por deixar traços quase transparentes que, quando unidos a todos os outros traços dos grupos sociais, definem trajetórias comuns, feixes de percursos muito semelhantes, ou afinal, uma trajetória. (MONTAGNER, 2007, p.253)

Depois de explanarmos nossa compreensão de trajetórias acerca de como o Teatro Experimental do Negro ao lado de Abdias Nascimento serão abordados neste trabalho, torna-se indispensável destacar o campo intelectual como o espaço social de disputa do grupo.

Nesse sentido, destacaremos como a criação do TEN interliga não só a trajetória individual de Abdias Nascimento, mas também integrou uma gama de intelectuais de

distintas formações e frentes de atuação. Trataremos também de discutir como o conceito de intelectual possibilita a compreensão da existência de uma rede de sociabilidade a partir do grupo.

## **1.2 A criação do Teatro Experimental do Negro: um breve histórico dos integrantes**

Em 13 de outubro de 1944 nascia oficialmente o Teatro Experimental do Negro (TEN). Porém, a ideia do grupo se inicia anteriormente, com Abdias Nascimento e as experiências que teve durante uma viagem para o Peru. De acordo com o próprio Nascimento, a passagem por Lima foi a grande virada e o grande salto qualitativo de sua existência, especificamente pela inquietação que se deu durante uma representação teatral do texto do escritor estadunidense Eugene O' Neill<sup>9</sup> realizada na capital. (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.108)

A peça, intitulada *O Imperador Jones* e escrita em 1920, relatava um acontecimento da história do Haiti na qual um ex-cabineiro de trem, Brutus Jones, foge da prisão em que estava para uma ilha do Caribe convence os habitantes de que é um ser mágico para ser coroado como imperador. Posteriormente o personagem se deixa seduzir pelo poder escravizando seus súditos. (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p.122) A peça apresentada em Lima chamaria a atenção de Abdias Nascimento, não só pela temática do espetáculo, mas também por ser estrelada pelo ator branco argentino Hugo D'Evérium, pintado de tinta preta, prática hoje conhecida pelo termo “black-face”.<sup>10</sup> Tal situação provocou em Abdias Nascimento algo além apenas da indignação, mas também a percepção da realidade teatral peruana ao lado da brasileira.

Por que um branco brochado de negro? Pela inexistência de um intérprete dessa raça? Entretanto, lembrava que, em meu país, onde mais de vinte milhões de negros somavam a quase metade de sua população de sessenta milhões de habitantes, na época, jamais assistira a um espetáculo cujo papel principal tivesse sido representado por um artista da minha cor. Não seria, então, o Brasil, uma verdadeira democracia racial?

---

<sup>9</sup> Eugene Gladstone O' Neill nasceu em 1888 na cidade de Nova York, filho de Mary Ellen Quinlan e do famoso ator James O'Neill, que se “eternizou” por interpretar o melodrama *O conde de Monte Cristo* durante 20 anos. Pode ser considerado o maior dramaturgo dos Estados Unidos e uma das maiores expressões do teatro do século XX. Eugene O'Neill, ao longo de sua vida, passou por diversos problemas e relações conflituosas com a família. Nesse sentido, o universo dos textos e peças do autor compõem suas experiências pessoais e das leituras que fez. (RABELO, 2010) Disponível em: [https://www.sescsp.org.br/online/artigo/4425\\_TEATRO](https://www.sescsp.org.br/online/artigo/4425_TEATRO). Acesso em 20 de janeiro de 2018.

<sup>10</sup> O termo black – face refere-se a prática de pintar com tinta preta atores brancos para representar personagens negros, de forma satírica e ridicularizada. A prática reforçava estereótipos racistas, bem como impedia a entrada de atores negros no meio teatral.

Minhas indagações avançaram mais longe: na minha pátria, tão orgulhosa de haver resolvido exemplarmente a convivência entre pretos e brancos, deveria ser normal a presença do negro em cena, não só em papéis secundários e grotescos, conforme acontecia, mas encarnando qualquer personagem – Hamlet ou Antígona – desde que possuísse o talento requerido. (NASCIMENTO, 2004, p.209)

Ao vivenciar esse momento, Abdias Nascimento vivia uma fase itinerante decisiva em sua vida, realizando uma viagem pela Amazônia e pela América do Sul ao lado dos poetas Gerardo Mello Mourão<sup>11</sup> e Napoleão Lopes Filho, e dos argentinos Juan Raúl Young<sup>12</sup>, Efraim Tomás Bó e Godofredo Tito Iommi<sup>13</sup>. juntos os amigos ao se conhecerem, os amigos combinaram um “pacto de vivência estética e existencial” que chamariam de *Santa Hermandad de la Orquídea*. A convivência entre os seis amigos contava com uma vida boêmia, repleta de privações financeiras, discussões políticas, literárias e teóricas. Gerardo Mello Mourão comenta esse período das vidas dos rapazes e a importância da literatura nesse momento:

Éramos seis, não tínhamos grana para pagar o aluguel, vivíamos no mesmo quarto, seis pessoas, dormíamos no chão... Durante três anos lendo dia e noite A Divina Comédia; El Quijote; Holderlin, e assim vivíamos, e nos chamávamos a Santa Hermandad de la Orquídea. Porque a orquídea não tem vida própria; a orquídea sobe a vida da árvore e nós à vida do divino; disto vivíamos; do divino. Era uma aventura a Hermandad de la Orquídea. Creio que nos temos mantido fiéis à nossa primeira consigna a esta de estar sempre com o sobrenatural. (MOURÃO, Gerardo Mello. Pronunciamento em cerimônia em homenagem a Godofredo Iommi, Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, Viña del Mar, Chile, junho de 2001. Acervo IPEAFRO, Seção TEN, Série Antecedentes do TEN, dossiê Santa Hermandad Orquídea)

Mas como era a vida de Nascimento antes desta peregrinação e do episódio que, nas suas palavras, mudaria sua vida?

Abdias Nascimento nasceu em 1914 na cidade de Franca, interior de São Paulo. De acordo com Elisa Nascimento, sua família era formada por uma “mistura” de índios

---

<sup>11</sup> Gerardo Mello Mourão nasceu na cidade cearense de Ipueiras em 8 de janeiro de 1917, e mudou-se para o Rio de Janeiro ainda em sua infância. Posteriormente, por desejo de sua mãe, concluiu seus estudos no Seminário São Clemente, dos padres redentoristas holandeses, em Congonhas do Campo, Minas Gerais. Ficou um ano no seminário e terminou clérigo, porém não se ordenou padre, pois tinha como vocação a poesia. Tornou-se um importante escritor brasileiro, sendo membro da Academia Brasileira de Filosofia, da Academia Brasileira de Hagiologia e do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura do Brasil. Para saber mais consultar CATUNDA, Márcio. *Na trilha dos eleitos*, v.. 1. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999.

<sup>12</sup> Godofredo Tito Iommi nasceu em Buenos Aires em 1917. Filho de pais italianos, o poeta e arquiteto desenvolveu grande parte de sua obra no Chile, onde morreu em 2001.

<sup>13</sup>A respeito de Napoleão Lopes Filho, encontramos informações breves sobre sua carreira de poeta, ator e também crítico de teatro. Sobre Juan Raúl Young também há poucas referências, porém sabemos que era poeta e escritor de peças teatrais.

e negros, Nascimento teve uma bisavó índia, e a avó materna, Francelina, foi escravizada na região de Uberabinha (hoje Uberlândia).

Seu pai José Ferreira era sapateiro, já sua mãe Georgina Ferreira do Nascimento era cozinheira, doceira, e algumas vezes também era chamada para ser ama de leite de algumas crianças, juntos os dois tiveram sete filhos. Sobre a experiência frente ao racismo na infância de Abdias Nascimento, Elisa Nascimento disserta sobre uma das experiências deste período:

Quando a mãe Georgina, conhecida como Josina, era contratada como ama de leite. Ela levava as crianças às fazendas, onde passavam a temporada de amamentação. A experiência dessas três ou quatro fazendas, aonde eles iam repetidamente, enriqueceu a formação e a memória de Abdias Nascimento. As casas-grandes tinha um anexo que não era senzala, destinado aos escravos que faziam o trabalho doméstico. Lá viviam homens e mulheres negros, “crias”, pessoas que foram escravizadas e filhos, netos ou parentes de escravos. Embora não fossem formalmente escravos, “a estrutura estava mantida, como se nada tivesse mudado”. Essas pessoas “assimilaram a cultura do branco e talvez nem se interessassem pelas suas origens e pela cultura africana”. (NASCIMENTO, 2014, p.98)

Após uma infância humilde na cidade de Franca, no interior de São Paulo, Nascimento mudou-se para a capital cedo, servindo no exército durante a Revolução de 30<sup>14</sup>. Junto ao quartel, conciliava seus estudos na Escola de Comércio Álvares Penteado. Mesmo afastado dos debates políticos em si, Nascimento passou a ter contatos com jornais comunistas da época e até mesmo com o integralismo<sup>15</sup>.

Após ser excluído do Exército em 1936 por uma briga iniciada por um caso de racismo, passou por maus momentos na prisão. Sobre o incidente, Abdias Nascimento afirma que foi um “incidente em que eu e Rodrigues Alves reagimos contra o racismo – no caso, não queriam nos deixar entrar numa boate”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup>De acordo com o verbete temático produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) a Revolução de 30 foi um “movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/revolucao-de-1930-3>>. Acesso em 19 de janeiro de 2018.

<sup>15</sup>A passagem de Abdias Nascimento pelo integralismo não durou muito tempo devido ao racismo que alegou sofrer. Porém, Nascimento avalia esse momento de sua vida proveitoso, pois foi a partir do integralismo que pode ter contato com estudos acerca do Brasil e diversas questões teóricas e políticas. (NASCIMENTO; SÉMOG, 2006, p.83)

<sup>16</sup> Entrevista com Abdias Nascimento, publicada na Revista *Acervo* do Arquivo Nacional, v. 22, n. 2 jul-dez, 2009. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/4/4>. Acesso em 13 de abril de 2018.

Após a pena se dirigiu para Campinas, e só depois voltou para o Rio de Janeiro, onde conheceria a *Santa Hermandad de la Orquidea* e posteriormente teria sua experiência a partir do *Imperador Jones* em Lima.

Abdias Nascimento vivenciou em sua trajetória, distintos momentos em que o racismo foi “expressivo”, o preconceito sofrido no meio dos integralistas, o racismo no Exército e posteriormente sua prisão. Contudo, todos esses momentos não ganharam grandes destaques em sua própria produção intelectual, são apenas apontados pelo autor como acontecimentos que o levaram a experiência culminante do *Imperador Jones e toda* “formalização” de sua militância.

Voltando à fala de Abdias Nascimento, elaborada posteriormente à experiência em Lima, percebemos que ao narrar a escolha de um ator branco para representar um personagem negro, destaca a existência da presença negra no teatro, porém de maneira irrisória. Nascimento argumenta que “jamais assistira a um espetáculo cujo papel principal tivesse sido representado por um artista da minha cor”, e acrescenta que os papéis interpretados por atrizes e atores negros seriam “secundários e grotescos”. Ainda sobre a presença do negro no teatro brasileiro, Nascimento acrescenta que a criação de um grupo de atores negros poderia contribuir para acabar com “exclusão do negro autêntico em favor do negro caricatural” nas encenações brasileiras. (NASCIMENTO, 2004, p.209)

Encerrada estava a fase do negro sinônimo de palhaçada na cena brasileira. Um ator fabuloso como Grande Otelo poderia de agora em diante continuar extravasando sua comicidade. Mas já se sabia que outros caminhos estavam abertos e que só a cegueira ou a má vontade dos empresários continuaria não permitindo que as plateias conhecessem o que, muito acima da graça repetida, seria capaz o talento de atores negros como Grande Otelo e Aguinaldo Camargo. (NASCIMENTO, 2004, p.214)

A “fase do negro sinônimo de palhaçada” a que se refere Nascimento pode ser interpretada como uma clara referência a um gênero dramático muito popular nesse período: o Teatro de Revista. O tom crítico acerca do tipo de teatro que fazia mais sucesso no Brasil e em qual lugar os negros estariam inseridos expõe uma das primeiras características da criação do TEN. Havia a intenção de se afastar dos papéis interpretados pelos negros no Teatro de Revista, pois eram considerados pejorativos, estereotipados e estritamente restritos aos gêneros cômicos. Outro exemplo de crítica quanto ao estilo dos personagens que os negros interpretavam nesse período também foi destacado no prefácio do livro *O Negro Revoltado* de Abdias Nascimento. Na obra, o

autor afirma que “num país que segundo Joaquim Nabuco é um país de negros, não se concebia que o elemento de cor não participasse do teatro nem como ator nem como personagem, só aparecendo em cena em papéis ridículos e secundários”. (NASCIMENTO, 1968, p.37)

A respeito do Teatro de Revista, a historiadora Tânia Brandão (2006) observa que a partir do fim do século XIX o Teatro de Revista passou a ganhar seu espaço, se destacando e se consolidando através de características fixas, imediatas, instantâneas, que eram presentes na vida miúda que passava. Sua popularidade se devia aos temas próximos de seu público, que representavam situações do dia-a-dia, como também à preocupação dos autores em agradar e divertir os espectadores. . No entanto, desde seu surgimento o Teatro de Revista tendeu a ser desvalorizado nos meios intelectuais e literários.

O debate histórico não foi inócuo, alcançou resultados curiosos, pois a revista assumiu a sua inferioridade no panteão do teatro [...] Para muitos dos seus autores, ela surgiu como um ofício de passagem, uma ocupação transitória enquanto não podiam fazer outra coisa, ou apenas uma forma de ganhar dinheiro. [...] Portanto, dois tons até certo ponto contraditórios constroem a cena revisteira, fazem com que a prática da revista possa ser chamada de olhar cidadão transgressivo. O tom é transgressivo porque o seu objeto é a vida rotineira, do dia a dia, e porque os seus autores, ao menos enquanto absorvidos no métier, não estão preocupados com a Academia Brasileira de Letras ou com a aclamação dos nomes mais respeitados da literatura de seu tempo. Sua preocupação primeira é o seu ofício – para sustentar-se, sustentar a família ou por gosto mesmo, o que significava necessariamente agradar ao público, incorporar o dado imediato do momento como estrutura de linguagem. A outra preocupação é a sua cidade, com quem procuram travar um diálogo vivo e pulsante, impregnado do calor da hora, interessado em fazer rir antes de qualquer outra coisa. (BRANDÃO, 2006, p. 03)

Em relação ainda ao Teatro de Revista, mas referindo-se a um período mais recente (a partir da década de 1920), o antropólogo Luiz Felipe Kojima Hirano destaca a importância da carreira do ator Grande Otelo, citado por Abdias Nascimento no trecho acima. Para Hirano, o sucesso de ator foi algo singular no século XX, na medida em que o ator conseguiu ultrapassar as barreiras dos gêneros e movimentos cinematográficos, indo da comédia ao drama, das chanchadas ao realismo carioca, do cinema novo ao cinema marginal, mesmo dentro de uma sociedade em que os espaços destinados aos intérpretes negros na televisão, teatro e cinema ainda estão muito aquém do destaque dado a pessoas brancas. (HIRANO, 2013, p. 02)

De acordo com Hirano, não há uma resposta que apenas enquadre Grande Otelo como uma exceção que confirma a regra. É necessário refletir sobre como as discussões sobre a representação e o lugar do negro na sociedade brasileira se transformaram ao longo da carreira do ator e como ele, enquanto indivíduo, se relacionou com a discussão racial. (HIRANO, 2013, p. 02)

A criação do TEN buscava uma superação do teatro cômico, ligeiro e popular. Sua fundação estaria relacionada ao interesse pelos problemas sociais, culturais e políticos dos negros, ao mesmo tempo em que estaria também envolvida no processo da cena teatral de meados de 1940 e 1950, onde companhias de teatro, autores e atores vivenciavam uma ânsia de elevação cultural do Brasil para obter um acesso à comunidade artística internacional. Nesse período haverá grande valorização de textos de autores brasileiros, do drama como gênero maior e a presença da realização de uma arte engajada<sup>17</sup>.

No teatro, portanto, todo esse processo gerou, segundo Tânia Brandão (2013, p.82), uma obsessão por um impulso civilizatório na cena teatral brasileira. Não podemos caracterizar esse processo como um movimento de longa duração ou com parâmetros definitivamente estabelecidos. A palavra “moderno” aqui é usada e sintetiza esse período. Porém, é importante ressaltar que ela foi empregada posteriormente pelos historiadores para caracterizar essas mudanças no âmbito teatral brasileiro. Na época, o que se observa é a pretensão de apontar um futuro, romper com o passado e implantar um novo ritmo para os espetáculos realizados no Brasil. (OLIVEIRA, 2015, p. 32)

O Rio de Janeiro protagonizou um papel representativo nesse processo, sendo sede de várias dessas companhias teatrais, como O Teatro do Estudante do Brasil, Os Comediantes e o Teatro Universitário. Já em São Paulo podemos destacar Os Amadores Paulistas, o Grupo Universitário de Teatro e o Grupo de Teatro Experimental. Com o tempo, essas companhias, através de realizações bem-sucedidas ou bem recebidas pelo público, conseguiram que o “teatro moderno” iniciasse seus primeiros passos, por meio de novas propostas e pelas influências internacionais.

A ideia inicial de Abdias Nascimento para se realizar, contou com o apoio e a participação de outras pessoas com quem já mantinha contato. Nesse momento,

---

<sup>17</sup> Uma análise aprofundada das concepções de teatro engajado e a relação com público entre 1955 e 1968 podem ser encontradas no artigo de Marcos Napolitano *A Arte Engajada e seus públicos*, que trata deste movimento, tanto no teatro quanto na música e no cinema. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2141>. Acesso em 01 de fevereiro de 2018.



portanto, nos ateremos a destacar a heterogeneidade dos primeiros integrantes do grupo, demonstrando suas formações, interesses e atividades.

Entre os fundadores do TEN, primeiramente pode-se destacar a figura do advogado Aguinaldo de Oliveira Camargo, que apesar de sua formação em direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro, também se diplomou em agronomia e foi comissário de polícia lotado em Bangu<sup>18</sup>. Aguinaldo de Oliveira Camargo também escreveu alguns textos para o periódico *Diário Trabalhista* (1946-1961) na coluna intitulada “*Problemas e Aspirações do Negro Brasileiro*”<sup>19</sup>, direcionada para a população negra. Camargo era um intelectual multifacetado e tinha no teatro sua grande paixão e vocação. Foi um membro destacado do grupo, participando ativamente da organização. Porém, seu maior destaque se deu como ator nos espetáculos que seriam realizados pelo TEN.

Também participou da fundação do TEN Sebastião Rodrigues Alves, cabo do exército que serviu com Abdias Nascimento durante a Revolução Constitucionalista de 1932<sup>20</sup>. A aproximação devido aos combates fortaleceu a amizade entre os dois jovens. Posteriormente, Sebastião Rodrigues Alves recolheu-se ao Convento dos Frades Franciscanos em Santa Catarina, onde recebeu o burel franciscano e o nome de Frei Miguel. Porém, logo descobriu que pela razão de ser negro não poderia virar padre<sup>21</sup>. Dessa forma teria que se contentar com a posição de irmão leigo, ou seja, uma espécie de serviçal dos padres e outros superiores na hierarquia eclesiástica<sup>22</sup>.

Saindo do convento, Alves foi para o Rio de Janeiro, onde se formou em serviço social. A partir disso, participou da fundação do Sindicato dos Assistentes Sociais. Sua formação acadêmica também possibilitou o trabalho de pesquisador. Alves produziu diversos trabalhos a respeito da cultura afro-brasileira, produzindo três obras principais: *Ecologia do Grupo Afro-brasileiro* de 1966, *Sincretismo Religioso* de 1966 e *Canto à*

---

<sup>18</sup> Informações encontradas no Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Disponível em: <<http://ipeafro.org.br/personalidades/aguinaldo-camargo/>>. Acesso em 26 de janeiro de 2018.

<sup>19</sup> Sobre o Diário Trabalhista, consultar o artigo *Diário Trabalhista e Democracia Racial Negra dos Anos 1940*, de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães e Márcio Macedo (2008).

<sup>20</sup> De acordo com Regina da Luz Moreira, a Revolução Constitucionalista de 1932 foi a “expressão da insatisfação dos paulistas com a Revolução de 1930, o movimento serviu, antes de qualquer coisa, para convencer o Governo Provisório de Getúlio Vargas da necessidade de pôr fim ao caráter discricionário do regime sob o qual vivia o país.” Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>. Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

<sup>21</sup> Não encontramos informações suficientes que confirmem essa afirmação.

<sup>22</sup> Informações encontradas no Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Disponível em: <http://ipeafro.org.br/personalidades/sebastiao-rodrigues-alves/>. Acesso em 11 de novembro de 2017.

*amada* de 1972<sup>23</sup>. Após o fim da ditadura militar, Alves ajudou, juntamente com Abdias Nascimento, a fundação da Secretaria do Movimento Negro do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

O pintor Wilson Tibério também integrou o grupo de fundadores do TEN., Nascido em Porto Alegre, o gaúcho foi incentivado desde cedo por sua mãe a exercer a arte de desenhar. De acordo com a historiadora Francielly Rocha Dossin (2015), a figura materna exerceu influência em toda obra de Tibério, introduzindo-o ao mundo dos orixás e das artes. Nesse sentido, é importante destacar que a presença religiosa afro-brasileira será um aspecto marcante nos quadros de Tibério, assim como retratos da população dos morros cariocas. Durante a juventude, Tibério estudou italiano em um curso noturno, enquanto trabalhava na preparação de carros alegóricos para o carnaval. Aos 18 anos foi para o Rio de Janeiro e ingressou na Escola Nacional de Belas Artes, onde ouviu diversas palestras de Luiz Carlos Prestes e teve contato com o Partido Comunista Brasileiro. (DOSSIN, 2015, p.243)

Manuel Claudiano Filho<sup>24</sup> foi um dos grandes atores que participaram da criação do TEN. Claudiano Filho nasceu no Rio de Janeiro e desde a infância foi um amante do cinema, principalmente da obra de Ingmar Bergman, Visconti e Fellini. Em uma entrevista relatou que foi através do cinema que começou a se interessar por música clássica e pela dança.<sup>25</sup> Formou-se na Escola Dramática do Serviço Nacional do Teatro<sup>26</sup> como ator, iniciando sua carreira em espetáculos infantis. Porém, também trabalhava como cantor de jazz e bailarino de sapateado.

No tocante a Fernando Oscar de Araújo, também ator e fundador do TEN, encontramos poucas informações. O ator é citado poucas vezes em alguns programas dos espetáculos teatrais do TEN. Uma referência mais “concreta” a respeito de sua

---

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Manuel Claudiano Filho ao se mudar para Itália trocou o sobrenome de Filho para Zani. Esta foi uma forma de reconhecimento ao casal que o apoiou enquanto morava em Milão, Anna Lamonica Zani e Alfredo Lamonica. Pode ser citado, também, como Claudiano Zani e Claudiano Zani Filho.

<sup>25</sup> Entrevista concedida para Ismael Gobbo ao *Notícias do Movimento Espírita*. Disponível em: [http://is.mae.lgo.bbo.blogspot.com.br/2011/03/focalizando-o-trabalhador-espirita\\_22.html](http://is.mae.lgo.bbo.blogspot.com.br/2011/03/focalizando-o-trabalhador-espirita_22.html). Acesso em 28 de janeiro de 2015.

<sup>26</sup> O Serviço Nacional de Teatro foi criado em 1937. Tinha como objetivo “promover a seleção dos espíritos dotados de real vocação para teatro, facilitando-lhes a educação profissional no país ou no estrangeiro”. Em 1953 passou a denominar-se Conservatório Nacional de Teatro. Após diversas mudanças para transformar cursos técnicos e de nível médio em cursos de nível superior, e diversas exigências do Conselho Federal de Educação, em 1979 foi criada a Escola de Teatro da UNIRIO, que reuniu todos os cursos de nível superior relacionados ao teatro. Para saber mais consultar: CAMARGO, A. R. Em busca de uma política para o desenvolvimento do teatro brasileiro: as experiências da Comissão e do Serviço Nacional de Teatro (1936-1945). 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

formação é encontrada na pesquisa da coluna “*Problemas e Aspirações do Negro Brasileiro*”, do jornal *Diário Trabalhista*, realizada por Guimarães e Macedo (2008), já citada anteriormente. Identificado como “pequeno funcionário do Departamento Nacional de Comércio”, Oscar de Araújo participou de entrevistas da coluna, realizadas em 1946, acerca da existência do racismo no Brasil.

O que observam os historiadores Guimarães e Macedo (2008) é a discrepância entre as duas entrevistas atribuídas a Fernando Oscar de Araújo. Na primeira o ator “afirma que não existe preconceito de cor no Brasil, mas sim a “covardia da raça negra”. A solução para a situação dos negros seria para ele, que os “patrícios” tivessem mais confiança própria.” (GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p.157)

Na segunda entrevista, Araújo tece uma crítica direcionada ao professor norte-americano Donald Pierson, discordando de sua concepção sobre a não existência de “preconceito racial” no Brasil ideia essa que afirmava na primeira entrevista. Para Guimarães e Macedo, as duas entrevistas são ambíguas e possibilitam questionamentos.

Teriam realmente existido todos esses “homens do povo” ou teriam sido, pelo menos alguns, personagens ficticiais de nossos colonistas, a expressar críticas que eles não se sentiam com autoridade intelectual para sustentar em público? As discrepâncias entre as primeiras declarações de Fernando Oscar de Araújo, prestadas em 18 de janeiro, e as que acabamos de ler, de 17 de março, são tão gritantes que cabe a indagação sobre a existência real desse personagem. (GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p. 160-161)

Todavia, cabe dizer que, considerando a presença do nome do ator em programas e na lista de fundadores do TEN, esse questionamento torna-se descabido.

A participação mineira no TEN veio de Aníbal Monteiro Machado, escritor reconhecido no meio literário por seus ensaios e contos. Nascido na cidade de Sabará, Aníbal Machado, como era popularmente conhecido, dividia-se entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro durante sua juventude, mas formou-se em direito na capital mineira, onde já publicava seus primeiros artigos.

Foi próximo de outros intelectuais mineiros, como Drummond de Andrade e João Alphonsus. Passou por diversos cargos públicos até em meados da década de 1930 ser nomeado como Oficial do Registro Civil. Para o especialista em literatura brasileira Vagner Camilo (2009), Aníbal Machado foi um escritor marcante nas discussões culturais das décadas 40 e 50, porém não publicava muitos livros. Dessa forma, muito se tem dito sobre o indivíduo e sua atuação, e muito pouco sobre sua obra. (CAMILO, 2009, p. 08)

O Teatro Experimental do Negro não foi o único grupo que Aníbal Machado ajudou a formar. Outros grupos contaram com o apoio do escritor, como Os Comediantes (1939), Teatro Popular Brasileiro (1950) e o Tablado (1951). Aníbal Machado foi uma figura chave para a formação do TEN, assim como em outros momentos, pois após a fundação do grupo havia a necessidade de uma sede de funcionamento. A solução para o problema de estrutura veio do escritor e sua rede de “contatos”, pois através de suas relações conseguiu o empréstimo para o TEN de salas da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) localizada no Flamengo. (NASCIMENTO, 1968, p.193) Abdias Nascimento relata o apoio de Aníbal Machado para a fundação do TEN:

A primeira ajuda, o primeiro socorro e o primeiro apoio que recebi foi do escritor Aníbal Machado; nesse tempo, ele tinha a casa aberta a toda manifestação da inteligência brasileira, em Ipanema. Foi lá que nós tivemos uma noite de conversa, de papo, de entrosamento da minha ideia, para a qual eu recebi toda a solidariedade do anfitrião. Eu estava recolhendo todo o apoio possível e, inclusive, o Aníbal Machado imediatamente passou a mão no telefone e chamou a redação de um jornal; foi o Jornal – e quem era o secretário de o Jornal? Era Carlos Lacerda. Carlos Lacerda imediatamente deu todo o apoio, teve uma conversa muito encorajadora comigo. (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.119)

Para além de apoio financeiro, como vimos no trecho acima, o TEN necessitaria de apoio intelectual e político. Nesse sentido, a figura de Carlos Lacerda merece destaque. Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu na cidade do Rio de Janeiro, pertencente a uma família que esteve sempre ligada à política de alguma forma. Seu pai exerceu diversos cargos políticos, foi membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e também foi acusado de envolvimento com o partido comunista. (KELLER, 2010, p.02)

Durante sua formação em direito na Universidade do Rio de Janeiro, iniciou sua carreira como jornalista e aproximou-se da Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB. Porém, abandonou o curso sem concluí-lo. Em 1935, junto com Roberto Sisson, Francisco Mangabeira e de Francisco Chicovate, Lacerda (filho) participou do grupo articulador da Aliança Nacional Libertadora (ANL), e esteve atuante na luta contra o fascismo e o integralismo de diversas formas. Com a instalação do Estado Novo e o fechamento do congresso em 1937, Lacerda foi preso no Rio de Janeiro. Contudo, poucos dias depois foi liberto. (KELLER, 2010, p.03)

Ainda que em grande parte de sua trajetória esteja ligada ao comunismo, Carlos Lacerda em 1939 escreveu um artigo no jornal *Observador Econômico e Financeiro*

(1936-1962) declarando seu rompimento com o PCB e o comunismo como ideário político. Considerado como um traidor, Lacerda posteriormente filiou-se à UDN, converteu-se ao catolicismo e se aproximou de grupos mais conservadores. A trajetória política “controversa” de Carlos Lacerda, e sua importância para os embates presidenciais do Brasil, pode ser sintetizada pelo historiador Márcio Delgado:

Em decorrência de sua trajetória de oposição sistemática a todos os governos federais desde 1945 (Lacerda romperia com Jânio Quadros poucos meses após a vitória deste), durante as crises do início dos anos 60, já como governador do Estado da Guanabara, Lacerda recebe um novo apodo que o acompanharia até o final de sua vida: “o Demolidor de Presidentes”. Alcinha popular inclusive na imprensa europeia antes mesmo da realização do golpe de março de 1964, ela tornou-se uma nova marca do jornalista, ao lado do já indelével “corvo”. O lacerdismo nasce assim na imprensa e ganha vida na esfera pública brasileira. Dependente de uma figura carismática, o lacerdismo ficou marcado por uma estratégia política que buscava o confronto, a luta, a disputa. Nele não havia espaço para a conciliação, a negociação, o recuo tático, a capitulação. (DELGADO, 2006, p.135)

Sobre José Herbel, outro fundador do TEN, também encontramos poucas referências. Herbel é descrito apenas como “contabilista ou administrador”, porém acreditamos que contava com grande prestígio entre os integrantes do TEN, grupo, pois durante as primeiras reuniões da fundação, Herbel chegou a ser cotado para ser o administrador. Abdias Nascimento narra esse momento:

Vale ressaltar aqui que, logo nas primeiras reuniões, quando se pensava a fundação do TEN, José Herbel foi convidado para ser o administrador da empreitada. Ele tinha a formação e trabalhava como contador, mas a questão que se colocava era como administrar uma proposta daquela sem ter um tostão. Ninguém tinha habilidade para captar recursos, principalmente para um projeto que não estava completamente definido. Parece que José Herbel não levou fé naquela iniciativa esmoreceu e logo, logo abandonou o projeto. (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.119)

Também observamos uma referência ao trabalho de José Herbel dentro do grupo, juntamente a Teodorico dos Santos. Os dois deram início ao núcleo que passou a recrutar operários, empregadas domésticas, pessoas sem emprego para que pudessem participar do grupo e também de aulas de alfabetização. (COSTA; SOUZA, 2016, p.11) Abordaremos as aulas de alfabetização posteriormente, ao tratarmos das diferentes frentes de atuação do TEN.

Como últimos homens ligados à fundação do TEN, temos José da Silva, Antônio Barbosa e Natalino Dioniso. Os três foram atores em diversos espetáculos realizados,

contudo não encontramos outras informações ou referências nas fontes ou na bibliografia.

Ao longo do texto, falamos dos perfis de diversos homens, gostaríamos de destacar que a presença feminina não esteve distante da criação do Teatro Experimental do Negro. Esse momento contou com ajuda de três mulheres inicialmente: Arinda Serafim, Marina Gonçalves e Antonieta.

Arinda Serafim era empregada doméstica e atriz. Atuou desde 1930 em prol dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Publicou no periódico *Vanguarda Socialista* (1945 - 1948)<sup>27</sup> um texto com o título “*Problemas das Empregadas Domésticas*”. De acordo com a historiadora Edilza Correia Sotero (2015), o texto abordava a variedade de dilemas vividos pelas mulheres que eram domésticas, tanto em suas vidas profissionais como pessoais, a exemplo do analfabetismo e da falta de uma organização sindicalista.

Para Arinda, a luta contra o analfabetismo era fundamental para que as mulheres que trabalhavam no serviço doméstico tivessem acesso a mais oportunidades. Em suas palavras: “creio na educação como base da evolução dum povo. A empregada, integrante deste povo, precisa aprender a valorizar-se a si mesma” (*Vanguarda Socialista*, 28/06/1946, p. 06). Seu ativismo a levava a ter uma atuação prática que consistia no compromisso de voluntariamente trabalhar ensinando outras mulheres a ler e escrever. (SOTERO, 2015, p. 166)

Marina Gonçalves também foi atriz, e nas poucas informações que encontramos sobre sua trajetória, sabemos que ela encontrou o TEN por meio de Arinda Serafim e foi roupeira no Teatro Glauce Rocha (antigo Teatro Nacional de Comédia no Rio de Janeiro). Essa informação é encontrada em apenas uma única referência feita por Abdias Nascimento, em uma entrevista para o escritor Sebastião Uchoa:

Imediatamente se aliou uma mulher extraordinária, que era uma empregada doméstica chamada Arinda Serafim. E a Arinda trouxe outra mulher extraordinária, a Marina Gonçalves, que eu não sei se ainda trabalha aqui... Ela era roupeira aqui e não sei por onde está. (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p.119)

Sobre Antonieta, infelizmente não foram encontrados mais dados biográficos, como sobrenome, profissão, relação com outro membro do grupo e citações que se referissem a ela em outros momentos. Sobre as trajetórias femininas, gostaríamos de

---

<sup>27</sup>De acordo com o verbete da Biblioteca Digital UNESP, o periódico *Vanguarda Socialista* tinha um caráter socialista e tratava dos movimentos proletários no Brasil e no mundo. O periódico apresentava críticas ao governo de Getúlio Vargas, destacando as condições precárias de vida e trabalho dos operários brasileiros. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/25192>>. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

esclarecer que encontramos poucas informações, trabalhos acadêmicos ou menções em outros documentos relacionados ao Teatro Experimental do Negro e sua criação. Só em momentos posteriores da trajetória do grupo encontraremos nomes “conhecidos” como o da atriz Ruth de Souza.

A respeito dessa “ausência” das mulheres, podemos apontar alguns caminhos para compreendê-la. Primeiro, vale destacar que quando utilizamos o termo “ausência”, estamos nos referindo à falta de documentos que identifiquem e nos tragam maior conhecimento acerca da trajetória dessas mulheres. Contudo, essa falta não pode ser considerada como uma mera coincidência, uma vez que a respeito dos integrantes homens, salvo três atores, encontramos diversas referências e informações em grandes acervos históricos.

Nesse sentido, mesmo que de forma breve, há que se destacar a importância da história das mulheres e dos estudos de gênero como um campo de pesquisa que se afirmou a partir das últimas décadas do século XX, e trouxe “para a cena” temas que antes estavam à margem da sociedade. A relação da escrita da história e a invisibilidade das mulheres sintetizam-se na frase de Michelle Perrot:

Da história, muitas vezes a mulher é excluída. Primeiramente o é ao nível do relato, o qual, passadas as efusões românticas, constitui-se como a representação do acontecimento político. O positivismo opera um verdadeiro recalçamento do tema feminino e, de modo mais geral, do cotidiano. (PERROT, 2017, p.197)

Essa exclusão citada por Perrot, também pode se articular a outras duas categorias importantes referentes aos estudos das desigualdades sociais: raça e classe. Em outras palavras, essa exclusão pode ser resultante de questões referentes ao racismo, uma vez que estamos trabalhando com mulheres negras, como também de questões de classe, visto que as mulheres citadas tinham profissões historicamente subalternizadas. Tal articulação é observada com precisão pela historiadora Rachel Soihet no artigo *História das mulheres e relações de gênero: debatendo algumas questões*.

A partir da década de 1970, "gênero" tem sido o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas, sendo inúmeras as suas contribuições. A ênfase no caráter fundamentalmente social, cultural das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; a precisão emprestada à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; o relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado,

constituem-se em algumas dessas contribuições. Acresce-se a significação, emprestada por esses estudos, **à articulação do gênero com a classe e a raça/etnia. Interesse indicativo não apenas do compromisso com a inclusão da fala dos oprimidos, como da convicção de que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos.** (SOIHET, 2003, grifo nosso)

O historiador Júlio Claudio da Silva (2011) destaca, portanto, nossa primeira percepção acerca dos perfis traçados pelos estudiosos acerca dos membros fundadores do TEN. Sobre o homens que fundaram o grupo são destacadas as formações distintas em cursos de nível superior, não necessariamente ligadas à área do teatro, e os laços estabelecidos a partir de relações de amizade e trabalho. Quanto às mulheres fundadoras do grupo, mencionadas em número reduzido, são destacadas apenas como empregadas domésticas ou roupeiras, sem maiores atributos referentes às suas trajetórias ou relações de sociabilidade.

Guimarães (2008) destaca, contudo, que nesse período a mobilização negra como um todo não contava com grande prestígio social ou influência política, daí a necessidade de ter entre os integrantes do grupo nomes que pudessem contribuir ou intervir para a realização dessas ações. As figuras de Aníbal Machado e Carlos Lacerda se destacam nessa perspectiva, pois nesse período já contavam com grande reconhecimento intelectual.

Como quase todos os envolvidos na mobilização negra desse período (1944-1947), situava-se em uma posição intermediária da estrutura ocupacional brasileira, de pouco prestígio, especialmente na burocracia estatal; posição estável, mas de pouca remuneração e poder. Alguns (...) já tinham um diploma universitário, outros eram estudantes universitários ou haviam completado apenas o curso médio. Embora não fossem desprovidos de grandes aspirações intelectuais e artísticas, nenhum deles desfrutava de reconhecimento intelectual, como deixa claro o modo como Camargo é apresentado ao grande público. A busca de reconhecimento era, certamente, o traço mais marcante dessa geração. (GUIMARÃES, 2008, p. 145)

Posteriormente a 1944 outros nomes se juntaram ao Teatro Experimental do Negro atuando não só nos espetáculos teatrais, como também em diversos projetos inovadores que ultrapassavam a área artística. A heterogeneidade do grupo, portanto, não se restringia aos seus fundadores, ela atravessaria também as propostas de ações executadas, como veremos a seguir.

### **1.3 Diferentes vertentes do Teatro Experimental do Negro**



Não trataremos aqui de maneira profunda de todas as facetas do Teatro Experimental do Negro devido à sua ampla atuação em diversas frentes, mas é importante ressaltar a multiplicidade de ações em que o grupo esteve envolvido e quais foram elas. Para o sociólogo Ricardo Gaspar Muller (1999), o projeto inicial de Abdias Nascimento foi muito mais ousado e abrangente que o nome do grupo proporia. Havia a ambição de não apenas fundar um grupo teatral onde atores negros pudessem ser protagonistas, mas também desenvolver simultaneamente diversos projetos que contribuíssem de forma ideológica e política para a identidade negra, para a conquista de direitos dos negros e a resistência às práticas racistas no Brasil. Sobre a fundação do grupo, Abdias Nascimento confirma sua pretensão:

Fundando o Teatro Experimental do Negro em 1944, pretendi organizar um tipo de ação que a um tempo tivesse **significação cultural, valor artístico e função social**. De início havia a necessidade urgente do resgate da cultura negra e seus valores, violentados, negados, oprimidos e desfigurados. (NASCIMENTO, 1968, p.37, grifo nosso)

Nascimento em sua fala sintetiza os valores principais que seriam buscados pelo grupo, elencando principalmente três sentidos centrais: significação cultural, valor artístico e função social. A respeito de se buscar a “significação cultural negra”, Nascimento e seu grupo buscavam reunir diversos aspectos históricos, religiosos e sociais que pudessem contribuir para a visibilidade do negro e da importância de seu legado no Brasil. A significação, portanto, relaciona-se à busca por se obter reconhecimento para a cultura negra em todas as suas expressões, que também contribuía para que o negro tivesse orgulho de si.

O valor artístico que o grupo ansiava não estava restrito a criar uma companhia teatral de atores negros, mas sim a afirmar o “teatro negro” como um marco na historiografia do teatro. Vale destacar que a entrada de um “teatro negro” no universo teatral do Rio de Janeiro nesse período foi vista com desconfiança, tanto pelos aspectos de formação do grupo, como também pela qualidade cênica que seria apresentada nos palcos. Essa desconfiança é reconhecida e afirmada por Abdias Nascimento, em uma entrevista<sup>28</sup> sobre a montagem de *Imperador Jones*. Ele afirma que “a crítica guardava sérias dúvidas sobre a qualidade de uma produção tão ousada feita pelo TEN, já que o texto de O’Neill é rico e complexo.” (NASCIMENTO, 1979) Esse receio também se apresenta na voz do escritor Ascelino Leite:

---

<sup>28</sup> Abdias Nascimento, entrevista gravada em 1979 no então Instituto de Artes Cênicas, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://ipeafro.org.br/personalidades/aguinaldo-camargo/>. Acesso em 13 de abril de 2018.

Nossa surpresa foi tanto maior **quanto as dúvidas que alimentávamos relativamente à escolha do repertório que começava**, precisamente, por incluir um autor da força e da expressão de um O'Neill. **Augurávamos para o Teatro Experimental do Negro um redondo fracasso**. E, no mínimo, formulávamos censuras à audácia com que esse grupo de intérpretes, quase todos desconhecidos, ousava enfrentar um público que já começava a ver no teatro mais que um divertimento, uma forma mais direta de penetração no centro da vida e da natureza humana. Aguinaldo Camargo em O Imperador Jones foi, no entanto, uma revelação. (LEITE apud NASCIMENTO, 2004, p. 213-214)

Por último a função social pode ser considerada como um dos maiores pilares do TEN. Ela se definiria em ações que obtivessem resultados práticos que interferissem na elevação cultural e social do negro. A função social do TEN, ao mesmo tempo em que foi uma estratégia de ação, foi o que permitiu que o grupo ganhasse novos membros que, mesmo distantes da área teatral, viam no grupo uma possibilidade de engajamento político.

De acordo com Muller (1999), as atividades que o TEN exerceu podem ser analisadas em três frentes organizativas. Sendo assim, nos utilizaremos dessa estrutura para discutir efetivamente as ações que o grupo realizou. Todavia, é importante afirmar que essa divisão não pode ser considerada como fixa ou como um consenso unânime, mas acreditamos que a partir desse desmembramento em três áreas de atuação podemos abordar com mais consistência a forma como o TEN se organizou e executou seu objetivo de criação. As três frentes organizativas aqui discutidas serão: o eixo teatral/artístico, o eixo pedagógico e, por último, o eixo das iniciativas políticas e programáticas que são nosso foco de trabalho.

O primeiro eixo para Muller (1999) se formula no âmbito teatral e artístico do TEN. Através do teatro, os membros do grupo buscavam forjar uma nova consciência negra revoltada<sup>29</sup>, que aproximasse os negros de expressões mais emocionais e sensíveis. Essa perspectiva pode ser entendida dentro do ideal de que o negro, por uma série de aspectos, teria mais propensão à receptividade do lúdico e do dramático. (MULLER, 1999, p.03)

---

<sup>29</sup> O conceito de revoltado aparece em grande parte das obras e fontes históricas sobre o Teatro Experimental do Negro. Essa referência se deve principalmente à analogia feita por Abdias Nascimento com o livro de Albert Camus *L'Homme Revolté*, pois de acordo com Nascimento "a revolta não se limita a expressar a mágoa, mas ela é o âmago da liberdade". Essas ideias se apresentam de forma clara no livro intitulado *o Negro Revoltado*, que reúne fontes históricas acerca do 1º Congresso do Negro Brasileiro realizado em 1950.

Essa ideia é afirmada pelo grupo durante toda sua trajetória e pode ser confirmada pela voz de Nascimento no livro *Dramas para negros e prólogo para brancos* de 1961, obra que reúne nove textos teatrais<sup>30</sup> que foram escritos ou encenados pelo TEN entre 1947 e 1949. No prólogo da obra Nascimento defende que “até podemos assinalar o negro africano como um ator nato, o africano é um ator congênito devido à sua extraordinária emotividade em busca de expressão”. (NASCIMENTO, 1961, p.11) Ao falar do africano, Nascimento defende, juntamente ao TEN, a compreensão da herança africana como uma contribuição para formação brasileira, principalmente a exaltação de um legado que teria atravessado o Atlântico.

Dentro dessa perspectiva, o grupo desde seu início buscou interpretar peças de autores que se ligassem a temáticas relacionadas à cultura negra. Contudo, percebemos que ao utilizar a expressão “cultura negra”, precisamos estar atentos a respeito de sua multiplicidade de sentidos e contextos históricos. Sobre essa questão, Guimarães observa que:

Sob a palavra negra se escondem personas muito diversas: o escravo e o liberto das plantações; o africano, o crioulo, o mestiço e o mulato das sociedades coloniais americanas; o norte-americano, o latino-americano, o africano e o europeu do mundo ocidental pós-guerra. (GUIMARÃES, 2003, p.42)

Observando as muitas “personas” e aspectos que se aglomeram na palavra “negra”, podemos afirmar que inicialmente os textos teatrais representados pelo TEN não se debruçaram especificamente em resgatar elementos africanos, ou autores teatrais negros. Optaram por representar um “tema negro” no que se referia à trama vivida pelos personagens criados pelo escritor inglês Eugene O’Neil, já citado anteriormente<sup>31</sup>. Somente a partir de 1950 o grupo passou efetivamente a buscar espetáculos com textos de autores brasileiros e negros. No que se referia a um legado africano, a execução se restringia a cantos, danças folclóricas, maracatu e até elementos religiosos do candomblé.

Como exemplo desses elementos cênicos, podemos citar a montagem do texto de Joaquim Ribeiro chamado *Aruanda*, que contava com elementos folclóricos da

---

<sup>30</sup>Estão presentes no livro o texto *Filho Pródigo* de Lúcio Cardoso, *O castigo de Oxalá* de Romeu Crusoé, *Auto da Noiva* de Rosário Fusco, *Sortilégio* de Abdias Nascimento, *Além do Rio* de Agostinho Olavo, *Filhos de Santo* de José de Moraes Pinho, *Aruanda* de Joaquim Ribeiro, *Anjo Negro* de Nelson Rodrigues e *O Emparedado* de Tasso da Silveira.

<sup>31</sup>Antes de representar o *Imperador Jones* de Eugene O’Neil em sua estreia, o TEN enviou uma carta ao autor solicitando a autorização para a encenação do texto. Em resposta O’Neil cedeu os direitos autorais não só do texto de Imperador Jones, como de todos os textos que apresentassem personagens negros. A carta foi publicada na íntegra na 1ª edição do jornal *Quilombo* em 09 de dezembro de 1948.

Bahia, através da ambivalência psicológica de uma mestiça e a convivência dos deuses afro-brasileiros com os mortais (NASCIMENTO, 2004, p.215). Através da crítica escrita por Gustavo Dória no *O Globo*, percebemos que mesmo com intenções de afirmar um legado africano, *Aruanda* pode ser interpretada como mais próxima de uma cultura brasileira, marcada pelo regionalismo.

Mas agora, assistindo a sua representação temos que convir que “Aruanda” se transforma, cresce e faz salientar as suas qualidades que são muitas. Não temos dúvida em afirmar **que lançando mão de um tema oriundo da credence popular**, aproveitando um instante de **regionalismo absolutamente nosso**. (DORIA apud NASCIMENTO, 1996, p. 96, grifo nosso)

Pode-se perceber que Gustavo Dória, ao afirmar que o tema do espetáculo seria “oriundo da credence popular”, demonstra a aproximação e a popularidade da religião de matriz africana com o território brasileiro. Porém, o autor é enfático ao afirmar que há a existência de um “regionalismo absolutamente nosso”. Essa especificidade “nossa” a que se refere Dória está diretamente ligada à ideia de se fortalecer uma cultura negra, mas não apenas negra, também brasileira, que permitisse o fortalecimento da nação a partir da afirmação de suas especificidades. Esse ideal também era defendido pelo próprio TEN, o que em certa medida, em um primeiro momento, pode nos parecer contraditório. Porém, Guimarães explica a posição do grupo:

Não propugnavam por uma “cultura negra”, no sentido de um desenvolvimento cultural separado da “raça negra” no Brasil. [...] No entanto, não teria sentido também dizer que seu ideal fosse apenas o de reconhecimento político, enquanto “negros”, mas sem nenhuma vinculação com as “raízes africanas” da cultura nacional. (GUIMARÃES, 2003, p.266)

Uma dessas especificidades da identidade brasileira é apontada por Guimarães (2003). De acordo com o sociólogo, haveria no Brasil uma ausência de influências internacionais, gerando assim a negação de qualquer cultura ou ideia que não fosse a nacional (GUIMARÃES, 2003, p.54). Em outras palavras, a valorização de uma identidade negra não apagava a valorização de uma identidade nacional.

Arelado a essa afirmação, a partir de 1930, a luta pelos direitos civis e políticos dos negros não se distanciou de confirmar a ideia de uma integração nacional, através também de incorporações de valores pertencentes às classes médias e altas. (GUIMARÃES, 2003, p.57) Essa intenção de incorporação se torna perceptível nas palavras de Nascimento ao jornal produzido pelo TEN chamado *Quilombo*:

O teatro experimental do negro não é, nem uma sociedade política, nem simplesmente uma associação artística, mas um experimento psico-sociológico, tendo em vista **adestrar gradativamente a gente negra nos estilos de comportamento de classe média e superior da sociedade brasileira.** (Quilombo, 03/06/1949, p. 35, grifo nosso)

Ao afirmar a busca por “estilos de comportamento de classe média e superior da sociedade brasileira” percebemos a importância do TEN como um movimento que se interessava pela ascensão do negro, dentro dos valores e ideais difundidos na época pelas classes mais abastadas e em sua maioria brancas. Vale lembrar que apesar da busca por integrantes que estivessem à margem da sociedade, o TEN circulava seus ideais e ações em meio à elite intelectual da cidade do Rio de Janeiro.

Esse ideal de integração e assimilação continuou em voga ao longo do tempo, elegendo principalmente a valorização e a defesa da cultura brasileira, que teria como uma de suas raízes a cultura negra.

Voltando às influências presentes no espetáculo *Aruanda*, por exemplo, Edson Carneiro defende que “o candomblé incorpora, funde e resume as várias religiões do negro africano e sobrevivências religiosas dos indígenas brasileiros, com muita coisa do catolicismo popular e do espiritismo.” (CARNEIRO, 1967, p. 39)

Percebemos, portanto, que nesse período, dentro até mesmo do TEN a cultura negra era entendida como uma cultura tipicamente brasileira, ou seja, a cultura expressa no Brasil seria derivada da mistura dos contatos entre distintos grupos que aqui habitaram. Nesse momento, portanto, as ideias presentes no TEN, não buscavam simplesmente reafirmar valores, ideais africanos, mas sim inseri-los dentro de uma cultura brasileira.

Logo, essa afirmação da cultura brasileira pelo TEN, buscava também ideia de “integração social” do negro no Brasil. A ideia de integração, também pode ser discutida, uma vez, que coloca os negros em uma posição de “estrangeiros”, já que negros estavam integrados na sociedade brasileira, só que em uma posição de subalternidade.

Contudo, o TEN em suas ações buscava a “integração”, obtida através de sua elevação cultural por meio da arte. Assim, para Muller, as tentativas de um “novo fazer teatral” do TEN estariam vinculadas inevitavelmente a padrões retóricos de um teatro “tradicional e clássico”, isto é, confirmado pelo uso do palco italiano, na ênfase ao diálogo e no contato com representantes da modernidade teatral. Assim, as “reminiscências africanas” se restringiram apenas a algumas montagens, devido às

dificuldades de sua transposição para esse modelo de teatro. Frequentemente, elas se tornariam apenas visuais e ambientais, estando presentes, por exemplo, nos cenários e figurinos. (MULLER, 1999, p. 03)

Entre as peças que marcaram a história do TEN podemos destacar algumas: *Palmares* (1944), *O Imperador Jones* (1945, 1953), *O moleque sonhador* (1946), Festival do 2º Aniversário do Teatro Experimental do Negro (1946), *Othello* (1946), *Todos os filhos de Deus têm asas* (1946), *O auto da noiva* (1946), *Terras do sem fim* (1947), *O filho pródigo* (1947, 1953), *Recital Castro Alves* (1947), *A família e a festa na roça* (1948), *Aruanda* (1948), *Filhos de santo* (1949), *Calígula* (1949), *Rapsódia negra* (1952), *Festival O'Neill* (1954), *Onde está marcada a cruz* (1954), *Orfeu da Conceição* (1956), *Perdoa-me por me traíres* (1957), *Sortilégio* (1957), *O mulato* (1957), *Sortilégio-mistério negro* (1957), *O castigo de Oxalá* (1961), entre outras.

Partindo para o segundo eixo apresentado por Muller, focamos o caráter pedagógico do TEN, caracterizado pelo interesse na alfabetização de adultos. Essa face do grupo se desenvolvia principalmente através do curso dirigido por Ironides Rodrigues chamado “Curso de Alfabetização e Iniciação Cultural” iniciado em 1944 pelo TEN.

Ironides Rodrigues foi um dos membros de grande destaque do Teatro Experimental do Negro. Além de ministrar as aulas de alfabetização e de cultura geral nos cursos que preparavam o elenco do TEN, também realizava traduções de textos. Rodrigues nasceu em Minas Gerais, porém, após o período de ginásio, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde cursou direito na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, enquanto trabalhava em diversos empregos, como garçom, lanterninha e bilheteiro de cinema. Após a universidade se aproximou do campo jornalístico, escrevendo principalmente críticas artísticas.

Assim como já apontamos anteriormente, todas as atividades do TEN buscavam se integrar em seus objetivos centrais. Dessa forma, a partir do curso de alfabetização e iniciação cultural se pretendia promover a “denúncia aos equívocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros, e trazer à tona a autoconsciência do negro”. A alienação a que Nascimento se refere, no que diz respeito aos estudos afro-brasileiros, dialoga com as compreensões que discutimos na introdução da presente dissertação, onde o negro era colocado como um objeto de estudo ainda vinculado às teorias raciais do século XIX.

As aulas de alfabetização eram ministradas na Sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), e seu público era formado majoritariamente por empregadas domésticas que conseqüentemente passavam a integrar o elenco do grupo teatral. Haviam também operários, pessoas sem profissão definida, modestos funcionários públicos.(NASCIMENTO, SEMOG, 2006, p. 128) Nesse sentido, percebemos que a companhia teatral de Nascimento reunia pessoas que estavam à margem da sociedade, devido à sua cor e também à sua posição social. Ironides Rodrigues comenta sua experiência como diretor do curso:

O Teatro Experimental do Negro tinha por base o teatro como veículo poderoso de **educação popular**. Tinha sua sede num dos salões da União Nacional dos Estudantes, onde aportavam dos subúrbios e dos vários pontos da cidade, **operários, domésticas, negros e brancos de várias procedências humildes**. Ali, a pedido de Abdias, ministrei por anos a fio, um extenso curso de alfabetização em que, além dos rudimentos de português, história, aritmética, educação moral e cívica, ensinei também noções de história e Evolução do Teatro Universal, tudo entremeado com lições sobre **folclore afro-brasileiro e as façanhas e lendas dos maiores vultos de nossa raça**. Uma vez por semana, um valor de nossas letras ali ia fazer conferência educativa e acessível àqueles alunos operários que até altas horas da noite, vencendo um indisfarçável cansaço físico, ali iam aprendendo tudo o que uma pessoa recebe num curso de cultura teórica e ao mesmo tempo prática. Como aprendizado das matérias mais prementes, para um alfabetizado, havia a leitura, os ensaios e os debates de peças como O Imperador Jones, de Eugene O'Neill, História de Carlitos, de Henrique Pongetti, História de Perlimplín, de Garcia Lorca, Todos os filhos de Deus têm asas, Moleque Sonhador, Onde está marcada a cruz, todas as peças de forte conteúdo racial e humano, de Eugene O'Neill. (RODRIGUES, 1998, p. 208-211, grifo nosso)

Novamente vemos que será reafirmada a ideia de cultura afro-brasileira, não africana, sendo também sinônimo de folclore. Essa questão do folclore como categoria será analisada com mais profundidade quando analisarmos o 1º Congresso do Negro Brasileiro.

Para Nascimento essa presença de pessoas marginalizadas pela sociedade gerou grandes mudanças em outros espaços de relações sociais, como por exemplo, o ambiente doméstico, composto por empregadas e suas patroas.

Nesse começo de existência do teatro, houve muita atividade cultural aberta. Mas o mais emocionante foi o movimento das empregadas domésticas. Foi a maior mobilização, uma falava para a outra de nossas aulas de alfabetização. [...] O Teatro Negro se tornou o grande inimigo das donas-de-casa burguesas. Mais tarde, criamos um departamento para estudar os direitos das empregadas domésticas. O TEN nunca foi só um grupo de teatro – era uma verdadeira frente de luta. (NASCIMENTO; SEMOG, 2006, p. 128)

O departamento a que se refere Abdias Nascimento foi criado somente em 1950, chamado de Conselho Nacional das Mulheres. Tinha como foco abordar os problemas das mulheres negras, partindo de suas próprias perspectivas para conseguirem melhores condições para si e seus filhos. O Conselho foi liderado por Maria Lourdes Vale Nascimento, na época esposa de Abdias Nascimento. O departamento contava também com o auxílio de Guiomar Ferreira de Mattos, Guerreiro Ramos, Mercedes Baptista<sup>32</sup> e Milka Cruz<sup>33</sup>. O projeto, além de abarcar as demandas das empregadas domésticas, ministrava aulas de teatro e ballet para crianças.

Os objetivos do departamento criado dentro do TEN são abordados na matéria realizada pelo jornal *O Quilombo* em 09 de maio de 1950, deixando claro que o departamento feminino tinha por objetivo “lutar pela integração da mulher negra na vida social, pelo seu alevantamento educacional, cultural e econômico”. Tal objetivo mais uma vez vai de encontro aos propostos desde a criação do TEN.

A presença e a militância de Maria Lourdes Vale Nascimento devem ser abordadas, mesmo que de maneira breve, devido à sua grande importância dentro do Teatro Experimental do Negro. A assistente social, jornalista, professora e ativista contra o “preconceito de cor” conduziu a coluna “Fala a Mulher” do jornal *Quilombo* entre 1948 e 1950, e se destacou no Serviço de Assistência Social da Guanabara como defensora da “infância negra”. (XAVIER, 2015, p.03)

---

<sup>32</sup> Mercedes Baptista foi uma bailarina e coreógrafa brasileira. Seu trabalho marca uma guinada no que se refere à dança afro-brasileira. Mercedes Baptista nasceu em Campos dos Goytacazes, mudou-se para o Rio de Janeiro durante sua juventude, onde exerceu diversas profissões. Contudo, nutria o sonho de se tornar artista. Em 1945 começou a frequentar a Escola de Dança da bailarina Eros Volússia, reconhecida por seu método de investigação das danças populares para a criação de um balé brasileiro erudito. Posteriormente, Mercedes entrou na Escola de Ballet do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, onde em 1948 tornou-se a primeira negra a fazer parte do corpo de baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Nesse mesmo período também participava das apresentações ligadas ao Teatro Experimental do Negro, onde veio a conhecer a ativista, coreógrafa e antropóloga afro-americana Katherine Dunham, de quem conseguiu uma bolsa de estudos nos Estados Unidos. Para Paulo Melgaço Silva (2007), Mercedes Baptista ao “retornar para o Brasil, resolve fazer o mesmo que Miss Dunham realizou nos Estados Unidos, ou seja, ela criou o Balé Afro-brasileiro.” Para saber mais consultar: (SILVA JR, 2007), (OLIVEIRA, 2015) e o índice biográfico do Museu Afro Brasil. Disponível em: <http://museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/mercedes-baptista>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

<sup>33</sup> Sobre Milka Cruz sabemos muito pouco. Além de sua participação no Conselho Nacional das Mulheres, sabemos que ela também era responsável pelo curso de datilografia e orientadora pedagógica do curso de alfabetização. Mas em 1956, em uma entrevista para a Revista do Globo, Milka Cruz fala de sua experiência como atriz no espetáculo Rapsódia, e também de sua participação no Teatro Popular Brasileiro. O entrevistador Gasparino Damata ao fim da fala de Milka Cruz, exalta a atriz por ser “símbolo do esforço, da tenacidade, e do talento das nossas patrícias de cor”, dando também alguns indícios sobre a trajetória da atriz ao afirmar que “sem qualquer apoio de família, sozinha por esse mundo de meu Deus, conseguiu se impor e hoje é um nome respeitado no teatro”. (*Revista do Globo*, 24/03/1956, p.62)



De acordo com a historiadora Giovana Xavier, Maria Lourdes construiu representações da mulher negra como trabalhadora, não mais como uma escrava, mas sim como livre. Dessa forma, rejeitava os lugares estereotipados de sexualização, irracionalidade e falta de caráter que em geral predominaram nas representações da mulher negra desde a escravidão. (XAVIER, 2015, p.03) Apesar de Maria Lourdes não participar das discussões intelectuais realizadas nos eventos que discutiremos posteriormente, consideramos que ela elencava em sua coluna para mulheres diversas categorias teóricas que buscavam tecer relações entre o conceito de raça e o de gênero, interligado a símbolos e representações femininas do período.

Como último eixo apontado por Muller, eixo esse que particularmente nos interessa devido à nossa problemática, temos as iniciativas políticas e programáticas do TEN. Acerca desse tipo de estratégia encontramos a organização e realização de eventos de cunho intelectual, político e acadêmico, realizados entre 1945 e 1950. Além dos eventos que destacaremos adiante aqui, se faz necessário também citarmos dentro desse eixo a criação do jornal *Quilombo: vidas, problemas e aspirações do negro*<sup>34</sup>, que circulou entre 1948 e 1950, ganhando destaque dentro da imprensa negra e também se tornando um grande informativo acerca dos ideais do TEN.

A historiadora Daiana de Souza Andrade, em sua análise sobre o periódico criado pelo Teatro Experimental do Negro, aborda a gama diversificada de assuntos em suas colunas e seções. Além da diversidade, Souza também observa que o periódico caracterizava-se como um espaço onde muitos intelectuais escreviam acerca dos problemas sociais e culturais do negro, elencando múltiplos temas e locais. A influência estrangeira nesse aspecto será um ponto marcante no *Quilombo*, como veremos posteriormente.

O *Quilombo*, assim como outras atividades do TEN, também reafirmava seus objetivos e intenções. Assim, no jornal isso se definia através de uma coluna, que em muitas edições é repetida, elencando os interesses fundamentais do jornal e de seus colaboradores.

Trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico. Para atingir esses OBJETIVOS o Quilombo propõem-se:

---

<sup>34</sup> Na dissertação de Daiana de Souza Andrade (2016) há a presença de informações que demonstram a tiragem do periódico *Quilombo: vidas, problemas e aspirações do negro*, porém, a historiadora destaca a dificuldade de serem precisos ou verdadeiros os números, porém, cita o levantamento elaborado por Miriam Ferrara que afirma que a tiragem variava entre 2.000 a 3.000 exemplares por edição. (ANDRADE, 2016, p.50)

- 1–Colaborar na formação da consciência de que **não existem raças superiores nem servidão natural**, conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência;
- 2 – Esclarecer ao negro de que **a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado**, não devendo, por isso, constituir motivos para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso;
- 3 – Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, **sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares**;
- 4- Combater os **preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição**;
- 5 – Pleitear para que seja previsto e definido o **crime de discriminação racial e de cor em nosso código**, tal como se fez em alguns estados de Norte-América e na constituição Cubana de 1940. (Quilombo, 09/12/1948, p. 03, grifo nosso)

Os objetivos citados convergem com os já anunciados desde a fundação do Teatro Experimental do Negro, buscando a valorização do negro em todos os âmbitos da sociedade. Porém, através dos objetivos expostos no periódico conseguimos nos aproximar com maior precisão da compreensão de alguns conceitos e também de ações mais precisas referentes à legislação do Brasil.

No primeiro objetivo o conceito de raça é destacado, porém relacionado ao combate de teorias que se afirmassem em relações de superioridade e inferioridade. A luta antirracista aqui assume uma espécie de parceria com os papéis centrais que as instituições religiosas, científicas e filosóficas exerciam. No segundo objetivo a escravidão é apresentada como um fenômeno superado no, logo não haveriam mais motivos para se nutrirem, entre os negros, "ódios, ressentimentos, ou inibições". Entendemos esse aspecto como uma resposta aos que afirmavam que o TEN estaria criando no Brasil um "racismo reverso"<sup>35</sup>, ou seja, incentivando um "preconceito contra pessoas brancas", ao mesmo tempo em que fortalecia a assunção do orgulho de ser negro, sem nenhum motivo para se envergonhar de seu passado.

No terceiro objetivo percebemos que desde a criação do TEN a educação será uma ferramenta utilizada para se combater a desigualdade social em que o negro se

---

<sup>35</sup> Sobre o termo muito utilizado na atualidade, a filósofa Djamila Ribeiro nos alerta para a compreensão dos conceitos e afirma que "racismo é entendido como um sistema de opressão e, para haver racismo, deve haver relações de poder, sendo assim negros não possuem poder institucional para serem racistas quando observamos que população negra sofre um histórico de opressão e violência que a exclui." Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/racismo-reverso-e-a-existencia-de-unicornios-205.html>. Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

encontrava. Outra característica importante sobre o terceiro objetivo é a presença de propostas que podem indicar princípios dos interesses em se criarem políticas afirmativas que contribuíssem para a entrada de negros em instituições de ensino.

Marcia Contins e Luiz Carlos Sant'ana apontam que as políticas afirmativas têm sua origem nos Estados Unidos, principalmente devido à associação com “a luta pela dessegregação e pela reivindicação da extensão dos direitos civis aos negros”. (CONTINS; SANT'ANA, 1996, p.210) Porém, as aplicações de ações afirmativas no Brasil só serão discutidas com certo atraso, quando comparadas aos Estados Unidos, e isso se deve, em grande medida, à dificuldade em se reconhecer no Brasil um problema racial, devido às especificidades de nossa pós-abolição.

Uma primeira grande dificuldade para a efetivação do princípio da ação afirmativa no Brasil reside no fato de contrariamente a experiência dos EUA não haver existido na história recente do país uma prática legal de discriminação racial. Pode-se dizer que praticamente desde 1888 a lei não distingue brancos de negros. Essa situação é bastante diferente do caso americano onde a abolição da escravidão (1863) não significou o fim de um sistema jurídico de segregação racial o qual somente será derrubado como vimos na década de 60. A constatação da inexistência de prescrição legal não implica obviamente a ausência de conflito racial e mesmo de discriminação de fato, no entanto uma vez que o Estado não a sanciona fica bem mais difícil à cobrança de responsabilidade. Como agravante temos que a ideologia oficial vende a imagem da prevalência entre nós de uma harmonia racial, trata-se da conhecida e um pouco gasta embora ainda eficaz democracia racial brasileira. (CONTINS; SANT'ANA, 1996, p. 214-215)

Nos últimos dois objetivos, percebemos propostas contra os “preconceitos de cor e de raça” no Brasil. Acerca disso, gostaríamos de destacar duas possíveis análises que podem ser pertinentes para a compreensão desse trecho. A primeira se refere à presença de argumentos que demonstrem o caráter negativo das discriminações. Para demonstrar esse aspecto, a discriminação é entendida como um “atentado contra a civilização cristã”, aspecto curioso se pensarmos em como a predominância do cristianismo também contribuiu em certa medida para justificar e manter o colonialismo e conseqüentemente a escravidão.

A segunda perspectiva interessante nesse trecho é a presença da diferenciação entre preconceito de cor e preconceito de raça. Em relação a isso Guimarães (2004) pode nos ajudar a compreender a distinção entre os dois termos, ou melhor, compreender a imprecisão relacional das expressões. Para o autor há que se destacar que

estamos tratando de categorias abstratas que nos auxiliam a entender determinados pensamentos sociais em determinados períodos históricos.

Posto isso, observamos que a imprecisão dos termos está relacionada às discussões empregadas por diversos intelectuais que se debruçaram sobre as relações raciais brasileiras. Como já destacamos anteriormente, a especificidade do Brasil despertava o interesse e subsidiava diferentes análises. No artigo *Preconceito de cor e racismo no Brasil*, de Antônio Guimarães, o autor traça a trajetória das interpretações do preconceito racial e de cor a partir dos anos 40. De maneira breve, buscaremos demonstrar a predominância de dois autores especificamente: Franklin Frazier e Hebert Blumer.

De acordo com Guimarães (2004), nesse momento o sociólogo americano Herbert Blumer será responsável por entender e conceituar o preconceito racial, entendendo-o como:

Um processo coletivo, que opera pelos "meios públicos em que indivíduos que são aceitos como porta-vozes de um grupo racial caracterizam publicamente um outro grupo racial", definindo, neste processo, seu próprio grupo. Para Blumer, isso equivale a colocar ambos os grupos em relação recíproca, definindo suas respectivas posições sociais. São quatro os sentimentos que, segundo Blumer, estarão sempre presentes no preconceito racial do grupo dominante: (a) de superioridade; (b) de que a raça subordinada é intrinsecamente diferente e alienígena; (c) de monopólio sobre certas vantagens e privilégios; e (d) de medo ou suspeita de que a raça subordinada deseje partilhar as prerrogativas da raça dominante. (GUIMARÃES, 2004, p. 17)

Já o conceito de preconceito de cor será estabelecido pelo sociólogo americano Franklin Frazier. De acordo com o autor, o preconceito de cor está intimamente ligado à cor negra mais carregada, que pode coincidir com os problemas relacionados ao status social. Em outras palavras, o preconceito de cor seria “um sintoma da incompletude da revolução burguesa e da sociedade de classes, seria uma persistência do passado, enquanto “negros” e “mulatos” seriam apenas metamorfoses do escravo”. (FERNANDES apud GUIMARÃES, 2006, p.20)

Mesmo destacando aqui de maneira precisa a distinção dos dois pressupostos e seus respectivos autores, a partir do trecho do periódico do Teatro Experimental do Negro, notamos que ao afirmar o “combate aos preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam” não há a presença de uma real distinção, ou o interesse em se diferenciar os dois aspectos nesse período dentro do movimento negro.

A respeito da organização editorial do periódico *Quilombo*, contamos com 21 colunas, sendo 14 fixas: *Livros*, *Tribuna estudantil*, *Escolas de Samba*, *Cinema*, *Música*, *Rádio*, *Negros na História*, *Fala a Mulher*, *Pelourinho*, *Democracia Racial*, *Cartaz*, *Sociais*, *Close Up* e *Notícias do Teatro Experimental do Negro*. As colunas móveis podiam se tratar de destaques para eventos ou notícias.

O Teatro Experimental do Negro seria assim detentor da organização geral do jornal. No cargo de diretor responsável temos Abdias Nascimento, ao lado de Maria Lourdes Vale Nascimento como diretora gerente. Ambos publicavam no jornal, bem como diversos outros intelectuais que integravam as discussões raciais. Neste momento, todavia, nos concentraremos especialmente na coluna *Democracia Racial*, por acreditarmos que o debate intelectual ali travado, e seus autores, dialogam com nossos interesses acerca dos eventos programáticos do TEN bem como os eventos afro-brasileiros.

A coluna “Democracia Racial” dentro do jornal *Quilombo* será mantida em todas as publicações, sem apresentações a respeito do que seria discutido, ou de qual era a compreensão de tal conceito dentro do TEN. A coluna irá perpassar por diferentes temas, objetos e elaborações textuais. Ao longo de dez edições<sup>36</sup> encontramos nove textos de grandes nomes da sociologia e da antropologia brasileira: Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Paul Vanorden Shaw, Orestes Barbosa, Hamilton Nogueira, Estanislau Fischlowitz, Ralph Bunche, Roger Bastide e Murilo Mendes. Descreveremos de maneira breve os temas e os objetos tratados por cada autor na coluna, a fim de facilitar a compreensão de nossas análises sobre qual era o sentido do conceito de democracia racial utilizado no jornal.

A coluna *Democracia Racial* é inaugurada por um velho conhecido dos estudos das relações raciais brasileiras nesse período. Seu texto para a coluna traz o título *A atitude brasileira*. O pequeno texto de Freyre inicia-se com a seguinte afirmação:

Não há exagero em dizer-se que no Brasil vem se definindo uma **democracia étnica** contra a qual não prevaleceram até hoje os esporádicos arianismos ou os líricos, embora às vezes sangrentos melanismos que uma vez por outra, se tem manifestado entre nós. **Há de certo entre os brasileiros preconceitos de cor. Mas estão longe de constituir o ódio sistematizado, organizado, arregimentado, de branco contra preto ou de ariano contra judeu ou de indígena contra europeu, que se encontra outros países de formação étnica e social**

---

<sup>36</sup> A edição de número sete e de número oito do jornal *Quilombo: vidas, problemas e aspirações do negro* foram publicadas em conjunto em um único exemplar.

**semelhante a nossa.** (FREYRE, Gilberto. Quilombo, 09/12/1948, grifo nosso)

No primeiro parágrafo do texto Gilberto Freyre resume grande parte de sua obra e suas conclusões a respeito da formação brasileira, e a ausência de conflitos gerados por questões raciais. Tais concepções, já estavam presentes nas discussões apresentadas nos primeiros congressos afro-brasileiros da década de 30 que discutiremos posteriormente.

A democracia étnica a que Freyre se remete, contempla o imaginário social de que o Brasil seria um “paraíso racial”, ideia hoje mais conhecida pelo termo “democracia racial”. Porém, para Guimarães (2002) a expressão democracia étnica foi usada pela primeira vez com outro sentido. Freyre teria utilizando-a inicialmente para se referir e se defender de “perseguições fascistas que estava sofrendo no momento”<sup>37</sup>.

Porém, o texto destacado aqui transparece outra perspectiva para o significado da expressão, muito mais aliada, à ideia inicial apresentada aqui de paraíso racial. Nessa assunção também há o destaque da existência do preconceito de cor no Brasil, porém Freyre alerta que tal fato, seria um malefício menor em comparação a outros países que experienciaram um processo de mestiçagem como o nosso.

A afirmação do ideal de democracia racial, exaltando o Brasil como um modelo a ser seguido no que diz respeito à convivência entre distintas raças e heranças culturais, perpassará diretamente ou transversalmente todos os outros textos da coluna Democracia Racial. Outro exemplo é o texto de Arthur Ramos acerca da mestiçagem e seu caráter positivo para a formação do Brasil, que afirma:

A base geral da população brasileira está constituída pela mistura inicial, no físico e na cultura, do elemento lusitano com o índio e o negro, base sobre que viriam se enxertar novas misturas de recentes elementos de extração europeia. (RAMOS, Arthur. Quilombo, 09/05/1949)

Paul Vanorden Shaw, Rauph Bunche e Estanislau Fischlowitz e Roger Batide, foram os quatros estrangeiros a publicarem na coluna Democracia Racial. A presença estrangeira demonstra como o jornal interligava diferentes frentes de pensamentos. Paul Vanorden Shaw neste momento era representante da Organização das Nações Unidas. Em seu texto, Shaw busca elogiar o trabalho de Rauph Bunche nas negociações nos conflitos relacionados à Palestina. Já Rauph Bunche, por sua vez, relembra a formação

---

<sup>37</sup>De acordo com Guimarães esse conflito é descrito por Gilberto Freyre em 1944, onde Freyre afirma que sofria perseguições e ameaças por parte de “sherlocks-mirins a serviço não só de nazistas indígenas como de jesuítas estrangeiros tão inimigos da água quanto do Brasil”. (FREYRE apud GUIMARÃES, 2002)

de um vilarejo criado por um alemão judeu na Pensilvânia. O exemplo de Bunche busca dissertar sobre a solidariedade humana entre os “cidadãos do mundo”. A participação de Estanislau Fischlowitz, disserta sobre o ano de 1950 como o início do século da questão racial e das mudanças das relações entre o novo e velho mundo.

Os três textos estrangeiros, apesar de elencar objetos distintos, entram em pleno diálogo com o momento que a humanidade acabara de viver, com os horrores do holocausto e do racismo científico levados ao extremo pela ideologia nazista. Essa influência também pode ser percebida no texto de Freyre abordado anteriormente. Ao utilizar o termo “arianismos”, o autor faz uma forte referência ao nazismo. Assim, o incentivo da fraternidade humana e da tolerância serão reafirmados com frequência pelos intelectuais desse período, não só no Brasil, mas como em outros países.

Na penúltima edição do jornal nos deparamos com um velho conhecido dos estudos raciais: Roger Bastide. No artigo, o sociólogo traça a origem e a trajetória do movimento negro francês e da luta anticolonial, que ganhava novos contornos identitários através do movimento da Negritude, movimento esse que será tratado com mais atenção no capítulo voltado aos conflitos presentes no I Congresso do Negro Brasileiro de 1950. Por ora, cabe afirmar que Bastide também é enfático em afirmar o Brasil como um “modelo de civilização mestiça” que a França tentava realizar. (BASTIDE, Roger. Quilombo, 09/05/1950)

Outros intelectuais que tiveram espaço na coluna foram Orestes Barbosa e o então senador Hamilton Nogueira. Seus textos têm como tema o processo que culminou no fim da escravidão. Através de uma perspectiva histórica, ambos elegem heróis nacionais que participaram direta ou indiretamente da libertação dos negros, como Joaquim Nabuco, Zumbi, Princesa Izabel, General Manoel Deodoro da Fonseca, entre outros.

Como última participação, temos a crítica realizada por Murilo Mendes após assistir o espetáculo da bailarina afro-americana Katherine Dunhan. De certa forma, o texto parece deslocado das categorias utilizadas nos outros textos, uma vez que o autor centra suas avaliações nos cenários e da presença cênica dos artistas. Ainda assim, em meio a uma análise ligada ao meio artístico, Mendes observa que não devem haver separações entre a “arte negra e a arte branca” para não se criar um “racismo às avessas”. (MENDES, Murilo. Quilombo, 10 de junho-julho de 1950)

Uma curiosidade a respeito de Katherine Dunhan foi que, durante sua estadia no Brasil, a bailarina foi impedida de entrar no hotel em que se hospedaria por ser negra<sup>38</sup>, fato esse que em nenhum momento foi apontado no texto de Murilo Mendes e que causará grande impacto na legislação brasileira sobre discriminação racial, como veremos no próximo capítulo.

Finalizando, cremos que as impressões quanto à coluna Democracia Racial nos dão pistas para diversas compreensões de sua função e também objetivos, que em um primeiro olhar podem ser considerados contraditórios, uma vez que muito dos ideais defendidos na coluna pelos intelectuais não iam de encontro com os objetivos do Teatro Experimental do Negro.

Ainda assim, podemos ver outros aspectos que podem indicar outras compreensões. Para Andrade (2016), a coluna pode ser entendida como um local em que o “movimento negro aceitava a palavra dos intelectuais sobre seus problemas”. Em outra interpretação, Guimarães (2003) aponta que o jornal seria um “porta-voz da doutrina da democracia racial”, e a contradição na verdade seria uma falsa percepção, dado que a expressão democracia racial nesse momento se apresentaria como um sinônimo de uma luta antirracista pós - Segunda Guerra Mundial. Guimarães afirma que a democracia racial no jornal do TEN seria:

Uma retórica de uma coalizão progressista e antirracista, que estendera o significado mais restrito e conservador da “democracia étnica” de Gilberto Freyre, que glorificava o lugar do negro nas sociedades de colonização lusitana, para transformá-lo em palavra de ordem de uma inserção igualitária, em termos materiais, políticos e culturais. (GUIMARÃES, 2003, p. 266)

No próximo capítulo veremos como as discussões intelectuais ganharam mais força dentro do Teatro Experimental do Negro e avançaram para além das colunas do jornal. Abordaremos a organização da Convenção Nacional do Negro realizada entre 1945 e 1946. A partir do evento pretendemos analisar os conceitos referentes às relações raciais defendidos por intelectuais presentes no evento e a sociabilidade em que estavam inseridos.

---

<sup>38</sup> Em 1950 Katherine Dunham veio se apresentar no Brasil com sua companhia de dança, “Katherine Dunham Company”, composta essencialmente por bailarinos negros. Ao chegar a São Paulo foi proibida de se hospedar no Hotel Esplanada. O motivo era que o hotel em questão não aceitava hóspedes negros.



## CAPÍTULO 2

### A CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO: PRÍNCIPIOS DA FORMAÇÃO DE UMA REDE DE SOCIABILIDADE INTELECTUAL

*Com o aparecimento do Teatro Experimental do Negro - TEN - delineia-se em nosso país uma nova fase nos estudos sobre o negro. Até então o negro tem sido estudado como uma espécie de fósil ou múmia cultural, ou quando menos, de um ponto de vista puramente descritivo (literário, antropológico, etnográfico, etc.). O TEN, entretanto, constitui-se em matriz de iniciativas e estudos que objetivam, de um lado, acelerar a integração das massas de homens de cor na sociedade brasileira e, de outro lado, examinar o nosso problema do negro à luz de uma sociologia militante que supere o vício do academicismo e indique rumos e soluções práticas.*

(Abdias Nascimento, 1950)

Nas palavras de Abdias Nascimento, inicia-se com o Teatro Experimental do Negro uma nova fase sobre os estudos do negro, onde aspectos puramente antropológicos e etnográficos ficariam em um segundo plano, abrindo espaço para estudos que pudessem contribuir para os problemas reais que a população negra enfrentava nesse momento. A fala de Nascimento nos indica novamente um rompimento com os estudos que já eram realizados por diversos intelectuais na década de 30, como também propõe uma “nova sociologia militante”, proposta pelos próprios ativistas negros. Em outras palavras, o TEN nesse momento buscava superar o debate estritamente acadêmico, eliminando a distância entre a militância e a intelectualidade.

É a partir desse processo de interação entre militantes do movimento negro e estudiosos dedicados aos estudos das relações raciais que pretendemos discutir a categoria de intelectual. Acreditamos que o conceito, na presente dissertação, assume um caráter essencial, pois a partir dos eventos realizados pelo Teatro Experimental do Negro criou-se um rede de sociabilidade de intelectuais, não apenas intelectuais no sentido acadêmico do termo.

## 2.1 O conceito polissêmico de intelectual

Ao usarmos o conceito de intelectual, portanto, percebemos a necessidade de historicizá-lo e de esclarecer como iremos operacionalizá-lo, apontando sua pluralidade dentro dos estudos históricos. Dentro dessa discussão teórica, portanto, a história dos intelectuais pode confluir e permear estudos ligados tanto à história política, quanto à história social ou cultural. Essa amplitude de usos se dá devido ao fato de que a presença de homens e mulheres que são considerados intelectuais é uma realidade em diversas áreas da sociedade, e nos permite novas abordagens.

Assim, uma abordagem da história dos intelectuais, que exige reflexão sobre a própria categoria em sua historicidade e complexidade, está associada ao desenvolvimento do que se tornou conhecido como história cultural e, afiliada a esta, como “nova” história política - ambas, não por acaso, com reconhecimento e compartilhamento internacional também datados do fim do século XX. (GOMES; HANSEN, 2016, p.11)

Para Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016), as novas aberturas que permitem esses novos interesses por conceitos e categorias se devem ao crescimento acadêmico e historiográfico “por questões relacionadas às propriedades e a eficácia do uso de diferentes mídias e linguagens na comunicação de ideias aos mais variados públicos” (2016, p.07) Logo a importância dos conceitos e seus usos dentro das ciências humanas merece atenção, pois, demonstram diferentes entendimentos e conceituações ao longo de sua história. Gomes e Hansen destacam alguns exemplos dessa “retomada de conceitos antigos”, citando pesquisas acerca dos usos e sentidos de hibridismo, tradução, mestiçagem e sincretismo. (2016, p.08)

Ainda que algumas dessas denominações acabem por se sobrepor parcialmente em seus significados e usos, e que, por vezes, a existência de semelhanças faça com que a opção por uma ou outra seja tomada apenas por modismo ou “disputa de rótulos”, os termos escolhidos não são neutros nem poderiam ser utilizados como sinônimos em todas as ocasiões. (GOMES; HANSEN, 2016, p.08)

As historiadoras nos advertem que o estudo dos conceitos a partir de seu potencial analítico pode nos livrar de interpretá-los como fixos ou neutros, possibilitando assim entendê-los como termos utilizados para descrever práticas singulares e com formas específicas inseridas no tempo e no espaço. (GOMES; HANSEN, 2016, p.09)

Dentro desse novo campo de estudos, não poderíamos deixar de citar o debate teórico promovido pelo historiador francês Jean François Sirinelli acerca do conceito de

intelectual. Sirinelli (1996) aponta que a história demorou a se interessar pela história dos intelectuais, propriamente dita. Esse “atraso” se deve principalmente ao período que o autor chama de entusiasmo pelas “massas”, ou seja, o maior interesse nas análises que abordassem as coletividades. Outro fator também seria a certa recusa em eleger indivíduos que estão restritos e que também são pertencentes à “elite” como objeto central de pesquisas acadêmicas, foco esse que poderia indicar um grande vínculo a uma história tida como positivista. (SIRINELLI, 1996, p. 237)

Contudo, outro fator indicado por Sirinelli pode explicar com mais precisão essa “recusa”. Quando tratamos de intelectuais e suas ações políticas estamos inseridos em processos de curta duração, geralmente alinhados com o tempo de produção de determinado indivíduo. Essa proposição vai ao desencontro dos interesses de certa historiografia em centrar-se nas médias e longas durações.

Essas barreiras só foram transpostas, para Sirinelli, entre os historiadores franceses a partir da década de 1980, quando o interesse pelos intelectuais ultrapassou dois limites que o restringiam: os limites biográficos e os limites de generalizações sociais. Dentro desses parâmetros, o interesse pela história intelectual, bem como por entender como esses indivíduos são definidos ou agrupados, representa um campo recente nos estudos historiográficos.

A respeito da pesquisa histórica, Sirinelli (1996) reflete sobre dois questionamentos principais e recorrentes acerca do conceito de intelectuais, sua definição e também delimitação. O primeiro seria pautado pela seguinte pergunta: O que seria um intelectual? Aparentemente o primeiro questionamento de Sirinelli parece simples, porém nos indica a dificuldade em manifestar um único argumento como resposta. O segundo questionamento baseia-se na pergunta: Em qual medida os intelectuais podem causar influências na vida das sociedades, tanto para o bem, quanto para o mal? (SIRINELLI, 1996, p.241)

Não há apenas uma única resposta para essas duas questões, porém a pluralidade de possíveis respostas fortalece a abertura de novos temas e metodologias para os estudos históricos relacionados aos intelectuais. Nesse sentido, para Sirinelli a “história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar em si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.” (SIRINELLI, 1996, p.232)

Para tentarmos elencar ou apontar, possíveis respostas que possam vir a contribuir para o debate acerca da categoria de intelectual, cremos que além de François

Sirinelli, Patrícia Hansen e Ângela de Castro Gomes, nos apropriaremos também dos escritos do historiador Norberto Bobbio. Cremos que a partir desses autores poderemos contribuir primeiramente para responder as questões elencadas por Sirinelli e relacioná-las com o presente trabalho.

Como uma possível resposta para os questionamentos de Sirinelli, Norberto Bobbio (1978) afirma que a noção de intelectual não é algo novo. O termo já vem sendo conhecido e debatido há um longo tempo nas ciências humanas, contudo, não com essa denominação particular exatamente. Bobbio acredita que a noção do que seria propriamente um intelectual perpassa por diversas conceituações e significados ao longo tempo e do lugar onde está inserida, sendo expressa através do uso de distintos termos como sinônimos de intelectual. Por esse ângulo temos inúmeras designações como: filósofos, doutores, homens das ciências, literatos, homens das letras, entre outros.

O nome é relativamente recente, mas o tema é antigo. De fato, o tema é habitualmente introduzido quando se pretende falar do problema da incidência (ou da falta de incidência) das ideias sobre a conduta dos homens em sociedade, e em especial dos governantes presentes ou futuros, com particular referência a um sujeito específico ou mais precisamente a um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de ideias, que desde há um século são normalmente chamados de “intelectuais”. (BOBBIO, 1978, p. 109)

Para Bobbio mesmo que o termo ou os estudos interessados por sua significação possam a vir serem recentes, como já apontava Sirinelli, eles já estavam em discussão evidente na construção dos saberes e do conhecimento, pois, em diversos momentos da história encontraremos sujeitos “responsáveis” pelo campo das ideias.

Considerados sujeitos a quem se atribui de fato, ou de direito a tarefa específica de elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias, concepções do mundo ou simples opiniões que acabam por constituir ideias ou os sistemas de ideias de uma determinada época e de uma determinada sociedade. (BOBBIO, 1978, p.110)

A respeito da relação entre esses intelectuais e sua influência na sociedade, Bobbio destaca que há uma conexão intrínseca entre os indivíduos considerados intelectuais e o poder político que exercem a partir de suas relações. Esse poder político não se apresenta através da coerção e sim pelo convencimento advindo de suas visões de mundo, ou seja, o poder político dos intelectuais estará entre linhas tênues de distintos sentidos de poderes. (BOBBIO, 1978, p.112)

De forma mais específica, o problema dos intelectuais é o problema da relação entre os intelectuais – com tudo o que representam e ideias, opiniões, visões de mundo, programas de vida, obras de arte, do

engenho, da ciência – e o poder (quer dizer, o poder político). Desde que por intermédio de suas obras os intelectuais também exercem um poder, ainda que mediante a persuasão e não a coação, nas formas extremas de manipulação ou de falsificação dos fatos por meio de uma violência psicológica, que é sempre diversa da violência física a que o poder político recorre em última instância, à relação entre intelectuais e poder pode muito bem ser configurada como relação entre duas diferentes formas de poder. (BOBBIO, 1978, p.112)

Essa relação, por conseguinte, não pode ser vista de maneira separada, pois os ideais e visões de mundo produzidas por esses agentes podem legitimar ou não relações de poder e a tomadas de decisões que definem relações não só no campo intelectual, mas por todos que ele perpassa. Sobre essa relação o sociólogo Lewis A. Coser agrupa quatro sentidos entre as relações que envolvem os intelectuais e o poder. A primeira seria uma situação rara onde os intelectuais estariam no poder; a segunda se daria quando os intelectuais procuram influir sobre o poder, porém sem estar nele diretamente; o terceiro sentido para Coser é exercido quando os intelectuais se dedicam a legitimar o poder, experiência comum em regimes autoritários.

O contrário também é possível, ele se expressa na quarta proposição de Coser, onde os intelectuais combatem diretamente o poder. (COSER apud BOBBIO, 1978, p.112-113) Bobbio ainda acrescenta uma quinta proposição sobre essa relação, a de intelectuais que se apartam das relações políticas de poder, afirmando que “seu reino não é deste mundo”. (BOBBIO, 1978, p.113)

Sirinelli, ao definir quem seriam os intelectuais, disserta também sobre a aproximação dessa categoria com a aquisição de capitais culturais e sociais, defendendo que a partir da existência de cargos, os intelectuais podem ser “divididos” em duas acepções, tendo como referência principal a história francesa. A primeira acepção definiria intelectuais em uma forma mais ampla, abarcando criadores e mediadores culturais, como por exemplo, jornalistas, escritores, professores, eruditos.

A segunda acepção seria definida de maneira mais específica e mais próxima de nosso trabalho. Ela baseia-se no engajamento exercido por estes sujeitos na vida social da cidade e no meio político. Essa definição pode ser percebida através de assinaturas de manifestos, participações em congressos de viés político-partidário, entre outros envolvimento. Para Sirinelli (1996, p.242) as duas acepções são existentes e válidas, e destacam o caráter polissêmico da noção de intelectual, que permite ao historiador a abertura para estudos aprofundados sobre essa temática.

Esse sentido amplo corrobora com as delimitações possíveis da categoria de intelectual de Hansen e Gomes, pois dessa forma a vocação científica se torna um fator importante ao discutimos esses agentes.

Na acepção mais ampla que aqui consideramos são homens de produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social. (GOMES; HANSEN, 2016, p.10)

Mesmo destacando a importância de uma produção de conhecimentos, é necessário juntamente a esse ponto, dialogar com a desconstrução do ideal do intelectual como um indivíduo único, que por si só pode ser considerado como um gênio, isolado de toda e qualquer relação social à sua volta. Considerar o espaço que essas relações ocupam na vida desses intelectuais nos ajuda a compreender o intelectual inserido em um movimento de circulação de suas próprias produções culturais, apontando a importância das diversas ligações com seus pares no meio social que possibilitam um espaço de sociabilidade que inclui diversas trocas.

Com base nessas considerações, acreditamos que os agentes reunidos pelo Teatro Experimental do Negro desde sua criação nos apresentam indícios de que seus membros podem ser entendidos dentro desse círculo de intelectuais. Principalmente a partir das intenções de realização dos eventos programáticos que trataremos aqui, compreendo o engajamento nos estudos das relações raciais como uma forma de caracterizá-los.

Assim sendo, os eventos do TEN, que reuniam intelectuais com distintas formações e cargos, podem ser enquadrados em uma estrutura de rede de sociabilidade específica. Pois, ao tratarem de uma temática voltada para os problemas sociais e culturais do negro, durante um período em que o Brasil buscava se consolidar como uma nação moderna, acabaram por integrar uma rede de sujeitos produtores de conhecimento acerca da temática.

De acordo com Sirinelli (1996), o conceito de rede de sociabilidade está intrinsecamente ligado à categoria de intelectuais, em razão de que os intelectuais também são definidos a partir do diálogo com seus pares, através de distintas visões de mundo, posições contrárias e interesses em comum nos mais diversos contextos. Logo, elementos como ambiente social, cultural e seus integrantes formam posicionamentos,

concepções e entraves entre distintos intelectuais que integram esses círculos, e suas ideias podem ou não ganhar difusão em meio ao campo ideológico.

Na verdade, na fronteira entre a história das ideias políticas, evocadas em outro capítulo, e a história dos intelectuais, um vasto campo de pesquisa, o da aculturação dessas ideias no meio dos intelectuais, se abre ao pesquisador. E a exploração desse campo se fará pela reinserção destas ideias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico. (...) Por que algumas 'ideologias' – ao mesmo tempo princípios de inteligibilidade e elementos de identidade para os intelectuais – se aclimatam no meio intelectual, adquirem vigor em certos terrenos e se enfraquecem em outros momentos? (SIRINELLI, 1996, p.258)

Acreditamos que o Teatro Experimental do Negro, ao propor eventos que se dedicassem ao campo intelectual, buscava além de produzir um “novo conhecimento”, obter reconhecimento intelectual em meio a uma rede de sociabilidade já existente desde os eventos afro-brasileiros da década de 30. Essa intenção de integração em meio a essas discussões vai de encontro com as afirmações de Sirinelli a respeito de intelectuais buscarem organizar-se em torno de um ideal ou tema que desperte interesses amplos para a construção do conhecimento. Nesse contexto, portanto, compreender como haviam se estabelecido as relações raciais brasileiras e quais seriam seus seguimentos no futuro do país constituem um ponto em comum entre esses agentes.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 1996, p. 248)

As relações raciais no Brasil, assim como as propostas de eventos sugeridas pelo Teatro Experimental do Negro, elencam características e oportunidades para a ampliação de uma rede de sociabilidades já existente. Contudo, o TEN provoca uma aproximação entre dois sentidos que antes poderiam ser vistos como opostos, o da militância e do academicismo.

Ao falarmos de academicismo não estamos usando o termo em seu sentido negativo, apenas estamos lhe conferindo um caráter acadêmico que permeava os eventos anteriores aos realizados pelo TEN. Essa distinção pode ser entendida se lembrarmos que nos eventos afro-brasileiros a presença de ativistas negros se restringia a uma única comunicação, ou a elementos religiosos restritos ao entendimento cultural.

O “problema do negro” não era uma novidade entre os intelectuais. Todavia, a partir do Teatro Experimental do Negro em 1945 houve uma abertura para se realizar trocas, debates e disputas que reuniam diversos modelos explicativos históricos e sociológicos da presença africana no Brasil e seu papel na formação da nacionalidade. Assim, os eventos realizados pelo TEN constituíam um pequeno mundo, onde laços se atam, desatam ou entram em conflito. (SIRINELLI, 1996, p.248)

A presença de uma intelectualidade dentro do Teatro Experimental do Negro já é apontada pelo sociólogo e membro do grupo Guerreiro Ramos<sup>39</sup>. Para o autor a configuração do TEN e seus projetos de relevância social e elevação cultural para os negros formaram uma *intelligentsia*<sup>40</sup>, caracterizada por uma elite, que a partir do grupo se dedicaria a um projeto audacioso para “influenciar e conduzir as massas negras em um caminho que se assimilasse aos altos padrões sociais, considerados aceitos e bem vistos pelas classes superiores.” (RAMOS, 1950, p. 49-50).

Mas não bastaria este reconhecimento para nos unir. A ele se acrescenta uma generosidade, um desejo de elevar o nível cultural dos homens de cor deste país, extinguindo os equívocos em que grande parte deles laboram, corrigindo os seus vícios de conduta, oferecendo-lhes ensejo de melhor realização de suas potencialidades. **Neste sentido é que não hesito em dizer que no Teatro Experimental do Negro está formando-se uma intelligentsia, uma elite.** Ora uma intelligentsia, uma elite é, sobretudo, uma espiritualidade e uma missão. De nossa forma espiritual temos dado os testemunhos mais eloquentes. Nosso Teatro é, no gênero, a iniciativa de maior vitalidade, de mais alto nível artístico e de maior complexidade e consistência ideológica, em nosso meio. **(Nem parece o que ordinariamente se chama ‘coisa de negro’. Numa certa acepção, ele é uma das realizações mais ‘brancas’ do Brasil). A nossa missão é instalar na sociedade brasileira mecanismos de integração social dos homens de cor, é transformar a luta de classes num processo de cooperação, é desenvolver nos homens de cor os estilos das classes superiores.** (RAMOS, 1950, p. 49-50, grifo nosso).

---

<sup>39</sup> Guerreiro Ramos é um dos maiores nomes da sociologia brasileira, contribuindo de maneira decisiva para o crescimento da disciplina. Diplomou-se em ciências pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, depois também se formou em direito. Conheceu Abdias Nascimento ainda durante sua passagem pelo integralismo. No TEN ocupou um lugar de extrema relevância e prestígio, integrando a organização de eventos intelectuais. Além de ter ocupado o cargo de diretor do Instituto Nacional do Negro em 1949, que era o órgão responsável por realizar seminários de grupoterapia e psicodrama, que visavam a desenvolver uma terapia para a consciência do negro. (NASCIMENTO, 2004, p. 223) O Instituto Nacional do Negro realizava atividades que envolviam “oportunidades terapêuticas, de cunho psicológico, ao mesmo tempo discutindo criticamente aspectos da realidade social abordada no ato terapêutico”. (NASCIMENTO, 2003, p.346)

<sup>40</sup>A palavra *intelligentsia* foi retirada das fontes consultadas, e é grafada ora como “*intelligentsia*”, ora como “*intelligentzia*”.



Ao fim dos apontamentos de Guerreiro Ramos notamos que o caráter intelectual do TEN se orientava por padrões que deveriam ser conquistados, sinônimos de elevação e esclarecimento ligados a uma “elite branca”, na qual através do conhecimento e da divulgação da produção intelectual os negros conseguiriam se integrar totalmente. Vemos aqui o associativismo como um caminho para a população negra. Essa postura fará parte de vários discursos entre os militantes do TEN ao longo de sua trajetória. Contudo, em alguns momentos dará espaço para outros ideais, como veremos posteriormente.

Vale ressaltar que o conceito de *intelligentsia* utilizado por Guerreiro Ramos para representar um determinado segmento da sociedade, apesar de se inspirar originalmente na ideia de um grupo de intelectuais "que produz e difunde ideias que contribuam para a reforma social ou para o processo revolucionário, é apropriado em um sentido manheimiano, ou seja, o de um "intérprete em geral da sociedade". Por isso mesmo, Guerreiro Ramos recusa qualquer solução do tipo "partido de negros", na medida em que "o homem de cor, entendido como homem-massa, não estaria habilitado às funções de mando, as quais, como é sabido, supõem uma longa aprendizagem. Caberia à *intelligentsia* negra promover a elevação social e sem conflitos da "massa negra". (MAIO, 1997, p. 272)

A presença de uma elite dentro do TEN, portanto, se apresenta quase como um sinônimo do termo intelectual. Contudo apesar de estar em total ligação com o TEN, essa elite não se restringiria apenas a intelectuais negros como veremos nas análises dos eventos programáticos. O esforço para superar o “descompasso” entre negros e brancos seria, portanto, feito pelos dois grupos a partir de debates e estudos sobre a simbólica condição de cidadão livre adquirida pelo negro após o fim da escravidão e seus problemas na sociedade brasileira moderna. (MAIO, 1997, p. 273).

Todavia, as intenções do TEN em se afirmar como formador de uma *intelligentsia*, que se responsabilizaria pela elevação cultural do negro, também foram alvo de críticas severas na época. De acordo com o sociólogo Túlio Custódio, tais críticas consideram essa intenção elitista como uma forma clara de distanciamento com outros grupos ligados à história do movimento negro de caráter mais popular. (CUSTÓDIO, 2012, p.38).

Nesse sentido, o sociólogo Luís Aguiar Costa Pinto, participante ativo dos eventos realizados pelo TEN, tece algumas considerações a respeito desse caráter elitista. Costa Pinto disserta que em um período marcado por mudanças na sociedade, as associações negras poderiam ser divididas entre “associações tradicionais” e “associações de novo tipo”. (COSTA PINTO, 1953)

Para Costa Pinto, as associações tradicionais se caracterizam por se afirmarem através de aspectos mais direcionados para atividades recreativas ou religiosas, assinalando principalmente “a contribuição do africano à estética, à música, à coreografia, à mítica, em suma, à cultura de folk brasileira”. (COSTA PINTO, 1953, p. 257)

Já as associações de novo tipo se preocupam com a formação de um “novo negro” que não mais é um escravo, enfatizando e buscando promover a presença de negros em todas as classes sociais e em distintas formações. Costa Pinto é enfático ao afirmar que são as associações de novo tipo que podem ser consideradas como “genuínas associações do brasileiro negro”. Nesse trecho percebemos que o autor primeiro diz “negro brasileiro”, porém, se autocorrige e passa a dizer “brasileiro negro”. O autor se utiliza dessa inversão das palavras para defender que as experiências vivenciadas pelo negro no Brasil não são exemplares da “saga de um africano” em terras estrangeiras, mas sim experiências culturais e sociais dos brasileiros etnicamente negros. (COSTA PINTO, 1953, p.231)

As segundas, as associações de novo tipo - das quais passaremos a nos ocupar agora — é que são, neste sentido, **as genuínas associações do negro brasileiro, ou, como talvez fosse melhor dizer, do brasileiro negro**, pois nelas, na sua estrutura, função e ideologia, o que se exprime não é a saga do africano na terra estranha que para ele, era a nossa terra - mas a história viva e contemporânea das aspirações, das lutas, dos problemas, do sentir, do pensar e do agir de brasileiros, social, cultural e nacionalmente brasileiros, etnicamente negros. Elas são novas não apenas no sentido cronológico; são, também, sociologicamente novas, no sentido de que resultam de situações relativamente recentes na história social deste País, das quais surge, inclusive, um novo negro não-escravo, um negro não-africano, um negro não-servil, um negro não-trabalhador rural, um negro não-ignorante; ou, visto ao reverso, um negro brasileiro, livre, proletário, de classe média, ou intelectual, urbano, inconformado com as pechas e os clichês que sobre ele existem. (COSTA PINTO, 1953, p.231-232, grifo nosso)

Dentro dessa divisão elaborada por Costa Pinto, o Teatro Experimental do Negro se encaixaria dentro das associações de “novo tipo”, primeiramente por muitas vezes se reafirmar como responsável pela ascensão social do negro e também por atrair uma elite que permitiria observar certa diferenciação de classe entre os negros. (COSTA PINTO, 1953, p. 259)

Assim nasceu o TEN, cujo sucesso no palco despertou a atenção de outros negros que a ele se agregaram, ampliando a estrutura e os objetivos do movimento, que durante algum tempo seria a mais legítima ideologia da **pequena burguesia intelectualizada e**

**pigmentada no Rio de Janeiro** e, sem dúvida, no País. (COSTA PINTO, 1953, p.247, grifo nosso)

A crítica de Costa Pinto, portanto, faz uma abordagem principalmente de classe a partir dos integrantes do Teatro Experimental do Negro. No entendimento do sociólogo Márcio José de Macedo (2005), Costa Pinto “entende a ideia de elite como um projeto reacionário de uma pequena burguesia negra que busca legitimar a sua situação de classe”. (MACEDO, 2005, p.232) Corroborando com Macedo, Custódio (2011) observa que Costa Pinto entende a elite negra criada e reunida no TEN, apontada nos escritos de Guerreiro Ramos, como uma figura de grupo e principalmente de classe. (CUSTÓDIO, 2011, p.39)

Nessa perspectiva, Maria Angélica Motta Maués (1997) retoma nossas considerações a respeito da busca de prestígio do Teatro Experimental do Negro através da formação de uma rede de intelectuais, indo além das considerações de Costa Pinto sobre a elite que se constituiu no TEN:

Trata-se, mais do que isso, ou nessa mesma perspectiva, de uma postura elitista – no sentido mais imitativo daqueles intelectuais de quem desejavam o aval e o posto – ou da disputa mais política que acadêmica de um campo intelectual: o dos estudos das relações raciais (de negros e brancos) no Brasil. Que, no caso dos atores em questão, significa falar de lideranças políticas do meio negro que são, ao mesmo tempo, os intelectuais da raça, vis-à-vis estudiosos brancos com ou em busca de reconhecimento acadêmico, numa área de trabalho específica que nessa feição mais moderna, vai se configurar melhor nesse momento. Em se tratando das lideranças negras ligadas ao TEN, o quadro rapidamente indicado acima ganha força e nitidez, pois elas constituem o caso exemplar daquela disputa (unilateral diga-se) que não se dera em 1930 – quando não podia mesmo se colocar – nem vai se dar mesma forma em 1970”. (MAUÉS, 1997, p. 162)

As disputas e entraves a respeito dos intelectuais ligados ao Teatro Experimental do Negro ganharam força a partir principalmente dos ideais e das considerações tecidas durante a programação dos eventos programáticos promovidos pelo grupo. Outras críticas surgiram não só de Costa Pinto, mas também de outros autores. Perceberemos através da análise dos eventos que haverá diversos acirramentos entre as questões raciais juntamente às questões de classe, assim como a expressão de posicionamentos individuais perante algumas questões ideológicas.

## **2.2 Congressos Afro-brasileiros da década de 30**

A formação de uma rede intelectuais voltada para as relações raciais brasileiras nesse período não era uma novidade, visto que, durante a década de 30 dois eventos

muito importantes foram realizados a respeito do “problema do negro do Brasil”, foram eles Congressos Afro-Brasileiros de 1934, no Recife, o de 1937, na Bahia.

De acordo com o historiador Marcos Chor Maio, os estudos que abordam “a produção acadêmica sobre as relações raciais no Brasil pós- Segunda Guerra Mundial, tendem a ter como ponto de partida as pesquisas patrocinadas pela UNESCO no início dos anos 50”. (MAIO, 1997, p. 01) Todavia, há estudos que comprovam que no início da década de 30, já havia a realização de congressos temáticos que atraíam intelectuais para discutir a questão do negro na sociedade brasileira, que neste momento buscava se inserir na “modernidade”.

A questão do negro na moderna sociedade brasileira possui, na realização de três congressos temáticos, um referencial bastante representativo das tendências predominantes das reflexões sobre o assunto, na primeira metade do século do XX. Foram eles os Congressos Afro-Brasileiros de 1934, no Recife, o de 1937, na Bahia, e o I Congresso do Negro Brasileiro, de 1950, no Rio de Janeiro. Pensado em contraposição aos demais, o Congresso de 1950, organizado por uma militância do meio social negro e mulato, marcaria posições de ruptura com o legado conservador herdado da República Velha (e anos 30 afora), frente às questões do preconceito e da discriminação ditos “raciais”. (SIQUEIRA, 2005, p.41)

Mesmo sem citar diretamente a Convenção Nacional do Negro e a Conferência Nacional do Negro, deixando o enfoque apenas na importância do 1º Congresso do Negro Brasileiro, José Jorge Siqueira (2005) afirma o caráter opositor do evento do TEN em 1950 quando comparado aos Congressos afro-brasileiros de 1934 e 1937. Tal oposição fica mais evidente nas palavras de Abdias Nascimento. Na fala inicial de inauguração do 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950, o criador do TEN afirma:

Sem qualquer mácula e ressentimento os brasileiros de cor tomam iniciativa de reabrir os estudos, as pesquisas e as discussões levantadas por vários intelectuais, principalmente pelos promotores do 1º e 2º Congressos Afro-Brasileiros do Recife e da Bahia, respectivamente, já agora não apenas com a preocupação estritamente científica, porém aliando a face acadêmica do conclave, o senso dinâmico e normativo que conduz a resultados práticos. (Discurso proferido por Abdias Nascimento na Associação Brasileira de Imprensa em 26 de agosto de 1950. In. ALMADA, 2009, p.87)

O tom crítico usado por Nascimento ressalta a importância “dos brasileiros de cor tomarem uma iniciativa”, deixando clara a busca por uma autonomia no que se referia aos estudos acadêmicos já realizados. A principal motivação para isso era a crítica de que esses estudos davam ênfase estritamente ao aspecto acadêmico, e não se interessavam por elaborar ações práticas que resultassem em mudanças sociais efetivas

para a população de cor. A crítica suscita também, um desalinho entre uma militância negra e os intelectuais participantes dos congressos de Recife e Salvador, desalinho esse ocasionado pelo que Siqueira (2005) chama de “herança conservadora” dos congressos afro-brasileiros. Nesse período podemos perceber que os intelectuais participantes desses congressos, estavam mais próximos e alinhados com as teorias raciais do século XIX, ou também com a assunção do Brasil como um país miscigenado, distanciando-se das reivindicações do movimento negro nesse período.

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz (1993), o interesse dos intelectuais por discutir e resolver o “problema do negro no Brasil” transitou por diversos âmbitos e distintas teorias explicativas, sejam elas biológicas, sociológicas ou culturais advindas do exterior. Schwarcz observa que a presença negra e a extrema miscigenação racial brasileira tornou-se presente desde 1870 nos escritos acadêmicos e nas discussões intelectuais, pois com o enfraquecimento do regime escravocrata era indispensável um “novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumpram um papel fundamental”. (SCHWARCZ, 1993, p.19)

Os dois congressos afro-brasileiros apresentam, portanto, algumas características importantes para o presente trabalho no que concerne aos ideais dos intelectuais que serão contrapostos posteriormente, desde 1946, pelos eventos do TEN. Assim sendo, cremos na importância de destacar de forma breve quem foram seus participantes e as principais ideias apresentadas por eles a respeito do negro e sua história no Brasil.

O primeiro congresso afro-brasileiro de Recife foi realizado entre os dias 11 e 18 de novembro de 1934 no teatro Santa Isabel (local escolhido por homenagear a Princesa Isabel, por ter sancionado a lei que pôs fim à escravidão). (PAZ, 2007, p.128) Organizado majoritariamente pelo médico e psiquiatra Ulysses Pernambucano, o congresso também contava com ajuda de Gilberto Freyre<sup>41</sup> (primo de Ulysses Pernambucano), para reunir uma ampla gama de participantes diversos, como escritores, músicos, poetas, babalorixás e iyalorixás. Dessa forma o congresso buscava atingir um público misto que representasse também a camada popular da população negra.

Sentaram-se em volta da velha mesa, na cabeceira da qual se sucederam os presidentes, conforme o assunto do dia, não só doutores,

---

<sup>41</sup> Gilberto Freyre nasceu em Recife, pertencente a uma família de posses. Formou-se bacharel em ciências políticas e sociais pela Universidade de Baylor, Texas, em 1920, e fez pós-graduação em ciências políticas, jurídicas e sociais pela Universidade de Columbia, também nos Estados Unidos. Ao longo de sua trajetória exerceu diversos cargos públicos e também esteve presente na vida política, além de produzir uma ampla quantidade de estudos dedicados a interpretar o Brasil e sua formação. Freyre foi o intelectual mais premiado da história do país, e até hoje a repercussão de suas obras desperta debates, críticas e novas interpretações.

com grande erudição de gabinete e de laboratório, como iyalorixás gordas, cozinheiras velhas, pretas de fogareiro, que trouxeram do fundo de cozinhas de mocambos receitas de quitutes afro-brasileiros quase ignorados. (FREYRE, 1934, p.351)

Além de incluir no congresso um público que não se restringia aos intelectuais ligados à temática negra, o local de realização do congresso também seria exaltado. A capital pernambucana, portanto, buscava se afirmar como um grande pólo onde os estudos da cultura negra teriam se iniciado em contraposição à capital baiana que seria reconhecida como berço da cultura afro-brasileira.

Alguns intelectuais, como Edson Carneiro, defendiam a realização do Congresso em Salvador, considerando a cidade berço da cultura “afro-brasileira”. Outro grupo, entretanto, no qual se destacava Ulysses Pernambucano, defendia a sua realização em Recife, local onde os primeiros estudos sobre a cultura negra teriam se delineado. Como se viu, a realização do Primeiro Congresso ocorreu em Recife, cabendo, tempos depois, a Salvador, no ano de 1937, ser o local do Segundo Congresso Afro-brasileiro. (PAZ, 2007, p. 128)

A ajuda de Gilberto Freyre na organização do evento se centrou principalmente em reunir apoio para o projeto do congresso. Essa função em grande medida, se deve ao seu prestígio acadêmico já consolidado nesse período, como também pela grande repercussão de sua obra *Casa grande & senzala* lançada em 1933. Inovadora em diversos aspectos, a obra de Freyre ganhou destaque nacional e internacional por se diferenciar das visões pessimistas quanto ao processo de mestiçagem brasileira, muito difundida por autores como Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Oliveira Vianna (1920). Para Freyre (1933), a miscigenação que se realizou no Brasil ajudou no processo de correção das distâncias sociais entre negros escravizados e brancos, e isso se deveu em grande parte às mulheres negras:

A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos. (FREYRE, 2003, p.33)

Ao todo participaram da programação do congresso de Recife 63 autores, com distintas formações, como medicina, direito, jornalismo, escritores e outras ocupações. Entre os 58 trabalhos apresentados durante a programação, identificamos cinco

temáticas centrais<sup>42</sup> que abrangem de certa forma os trabalhos dos autores. Cremos que essa divisão simples nos permite compreender com maior facilidade os ideais e interesses que estavam compreendidos entre esses intelectuais. As cinco temáticas utilizadas são: saúde, cultura, religião, história e antropologia/etnologia.

A primeira área abordada a se destacar são os estudos relacionados à saúde referente à população negra. Com 15 trabalhos nessa temática encontraremos estudos sobre tipos sanguíneos, doenças contagiosas e suas transmissões, doenças mentais, deformações corporais advindas das violências do período escravocrata, características positivas e negativas do processo de mestiçagem, estatísticas de longevidade comparadas entre negros e brancos e questões de nutrição e alimentação. Esse “interesse médico” dentro dos estudos das relações raciais brasileiras se deve em grande medida à influência estrangeira sobre os estudos que integravam a área médica ao lado das diferenças raciais presentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, o Brasil era tido desde o século XIX como um grande laboratório racial entre os pesquisadores.

Contudo, apesar da quantidade de trabalhos direcionados à área da saúde e até mesmo da própria formação médica do organizador do congresso, Ulysses Pernambucano, a ideia do congresso viria através do interesse de Pernambucano nas pesquisas a respeito das manifestações religiosas africanas do Recife. (PAZ, 2007, p.138)

Freyre havia relatado, nos anais do Congresso, que, a princípio, o evento não seria de estudos panorâmicos de assuntos afro-brasileiros, mas “um congresso de ‘seitas’ ou ‘religiões’ de origem africana, que reunisse babalorixás ou delegados das principais seitas chamadas africanas existentes no Brasil”. Com a não concretização do evento sobre as seitas africanas recifenses é que se realizou o Primeiro Congresso Afro-brasileiro do Recife. (PAZ, 2007, p.138)

Todavia, como já destacamos, não só as investigações religiosas africanas de Pernambucano integrariam o congresso. Sua formação acadêmica e seus outros interesses de investigação levariam ao diálogo com seus pares e seus respectivos interesses, ampliando assim temas e objetos do congresso. Pernambucano e seus estudos referentes ao negro brasileiro no congresso, por exemplo, se centraram essencialmente

---

<sup>42</sup> Na Tabela I, encontrada ao fim deste capítulo, realizamos uma listagem dos participantes que apresentaram trabalhos no 1º Congresso Afro-Brasileiro de 1934. A tabela contém a listagem dos textos apresentados, seus respectivos autores e divisões temáticas que caracterizaram as comunicações. Para elaborar tal material contamos com os anais do 1º Congresso Afro-brasileiro de 1934, pesquisas e listagens já realizadas pelos historiadores Clilton Silva da Paz (2007), Júlio Claudio da Silva e Joceneide Cunha (2010).

na questão psicológica do negro, linha de pesquisa que se deve muito à influência das teorias da psiquiatria moderna trazidas pelo médico negro Juliano Moreira para o Brasil<sup>43</sup>.

A figura de Moreira merece certo destaque devido a seu contato muito próximo com Pernambucano e o desenvolvimento de seus estudos. A relação teve início principalmente após Moreira ter exercido a função de supervisor de Pernambucano no estágio interno no Hospital Nacional de Alienados, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Moreira faleceu em 1933, um ano antes do congresso se realizar, porém a programação do congresso contou com a presença de sua viúva Augusta Malta difundindo suas ideias, abordando essencialmente as pesquisas clínicas realizadas na virada do século XIX para o século XX, que discutiam a visão acerca de negros e mestiços como elementos deformadores da sociedade. (PAZ, 2007, p. 129)

Ainda que se abrissem novas perspectivas antes ignoradas, os modelos raciais tradicionais ainda seriam incorporados nas abordagens de Pernambucano, de Moreira e de outros intelectuais. Quando nos voltamos para os 15 trabalhos destacados na temática de saúde, é perceptível a forte preponderância de teorias eugênicas advindas da Europa, que colocavam em pleno diálogo a medicina, a psiquiatria e os problemas raciais no Brasil, privilegiando acima de qualquer ideal a ciência como norteadora do processo de definição da nacionalidade e da modernização do país. (RAIMUNDO; DALGALARRONDO, 2000, p.178)

Para melhor entender a atuação de Juliano Moreira deve-se recordar que, nas primeiras décadas do século XX, a medicina brasileira acreditava ser capaz de dirigir o processo de modernização e sanitização do país. Assim também cria Juliano Moreira e sua atuação foi coerente com esta visão; para ele, o principal papel da psiquiatria estava na profilaxia, na promoção da higiene mental e da eugenia. Em que pese o caráter francamente intervencionista deste projeto médico, não se pode negar o brilhantismo, a coragem e a originalidade deste fundador da psiquiatria brasileira. (RAIMUNDO; DALGALARRONDO, 2000, p.179)

A eugenia<sup>44</sup> surgiu da preocupação de tratar das diferenças entre os seres humanos na modernidade. Assim, a eugenia elegeu como discussão principal as

---

<sup>43</sup> Para saber mais acerca da trajetória de Juliano Moreira e sua influência na psiquiatria brasileira, consultar o artigo *Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico*, de Ana Maria Galdini Raimundo Oda e Paulo Dalgalarrodo (2000).

<sup>44</sup> O termo eugenia (*eugenics*) será cunhado em 1883 por Francis Galton (primo de Charles Darwin). Para Galton, a eugenia era a ciência do melhoramento da hereditariedade humana. Entretanto, a ideia do melhoramento da espécie humana já existia desde a antiguidade e aparece em várias obras que integram o chamado *Corpus Hippocraticum* (coletânea de cerca de 60 tratados principalmente do início da Grécia



diferenças entre os povos, sua origem e seus estágios de “civilização”. Conceitos, portanto, anteriormente apenas difundidos nas áreas da ciência e da biologia ganharam espaço nas análises sociais e culturais sobre diversos povos e nações. Isso se deu principalmente após a divulgação do livro de Charles Darwin *A origem das espécies* (1859). A obra ao longo do tempo ganhou diversas interpretações e aplicações, que se afirmaram através de um tipo de determinismo racial. Para Schwartz (1993, p.78), o determinismo de cunho racial denominado “darwinismo social” via a miscigenação sob uma ótica pessimista, que seria resultante de um erro entre o cruzamento de raças puras, imutáveis.

Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos de 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava à produção de “nascimentos desejáveis e controlados”; enquanto movimento social preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade. (SCHWARCZ, 1997 p.79)

Nesse viés Siqueira (2005) afirma que a conferência de abertura do congresso, proferida por Ulysses Pernambucano, intitulada “*As Doenças mentais entre os negros de Pernambuco e alguns dados anthropologicos da população de Recife*” era curiosa, na medida em que negava quaisquer diferenças de condição de vida dos negros, brancos e mestiços pobres, ao mesmo tempo em que ainda afirmava perfis psicológicos que seriam atributos das “raças”, embora de maneira quantitativa. (SIQUEIRA, 2005, p.44)

Como afirmado antes, a eugenia marcará não só o trabalho de Pernambucano, mas permeará uma gama de trabalhos e suas influências teóricas. Nessa perspectiva, outro trabalho também pode ser destacado para demonstrar esse elemento. A apresentação de Sylvio Rabello, por exemplo, se deu durante uma visita ao Gabinete de Antropometria da Brigada Militar. Nesse local os participantes e convidados puderam assistir como eram executados os trabalhos para medir o tamanho do crânio de um indivíduo, “função muito comum à época para verificar se o indivíduo teria ou não patologias degenerativas”. (PAZ, 2007, p. 130)

---

Clássica; seu conjunto não pode ser atribuído a um autor único, pois a obra é considerada como um esforço coletivo que engloba grande diversidade filosófica e pluralidade de práticas médicas de variados autores gregos). (STEFANO; NEVES, 2007, p.445)

Outro nome de destaque também será o do médico e antropólogo Nina Rodrigues<sup>45</sup>, considerado como um dos percursores a estudar “de forma sistemática, a religiosidade dos negros e pardos, assim como as epidemias de ‘loucura coletiva’ no Brasil”. (MASCENA, 2011, p.38) Rodrigues será mencionado diversas vezes no congresso. Vale ressaltar que os estudos de Nina Rodrigues foram inovadores e deixaram um grande legado. Porém, o médico maranhense também acreditava na importância de se “definir com maior rigor raças puras primitivas, bem como de diferenciá-las, sendo totalmente contra o cruzamento entre elas, alegando que tal fato ocasionaria degenerações físicas e psíquicas”. (STEFANO; NEVES, 2007, p.447)

Antes da repercussão da obra de Gilberto Freyre (1933), a negatividade da mestiçagem era uma afirmação frequente em diversos trabalhos. Robalinho Cavalcanti, por exemplo, caracteriza a mestiçagem como negativa em sua pesquisa sobre a longevidade. Cavalcanti, a partir de estatísticas do Hospital de Psicopatas do Rio de Janeiro, concluiu que a longevidade era maior nos brancos e nos negros quando comparadas aos pardos<sup>46</sup>. (FREYRE, 1936, p.361-362)

O nome de Nina Rodrigues também aparecerá novamente em tom de crítica através de Arthur Ramos. Ramos fará observações sobre a ausência de homenagens que prestigiassem o médico baiano e suas pesquisas. O tom crítico, para a historiadora Sarah C. Amaral Silva, também se deve a uma disputa político-intelectual entre “freyreanos” e os discípulos de Nina Rodrigues, em torno da reivindicação do pioneirismo dos estudos sobre o negro. (CORRÊA apud SILVA, 2010, p.68). No prefácio do livro *O Folk-lore Negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise*, Arthur Ramos ressalta a importância do congresso de Recife e afirma:

Evidentemente o Congresso [afro-brasileiro] de Recife [1934] assinalou nova fase das pesquisas sobre o negro brasileiro, mas será injustiça desconhecer o grande mérito da escola de Nina Rodrigues, que revelou às gerações de hoje os primeiros estudos científicos sobre a questão agora continuados pelos seus discípulos. (RAMOS, 1935, p.15)

---

<sup>45</sup> Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) foi um médico nascido no estado do Maranhão. Estudou na Faculdade de Medicina da Bahia e participou da direção do jornal *Gazeta Médica da Bahia*, no qual publicou diversos artigos sobre higiene pública. Em 1889 ocupou a cadeira de clínica médica na Faculdade de Medicina da Bahia. Já em 1891, passou a ocupar a cadeira de medicina pública. Junto com outros médicos, ao assumir a cadeira de medicina legal em 1895, Nina Rodrigues fundou a Sociedade de Medicina Legal da Bahia e também a revista *Médico Legal da Bahia*. Seu crescente interesse pela medicina legal e as patologias da população brasileira, ligado às teorias das raças, resultou em diversas publicações de destaque nacional. (STEFANO; NEVES, 2007, p.447)

<sup>46</sup> Ao usar a classificação de pardos, o autor está referindo-se a pessoas que eram fruto das relações interraciais.

Retomando nossa segunda temática escolhida, a cultura, nesse caso a cultura negra e suas influências na construção da população brasileira e sua identidade, terão também grande espaço no congresso. Houve um total 11 trabalhos onde os pesquisadores optaram por temas que envolvessem música, literatura, teatro, receitas culinárias, artes plásticas, análises de vocabulários, que remetessem e demonstrassem uma cultura afro-brasileira. Nesse âmbito o congresso contará, por exemplo, com a presença dos babalorixás Pai Apolinário Gomes, Pai Oscar Almeida e a ialorixá Santa apresentando receitas de quitutes afro-brasileiros, que também foram cozinhados e distribuídos para degustação entre os participantes do evento.

Neste artigo, os babalorixás e a ialorixá procuraram registrar receitas de quitutes de origem africana como o eôfupá ou eôfunfun – que deve ser feito com inhame do norte, cozinhá-lo, ainda quente, farofá-lo e, depois, acrescentar azeite de dendê e misturar até virar uma pasta – e o acará – pega-se o feijão fradinho, coloca-o de molho, depois descasca-se, molha-se e rale na pedra, depois, bate-se e acrescenta-se cebola, camarão seco, pimenta e sal e assar. As receitas de comidas africanas apresentadas nos “Xangôs” pernambucanos, nos “candomblés” baianos ou nas “macumbas” cariocas eram as mesmas oferecidas aos convidados. Após o preparo, eram colocadas para descansar nos “pés” dos orixás, representados pelos seus assentamentos e, depois da cerimônia, servido ao público. (PAZ, 2007, p. 239)

A presença negra e a música no Brasil também foram destacadas por alguns autores. Diógenes Junior apresentou o trabalho *O negro na música do nordeste*, abordando os toques realizados nos terreiros de candomblé, a presença do samba e do maracatu como grandes alicerces para a criação da música brasileira. A presença de Nair de Andrade e seu trabalho *Musicalidade do escravo negro no Brasil* merece destaque por sua contribuição no que se refere à história da música africana interligada à história da música brasileira, como também por ser a primeira mulher no evento a apresentar seu trabalho individualmente e sem vínculos matrimoniais com outros participantes. Além de Nair Andrade, o evento contou com Santa (ialorixá) e Augusta Malta, viúva de Juliano Moreira. Outros autores interessados pela música foram Ernani Braga e Vicente Fittipaldi, com o trabalho *Musicalidade afro-brasileira (toadas de Xangô do Recife* <sup>47</sup>), onde se constatará novamente a relação estreita entre a música e as religiões de matriz africana.

---

<sup>47</sup> Toada é um termo usado para definir cantigas de harmonia simples, com elementos constantes e composição textual normalmente curta. As toadas também podem estar relacionadas com rezas entoadas nas cerimônias religiosas de matriz africana.

Mesmo em trabalhos que não estão enquadrados na temática dos estudos da religião, podemos perceber a temática como uma subseção de destaque na pesquisa. Ulysses Pernambucano, assim como outros autores nesse período, demonstravam grande interesse pelas religiões afro-brasileiras, seus costumes e a cosmologia africana. Nessa temática encontramos nove trabalhos vinculados principalmente aos estudos do Xangô do Nordeste<sup>48</sup> e o catimbó<sup>49</sup>, com discussões acerca das influências religiosas que vieram da África e tomaram diferentes formas em vários lugares Brasil.

O maior número de trabalhos se concentra na temática ligada à história, onde foram apresentadas 17 pesquisas relacionadas a análises históricas e sociológicas centradas principalmente nas consequências do tráfico negreiro, o período escravagista e a presença negra no Brasil. O etnólogo Edson Carneiro, que posteriormente seria o organizador do 2º Congresso Afro-Brasileiro, apresentou o trabalho *Situação do negro no Brasil*, que abordava os resultados da abolição da escravatura em 1888 de forma crítica. Carneiro dissertou a respeito de como o fim da escravidão não alterou o estado marginalizado em quem os negros se encontravam.

Em menor número e como última temática apresentada, os estudos direcionados para antropologia e etnologia contam com cinco trabalhos a respeito da formação da população brasileira e a presença de negros e mestiços nessa formação. Nesse grupo, por exemplo, contamos com Melville Jean Herskovit, com o trabalho *Procedência dos negros no novo mundo*. Almir Guimarães, Arnaldo di Lascio, Ulysses Pernambucano e seu filho Jarbas Pernambucano realizaram um único projeto em conjunto chamado *Alguns dados antropológicos da população do Recife*.

Como último ponto do congresso de Recife a ser discutido, para pensarmos suas características e posteriormente suas oposições com os eventos organizados pelo Teatro Experimental do Negro, é relevante destacar a presença de apenas um autor ligado diretamente à militância negra: Miguel Barros, representante da Frente Negra Pelotense. Barros nesse período era um jovem pintor e foi convidado pela organização do congresso para expor suas telas artísticas, como para também proferir um discurso na programação do evento. Sua fala abordou as denúncias da discriminação racial no Rio

---

<sup>48</sup> Xangô do Nordeste é uma expressão utilizada para se referir aos terreiros de candomblé, principalmente nos estados de Alagoas e Pernambuco. Na mitologia iorubá Xangô é o orixá representante da justiça, porém, nessas regiões o nome de Xangô se apresenta de maneira dupla, podendo significar também um local físico de manifestações religiosas. (RAMOS, 1934)

<sup>49</sup> O catimbó é uma religião brasileira com matrizes indígenas em contato com práticas religiosas africanas e cristãs, desenvolvida principalmente no Pará e no Amazonas. O Catimbó baseia-se no culto em torno da árvore Jurema, árvore que floresce principalmente no agreste e na caatinga nordestina. (CASCUDO, 1934)

Grande do Sul e a luta por melhores condições de vida para a população negra. (DOMINGUES, 2007, p.356)

A realização de um congresso em Salvador já havia sido discutida em 1934, porém, com a escolha de Recife, só em 1937 o 2º Congresso Afro-Brasileiro se realizará na capital baiana, no entanto, agora com o etnólogo Edson Carneiro como organizador. Em seu discurso de abertura, Carneiro definiu os objetivos do congresso:

Este congresso tem por fim estudar a influência do elemento africano no desenvolvimento do Brasil, sob o ponto de vista da etnografia, do folclore, da arte, da antropologia, da história, da sociologia, do direito, da psicologia social, enfim, de todos os problemas de relações de raça no país. Eminentemente científico, mas também eminentemente popular, o Congresso não reúne apenas trabalhos de especialistas e intelectuais do Brasil e do estrangeiro, mas também interessa à massa popular, os elementos ligados, por tradições de cultura, por atavismo ou por quaisquer outras razões, à própria vida artística, econômica, religiosa do Negro no Brasil. (Discurso de abertura proferido por Edson Carneiro em 11 de janeiro de 1937)<sup>50</sup>

A organização de Edson Carneiro contou com a ajuda do poeta e jornalista Aydano do Couto Ferraz, contudo a dupla recebeu críticas que questionavam sua atuação. Gilberto Freyre, em uma entrevista para o *Diário de Pernambuco*, afirmou que o 2º Congresso Afro-Brasileiro estaria sendo organizado de forma “improvisada”. (FREYRE apud CARNEIRO, 1964, p.99) Percebemos que a disputa político-intelectual travada no congresso de Recife a respeito do pioneirismo nesse campo de estudos perdurava. Em resposta às acusações de Freyre, a comissão executiva formada por Aydano do Couto Ferraz, Edson Carneiro e Reginaldo Guimarães se reafirma como filiada à escola de Nina Rodrigues<sup>51</sup>, demonstrando que não precisava “ter à frente um Gilberto Freyre”.

Dentre as realizações, no campo da africanologia, da escola baiana de Nina Rodrigues, uma avulta nos últimos tempos, devida à equipe de novos que a integram – o 2º Congresso Afro-Brasileiro. Certame de caráter rigorosamente científico (...) o Congresso da Bahia somente nas vésperas da sua realização logrou vencer a descrença dos curiosos dos estudos africanos na Roma Negra do Brasil. Pensaram que um congresso de africanologia, para ser levado a efeito com reais proveitos para esses estudos, precisava ter à frente um Gilberto Freyre. Acharam que um grupo de rapazes (...) não conseguiria reunir um

---

<sup>50</sup>CARNEIRO, Edson. O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

<sup>51</sup>A afirmação de pertencer à escola Nina Rodrigues se caracterizava de forma heterogênea e eventual. O pertencimento a essa escola fornecia legitimidade científica ao grupo, a partir da ênfase ao pioneirismo de Nina Rodrigues nos estudos sobre os negros no Brasil. Porém, os estudos de Nina Rodrigues sofreram uma revisão crítica por seus herdeiros, devido a postulados provenientes do racismo científico. (SILVA, 2010, p. 69)

conclave científico igual ou, ao menos, parecido com o realizado no Recife em 1934, que vinha precedido de tanta fama. (CARNEIRO; FERRAZ, 1940, p. 07)

Em meio a essa disputa iniciada em 1934, o congresso baiano se realizou entre 11 a 20 de janeiro de 1937. No evento foram apresentados 23 trabalhos, número esse reduzido se comparado aos 58 trabalhos do congresso de Recife. De acordo com nossa divisão temática<sup>52</sup>, já utilizada para analisar o primeiro congresso de 1934, encontramos sete trabalhos dedicados aos estudos sobre as religiões de matrizes africanas, outros sete trabalhos relacionados à área cultural, dando ênfase principalmente à música e à literatura. No viés histórico houve apenas três trabalhos, onde é importante observar que além da redução da quantidade, entre os três trabalhos de 1937 nenhum abordou a escravidão como tema central, fato que era frequente nos trabalhos do congresso de Recife. A quantidade de trabalhos na área de saúde também diminuiu consideravelmente. O único trabalho nessa temática foi apresentado por Robalinho Cavalcanti; a pesquisa investigava o anhium<sup>53</sup>, porém contava com um grande aspecto antropológico ao analisá-la a partir dos anúncios de escravos fugidos.

Optamos por incluir duas categorias temáticas extras não utilizadas na tipologia sobre o primeiro congresso. Consideramos trabalhos dedicados à sociologia, e as homenagens a indivíduos específicos. As homenagens foram direcionadas para dois personagens principais: o famoso babalaô Martiniano do Bonfim<sup>54</sup>, através do trabalho de Jorge Amado *Elogio a um chefe de seita*, e a Nina Rodrigues por meio de Edson Carneiro e Arthur Ramos, homenagem essa já proposta desde o congresso de Recife.

Entretanto, a redução na quantidade de trabalhos apresentados não atrapalhou a forte presença de intelectuais de destaque e também a cobertura jornalística. O *Diário*

---

<sup>52</sup>Na Tabela II, encontrada ao fim deste capítulo, realizamos uma listagem dos participantes que apresentaram trabalhos no II Congresso Afro-Brasileiro de 1937. A tabela contém a listagem dos textos apresentados, seus respectivos autores e divisões temáticas que caracterizaram as comunicações. Para elaborar tal material contamos com os anais do II Congresso Afro-brasileiro de 1937, pesquisa e listagem já realizadas pela historiadora Sarah C. Amaral Silva (2010).

<sup>53</sup>Durante o século XIX no Brasil os anúncios de escravos fugidos ou expostos à venda eram colocados nos jornais. Nesse sentido o anúncio do escravo contava com descrições de altura, formas de corpo, pés, mãos, cabeças, dentes, modo de falar, gesticulação e doenças. Autores como Robalinho Cavalcanti e Gilberto Freyre se debruçaram sobre os estudos da anunciologia, constatando descrições físicas que podiam indicar características da saúde dos escravos. A ainhum é uma das doenças citadas nos estudos. Atualmente rara, a doença é caracterizada pela formação de um anel fibroso nas bases dos dedos, podendo evoluir para amputação espontânea. Sua manifestação geralmente ocorre em homens negros. (BARRETO, 1984) (FREYRE, 1963)

<sup>54</sup> Martiniano Eliseu do Bomfim nasceu em 1859 de pais africanos livres na Bahia. Era considerado um sábio sobre a cultura afro-brasileira. O babalaô falava com fluência português, inglês e iorubá. Para conhecer mais da sua biografia, consultar o artigo de Félix Ayoh'Omidire e Alcione M. Amos intitulado *O babalaô fala: a autobiografia de Martiniano Eliseu do Bomfim* (2012).

*de Notícias* em 06 de janeiro de 1937 anunciava com euforia a colaboração do professor Renato Mendonça com o congresso. A participação primeiramente viria através de uma monografia que seria enviada a respeito da história dos estudos afro-brasileiros. Mendonça que já fora participante do primeiro congresso de 1934 com outros trabalhos, agora buscava traçar horizontes historiográficos para as suas próprias produções científicas e de seus companheiros, sem deixar de se dedicar aos estudos linguísticos.

O congresso Afro-brasileiro da Bahia contará, assim, não só com a presença dos africanistas nacionais Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Mario Andrade, como também com a do inteligente ensaísta Renato Mendonça, o autor de um notável estudo sobre o “kimbundu”<sup>55</sup>, língua sul-africana, e as suas transformações no Brasil. Tudo indica que o congresso afro-brasileiro será um acontecimento científico inteiramente inédito para o Brasil. (Diário de Notícias 06/01/1937)

A notoriedade do 2º Congresso Afro-brasileiro, tal como a primeira edição do evento, também seria em grande medida firmada nos intelectuais presentes, em seu prestígio, sua “fama” e destaque no meio científico. A legitimidade de um evento desse porte não seria constituída apenas pela presença física do intelectual. Sua expressão de apoio ou concordância poderia ser assegurada através de um trabalho enviado, lido por outra pessoa, ou até mesmo pelas referências positivas que tal autor faria sobre o congresso. (CUNHA; SILVA, 2010, p.20)

Essa relação de apoio se deu, por exemplo, com Rudiger Bilden, intelectual pouco conhecido no Brasil. Alemão radicado nos EUA foi colega de Gilberto Freyre à época da Columbia University, e a amizade de ambos perdurou por muito tempo. Para a historiadora Maria Lucia Pallares-Burke (2013), Bilden, no ensaio publicado em 1929, chamado “*Brasil, Laboratório de Civilização*”, antecipa várias das afirmações que tornariam célebre a obra mais famosa de Freyre, *Casa Grande & Senzala* (1933). Apesar de sua genialidade e inovação para o campo temático, a falta de um emprego fixo, os problemas por sua origem alemã e o contexto de “desconfiança” que tomou conta dos Estados Unidos durante as duas guerras, Bilden acabou por não concluir sua tese de doutorado e caiu em ostracismo, sendo proibido até mesmo de participar de eventos na América Latina. (PALLARES-BURKE, 2013, p.187)

No Brasil, intelectuais importantes como Arthur Ramos, Roquette-Pinto, Delgado de Carvalho e Luís Washington Vita foram bem claros sobre os esforços pioneiros de Bilden para combater o preconceito contra as chamadas “raças feias”, para usar a expressão de Roquette-Pinto. Roquette chega a colocar Bilden lado a lado com um cientista

---

<sup>55</sup>Apesar do jornal *Diário de Notícias* afirmar que os estudos de Renato Mendonça são sobre o Kimbundu (quimbundo), uma língua sul-africana. Todavia o Kimbundu é uma língua local de Angola.

alemão muito importante e correspondente de Charles Darwin, Fritz Müller, na luta contra o preconceito racial e contra as teorias raciais que o amparavam. Arthur Ramos e Vita referem-se às ideias de Bilden sobre escravidão e miscigenação como sendo o “leitmotiv da obra Casa Grande & Senzala, de Freyre”. (PALLARES-BURKE, 2013, p.192)

O apoio de estrangeiros não ficou restrito a Rudiger Bilden. O sociólogo norte-americano Donald Pierson<sup>56</sup>, que obteve seu doutorado na Universidade de Chicago acerca das relações raciais na Bahia, foi um dos colabores diretos para a realização do congresso. De acordo com Edson Carneiro (1940), Pierson teria sido seu companheiro de todos os minutos nas excursões científicas e nos trabalhos de organização do congresso. Um dos trabalhos apresentados por Donald Pierson no congresso, intitulado *Um sistema de referências para o estudo dos contatos raciais e culturais*, demonstrava o interesse de Pierson no Brasil como um laboratório racial, buscando entender, através de uma análise sociológica, como os contatos entre diferentes populações resultavam em distintos arranjos sociais.

Assim como o congresso anterior, havia a intenção também de se obter a participação popular acerca das temáticas negras. Essa intenção de abrangência do público, assim como no primeiro congresso, girou em torno da presença de líderes religiosos ou personalidades da área da música, refletindo de certa forma um caráter apenas cultural e religioso que pudesse ser representado pelo negro brasileiro. Contudo, o congresso de Salvador, em termos de ações práticas que resultassem em “mudanças práticas” para os negros, será mais efetivo. No último dia de programação do evento, o congresso decidiu pela criação do Instituto Afro- Brasileiro da Bahia, órgão que atuaria para a preservação dos valores de matriz africana e na luta contra as perseguições policiais realizadas nas casas de santo da cidade.

Mesmo com a presença de uma ação prática contra a perseguição religiosa que as casas de santos viviam nesse momento pela polícia, os estudos realizados acerca dos congressos afro-brasileiros evidenciam ainda uma ênfase majoritária nas questões científicas ou culturais das teses apresentadas. De acordo com os historiadores Júlio Claudio da Silva e Joceneide Cunha:

Uma das principais características dos estudos afro-brasileiros e seus congressos foi à multiplicidade de temas e abordagens epistemológicas. Para os intelectuais das décadas de 1930 e 1940,

---

<sup>56</sup>Para saber mais acerca da trajetória de Donald Pierson e seus estudos referentes às relações raciais brasileiras, consultar o artigo *Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e o estudo das relações raciais* (2017) dos sociólogos Marcos Chor Maio e Thiago da Costa Lopes.



refletir acerca do papel das populações e culturas de origem africana na formação social brasileira significava debruçar-se sobre temas como o folclore, a literatura, a língua, a religião, a história, a saúde, a condição social, a arte (escultura, música, teatro), a culinária e a educação. Ou seja, tratar do ponto de vista acadêmico de temáticas perpassadas pela dimensão política. (CUNHA; SILVA, 2010, p.14)

Já nas palavras de Siqueira, haveria ainda a forte intenção de ressaltar o negro como “expressão de cultura”. (SIQUEIRA, 2005, p.46) A exaltação apenas de um viés cultural em certa medida deixava em segundo plano qualquer tema para além desses aspectos. Em outras palavras, apesar do negro e das relações raciais estarem em debate, à subalternização dos negros ficava em segundo plano enquanto se afirmava o ideal de democracia racial, cada vez mais difundido e “exemplificado” no Brasil através de elementos culturais como a capoeira, o samba e o sincretismo religioso. É importante ressaltarmos aqui, que o ideal de democracia racial era buscado dentro do contexto brasileiro não só por intelectuais, mas permeava um projeto identitário brasileiro. Posteriormente discutiremos como os ideais da democracia racial também estavam presentes até mesmo nas afirmações do Teatro Experimental do Negro e conseqüentemente nos eventos realizados.

Para Siqueira (2005), os dois congressos afro-brasileiros partiriam centralmente de três considerações específicas acerca dos temas: a de “aculturação”, a de “assimilação” e a das “contribuições negras”. Nesse sentido, os temas abordados nos congressos afro-brasileiros ainda colocavam o negro brasileiro dentro das preocupações cientificistas, transferindo a lógica do darwinismo para as sociedades humanas (SIQUEIRA, 2005, p. 42).

Assim, não é difícil imaginar as dificuldades no âmbito dos Congressos Afro-Brasileiros dos anos 30. As teses ali apresentadas, por suposto, regra geral, enquadraram-se na tipologia arquetípica da “aculturação”, das “sobrevivências”, das “contribuições”, das “influências” negras, de maior ou menor “assimilação” por parte da “civilização” que a tudo absorveria. Além do mais, tais perspectivas, muito comumente, se aproximam de um confinamento à moda dos estereótipos com que se ia construindo o imaginário da democracia racial no Brasil. Desvia-se o foco das questões objetivas, distorcendo o entendimento de dinâmicas sociais relevantes que estão a se atualizar historicamente. (SIQUEIRA, 2005, p.44)

Porém, não há como ocultar que apesar de uma ênfase cultural e eugênica dos congressos da década de 30, seus debates e temas influenciaram na abertura de outras discussões e novos desdobramentos do debate racial brasileiro nas décadas de 40 e 50.

### **2.3 A redemocratização e o Comitê Democrático Afro-brasileiro**

Antes de falarmos das duas sessões da Convenção Nacional do Negro que se realizaram em 1945 e 1946, é de suma importância destacar o contexto político e social que o Brasil atravessava, posto que a realização desse evento pelo Teatro Experimental do Negro dialogava diretamente com a redemocratização do Brasil e a intenção de influenciar e “incluir o negro” na redação da nova Constituição após o Estado Novo.

Desde 1937 o Brasil passava por um regime ditatorial implantado por Getúlio Vargas. Durante esse período uma série de medidas foram tomadas a fim de controlar possíveis oposições. Os partidos foram colocados sob ilegalidade, diversas pessoas foram presas e torturadas por acusações de ligação com o comunismo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado para controlar e censurar os meios de comunicação. Contudo, é nesse período também que se consolidam as leis trabalhistas, que regulamentavam horário das jornadas de trabalho, valor do salário mínimo, período de férias entre outras questões que envolviam a relação do trabalhador com seus patrões.

Em meio a esse contexto o mundo passava pelos conflitos gerados pela Segunda Guerra Mundial. Por algum tempo o governo brasileiro adotava uma postura ambígua acerca das relações que mantinha tanto com governo estadunidense quanto com o governo alemão. Contudo, em 1942 o governo estadunidense cobrou o cumprimento dos acordos de solidariedade, essa forma o Brasil entrou para a Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados (Inglaterra, França, União Soviética e Estados Unidos).

A posição contrária do Brasil frente a regimes totalitários ocasionou efeitos contraditórios, uma vez que o Brasil vivia um regime ditatorial de caráter autoritário. Apesar de Vargas conseguir mais tempo adiando a consulta popular para referendar a constituição de 1937, o governo começou a sofrer diversas críticas e pressões em diversos âmbitos.

Na tentativa de controlar a situação política Getúlio Vargas promulgou a lei constitucional nº 09, que previa que dentro de 90 dias fossem fixadas datas para as eleições livres. Em maio de 1945 publicou-se o decreto conhecido como Lei Eleitoral. O documento definia que as eleições para a presidência da República e o Congresso Federal seriam realizadas no dia 2 de dezembro do mesmo ano, e as eleições para os governos e as assembleias legislativas estaduais em maio de 1946<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

Para o Estado Novo, a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados teve efeitos contraditórios. De um lado, o regime ganhou tempo. O estado de guerra representava um bom argumento para o governo adiar por tempo indeterminado a consulta popular que deveria validar a Constituição de 1937. De outro, a opção por lutar contra o nazifascismo colocou em xeque a manutenção de uma ditadura no país. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo decorrente dessa contradição para retomar a iniciativa. Foi nesse quadro de redefinições que o Estado Novo entrou em crise e finalmente caiu em outubro de 1945<sup>58</sup>.

Com data marcada para as eleições, novos partidos políticos e agremiações voltaram a se organizar. Entre eles podemos destacar três que se tornaram mais expressivos: União Democrática Nacional (UDN), formada pela oposição e com Eduardo Gomes como candidato, PTB e Partido Social Democrático (PSD), que estariam atrelados ao governo e comprometidos com sua continuidade. O PSD reuniria os interventores estaduais e a máquina eleitoral. Porém, Vargas também criou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para reunir a força sindical ligada ao Ministério do Trabalho. Ambos apoiavam a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra. (CALICCHIO, 2010)

Apesar de Getúlio Vargas afirmar que não seria candidato para as eleições, haviam muitas dúvidas a respeito de suas intenções, devido principalmente ao movimento queremista<sup>59</sup> que podia tentar promover o projeto continuísta de Vargas. (MACEDO, 2008, p.36)

O maior rival da UDN não era seu adversário do PSD, Eurico Dutra, cuja campanha era inexpressiva e tímida; e sim Getúlio Vargas, que mobilizava grande parte da sociedade. Por outro lado, o candidato situacionista era obrigado a lutar em duas frentes: antes de enfrentar o udenista Eduardo Gomes nas eleições, teria que disputar espaço com o queremismo e conseguir o apoio de Vargas. (MACEDO, 2008, p. 41)

De acordo com Calicchio (2010) a pretensão de Getúlio Vargas na verdade era realizar no dia 02 de dezembro apenas as eleições para a Constituinte, adiando assim a eleição para presidente. Com essa estratégia Vargas teria influência na escolha dos membros da assembleia e reforçava-se a possibilidade de sua reeleição. O Decreto nº 8.063 de 1945, conhecido como Lei Eleitoral, gerou uma onda de protestos em todo o Brasil, levando o próprio PSD articular conspirações contra Vargas.

---

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> O Movimento Queremista foi um movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome "queremismo" se originou do slogan utilizado pelo movimento: "Queremos Getúlio". Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

Todavia, a ação crucial para acabar com o governo de Vargas e sua possível reeleição aconteceu em 25 de outubro de 1945, após a nomeação de seu irmão Benjamin como chefe de Polícia do Distrito Federal, (MACEDO, 2008, p.98) fato que dava forças aos rumores de que Benjamin prenderia todos os generais que estivessem conspirando contra o regime.<sup>60</sup> Quatro dias após a nomeação Getúlio Vargas foi deposto pelas forças armadas, sob a liderança do General Pedro Aurélio de Góis Monteiro. O presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares assumiu a presidência provisória, até as eleições presidenciais. Em dezembro do mesmo ano foi eleita a constituinte de 1946. Em janeiro Eurico Dutra assumiu a presidência do Brasil após ganhar as eleições<sup>61</sup>.

O Brasil desde 1945 voltava a experienciar uma ordem democrática. As novas formações políticas voltavam a se estabelecer depois do período autoritário. Como vimos o Teatro Experimental se forma em meio a esse contexto, assim como a própria Frente Negra voltou a se organizar. Nesse momento de tensão política e com a proximidade da elaboração da constituinte, os grupos negros buscavam se organizar para influenciar a nova redação da Constituição. (GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p. 144)

No período, diversos grupos organizados aspiravam por maior espaço na política, embora alguns tivessem dificuldades para participar de forma mais expressiva, a exemplo de mulheres e negros. Às mulheres havia sido concedido o direito ao voto somente em 1932; ainda assim, o Código Eleitoral de 1945 não impunha obrigatoriedade àquelas que não desenvolviam atividade remunerada. Quanto à população negra, não havia impedimentos legais para participação política desde o fim da escravidão, em 1888, não obstante as exigências para o alistamento eleitoral colocassem sérias barreiras para sua participação efetiva. (SOTERO, 2015, p.22)

Entre os ativistas do movimento negro nesse período, observamos também que a polaridade do estado de São Paulo, agora passava a se dividir com o Rio de Janeiro, elencando duas principais vias para o envolvimento na política durante o período de redemocratização. A primeira se orientava por promover a entrada de negros nas em agremiações já existentes, a segunda centrava-se em criar organizações independentes, como um partido político que defendesse pautas específicas em prol dos negros. (SOTERO, 2015, p. 22)

Porém, a ideia de um partido político se pautar por formações que representassem grupos específicos não foi recebida com bons olhos. Um exemplo dessa

---

<sup>60</sup> Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

<sup>61</sup> Ibidem.

situação é a Organização Político-Social Feminina (OPSF), que foi indeferida pela Justiça Eleitoral sob a alegação de ser “inadmissível um partido apenas formado por mulheres”, pois tal caráter iria contra a igualdade perante a lei. (SOTERO, 2015, p. 22)

Em seu parecer, o procurador Guimarães ainda argumentou que a república brasileira não tratava as pessoas desigualmente, pois não admitia “privilégio de nascimento”; ele prosseguiu enfatizando que não seriam aceitas distinções com base em sexo, raça ou classe, e finalizou com a célebre expressão “todos são iguais perante a lei”. Dessa forma, parece que os apontamentos para negação do registro da organização de mulheres poderiam ter sido usados também como precedentes para negar, ou pelo menos dificultar, a priori, qualquer pedido de registro que fosse feito por uma organização negra. (SOTERO, 2015, p. 23)

A organização de um partido apenas formado por pessoas negras não se realizou efetivamente. Porém, as lideranças de entidades ligadas à causa negra buscaram se aproximar para reunir os interesses da população negra frente às mudanças políticas que estariam se definindo no país. Não podemos esquecer que mesmo que os ativistas estivessem dedicados à luta antirracista, seus posicionamentos eram plurais e heterogêneos quanto à forma de ação.

Sotero observa que nesse momento haviam dois discursos distintos entre os militantes. O primeiro se definiria pelo associativismo negro com outras demandas públicas e o segundo se definiria por uma campanha político-partidária mais efetiva. Para unir as duas preposições e influenciar as disputas eleitorais, bem como a nova carta Constitucional, era necessário encontrar pontos em comum dentro dos dois discursos. (SOTERO, 2015, p.66)

Dentro desse contexto o Teatro Experimental buscou mais uma vez ampliar seus horizontes com novas estratégias de atuação. O campo político encontrava-se em pleno debate, e era necessária a criação de um “braço político” dentro do grupo. (NASCIMENTO, 2014, p.173) Com essa intenção, portanto, foi criado o Comitê Democrático Afro-brasileiro em março de 1945. Além de Abdias Nascimento ter espaço central nessa criação, juntamente com Sebastião Rodrigues Alves e Aguinaldo Camargo, outros se juntaram aos integrantes do TEN. Foram eles: Raimundo Souza Dantas figura hoje pouco conhecida, foi o primeiro embaixador negro do Brasil em Gana, nomeado por Jânio Quadros. Além da carreira de diplomata, dedicou-se também à literatura;<sup>62</sup> Aladir Custódio, poeta, de cuja trajetória encontramos poucas

---

<sup>62</sup>Para saber mais consultar: HORTA (2015) e Literafro. Disponível em: <http://150.164.100.248/literafro/data1/autores/116/dados1.1.pdf>. Acesso em 06 de fevereiro 2018.

informações. Sabemos que seus poemas participaram de exposição realizada na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1945<sup>63</sup>. Em entrevista para o *Diário Trabalhista* em 1946, foi identificado como ascensorista, discorrendo sobre o problema da abolição e as especificidades do racismo brasileiro; (GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p. 159); Corsino de Brito, também poeta, de origem nordestina, que dirigiu o Centro de Cultura Afro-Brasileiro<sup>64</sup> junto com Solano Trindade, figura de importante destaque para a cultura afro-brasileira por seu trabalho como escritor, teatrólogo e ator.

Em geral apenas os nomes citados aparecem em destaque ao se falar da criação do Comitê Democrático Afro-brasileiro. Contudo, encontramos outros nomes que integram essa formação a partir da declaração de princípios do comitê. Nela constam um total 25 nomes que assinaram o documento<sup>65</sup>, a grande maioria membros do Teatro Experimental do Negro. Em uma entrevista concedida aos pesquisadores Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Romão disserta sobre a fundação do comitê.

Quando eu já estava no Rio de Janeiro, junto com o Solano Trindade e o Aladir Custódio, **fundamos o Comitê Democrático Afro-brasileiro, para estimular o rompimento do Brasil com as potências do Eixo: Itália, Alemanha e Japão.** Eu era jovem, estava com vinte e poucos anos. O Comitê Democrático era uma derivação do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, que teve grande expressão em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Pernambuco. (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 87, grifo nosso)

Apesar de não sabermos com detalhes quem foram exatamente os membros fundadores, observamos que o comitê iniciou-se como uma frente política de maneira mais ampla. A fala de Júlio Romão observamos que inicialmente o comitê não se restringiria à causa negra brasileira somente. Havia pretensões mais amplas, uma

---

<sup>63</sup> O nome de Aladir Custódio é citado pelo escritor Antônio Olinto ao descrever a exposição realizada em 1945. Disponível em: <http://www.academia.org.br/artigos/poetas-de-45>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

<sup>64</sup> O Centro de Cultura Afro-Brasileiro foi uma entidade que dentre alguns de seus objetivos, buscava promover a inserção do negro na vida artística e cultural do país, incentivando pesquisas sobre a importância e as contribuições do negro na história do Brasil, bem como promovendo a divulgação de intelectuais e artistas negros da época. Disponível em: [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2014/05/11/internas\\_viver,503082/para-nao-esquecer-o-poeta-solano-trindade.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2014/05/11/internas_viver,503082/para-nao-esquecer-o-poeta-solano-trindade.shtml). Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

<sup>65</sup> Assinaram a declaração de princípios do Comitê Democrático Afro-Brasileiro: Caldemiro Tavares, Eros Sucena Martins Teixeira, Abdias Nascimento, Paulo Ferreira Garcia, Raimundo Souza Dantas, Solano Trindade, Genaro Pinheiro, Rezende Amaral, Valdemar Calmon, Sebastião Rodrigues Alves, Fernando Oscar de Araújo, José da Silva, Luís Leopoldo Guilherme, Ironides Rodrigues, Arlinda Serafim, Valdomiro José Machado, Marina Gonçalves, Aguinaldo de Oliveira Camargo, Paulo Mercadante, Augusto Belém, Romão da Silva, Aladir Custódio, Corsino de Brito, Ricardo Costa e Moacir de Oliveira.

dessas questões eram os conflitos ligados à Segunda Guerra Mundial. Essa amplitude pode ser confirmada nos primeiros trechos da declaração do comitê.

Neste momento em que todas as forças vivas do Brasil se arregimentam para a luta de libertação político-econômica nacional, nós, membros do “Comitê Afro-Brasileiro”, **unidos no sentido de levantar moral, política e materialmente o negro, partindo do princípio de absoluta igualdade de raça e de cor**, certos de que só pode existir uma democracia pura onde todos direitos sejam respeitados, e também, conscientes de que se torna necessária a sua colaboração ativa no processo de democratização do país, resolvemos firmar a “Declaração de Princípios” que se segue e que bem caracteriza a **nossa posição de luta contra toda espécie de fascismo**, o que consideramos fundamental para a concretização das nossas reivindicações. (Declaração de princípios do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, Rio de Janeiro, março de 1945. In MOURA, 1983, p. 151-152)

A declaração que inaugurou o comitê transparece o contexto que o Brasil vivia naquele momento, logo o negro deveria se inserir nesse processo de redemocratização latente. O comitê almejava interferir politicamente em ações que pudessem “levantar moralmente, politicamente e materialmente o negro”. Os três aspectos dialogam diretamente com os objetivos do TEN anteriormente citados. A posição contra o fascismo, anunciada na entrevista de Romão, já seria esperada, uma vez que as teorias raciais fortaleciam governos autoritários nesse período, como também podiam fortalecer o racismo no Brasil.

Ao longo dos princípios constantes na declaração percebemos que a infinidade de questões que permeavam o comitê, também se relacionavam aos seus participantes. O comitê se formou a partir de diversas relações entre ativistas negros, membros de partidos políticos e também de outros movimentos sociais.

Essa heterogeneidade, se assim podemos chamá-la, reunia em si princípios, como anistia ampla e incondicional para os crimes políticos e conexos, extinção imediata do Tribunal de Segurança e do D.I.P., intensificação do esforço de guerra do Brasil contra o fascismo, liberdade de culto das religiões afro-brasileiras, punição às empresas que faziam seleção racial e de cor, colaboração com o congresso de artistas plásticos e todos os movimentos de democratização, completo apoio e assistência ao trabalhador rural, com aplicação das leis trabalhistas, entre outros princípios.

Tal heterogeneidade pode também ter sido a causa do não desenvolvimento futuro do comitê, não pelo menos com esse nome e formação. De acordo com Sotero (2015) o comitê deve seu “fim” a conflitos gerados na primeira tentativa de intervenção política efetiva, levando “os ativistas negros a perceber a necessidade de organizar suas

demandas políticas de forma mais independente antes de levá-las para outros grupos.” (SOTERO, 2015, p.132) O conflito a que se refere Sotero é narrado por Abdias Nascimento:

O objetivo imediato do comitê era o de inserir as aspirações específicas da coletividade afro-brasileira no processo de construção da nova democracia que se articulava após a queda do Estado Novo. O comitê era composto de um núcleo de negros ativistas a que se agregaram líderes estudantis, e seu local de reunião era uma sala na sede da UNE. O comitê passou um tempo inicial lutando pela anistia aos presos políticos (na sua maioria brancos). **Entretanto, quando chegou a hora de tratar das preocupações específicas à comunidade negra, o projeto foi vítima da patrulha ideológica de supostos aliados que acabou desarticulando o comitê. Invocaram o velho chavão de que o negro, lutando contra o racismo, viria a dividir a classe operária.** (NASCIMENTO, 2004, p. 221, grifo nosso)

## 2.4 A Convenção Nacional do Negro

Mesmo com esses impasses o Teatro Experimental do Negro não desistiu de se inserir efetivamente na política. No mesmo ano iniciou-se a posse dos membros do Diretório Nacional da Convenção Política do Negro. A empreitada não se restringia apenas ao TEN. A convenção contaria com grande ajuda de integrantes da Frente Negra Brasileira. Os ativistas paulistas e cariocas buscavam, mais uma vez, estar integrados. Os três cargos principais foram destinados a Abdias Nascimento, nomeado como presidente, e aos secretários Isaltino Veiga dos Santos e Synval Silva.

A trajetória de Isaltino Veiga dos Santos como ativista negro já era reconhecida nesse momento, pois desde a década de 20 ele já integrava o campo político. Santos colaborou na fundação do Centro Cívico Palmares<sup>66</sup>, integrando também a fundação da Frente Negra em São Paulo. Sua passagem pela FNB foi um tanto quanto tumultuada e culminou em sua expulsão em 1933.

A FNB tinha um código disciplinar rigoroso. Não se hesitava em punir todo aquele que desrespeitasse tal código. Houve vários casos de fretenegrinos que foram censurados e mesmo expulsos do quadro de associados. Um desses casos envolveu Isaltino Veiga dos Santos. Segundo relatório da DEOPS, ele foi desligado da Frente Negra Brasileira “por imposição da quase totalidade dos sócios e de seus diretores, por ter se afastado das diretrizes da FNB”, em meados de 1933. Como se nota, não ficam detalhadas as razões pelas quais Veiga dos Santos foi enxotado da FNB, mas no início daquele ano ele já era

---

<sup>66</sup>O Centro Cívico Palmares foi criado por Isaltino Veiga dos Santos, Vicente Ferreira, Raul Joviano Amaral, Marcos Rodrigues dos Santos e Arlindo Veiga dos Santos em 1926 na cidade de São Paulo. A entidade integrava propostas de elevação política, moral e cultural contra o preconceito de cor. Em 1929, o Centro Cívico Palmares foi praticamente dissolvido. (DOMINGUES, 2007, p. 148)



acusado de ter desviado recursos da entidade e de ter cobrado dinheiro de “associados para tratar dos seus casos”. (DOMINGUES, 2007, p. 150)

Veiga dos Santos também passou por momentos difíceis no presídio político de Maria Zélia. Acusado de “ser subversivo e partidário da doutrina comunista”, foi preso em 27 de novembro de 1935, onde sofreu humilhações, maus-tratos e espancamentos. (DOMINGUES, 2007, p. 146) A prisão de Veiga dos Santos é curiosa, na medida em que demonstra que nesse período qualquer atividade poderia ser considerada suspeita, mesmo que não houvesse nenhum indício de ligação entre a FNB, Veiga dos Santos e o comunismo.<sup>67</sup> Synval Silva possuía uma trajetória distinta de Veiga dos Santos, já que esteve muito mais atrelado à carreira musical. De origem humilde, chegou a trabalhar como motorista para a cantora Carmen Miranda. Através dela foi lançado no meio musical. Foi também compositor, vinculado por muito tempo à escola de samba Império da Tijuca<sup>68</sup>.

José Pompílio da Hora foi nomeado como secretário de relações culturais do Diretório Nacional da Convenção Política do Negro. Figura já pertencente ao TEN e colaborador do jornal *Senzala*<sup>69</sup>, era formado em direito pela Universidade de Nápoles e trabalhava ensinando latim e grego em colégios do Rio de Janeiro. Dirigiu também a União Cultural dos Homens de Cor (UCHC), no Rio de Janeiro, e atuou na fundação da União Catarinense dos Homens de Cor (UCHC), em Blumenau, em 1962<sup>70</sup>.

Outros membros do TEN anteriormente já citados também ingressaram em outros cargos, como Sebastião Rodrigues Alves, nomeado secretário de assuntos eleitorais, Ironides Rodrigues, secretário do expediente acadêmico, Aguinaldo Camargo, secretário das relações políticas, José Herbel, secretário de propaganda, e por último a atriz Ruth Souza. Conhecida como a pérola negra do teatro, a atriz foi um dos grandes destaques do TEN, principalmente por seu talento artístico. Porém, nesse momento veremos outro tipo de função exercido por Ruth Souza. Junto a Hermes di Cícero, a atriz administrou as finanças do Diretório Nacional da Convenção Política do Negro.

---

<sup>67</sup>Para saber mais consultar o artigo “*Constantemente derrubo lágrimas*”: o drama de uma liderança negra no cárcere do governo Vargas, de Petrônio Domingues (2007).

<sup>68</sup>SILVA, Synval. Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

<sup>69</sup> Com a redemocratização a imprensa negra voltou a se articular, formando novas organizações. Nesse contexto a revista *Senzala* nasce em São Paulo no ano de 1946. Com a intenção de congregar lideranças que atuavam em São Paulo e do Rio de Janeiro, a revista tinha como diretores Geraldo Campos Oliveira e Sebastião Batista Ramos.

<sup>70</sup> Disponível em: [http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat\\_imprensa\\_negra/biografias/jose\\_pompilio\\_hora.h](http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_imprensa_negra/biografias/jose_pompilio_hora.h) tml. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

O Diretório Nacional da Convenção Política do Negro seria responsável por organizar a convenção que primeiramente se realizaria em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Como já destacamos, tanto a formação do diretório e agora da convenção buscava suprir a pouca atenção que o “problema do negro” recebia por parte das representações políticas. Abdias Nascimento deixa clara essa intenção ao falar da nova constituição:

Já está se aproximando o 2 de dezembro. As correntes políticas mais autorizadas do país já se manifestaram sobre os problemas que consideram importantes. **Nenhuma delas tocou no problema do negro...** umas por ignorância, outras por considerarem-no pouco digno de atenção, outras pela convicção de que ele não existe. **Mas nós, os negros, muito branco sincero e esclarecido, vários intelectuais e estudiosos dos nossos problemas, sabemos que, além de existir, o problema do negro, ele é um dos mais importantes e complexos que a nossa sociologia e a política tem pela frente.** E a organização política do negro só pode causar espanto e receio aos totalitários, tanto da direita como da esquerda, porquanto ela existiu antes de 1937. (*O Globo*, 27/09/1945)

O “problema do negro” volta a aparecer nas afirmações do líder do TEN. Para Nascimento, mesmo que grande parte das correntes políticas ignorasse o tema, seu grupo e outros intelectuais sabiam de sua existência, logo a formação de uma organização política do negro não deveria causar espanto. Nota-se que a crítica de Nascimento não se dirige apenas à direita, mas também à esquerda, principalmente pelo imbróglio com a UNE, que causou a proibição do uso das salas da instituição. Nascimento e seu grupo foram acusados de serem “racistas”, e o passado integralista do líder voltou a ser questionado. Sobre as acusações, Nascimento afirma:

Passamos a sofrer um ataque frontal daquela maioria não negra. Ao invés de discutir questões de fundo, passaram a usar meu passado integralista como um slogan de confrontação. Certa vez exigiram uma retratação pública de minha parte. Eu me neguei. Não tinha nada a declarar naquela espécie de autocritica sob coação. Nada havia no meu passado para lamentar ou me arrepender. Não me submeteria àquela chantagem. (NASCIMENTO, 2014, p.173)

Contudo, mesmo com justificativas o próprio nome do evento precisou ser alterado. O termo “política” foi removido após a persistência de críticas, que acusavam o evento de ter pretensões partidárias raciais. Assim, a Convenção Política do Negro passou a se chamar Convenção Nacional do Negro<sup>71</sup>. A preocupação em negar tais

---

<sup>71</sup>A respeito desse evento do Teatro Experimental, encontraremos referências a partir de três nomes distintos: Convenção Política do Negro Brasileiro, Convenção Nacional do Negro, Convenção do Negro Brasileiro ou Convenção Nacional do Negro Brasileiro. Optamos por utilizar nesse trabalho o título

acusações é perceptível no artigo *Diretrizes da Convenção do Negro Brasileiro*, de Aguinaldo de Oliveira Camargo, de 1946. A matéria foi publicada no jornal *Senzala* após o evento ser realizado primeiramente em São Paulo:

A Convenção Nacional do Negro Brasileiro que se realizou em dias de novembro último, nesta capital, **foi apenas a reunião de intelectuais negros, mulatos, mestiços e brancos, do povo em geral**, para traçar rumos sociais e políticos a todos aqueles que pretendem acabar com a hipocrisia social reinante e que procuram lutar para valorizar o **negro brasileiro. O sentido político da convenção não é de caráter partidário. A assembleia é composta de elementos de todos os partidos políticos atuais. Os rumos que deveremos tomar serão todos de feição democrático e de contínua vigilância aos partidos. Estaremos, individualmente, em todos os partidos. Mas estaremos fiscalizando a sua atitude em relação aos negros, mulatos e mestiços.** Apresentaremos a todos eles nossas reivindicações mínimas e seremos as sentinelas dessas reivindicações. (CAMARGO, 1946, p. 12, grifo nosso)

Aguinaldo de Oliveira Camargo, como secretário das relações políticas, dedicou-se a explicar os objetivos e intenções da convenção. Camargo destaca com precisão primeiramente quem seriam os participantes do evento, não a partir de seus nomes, mas sim afirmando a presença de “intelectuais negros, mulatos, mestiços e brancos, do povo em geral”. Acreditamos que havia a preocupação em rebater as críticas que o evento vinha sofrendo de ser “um partido político apenas para negros”.

Camargo nesse sentido busca afirmar a presença heterogênea no evento no que se referia à cor de pele. Essa preocupação de certa forma também se relaciona às críticas anteriormente citadas de Costa Pinto. Camargo também destaca que além da convenção não se restringir ao elemento de cor, ela “procurava valorizar o negro brasileiro”. Nesse período perceberemos que insistentemente o termo “brasileiro” acompanhará essa discussão, a fim de destacar a especificidade do tema, ao mesmo tempo em que confirmava uma identidade nacional.

Outra preocupação evidente de Camargo está em destacar que a convenção não teria nenhum caráter partidário. No evento haveriam membros de todos partidos políticos. A convenção teria como foco, portanto, a democracia e principalmente “fiscalizar a atitude em relação aos negros, mulatos e mestiços” entre as representações políticas. Sotero (2015), a partir de suas pesquisas no arquivo do Departamento

---

presente nas fontes produzidas durante o evento, como atas, listas de comunicações e o manifesto produzido ao fim da convenção. Nestes documentos o evento é identificado como Convenção Nacional do Negro. Também é necessário destacar que mesmo com a retirada do termo “política”, diversos jornais continuaram publicando matérias acerca da “Convenção Política do Negro Brasileiro”.

Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)<sup>72</sup> em São Paulo, cita a presença de diversos panfletos da Convenção Nacional do Negro arquivados. Todos são explicativos sobre a organização não ter caráter partidário.

Um panfleto da Convenção arquivado no DEOPS/SP tem a seguinte mensagem: “A Convenção Nacional do Negro Brasileiro não é um partido político/ A Convenção Nacional do Negro Brasileiro não apoia nenhum partido político/ A Convenção Nacional do Negro Brasileiro não tem candidato algum/ A Convenção Nacional do Negro Brasileiro não apoia candidato algum”. Além desse panfleto, outros da Convenção foram arquivados pelo DEOPS/SP. Todos têm teor explicativo sobre a proposta da Convenção. Ainda sobre as dúvidas que pareciam existir outro panfleto traz a mensagem: “procure compreender a nossa luta no sentido da Unidade. É preciso não se deixar iludir pela falsa propaganda em torno da Convenção Nacional do Negro Brasileiro” (DEOPS/SP, Dossiê 50-Z-127 apud SOTERO, 2015, p.67).

É possível supor que novamente a afirmação de identidade nacional estava presente, ao propor uma “luta no sentido da unidade”. A organização se distanciaria de classificações raciais que poderiam ser vistas como associações ao nazismo, ao mesmo tempo em que definiria a identidade nacional com um caráter unificador. Em outro trecho de Camargo, ao descrever a “formação histórica do povo brasileiro”, afirma que o Brasil foi constituído a partir de três raças principais: a branca, a negra e a indígena. A mestiçagem, portanto, assume um aspecto positivo que forma o Brasil.

Sabido é que desde a nossa formação **histórica o povo brasileiro se constitui de três raças fundamentais: a branca, a negra e a indígena**. Pela miscigenação desses grupos, somos considerados um povo mestiço e por essa razão, não é justo que em pleno século vinte, com a vitória dos princípios democráticos, ainda perdurem as restrições que elementos reacionários e com **mentalidade nazi-fascista** querem impingir ao nosso povo. O problema do negro brasileiro é antes de mais nada um **problema de educação, secundado pelo fator econômico**. Qualquer indivíduo, até de pouca cultura sociológica, pode, facilmente, averiguar esse fenômeno. Porém, o que se deve condenar é a reserva, a prevenção “a priori” que boa parte da nacionalidade ainda tem contra todo o elemento negro. (SENZALA, 01/1946, p. 02, grifo nosso)

Como vimos, antes mesmo de analisar as discussões realizadas no evento ou a presença dos intelectuais, já notamos que a convenção demonstrará interesse em não

---

<sup>72</sup>O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) foi criado em 1924, numa época de agitações políticas e crise social, o órgão servia para reprimir e prevenir delitos considerados contra a ordem e a segurança do Estado. O DEOPS cresceu de uma simples delegacia até se tornar um dos departamentos mais temidos da polícia civil do Estado de São Paulo, e só foi extinto em 1983. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

romper com a questão da identidade nacional. Trataremos com mais atenção essa relação posteriormente, porém, convém destacar que nesse momento a luta antirracista caminhará ao lado da afirmação da identidade brasileira. Antes de entrarmos novamente nesse assunto abordaremos mais aspectos do evento.

A primeira “parte” da Convenção Nacional do Negro se realizou em São Paulo nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 1945, contando com a presença de cerca de 500 pessoas. De acordo com Nascimento, o evento teve como local os salões da Associação Paulista de Imprensa. A revista *Senzala* fez a principal cobertura do evento. De acordo com a matéria publicada pela revista, representantes do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul estiveram presentes na convenção. (Senzala, 1946, p. 10)

A revista destacou também as teses que mais se sobressaíram. Entre elas estão as teses de Aguinaldo Camargo, Nestor Borges, Sebastião R. Alves, Synval Silva, Francisco das Chagas Printes e Sofia de Campos Teixeira. Infelizmente, entre as notícias publicadas acerca da convenção e entre o acervo referente ao evento, localizado no Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO), não encontramos a relação de todas as comunicações e seus respectivos autores. Contudo, realizando o cotejamento das fontes históricas e as trajetórias dos autores, traçamos possíveis temas abordados pelos intelectuais presentes no evento.

A primeira comunicação à plenária de que temos conhecimento é de Abdias Nascimento, intitulada *O negro e a democracia*. A comunicação dialogava a respeito das falhas democráticas existentes no Brasil direcionadas ao negro, avaliando a ausência negra em diversos cargos de importância política. Nesse sentido Nascimento busca dialogar com os objetivos do evento programático. Mesmo sem declarar um caráter partidário específico, Nascimento também afirma a importância da entrada de negros na política brasileira em um período de abertura política.

O negro viu-se considerado “igual perante a lei”, e o povo, na sua maioria, assim o considera. Entretanto, a democracia constitucional no Brasil sempre foi repleta de falhas gravíssimas. Nunca tivemos esse princípio democrático norteando a vida de todas as nossas instituições públicas. A maior vítima desses erros foi o negro brasileiro, que viu-se banido de qualquer posição de relevo no âmbito do estado. Alguns casos esporádicos apenas existem para confirmar a regra. Porque para se provar a inexistência de uma bem dissimulada má vontade para com o negro, quando sabemos, pelas estatísticas que ele soma, com seus descendentes, a mais de cinquenta por cento da população, seria necessário que tivéssemos muitos deles em posições-chaves. (NASCIMENTO, 1945, p.03)

Nascimento aproveita sua fala também para se defender das críticas que recebia por no passado ter participado do integralismo. Mesmo tendo afirmado que não se retrataria, o tema aparece efetivamente em sua fala na Convenção Nacional do Negro, em um trecho acerca do totalitarismo e a oposição à luta antirracista. Ao fim de sua comunicação Nascimento afirma:

Por estas e outras razões, o negro é contra o totalitarismo. Ele tem uma série enorme de reivindicações porque lutar, e necessita um clima de absoluta liberdade democrática. Em relação ao integralismo, posso afirmar que ele não oferece nenhuma oportunidade para o negro e o povo realizar as suas aspirações. Não digo isso por causa das acusações que lhe sacam, ridículas umas, pueris outras, como aquela de que o integralismo recebia dinheiro da Alemanha. Possuo esta convicção porque o integralismo tem uma cúpula doutrinária que esmaga qualquer movimento genuinamente popular, pois, todo edifício está assentado numa ordem convencional, burguesa e capitalista e, sobretudo, ordem integral, portanto, totalitária, que impede as reivindicações específicas. (NASCIMENTO, 1945, p.03)

A comunicação de Abdias Nascimento pode ser percebida como uma introdução que destacava os principais pontos para a realização da convenção, assim como também apresentava questões que respondessem as críticas e suspeitas que o evento levantara. Um último ponto importante a ser destacado na fala de Abdias Nascimento é a presença do entendimento das origens negras. Assim como observamos no relato sobre o Congresso Afro-campineiro de 1938<sup>73</sup>, a África volta a aparecer no debate. Porém, distante dos argumentos antes colocados, pode-se perceber que ao falar do continente africano dessa vez há um sentimento nostálgico e poético da ancestralidade dos negros brasileiros.

O negro nasceu livre no seio das amplas e ensolaradas florestas africanas. Como criança inocente, ele banhou-se nas águas claras dos grandes rios do seu continente. Tornou-se instintiva essa consciência de liberdade, e, mesmo quando foi acorrentando à ganância e aos grilhões dos senhores escravocratas de todo mundo, ele sempre que pode, mesmo com sacrifício da própria vida demonstrou haver nascido para um destino melhor do que aquele que a força, a prepotência, e a cobiça lhe estavam impondo. (NASCIMENTO, 1945, p.01)

Aguinaldo Camargo também teve a oportunidade de mais uma vez explicar os pontos que levaram à criação da Convenção Nacional do Negro e os objetivos a serem atingidos frente ao governo na construção da nova constituinte. A fala de Camargo soa quase como uma convocação para os “representantes da raça negra” para buscar a coletividade, e exigir do governo brasileiro mais direitos.

---

<sup>73</sup> Trataremos com maior atenção as características deste evento mais diante.

**O dever que se impõe ao negro não é pessoal, porém, coletivo.** O sofrimento é de toda uma raça com milhões de representantes. Para essa multidão de homens e mulheres de cor que se deve voltar à atenção. A luta do negro por se redimir não cessou, se bem que não tenha sido, até aqui bem dirigida. Basta do sofisma e da lenda. Os filhos da “mãe preta” querem ser mais que isso, porque o lirismo tradicional não basta à emancipação. (CAMARGO, 1945, grifo nosso)

Outra das comunicações que recebeu grande destaque da mídia foi a do advogado Francisco das Chagas Printes<sup>74</sup>. Sabemos pouco sobre sua ligação com a convenção ou outros membros ali presentes, porém, em pesquisas realizadas, encontramos que o advogado mantinha relações com o movimento operário de São Paulo e do Amazonas (PINHEIRO, 2017, p. 142)

Printes inicia sua fala abordando sua descendência mestiça, alegando que mesmo tendo a pele branca, seria fruto de uma ascendência materna negra e indígena juntamente a uma ascendência paterna nórdica. Dessa forma, se solidariza com os problemas passados por seus “irmãos de pele escura”. A partir então de sua trajetória, Printes traz ao conclave um questionário realizado na zona rural<sup>75</sup> pela professora Araci F. Leite, Romano Barreto e Emilio Willens. A pergunta retirada do questionário e utilizada por Printes para compor sua fala na convenção é orientada pelo questionamento: “*you* *acceptaria* *em* *sua* *família* *peessoas* *de* *cor* *como* *marido/esposa?*”.

Ao longo da comunicação, Printes comenta as respostas dadas à questão. Como era de se esperar, a maioria das respostas são negativas e demonstram o racismo latente na sociedade brasileira. Abaixo transcreveremos duas das respostas do questionário<sup>76</sup>:

- Não, não aceitaria um negro na família, porque é um mau elemento formador, não contribuindo para a melhoria da raça, assim sendo vetamos decrescer o grau de inteligência da raça.

- Não, não me casaria com negro, por uma natural repulsa biológica. (Trechos transcritos no jornal *Diário da Noite*, 12/11/1945)

Printes como os outros autores que discutiam as questões raciais desse período, cita a situação vivida durante a Segunda Guerra Mundial e as diferenças do que se vivenciava no Brasil, afirmando que “estavam em plena Europa dos racismos extremos”, e era necessário vencer o preconceito de cor em um país que era reconhecido como uma “nação híbrida”. Ao ler toda comunicação de Printes, percebemos que o

<sup>74</sup> O sobrenome de Francisco das Chagas Printes algumas vezes era grafado como “Printz”.

<sup>75</sup> Não encontramos referências que nos indiquem o local exato de onde foram aplicados os questionários, nem todas as perguntas que nele continham.

<sup>76</sup> Não constam informações sobre os nomes dos entrevistados, nem a data das respostas. No jornal *Diário da Noite* (SP), publicado em 12 de novembro de 1945, há uma extensa matéria sobre a comunicação de Francisco das Chagas Printes, onde consta a transcrição das respostas.

termo híbrido pode ser considerado como um sinônimo de mestiço, reafirmando mais uma vez o ideal de uma formação brasileira a partir de três raças essenciais.

A fala de Printes, de acordo com o jornal *Diário da Noite* de São Paulo, foi a mais aplaudida do conclave. A matéria destaca que os “aplausos abafaram as últimas palavras do orador. [...] Pela palavra do Sr. Aguinaldo de Camargo foi aprovado um voto de louvor ao discurso do Sr. Francisco das Chagas Printz.” (Diário da Noite, 12/11/1945)

Como último exemplo a respeito das teses mais destacadas da Convenção Nacional do Negro, citaremos a da professora Sofia de Campos Teixeira. Sempre descrita como professora era militante do Partido Socialista. Atuou também escrevendo matérias para o jornal *Novo Horizonte* (1946-1954).

Reconhecida como a mulher negra símbolo para a democracia socialista, (HECKER, 1998, p.96) sua participação na convenção foi expressiva, primeiramente, por ser uma das únicas mulheres envolvidas efetivamente na política partidária nesse momento, e também por não se restringir à luta antirracista, integrando o direito das mulheres em suas reivindicações. Sobre o perfil de Sofia Campos, Luiz H. Lobato<sup>77</sup> afirma: “uma mulher inteligente, culta, decidida e de caráter inatacável, incansável na luta pela elevação do nível econômico e cultural dos negros brasileiros”. (LOBATO apud SOTERO, 2015, p.89)

Sofia Campos em sua comunicação busca ir além dos temas que já eram esperados dela sobre a mulher negra. A autora inicia sua fala criticando a atitude de considerarem sinônima a prática de tutela com a igualdade que os negros exigiam. Para a autora, as reivindicações principais estariam vinculadas ao acesso à educação, assim a solução seria a abertura de mais escolas, e também o direito aos negros de ingressarem em cargos públicos de alto poder dentro da Academia Naval, na Escola de Aeronáutica e na diplomacia. (TEIXEIRA, 1945) Na matéria do jornal *Diário da Noite* de São Paulo, Sofia Campos é novamente elogiada e descrita como a “representante da mulher carioca negra na Convenção Política do Negro”. (Diário da Noite, 12/11/1945)

Em grande medida, a organização do evento se centrava no Teatro Experimental do Negro e principalmente entre os ativistas do Rio de Janeiro. Tal relação causou certo

---

<sup>77</sup> De acordo com Edilza Sotero (2015) pouco se sabe da trajetória de Luiz H. Lobato, nasceu no Maranhão, mas passou a maior parte de sua vida dividindo-se entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Lobato sempre esteve vinculado à carreira política era um marxista convicto, de acordo com Correia Leite (1992) Lobato antes de se envolver com o meio negro afirmava que não existia problema racial, acreditava que era um problema de classe, um problema econômico, essa ideia mudará radicalmente com sua aproximação com o movimento negro.



desconforto para Geraldo Campos, que era o responsável pela realização do evento em São Paulo. Porém, antes de abordamos o desconforto gerado entre as duas cidades e suas respectivas lideranças, é preciso destacar que Geraldo Campos já era um velho conhecido, tanto de Abdias Nascimento, como do próprio TEN.

Amigos de infância, Nascimento e Campos já haviam passado por diversos momentos juntos. Inclusive a Convenção Nacional do Negro não seria o primeiro evento que os amigos organizavam juntos. Em 1938, após Nascimento sair da prisão Frei Caneca, encaminhou-se para Campinas para se hospedar na casa de Orozimbo Campos<sup>78</sup>, pai de seu amigo Geraldo Campos.

Geraldo Campos foi professor, jornalista e se dedicou por muito tempo ao ativismo negro e à carreira política, chegando a ser nomeado assessor de imprensa do gabinete do Ministro do Trabalho no governo de Jânio Quadros e depois dirigente do Instituto de Previdência dos Comerciantes (IAPC) pelo presidente João Goulart.

Com a chegada de Abdias Nascimento a Campinas em 1938, e ajuda de Augusto Sampaio, João Gualberto, Jerônimo e Aguinaldo Camargo, organizaram o Congresso Afro-campineiro. Nas palavras de Nascimento, o evento marcou sua vida, pois foi uma “prova de sua capacidade de organização e competência”. (NASCIMENTO; SÉMOG, 2006, p.134)

O congresso se realizou no Centro de Ciências Letras e Artes (CCLA) da cidade de Campinas, contando também com a colaboração das alunas da Escola Normal e do professor Nelson Omega, que era diretor do CCLA e redator-chefe do jornal Correio Popular. (NUCCI, 2012, p.03) O objetivo do congresso é descrito por Abdias Nascimento:

Esse congresso teve o propósito de combater o ostensivo racismo e separatismo tradicional dessa cidade, e avaliar a situação global do negro no país. Durante uma semana, discutiram-se as condições de vida do negro brasileiro sob vários aspectos: econômico, social, político e cultural. Em determinada sessão, os promotores fizeram o juramento de voltar à África, a fim de ajudar a luta de libertação do continente negro, nossa terra ancestral. (NASCIMENTO; SÉMOG, 2006, p.90)

Não entraremos nos pormenores da realização do congresso, porém, dois pontos merecem destaque acerca do evento. O primeiro nos permite perceber que Nascimento,

---

<sup>78</sup> De acordo com Elisa Nascimento (2014), Orozimbo Campos ocupava uma posição muito importante na Companhia de Eletricidade na cidade de Franca. Era responsável pelos materiais e equipamentos, por isso contava com grande prestígio na cidade. A relação com a família de Abdias Nascimento já era antiga, assim como a amizade entre seu filho Geraldo Campos e Abdias Nascimento.

antes mesmo de criar o Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro, já contava com uma rede de sociabilidade entre ativistas negros em São Paulo. O Congresso Afro-campineiro contou com diversos apoios, assim como com a cobertura da imprensa paulista. (NUCCI, 2012, p. 04).

O segundo ponto que merece destaque na afirmação de Nascimento, é referente ao “juramento de voltar à África, a fim de ajudar a luta de libertação do continente negro, nossa terra ancestral”. De acordo com a socióloga Priscila Nucci (2012), que se debruçou sobre as fontes pertencentes ao Congresso Afro-campineiro, apesar de Abdias Nascimento fazer menção a esse juramento, não foram encontradas outras fontes que confirmem o acontecimento.

Cabe aqui destacar brevemente, que em 1938 os nacionalismos africanos estavam em seu início. Já que foi ao longo de toda primeira metade do século XX, que houve diversas mudanças na ordem mundial, de acordo com Capoco (2012), neste período foram vários os acontecimentos relevantes para tais alterações da ordem mundial, nomeadamente, o autor destaca a 1º Conferência Africana (1900); a 1º Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917), os congressos Pan-africanistas (1919; 1921; 1923; 1927; 1945). (CAPOCO apud SOUZA JUNIOR, 2013, p.15)

Como observamos, Geraldo Campos e Abdias Nascimento já haviam vivenciado experiências relativas à organização de eventos. Além disso, Campos também integrava, mesmo que distante geograficamente, o Teatro Experimental do Negro e suas ações. Em maio de 1946 Geraldo Campos, através de uma carta direcionada para Nascimento, demonstra seu descontentamento com a falta de informações sobre a realização da Convenção Nacional do Negro que seria realizada no Rio de Janeiro. Campos em sua carta afirma que não estaria a par de nenhuma das ações tomadas entre os cariocas, afirmando que o diretório de São Paulo desconhecia:

Tudo, e mesmo se haverá a realização do Conclave. Não sabemos da data do seu início. Não sabemos do seu programa. Não sabemos do seu local, não sabemos se nos será permitido participar do mesmo e nem se devemos convidar, especialmente, elementos que do mesmo desejariam participar. (CAMPOS, Geraldo. 06 de maio de 1946. Acervo IPEAFRO, seção TEN, série Atuação política do TEN)

A carta de Geraldo Campos é do dia 06 de maio de 1946. De acordo com outras fontes que encontramos, o evento no Rio de Janeiro inicia-se no dia 11 de maio de 1946. A partir desses dados percebemos que realmente o diretório de São Paulo se encontrava deslocado das organizações. Para Sotero a carta de Campos deixa claro:

A insatisfação de Geraldo Campos revela a instabilidade do arranjo pretendido entre atividades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em setembro de 1947, quando começa sua campanha como candidato a vereador não trata mais do assunto, o que sugere que a proposta da Convenção, e possivelmente de uma mobilização mais conjunta, não havia sido bem sucedida. Como candidato, Geraldo parece ter optado por se apresentar como um indivíduo que participava e era apoiado por diversas organizações do “meio negro”, mas não como o representante de um grupo específico. (SOTERO, 2015, p.102)

Ainda sobre essa relação entre São Paulo e Rio de Janeiro, percebemos que em certa medida o Rio de Janeiro sempre contará com maior destaque no que se referia às associações negras artísticas como o TEN. Essa ideia é defendida por Roger Bastide na década de 50, em uma matéria da *Revista Anhembi*. Bastide explica que esse fato se dá pela situação intermediária em que o Rio de Janeiro está inserido. De acordo com o autor, haveriam três estados centrais para a criação de organizações negras: Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, haveriam fatos que contribuíam para o “atraso” da Bahia e de São Paulo na criação de associações artísticas negras. A Bahia seria um espaço marcado pela presença do candomblé. De acordo com Bastide, a religião salvara o negro do complexo de inferioridade, e por essa relação profunda não haveria tensões raciais que pudessem gerar motivos para criação de associações negras.

O negro na Bahia sente-se possuidor de uma cultura equivalente em valor a do branco e que chega a exercer sobre certos brancos uma estranha fascinação. Mas a função do candomblé está demasiada presa à liturgia [...] Portanto, na Bahia, há ausência do problema da tensão racial e a ausência de distância entre o rito e a representação. (Revista Anhembi, 1951, p.100)

Sobre São Paulo, Bastide disserta que a presença africana ou a religião em si não teria tanta força quando comparada à situação baiana. Os negros nesse espaço estariam completamente assimilados à cultura branca, o que para autor seria um fator que poderia intensificar os problemas raciais, ao ponto de não se formarem organizações negras. Nesse aspecto o Rio de Janeiro estaria em uma situação intermediária, onde a cultura africana teria espaço, mas não com a mesma intensidade que na Bahia. Dessa forma, os problemas raciais não estariam ausentes, mas também não ganhavam grandes proporções. Roger Bastide afirma que no Rio de Janeiro:

A cultura africana continuou, mas era uma cultura ferida de morte por um golpe cada vez mais fundo, vibrado pela cultura dos brancos. [...] Em resumo, a fé já não é bastante intensa para que o gesto permaneça ritual [...] E por outro lado, as tensões raciais embora existissem, faziam-se sentir menos que em São Paulo, devido à menor heterogeneidade do meio mais lusitano do que propriamente de

“melting-pot” de imigrantes, e porque desde o início, a macumba e as escolas de samba representaram o papel de psicodrama, libertaram o negro na dança ou no canto, dos seus problemas nascentes. É o que explica porque o Rio viu nasceram tantos experimentos felizes, enquanto São Paulo não conseguia organizar um teatro negro. (BASTIDE, 1951, p.100-101)

Mesmo em meio à falta de informação destacada por Geraldo Campos, a Convenção Nacional do Negro também se realizou no Rio de Janeiro nos dias 11, 12 e 13 de maio. A data foi escolhida pela representação simbólica relacionada à abolição da escravatura, ideia que conseqüentemente, será negada e denunciada no campo teórico ao fim da convenção como veremos posteriormente.

Sobre a Convenção realizada no Rio de Janeiro, obtivemos maiores detalhes de sua programação através das fontes históricas encontradas. A abertura no dia 11 maio aconteceu na Rua da Conceição nº13, no centro da cidade, às 20 horas, a fala de inauguração foi a de Luiz H. Lobato, anunciando o evento e as apresentações trabalhos, seguidas de debates públicos.

A convenção no Rio de Janeiro se diferenciou em alguns aspectos da realização em São Paulo. Primeiramente por contar com maior diversidade no sentido de programação cultural. O jornal *A manhã* anuncia dois principais momentos ligados à arte de forma abrangente. O primeiro seria a realização de palestras sobre arte negra. De acordo com o jornal os debates abordariam teatro, pintura, poesia e música. O segundo momento seria protagonizado pelo Quarteto Vocal Negro do Teatro Negro, formado por Fernando de Araújo, Antônio Barbosa, Camilo Viana e Ruth de Souza, que interpretariam músicas do compositor paraense Gentil Puget. (*A manhã*, 04/05/1946)

Entretanto, alguns pormenores já são conhecidos, como, por exemplo, uma série de palestras sobre arte negra (teatro, pintura, poesia e música). Vultos da abolição (brancos e pretos) e problemas do negro contemporâneo. É também de se assinalar o “debut” do “Quarteto Vocal Negro, do Teatro Negro, sob (?) folclorista patricio Gentil Puget. Os elementos do quarteto são os seguintes: Fernando de Araújo, Antônio Barbosa, e Camilo Viana, tendo como solista a atriz Ruth de Souza, os quais interpretarão entre outros números “Navio Negreiro” e “História pra sinhozinho dormir”, versos de Luiz Peixoto: “Lamento Negro”, “Lundu do século XVII” e “Mariboadado Sinhá” (dança, carimbó do Belém do Pará), todas com letra e música de Gentil Puget. (*A manhã* 04/05/1946, p. 10)

Um exemplo de distinção entre o evento em São Paulo em comparação com o evento ocorrido no Rio de Janeiro foi às atividades que se realizaram externamente no conclave do Rio de Janeiro. No dia 12 houve uma romaria ao túmulo do abolicionista

José Patrocínio, localizado no cemitério do Catumbi, onde Aguinaldo Camargo faria uma fala a respeito da importância do abolicionista.

A cobertura jornalística também dá atenção aos participantes da convenção que eram membros de partidos políticos. Percebemos, assim, que a convenção contava com interesses de alguns partidos nesse momento. Entre eles estavam a UDN, PTB e PCB.

A essa sessão compareceram diversas pessoas gradas, entre as quais notamos a presença do senador Hamilton Nogueira, da UDN; os deputados Gilberto Freyre da UDN; Manuel Benício Fontenele do PTB e Claudino José da Silva do PCB, do poeta Solano Trindade do PCB, presidente do Centro de Cultura Afro-brasileira e o sr. Eurico Oliveira, diretor do Diário Trabalhista. Abrindo a sessão, que foi presidida pelo deputado Gilberto Freyre. (Diário de Notícias, 12/05/1946)

É importante destacar que o Teatro Experimental do Negro já mantinha diversas relações com tais partidos. A aproximação com a UDN se dava através principalmente da figura de Hamilton Nogueira, senador eleito pelo Distrito Federal à Assembleia Nacional Constituinte. Sobre a carreira política de Nogueira podemos afirmar:

Empossado em fevereiro de 1946, ainda durante os trabalhos de elaboração da nova Constituição defendeu o funcionamento legal do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB) liderado por Luís Carlos Prestes, também eleito senador. Justificou sua posição esclarecendo que era favorável à “participação legítima de qualquer partido em uma democracia”, embora não apoiasse a ideologia comunista. Declarou também que atuaria ao lado do PCB “em questões comuns de justiça social”, não podendo, no entanto, como católico que era manter individualmente relações com o partido. Promulgada a Constituição em setembro de 1946, passou a exercer mandato legislativo ordinário no Senado<sup>79</sup>.

De acordo com Guimarães e Macedo, Hamilton Nogueira será conhecido por ser o “senador dos negros”, devido ao seu envolvimento como aliado ao movimento político que acontecia em torno do TEN. (GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p.161) Nogueira será fundamental para o evento (aqui falamos tanto do evento realizado em São Paulo, quanto do Rio de Janeiro, pois integram o mesmo evento tecnicamente), na medida em que levará à frente o manifesto produzido pela convenção através de seu discurso na Assembleia Constituinte, chamado *Restrição aos pretos*, baseado nas proposições do Manifesto à Nação da Convenção do Negro Brasileiro. (SOTERO,

---

<sup>79</sup> ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v., il. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hamilton-de-lacerda-nogueira>. Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

2015, p. 139) A respeito do manifesto e sua recepção discutiremos posteriormente com mais detalhes.

Apesar da proximidade de Hamilton Nogueira, isso não representava automaticamente toda a adesão da UDN. O PTB, partido que já contava com participantes da convenção, será o partido que mais tarde contará com a filiação de Abdias Nascimento, devido ao caráter mais “sintonizado com os problemas e aspirações do negro brasileiro”. (GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p.162)

Podemos estranhar, em um primeiro momento, também a presença de Gilberto Freyre presidindo uma sessão. Nesse momento Freyre era deputado pela UDN, mas sua presença também pode ser atribuída ao seu claro interesse pelas temáticas raciais. Podemos lembrar, por exemplo, da importância de Freyre nos congressos afro-brasileiros na década de 30 e seu grande prestígio no meio intelectual.

A presença de Abdias Nascimento, para além da organização, também se deu pelo seu discurso no encerramento do evento, após participantes da convenção realizarem uma visita à escola chamada “José Patrocínio”, que se localizava no Parque Arará Caju, para conhecerem as novas instalações.

A importância da Convenção Nacional do Negro centralmente pode-se voltar para o objetivo de intervir efetivamente na elaboração da constituição. Por isso a elaboração do *Manifesto da Convenção Nacional do Negro à Nação Brasileira* pode ser considerada como um marco no que se refere a propostas de luta antirracista no âmbito constitucional.

O objetivo da Convenção era lançar as bases para a atuação do novo ativismo negro. Essas bases estão expostas no Manifesto à Nação Brasileira, documento que sumariava as reivindicações dos ativistas presentes e as colocava como propostas a serem debatidas na assembleia Nacional Constituinte. Os nomes que assinam o manifesto nos fornecem uma ideia da rede que havia sido formada pelo fundador do TEN e que seria fundamental para a sua ação nos anos seguintes. (GUIMARÃES; MACEDO, 2008, p. 144)

Quanto aos assinantes do manifesto encontramos os seguintes nomes: Abdias Nascimento, Francisco Lucrécio, Francisco das Chagas Printes, Geraldo Campos de Oliveira, Salatiel dos Santos, José Bento Ângelo Abatayguara, Emílio Silva Araújo, Aginaldo Oliveira Camargo, Sebastião Rodrigues Alves, Ernani Martins da Silva, Benedito Juvenal de Souza, Ruth de Souza, Luís Lobato, Nestor Borges, Manoel Vieira de Andrade, Sebastião Baptista Ramos, Benedito Custódio de Almeida, Paulo Morais,

José Pompílio da Hora, René Noni, Sofia Campos Teixeira, Cilia Ambrósio, José Herbel e Walter José Cardoso. (NASCIMENTO, 1982, p. 113)

Para Sotero é perceptível que o manifesto contava com assinaturas de 25 nomes que demonstravam trajetórias diversas. Porém, a maioria dos signatários tinha relativa circulação em ambientes de classe média e no meio intelectual de São Paulo e Rio de Janeiro. (SOTERO, 2015, p.69) Alguns dos nomes já são conhecidos ou por pertencerem ao TEN, ou por sua ligação direta com outras associações negras desse período. Ou seja, mais uma vez o conceito que utilizamos aqui de rede de sociabilidade de intelectuais aparece com eficiência, destacando o Teatro Experimental como núcleo central para a realização de eventos programáticos.

O documento tinha como destinatários principais todos os partidos políticos do período, esperando assim alcançar não só visibilidade, mas também propor um novo projeto de lei referente à discriminação racial. A respeito do conteúdo do manifesto podemos observar que apesar de não conter um texto longo, apresenta proposições ousadas e inovadoras para o período. Antes de nos voltarmos propriamente ao conteúdo das reivindicações, o manifesto conta com uma pequena “introdução” explicando a importância do contexto político e os motivos que levaram à criação de tal documento. Sobre o momento o manifesto observa que:

No momento em que todas as forças vivas da nação se arregimentam e se articulam, em prol de sua redemocratização, impõe-se, como dever sagrado, trazermos, num trabalho de conjunto eficiente e construtivo, a nossa despreziosa palavra de fé e a exposição daquelas reivindicações para quais nos devemos aprestar. Nesse sentido, os negros do Brasil, reunidos em Convenção Nacional, examinaram, escrupulosa e detidamente, a sua situação atual, não somente em face de sua existência no passado, como, sobretudo, das injunções do presente. (Manifesto da Convenção Nacional do Negro à Nação Brasileira, 11/11/1945. Acervo IPEAFRO, seção TEN, série Atuação política do TEN)

Outro ponto a ser destacado nessa “introdução” do manifesto é abordar o entendimento sobre a abolição da escravatura dentro de uma rede de intelectuais heterogênea e que não se restringia aos ativistas negros. Essa questão é central devido aos indícios que cada vez mais eram levantados por parte dos militantes negros e também de intelectuais desse círculo, que afirmavam que a abolição da escravatura do Brasil, em 1888, não teria efetivamente acabado com a escravidão no país em todos os seus sentidos, nem muito menos teria concedido possibilidades do negro se inserir na

sociedade agora como um homem livre. Em outras palavras, a lei áurea não teria eliminado a subalternidade em que os negros se encontravam frente à sociedade.

Dessa análise verificou-se que, mais do que nunca, no instante histórico que se vive, é imperioso que realizemos um trabalho de unificação e coordenação de todos os nossos esforços e anseios para que o ideal de Abolição se torne hoje em dia e para o futuro uma realidade expressiva sob todos os títulos. (Manifesto da Convenção Nacional do Negro à Nação Brasileira, 11/11/1945. Acervo IPEAFRO, seção TEN, série Atuação política do TEN)

Contudo, mesmo que se entendesse que a abolição da escravatura não tenha sido efetiva em todos os sentidos, esse ideal poderia vir a ser atingido pelos esforços de um trabalho unificado e coordenado, interessado em construir um futuro melhor a partir de princípios que reivindicassem não privilégios para a população negra, mas sim direitos por igualdade. Nessa parte do manifesto, também se pode perceber claramente a influência da comunicação de Sofia Campos Teixeira a respeito do caráter tutelar ou paternal que por muitas vezes se tentou exercer sobre o negro.

Nesse ponto de vista, o manifesto suscita um caráter de dever direcionado aos negros para que assumam uma postura de coragem e tenham responsabilidade e autoridade em suas reivindicações e lutas contra o racismo latente. Por conseguinte, o manifesto buscava afirmar uma união dos negros para além de partidos políticos ou organizações específicas, o que, como já percebemos com frequência, era reafirmado por seus organizadores e também tomava forma de um convite à “valentia”. Assim era necessário compreender o “ser negro” e todos os desafios que se apresentariam.

Temos consciência da nossa valia no tempo e no espaço. O que nos faltou até hoje foi a coragem de nos utilizarmos dessa força por nós mesmos e segundo a nossa orientação. Para tanto é mister, antes de mais nada, nos compenetrarmos, cada vez mais de que devemos estar unidos a todo o preço, de que devemos ter o desassombro de ser, antes de tudo, negros e como tais os únicos responsáveis por nossos destinos em consentir que os mesmos sejam tutelados ou patrocinados por quem quer que seja. Não precisamos mais de consultar nossos direitos, da realidade angustiosa de nossa situação e do acumplicimento de várias forças interessadas em nos menosprezar e condicionar, mesmo, até o nosso desaparecimento! (Manifesto da Convenção Nacional do Negro à Nação Brasileira, 11/11/1945. Acervo IPEAFRO, seção TEN, série Atuação política do TEN)

Todavia, ao mesmo tempo em que percebemos uma convocação direcionada aos negros e um distanciamento de todo e qualquer tipo de tutela, percebemos que o manifesto, além de direcionado principalmente aos “poderes competentes”, faz outra



afirmação importante para nossa análise, principalmente a respeito da consciência nacional nesse momento.

Eis por que conclamamos a todos vós, sem distinção de sexo, idade, credo político ou religioso, para cerrardes fileiras em torno deste Grupo de Pioneiros que se propõe a conseguir, dos poderes competentes por todos os meios lícitos e segundo os ditames da própria CONSCIÊNCIA NACIONAL. (Manifesto da Convenção Nacional do Negro à Nação Brasileira, 11/11/1945. Acervo IPEAFRO, seção TEN, série Atuação política do TEN)

Nesse sentido, o termo consciência nacional (palavras que no documento aparecem em letras maiúsculas, como foram transcritas aqui) já era recorrente no meio intelectual. Como percebemos nas discussões realizadas durante toda década de 30 com os congressos afro-brasileiros, havia um grande interesse em elaborar análises que explicassem a formação brasileira e como a cultura desempenhava um grande papel nesse aspecto. Mas neste caso contamos com mais um elemento interessante para destacarmos: qual seria o significado da afirmação de uma “consciência nacional” dentro de um manifesto produzido pela Convenção Nacional do Negro?

A resposta para essa questão pode imbricar diversos sentidos. Primeiramente há que se pensar que a partir da ideia de consciência nacional, estamos atrelados inevitavelmente ao conceito de nação. Um autor que pode nos ajudar a discutir esses significados é o historiador Benedict Anderson. Em seu livro *Nação e Consciência Nacional* o autor observa que não houve grandes teóricos que se debruçaram sobre o termo nação e seus desdobramentos como o nacionalismo. Para Anderson o termo deve ser compreendido em seu sentido antropológico, que define nação como:

Ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão a falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão. (ANDERSON, 1989, p.14)

Contudo, devemos levar em consideração outras definições ligadas a questões de temporalidade das nações. Um dos autores voltados para esse viés é Homi Bhabha (1998), que orienta sua abordagem a partir da ideia de que nação é uma narração cultural. Para Márcia Fagundes Barbosa (2011), entender o conceito de nação nessa perspectiva teórica amplia as possibilidades de articulações simbólicas deste evento com diferentes categorias como raça, gênero, classe e diferença cultural, ao mesmo tempo em que permite pensar nas temporalidades diversas, como o período moderno, colonial,

entre outros. Assim esse movimento comporta um entendimento que descentraliza a narrativa nacional. (BARBOSA, 2011, p. 204)

Portanto, em primeira instância, podemos pensar a nação como um sistema classificatório, através do qual evidenciam-se categorias que ligam o Estado a seus membros e estes entre si. **O território e a língua são categorias que sustentam um sentimento de pertencimento e lealdade entre os membros de uma nação, assim como a ideia de uma “tradição cultural” comum. Essa ligação realiza-se através de representações simbólicas, ou como afirma Benedict Anderson através das comunidades imaginadas.** (BARBOSA, 2011, p.204)

As representações simbólicas nesse caso contribuem para construir comunidades imaginadas, e elas não estão apartadas de projetos políticos ou das relações de poder existentes na sociedade. Para o historiador Eric Hobsbawn o nacionalismo é a utilização do símbolo “nação” para a realização de um projeto político, que pode ser homogeneizador dos sentidos da nação, assim o nacionalismo controla os sentimentos que unem e diferenciam determinados grupos entre si. (HOBSBAWN, 2000, p.272)

Após esses breves apontamentos de alguns autores sobre a constituição dos significados atribuídos à nação, percebemos então que o Brasil não ficou de fora deste processo. Havia um grande processo de construção de uma nação no sentido moderno que não se restringia apenas aos intelectuais. Todavia, no contexto brasileiro ainda persistiam problemas referentes às relações raciais, uma vez que, embora o país fosse conhecido como “paraíso racial”, o racismo persistia.

Nesse período em que o país vivia uma abertura política, pouco depois de um em que o mundo “assistira” as mazelas geradas pelo nazismo, tentava-se a todo custo criar distâncias seguras entre discursos que abordassem divisões – de raça, classe, gênero ou outras - que pudessem romper com o ideal de união da nação brasileira.

É importante destacar aqui que por diversas vezes os organizadores da convenção elaboraram explicações a respeito do assunto, concluindo de maneira enfática que o negro brasileiro em momento algum pretendia quebrar o ideal de unificação nacional. Essa perspectiva, portanto, foi adotada no manifesto que seria o documento oficial apresentado para a assembleia constituinte, reafirmando que as demandas do movimento negro não iriam em desencontro ao interesse nacional de igualdade, que não tinha distinção de sexo, idade, credo político ou religioso.

Todavia, é preciso observar que as reivindicações expostas no manifesto, apesar de alegarem não ter intenção de romper com a consciência nacional, destacavam que o racismo estava presente no Brasil, e que os ideais de igualdade não estavam sendo

efetivos para a população negra. Para falarmos disso transcreveremos e analisaremos as seis reivindicações.

1. Que se torne explícita na Constituição de nosso país a referência à **origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca.**
2. Que se torne matéria de lei, na forma de **crime de lesa-pátria, o preconceito de cor e de raça.**
3. Que se torne matéria de lei penal o crime praticado nas bases do preceito acima, tanto nas **empresas de caráter particular como nas sociedades civis e nas instituições de ordem pública e particular.**
4. Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, **sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado,** em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares.
5. Isenção de impostos e taxas, tanto federais como estaduais e municipais, **a todos os brasileiros** que desejarem estabelecer-se com qualquer ramo comercial, industrial e agrícola, com o capital não superior Cr\$ 20.000,00.
6. Considerar como problema urgente a adoção de medidas governamentais visando à **elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros.** (Manifesto da Convenção Nacional do Negro à Nação Brasileira, 11/11/1945. Acervo IPEAFRO, seção TEN, série Atuação política do TEN)

Na primeira reivindicação pode-se notar mais uma vez a utilização do conceito de raça com a finalidade de afirmar a formação brasileira, específica e mestiça, interpretada de forma positiva. Assim, ao cometer “preconceito de cor ou de raça”, o indivíduo estaria causando prejuízos à nação e ao exercício da democracia no país, visto que nossa nação reunia uma “origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca”. Assim as atitudes racistas deveriam ser repreendidas em todos os âmbitos, fossem eles particulares ou públicos, conforme a terceira reivindicação do manifesto.

A quarta reivindicação propõe que, enquanto o ensino não for totalmente gratuito, se realize o aceite de brasileiros negros como estudantes pensionistas. A questão da educação aparecerá efetivamente, o que também podemos considerar como uma das pautas destacadas pelas comunicações apresentadas na convenção. A elevação

social e cultural do negro, assim, precisava passar inevitavelmente pela inserção no campo educacional, que ainda se encontrava em um nível de difícil acesso.

Tal proposta será considerada, posteriormente, como uma das primeiras intenções de se criar medidas de ações afirmativas, que futuramente deram força para a aplicação das cotas raciais em universidades e também para a criação da lei 10.639/2003, que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Já na quinta e sexta reivindicações há a presença do diálogo acerca da isenção de impostos e taxas para todos os brasileiros com capital pequeno, como a criação de medidas governamentais que visassem à elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros. Assim, as reivindicações que se iniciaram direcionadas ao negro e aos seus problemas atuais, apresentados na Convenção Nacional do Negro, se voltaram para os brasileiros como um todo. Podemos compreender o manifesto, portanto, a partir de reivindicações que transitam entre atender as necessidades do negro e as de todos os brasileiros, independente de sua cor. Fato esse coerente com a ênfase à “consciência nacional”, que projeta um entendimento de identidade nacional brasileira plural e abrangente.

O manifesto contou com grande repercussão. Afinal, nesse período a atitude da convenção podia ser considerada como uma ação inovadora. O próprio manifesto afirma que a idealização do projeto para interferir na constituição foi elaborada por um “grupo de pioneiros”. Não obstante, a repercussão não garantiu que o manifesto fosse considerado como um projeto sério, ou atingisse seu objetivo de interferir na constituição de 1946. Através do senador Hamilton Nogueira, da UDN, o manifesto foi apresentado à constituinte, porém, não contou com nenhum outro apoio para levar à frente as propostas.

Um ano depois, na Constituinte de 1946, o senador Hamilton Nogueira, tomando por base o Manifesto à Nação Brasileira, encaminhou projeto à Constituinte, criminalizando a discriminação racial, que, se aprovado, integraria o texto constitucional de 1946. A proposta do senador Hamilton Nogueira foi detonada, de forma veemente, pelo único representante negro na Assembleia Constituinte, o deputado federal pelo Partido Comunista, Claudino José da Silva. (NASCIMENTO; SÉMOG, 2006, p.150)

Mesmo que no trecho acima Abdias Nascimento centre sua crítica diretamente à postura de Claudino José da Silva, membro do PCB, principalmente pelo fato de Silva

ser negro e não apoiar as pautas ali defendidas, o manifesto contou com grandes críticas em diversos espaços. Luiz Lobato, por exemplo, afirmou que a “emenda do Senador era restritiva, mas não apresentou um substitutivo”. O não apoio de Lobato já era esperado, pois acerca da criação de partidos negros ele já havia ironizado ao afirmar que “ser negro não era motivo suficiente para que um candidato merecesse o voto dos negros”, citando inclusive o exemplo de Claudino José da Silva. (LOBATO apud SOTERO, 2015, p.89)

Outra crítica contundente é a de José Correia Leite. Leite ajudou a criar a Frente Negra, porém rompeu no início das atividades, e integrou também a equipe do jornal *O Clarim d’Alvorada*. Em uma entrevista concedida para *Folha da Noite* em 07 de dezembro em 1945, Correia Leite afirma que o ponto principal que o incomodava a respeito da convenção se centrava na “incompatibilidade das demandas expostas naquela ocasião com as dos negros mais humildes”. A convenção e seus líderes, de acordo com Correia Leite, teriam sido estruturadas em “sentimentalismos” e sem apoio da base popular. (SOTERO, 2015, p.69)

Eu, pelo menos, nasci e fui criado nesta Capital, sou um homem do povo e por essa condição, a minha convivência é com os negros mais humildes. [...] Depois de toda essa confusão que se tem verificado no panorama político de nossa terra, nunca pensei em entrar num movimento de agitação da massa negra de uma maneira tão insólita como essa que, apesar das boas intenções, não partiu de um princípio básico. Faço essa afirmação porque entendo que uma Convenção, na sua verdadeira expressão de análise e indagação de estudos de problemas tão complexos como esse do negro brasileiro não pode ser sustentada, em suas teses, apenas pela orientação de quatro ou cinco indivíduos, que no Rio deram várias entrevistas aos jornais. (Folha da Noite, 07/12/1945)

A crítica de José Correia Leite repercutiu com maior força frente aos organizadores da convenção, pois nesse momento o militante já contava com grande prestígio e reconhecimento entre os militantes negros. Logo, a aprovação de Correia Leite seria fundamental para selar as tentativas de unificar os ativistas de São Paulo e do Rio de Janeiro, em um momento estratégico como o período de abertura política após a saída de Getúlio Vargas do poder.

A realização da Convenção Nacional do Negro, como vimos, não partiu apenas do Teatro Experimental do Negro. Apesar das organizações efetivas estarem ligadas a Abdias Nascimento e seu grupo, o evento transitou em distintos campos e contou com uma infinidade de intelectuais. Essa heterogeneidade também foi fortalecida pelo momento que vivia o país. A abertura política permitia a retomada das associações

negras, como também dos partidos políticos. Mesmo com pautas distintas, os debates e entraves que se relacionaram com a convenção, direta ou indiretamente trouxeram à cena novas demandas referentes à população negra. Contudo, há que se considerar que a convenção não rompeu totalmente com o estilo dos congressos afro-brasileiros, pois também se restringia a uma parcela negra que já frequentava espaços de debate intelectual sobre as relações raciais brasileiras.

A rejeição do manifesto frente à constituinte não atrapalhou que o Teatro Experimental do Negro prosseguisse com seus objetivos e ações dedicadas a integrar espaços em que antes estava ausente. A convenção pode ser entendida como um primeiro passo intelectual do TEN. Mesmo com pouco tempo de formação o grupo se aproximou de outros ativistas e acabou por ganhar grande destaque no círculo intelectual negro militante.

**TABELA I – 1º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (1934)**

<b>TEMÁTICA</b>	<b>AUTORES</b>	<b>TÍTULO DO TRABALHO</b>
<b>1. SAÚDE</b>	Abelardo Duarte	Grupos sanguíneos da raça negra.
	Álvaro de Faria	O problema da tuberculose no preto e no branco e relações de resistência racial
	Antônio Austregésilo	A mestiçagem no Brasil como fator eugênico
	Augusta Moreira (Malta)	Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil
	Bastos de Ávila	Contribuição ao estudo do índice de Lapique
	Gilberto Freyre	Deformações de corpo dos negros fugidos
	Isaac Brown, Leonidio Ribeiro e W. Bernardinelli	Estudo biotipológico de negros e mulatos brasileiros normais e delinquentes
	J. Robalinho Cavalcanti	O recém-nascido branco, negro e mulato.
	Jarbas Pernambucano	A maconha em Pernambuco
	José Octavio de Freitas.	Doenças trazidas pelos negros
	Luiz Robalinho Cavalcanti	Longevidade: sua relação com os grupos étnicos da população
	Mário Marroquino	A mestiçagem no Brasil como fato eugênico.
	Ruy Coutinho	Alimentação e estado nutricional do escravo no Brasil
	Sylvio Rabello	Apresentação na seção de psicologia social sobre o tamanho do crânio do indivíduo, no Gabinete de Antropometria da Brigada Militar.
Ulysses Pernambucano	As doenças mentais entre os negros de Pernambuco	
<b>2. CULTURA</b>	Apolinário Gomes (babalorixá), Oscar Almeida (babalorixá) e Santa (iyalorixá)	Receitas de quitutes afro-brasileiros
	Diógenes Junior	O negro na música do nordeste
	Ernani Braga e Vicente Fittipaldi	Musicalidade afro-brasileira (toadas de Xangô do Recife)
	Melville Jean Herskovit	A arte do bronze e no pano em Dahomé
	Jorge Amado	Biblioteca do povo e coleção moderna
	Mário de Andrade	A calunga dos maracatus
	Nair de Andrade	Musicalidade do escravo negro no Brasil
	Odorico Tavares	O negro e a poesia brasileira.
	Renato Mendonça	O negro no folk -lore e na literatura do Brasil
	Rodolpho Garcia	Vocabulário Nagô
Samuel Campello	Fizeram os negros teatro no Brasil?	

<b>3. HISTÓRIA</b>	Adhemar Vidal	Três séculos de escravidão na Paraíba
	Alfredo Brandão	O negro na história de Alagoas
	Ascenço Ferreira	O que eu devo à influência negra?
	Astrogildo P. Duarte Silva	O negro e a sua situação atual no Brasil.
	Bastos de Ávila	O negro em nosso meio escolar.
	Carlos Pontes	Uma escrava original
	Edison Carneiro	Situação do negro no Brasil
	José A. G. de Melo Neto	A situação do negro sob o domínio Holandês.
	José Valadares	Organização dos Palmares.
	Jovelino M. de Camargo Jr.	Abolição e suas causas e A Inglaterra e o tráfico
	Jovino da Raiz	O trabalhador negro no tempo do bangüê comparado com o trabalhador negro no tempo das usinas de açúcar
	Justino de Oliveira	O trabalhador negro em Pernambuco
	Mário C. do Rego Mello	A República do Palmares
	Olívio Montenegro	O negro e a sua situação atual no Brasil.
	Rodrigues de Carvalho	Aspectos da influencia africana na formação social do Brasil
	Affonso Costa	O Congresso Afro-brasileiro do Recife
Rubens Saldanha	Influência indiana do negro no espírito do direito nacional.	
<b>4. RELIGIÃO</b>	Arthur Ramos	Os Mitos de Xangô e sua degradação no Brasil.
	Fernando Mota	Influência do negro na formação religiosa do nosso povo
	Gonçalves Fernandes	Xangôs no Nordeste
	Jacques Raymundo	Ohum êniadúdu
	Edison Carneiro	Xangô
	José Lins do Rego	Xangô em Alagoas
	Luis da Câmara Cascudo	Notas sobre o catimbó
	Nóbrega da Cunha	A macumba no Rio de Janeiro
	Pedro Cavalcanti	As Seitas africanas do Recife
<b>5. ANTROPOLOGIA E ETNOGRAFIA</b>	Almir Guimarães, Arnaldo di Lascio, Jarbas Pernambucano e Ulysses Pernambucano	Alguns dados antropológicos da população do Recife
	Cunha Lopes, J. Candido de Assis e Waldir Cavalcanti	Ensaio ethnopsiquiátrico sobre negros e mestiços
	Geraldo O. Oliveira Andrade	Nota antropológica sobre os mulatos pernambucanos
	Melville Jean Herskovit	Procedência dos negros no novo mundo
	Paulo Barros	O negro na obra de Silvio Romero.



**TABELA II – 2º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (1937)**

<b>RELIGIAO</b>	Melville Herskovits	Deuses africanos e santos católicos nas crenças do negro do Novo Mundo
	Reginaldo Guimarães	Contribuições bantus para o sincretismo fetichista
	Martiniano do Bomfim	Os ministros de Xangô
	Ladipô Sôlamkê	A concepção de Deus entre os negros Yorubás
	Dario de Bittencourt	A liberdade religiosa no Brasil: a macumba e o batuque na face da lei
	Edson Carneiro	Uma revisão na etnografia religiosa afro-brasileira
	Edson Carneiro	O médico dos pobres
<b>CULTURA</b>	Ademar Vidal	Costumes e práticas do negro
	Clovis Amorim	O moleque do carnaval
	Renato Mendonça	O negro e a cultura no Brasil
	Arthur Ramos	Culturas negras: problemas de aculturação no Brasil
	Alfredo Brandão	Danças negras no nordeste e Salvador García
	Aguero	Presença africana na música nacional de Cuba
	Aydano do Couto Ferraz	Castro Alves e a Poesia negra na América
<b>HISTÓRIA</b>	Dante Laytano	O negro e o espírito guerreiro nas origens do RS
	Alfredo Brandao	Documentos antigos sobre a guerra dos negros palmarinos
	Amanda Nascimento	Influência da mulher negra na educação do Brasileiro
<b>SAÚDE</b>	Robalinho Cavalcanti	O ainhum nos anúncios dos escravos fugidos
<b>TEÓRICO</b>	Donald Pierson	Um sistema de referência para o estudo dos contatos raciais e culturais e A raça e a classe na Bahia
<b>HOMENAGEM</b>	Edson Carneiro	Homenagem a Nina Rodrigues
	Arthur Ramos	Nina Rodrigues e os estudos negro-brasileiros
	Jorge Amado	Elogio a um chefe de seita

### CAPÍTULO 3

#### CONFERÊNCIA NACIONAL DO NEGRO

*A Conferência Nacional do Negro se integra nesse programa como instrumento de decifração do negro brasileiro. Com efeito, a população de cor, em virtude do seu baixo nível cultural, não tem a preparação necessária para definir os seus próprios problemas. Precisamos ouvir os estudiosos, consultar os entendidos e ouvir os próprios negros. É com este fim que nos reunimos nesta semana, numa homenagem aos que lutaram pela libertação dos escravos e nos deram o 13 de maio como nos reuniremos em setembro de 1950, no 1º Congresso do Negro Brasileiro, comemorando o centenário da extinção do tráfico escravista.*

(Abdias Nascimento, 1949)

Mesmo com a rejeição do manifesto idealizado pela Convenção do Negro Brasileiro frente à Constituinte, o Teatro Experimental do Negro continuou sua inserção no campo intelectual. A Convenção havia reunido em torno de si uma ampla gama de intelectuais, que contavam com prestígio e estavam interessados nas análises das relações raciais brasileiras.

Tal ação permitiu que cada vez mais o TEN galgasse maior espaço de representação em meio a esses indivíduos. Assim, em 1949 se realizou o segundo evento programático de caráter intelectual do TEN: Conferência Nacional do Negro.

#### **3.1 A Conferência Nacional do Negro: um novo passo para o TEN**

A Conferência Nacional do Negro não tinha um objetivo político imediato, tal como a Convenção, porém, se orientava pelos mesmos meios de organização e programação do último evento realizado pelo TEN. Isso significa que novamente contaremos com a presença de intelectuais de diversas áreas, que a partir de suas teses ou comunicações travaram diálogos acerca da presença negra no Brasil. Mesmo sem intenção de intervir no âmbito político diretamente como se buscou ao elaborar o *Manifesto à Nação da Convenção do Negro Brasileiro*, a formação da Conferência

também teria como responsabilidade a criação de um documento específico: o temário para o 1º Congresso do Negro Brasileiro, evento que se realizaria no próximo ano.

Por iniciativa do Teatro Experimental do Negro, instala-se hoje a Conferência Nacional do Negro, **cujo principal objetivo é formular uma agenda de temas para o 1º Congresso do Negro Brasileiro**, a realizar-se em 1950, comemorativo do centenário da abolição do tráfico de escravos. (Quilombo, 09/05/1949)

Outro ponto em comum da Conferência Nacional do Negro com o evento anteriormente realizado, é a busca do TEN em opor-se aos congressos afro-brasileiros da década de 30. Porém, como observamos no segundo capítulo, essa oposição também pode ser entendida muito mais como uma espécie de entrada no campo intelectual do que como uma oposição propriamente dita.

Na concepção de Elisa Nascimento, a Conferência delineava-se através de um ponto principal. O TEN teria como intenção “informar a consciência popular a respeito do caráter etnocentrista das linhas de investigação antropológica e sociológica que focalizavam o negro como “espetáculo” ou “objeto de pesquisa””. (NASCIMENTO, 2003, p. 263)

Esse objetivo descrito por Elisa Nascimento acompanhará não só os organizadores da Conferência de 1949, como também será suscitado novamente em 1950. Observamos nesse sentido que o TEN buscava não só se estabelecer no campo intelectual, mas também questionar a polarização do conhecimento fixado a partir da visão etnocentrista.

Contudo, mesmo com tais pretensões, na epígrafe desse capítulo percebemos que o Teatro Experimental do Negro também mantinha a intenção de realizar ações práticas para elevação cultural/social do negro em meio à sociedade. Mas antes dessas ações era necessário definir quais seriam os problemas a serem combatidos.

Nessa perspectiva, Abdias Nascimento afirma que a população negra devido ao “seu baixo nível cultural, não tem a preparação necessária para definir os seus próprios problemas”, assim haveria a necessidade de “ouvir os estudiosos, consultar os entendidos e ouvir os próprios negros”. (NASCIMENTO, 1949, p.12) Há que se notar que através dessa frase do líder do TEN, podemos compreender dois aspectos importantes. Primeiramente a afirmação nos indica quem seriam os participantes do evento, assim mais uma vez o destaque será dado aos estudiosos do meio acadêmico.

Já o segundo ponto pode ser entendido de maneira mais indireta, assinalando de certa forma a indicação de que a Conferência não se restringiria apenas a participantes

negros, todavia, buscaria ao mesmo tempo não se afastar das demandas populares, a fim de evitar as críticas que já vinha recebendo a respeito do grupo organizador ter um caráter elitista.

Em 1949 realizou-se ainda, na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 9 e 13 de maio, a Conferência Nacional do Negro, preparatória do 1º Congresso do Negro Brasileiro. Organizada e patrocinada pelo TEN, e com a participação de diversas organizações negras de várias regiões do país, a Conferência se propunha a fazer um diagnóstico das necessidades e aspirações do povo negro, a partir da sua própria fala, **não se rendendo às deduções acadêmicas sobre aquilo que só os homens e as mulheres negras sabem expressar, porque o vivem, sem subterfúgios. Pode-se dizer que alguns intelectuais se aproximaram do TEN com a intenção de uma colaboração honesta e despojada, mas outros apenas com suas ambições antropofágicas, buscando na iniciativa daqueles negros seu respaldo acadêmico.** (NASCIMENTO; SÉMOG, 2006, p.151, grifo nosso)

Nessa passagem escrita por Abdias Nascimento posteriormente à realização do evento, percebemos que já há a presença de uma avaliação com relação à aproximação dos intelectuais junto ao TEN. Nesse momento, portanto, para Nascimento haveria um interesse por parte desses sujeitos em buscar “respaldo acadêmico” nos eventos negros. Essa ideia vai ao desencontro do que afirmamos no capítulo anterior, pois Nascimento entende o inverso do processo anteriormente descrito. Para ele o TEN não estaria buscando legitimidade frente aos intelectuais, e sim o contrário se daria pelo interesse dos estudiosos em serem reconhecidos em meio às associações negras pertencentes ao movimento negro. Apesar de Nascimento afirmar que há aproximações “honestas e despojadas” e outras com “ambições antropofágicas”, não há nesse momento referência sobre quais autores ele estaria se referindo diretamente.

Acerca das fontes historiográficas, a partir de 1948 podemos contar com a cobertura jornalística do periódico *Quilombo*, veículo de comunicação pertencente ao TEN. Contando com essa documentação, conseguimos encontrar maiores informações acerca dos participantes da Conferência Nacional do Negro e seus objetivos centrais, que em suma dialogam com questões já suscitadas pelo grupo artístico em outros momentos. Na edição de número 01 do jornal citado, já há a presença de uma matéria que expõe alguns dos objetivos do evento. Novamente perceberemos a presença da preocupação e ênfase em despertar nos negros sua responsabilidade na formação da civilização brasileira.

Quilombo desde já toma a si o patrocínio de tão importante realização que fatalmente terá funda repercussão no desenvolvimento cultural e social dos negros brasileiros. Um dos fatores que mais concorre para o estado de atraso em que se encontram os pretos é o desconhecimento que eles têm de si próprios, daquilo que representam na formação da civilização brasileira. Serão convidados para dar sua contribuição, nomes como de Gilberto Freire, Arthur Ramos, Hamilton Nogueira, Alceu Amoroso Lima, Renato Mendonça, Joaquim Ribeiro, Villa Lobos, aliás, todos que se tenham preocupado com a antropologia, folclore, filologia, música, sociologia, religião e arte. Quilombo publicará em livro os anais desse importante acontecimento. (Quilombo, 09/12/1948)

Com base nessas intenções e com participantes de renome confirmados, a Conferência Nacional do Negro ocorreu entre os dias 09 a 14 de maio de 1949 na cidade do Rio de Janeiro, dessa vez como um evento comemorativo à abolição da escravatura. Notamos que a escolha da data atribuirá um aspecto festivo à assinatura da lei áurea, relacionando tal marco histórico diretamente com um evento que buscava resolver os “problemas do negro”.

O evento contou novamente com nomes já conhecidos pelo TEN como destaca o jornal, assim como a comissão organizadora da Conferência também manteve a responsabilidade em figuras centrais como Abdias Nascimento, Edson Carneiro e Guerreiro Ramos. Além da organização, também serão os três intelectuais que irão assinar a convocação do 1º Congresso do Negro Brasileiro que trataremos mais à frente.

O Teatro Experimental do Negro, além de se aproximar dos intelectuais, buscava um maior diálogo com outros grupos ligados ao ativismo negro. Essa tentativa, como vimos na Convenção, se deu através da realização dupla do mesmo evento entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Tentativa que não obteve muito sucesso, por questões de comunicação e também da centralidade do Rio de Janeiro como distrito federal nesse momento.

Contudo, o TEN persistiu em diminuir a distância com outras associações negras e com os setores populares. Assim, para integrar esses dois grupos nas discussões e resoluções realizadas na Conferência, a comissão optou por realizar um questionário, direcionado para os membros de associações negras de outros estados e todos os negros presentes ou não no conclave. Na matéria publicada pelo jornal *Correio da manhã* sobre a Conferência há informações sobre os destinatários que deveriam responder o questionário elaborado pela comissão.

Para os membros de associações de homens de cor de todo o país como aos negros em geral existe um questionário a ser respondido, o

qual se acha à disposição dos interessados na direção acima, atendendo-se também pedidos pelo correio. (Correio da manhã, 10/03/1949)

Uma vez que o TEN pretendia reunir a comunidade negra como um todo para superar o “estado de atraso em que se encontravam os pretos” (utilizando aqui a afirmação do jornal Quilombo), era necessário que as associações negras de distintos meios e de outros estados, assim como a população negra que não pertencia à rede intelectual do TEN, integrassem as discussões teóricas e as ações que seriam definidas no evento.

Assim, o questionário buscava sanar essa ausência e fazer valer os anseios e opiniões de outros sujeitos que ainda não tinham oportunidade de apresentar comunicações ou discursos durante a programação do evento. Para analisarmos com maior cuidado quais eram as perguntas presentes no documento, transcreveremos o questionário abaixo. Desse modo poderemos não só discutir as questões do documento, como também o objetivo do TEN ao realizar tal ação.

Questionário distribuído pelo TEN na Conferência Nacional do Negro, com o objetivo de **colher opiniões sobre o problema do negro brasileiro e sugestões e medidas práticas como solução.**

1. Na sua opinião, qual o aspecto do chamado **problema do negro** que mais requer atenção?
2. Que acontecimentos ocorreram em sua vida que contribuíram decisivamente para que V.S. “**sentisse**” o **problema do negro no Brasil**?
3. **Que medidas práticas acha que devam ser tomadas tendo em vista a elevação cultural, econômica e política do homem de cor?**

NOTA – As perguntas devem ser respondidas em folhas anexas, com limites de palavras. Queira devolver preenchida a qualificação abaixo, quando enviar suas respostas ou outra qualquer colaboração à Conferência Nacional do Negro.

(Questionário Conferência Nacional do Negro, Rio de Janeiro, 1949, grifo nosso. Acervo IPEAFRO, coleção Abdias Nascimento, documento 11)

De maneira concisa, porém, direta, o questionário propõe três questões para serem respondidas a fim de “colher opiniões sobre o problema do negro brasileiro e sugestões e medidas práticas como solução”. Observamos mais uma vez que o TEN afirma sua diferenciação de um evento estritamente teórico/intelectual. O objeto central sempre se guiará por ações práticas que mudassem a situação do negro em meio à sociedade.

A primeira pergunta sintetiza a afirmação que guiou a maioria das discussões desde os primórdios das discussões raciais após a abolição: “o problema do negro”. Indicar e revelar os problemas que o negro vivia após a assinatura da lei áurea era o principal ponto de partida para se discutir soluções efetivas para o presente. Nessa perspectiva Guerreiro Ramos disserta sobre essa busca por resoluções para o problema da presença negra no Brasil, expressando que o TEN e a Conferência tinham soluções para a elevação social do negro.

A condição jurídica de cidadão livre dada ao negro foi um avanço, sem dúvida. Mas um avanço puramente simbólico, abstrato. Sócio culturalmente, aquela condição não se configurou; de um lado porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira não se alterou; de outro lado, porque a massa juridicamente liberta estava psicologicamente despreparada para assumir as funções da cidadania. Assim para que o processo de libertação desta massa se positive é necessário reeduca-la e criar as condições sociais e econômicas para que esta reeducação se efetive. [...] É necessário instalarem-se na sociedade brasileira mecanismos integrativos de capilaridade social capazes de dar função e posição aos elementos da massa de cor que se adestrarem nos estilos das classes dominantes. (RAMOS, 1950, p.37)

Na pergunta número dois percebemos que a questão se volta para as experiências pessoais dos indivíduos presentes na Conferência. O interesse baseia-se em recolher relatos individuais que demonstrem os problemas enfrentados pelos negros em seu dia-a-dia. Assim o participante da Conferência, ao responder “qual seria o problema do negro” na primeira questão, discorreria posteriormente sobre as situações em que sentiu “na pele” o problema do negro. Dessa forma as experiências pessoais, de certa forma, se tornarão protagonistas no evento, principalmente as experiências particulares ocasionadas pelo racismo presente nas relações pessoais, sociais e institucionais do Brasil.

A terceira e última pergunta do questionário sintetiza o que já destacamos a respeito das ações práticas que deveriam resultar dos eventos programáticos do TEN. A resposta para essa questão contribuiria para a elaboração do temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro. Destarte, o TEN, por meio dos questionários, procurava “ouvir” todos os negros participantes da Conferência, assim como a opinião de outras associações negras deste período.

Ao passo de todas essas questões, o Teatro Experimental do Negro, através de Hebert Moses, presidente do Conselho da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), realizou a abertura da Conferência Nacional do Negro na sala de reuniões da instituição. O jornal *Quilombo* afirma que Moses era o “presidente máximo dos jornalistas e num

gesto de compreensão e solidariedade à causa dos estudos sobre o negro” optou por apoiar a realização do evento. A abertura também contou com um breve pronunciamento do professor Castro Barreto, ex-presidente do SESI e professor de assuntos sociais estatísticos, seguido pela leitura do regulamento por Guerreiro Ramos.

Abdias Nascimento também participou da abertura do evento, com o discurso *Espírito e Fisionomia do Teatro Experimental do Negro*. Nascimento, como líder do grupo, através de sua fala buscou primeiramente destacar que o empreendimento do TEN buscava se diferenciar de outras associações negras já existentes e aprender lições importantes de suas experiências.

Reconhecemos no início de nosso empreendimento a necessidade de apelar para uma tática sociológica, ou seja, para um tipo de ação não idealística e tão pouco ideológica, mas sensível e ajustada à configuração psicossocial, cuja transformação almejamos. Com efeito, se estudarmos a vida das associações de homens de cor neste país, colhemos a lição de que a maioria delas tem fracassado precisamente por carecerem daquilo que podemos chamar de atitude sociológica. (NASCIMENTO, 1949, p.09)

Na visão de Abdias Nascimento o que diferenciava seu grupo das demais associações negras seria o que chamava de “atitude sociológica”. O que podemos entender através da expressão, é que a “atitude sociológica” caracteriza um grande interesse nas formas de atuação ou, nas palavras de Nascimento, nos “meios de ação”.

Em grande parte, para o líder do TEN, para qualquer associação obter “sucesso e continuidade”, era necessário que os meios de ações fossem definidos para que os fins almejados fossem atingidos. Porém, de acordo com Nascimento, muitas associações negras tinham seus fins bem identificados, mas acabavam por fracassar, pois seus meios de ação para atingir os fins não estavam colocados de forma correta e coerente. Ao perceber esse erro, portanto, o TEN estaria voltado principalmente para sua atitude sociológica, ou seja, seus meios de ação.

Qual a razão disto? Por que motivo extinguiram-se, ou permanecem carecendo de importância, sem nenhum resultado em seus trabalhos, tantas sociedades de objetivos tão nobres e acertados, muitas até dirigidas por homens capazes? Parece-nos, e tudo o confirma que o motivo estava e está, em que os fins dessas associações, embora fossem algumas vezes corretamente identificados, os meios de ação eleitos para atingi-los foram desadequados. (NASCIMENTO, 1949, p.10)

O discurso de Abdias Nascimento na abertura da Conferência Nacional do Negro caracteriza o interesse claro em destacar a importância do Teatro Experimental



do Negro e sua singularidade perante as outras associações negras, salientando principalmente o aspecto psico-sociológico do grupo.

Edson Carneiro, organizador de um dos Congressos afro-brasileiros, também esteve presente no momento de abertura, destacado pelo jornal *Quilombo* como “um dos nomes mais representativos dentre os estudiosos brasileiros de cor”. Edson Carneiro ficou com a responsabilidade de apresentar uma breve saudação direcionada à Organização das Nações Unidas (ONU), enaltecendo a “passagem de mais um aniversário da vitória aliada sobre o nazismo”.

A presença de referências relacionadas à Segunda Guerra Mundial, e principalmente ao impacto do nazismo, nesse sentido, não é uma novidade dentro das discussões sobre as relações raciais brasileiras. O campo intelectual, o pós-guerra será marcado, portanto, por uma grande oposição à experiência nazista e suas teorias.

Depois da tragédia da Segunda Guerra, assistimos a um esforço de todos os cientistas — biólogos, sociólogos, antropólogos — para sepultar a ideia de raça, desautorizando o seu uso como categoria científica. O desejo de todos era apagar tal ideia da face da terra, como primeiro passo para acabar com o racismo. Alguns cientistas naturais, biólogos, tentaram impedir o uso do conceito na biologia, mesmo que tenha ficado claro que ele não pretendia mais explicar a vida social e as diferenças entre os seres humanos; propuseram que o seu nome fosse mudado, que se passasse a falar de “população” para se referir a grupos razoavelmente isolados, endogâmicos, que concentrassem em si alguns traços genéticos. (CANDAUI, 2003, p.96)

A presença do jornalista brasileiro-americano Paul Vanorden Shaw já foi destacada anteriormente por sua publicação na coluna Democracia Racial do jornal *Quilombo*. Durante a abertura da Conferência, Shaw teve a palavra, agradeceu a homenagem à ONU e observou a importância de se afirmar categoricamente que “todo ser humano tem direitos, sem distinção de cor, credo ou condição social”. (*Quilombo*, 09/05/1949)

Não poderemos aqui abordar a presença de cada intelectual envolvido de alguma maneira na Conferência Nacional do Negro, pois um dos pontos observados é que em quantidade de pessoas que aderiram a Conferência foi superior à Convenção de 1945/1946. Devido ao maior número de participantes presentes, observa-se uma maior heterogeneidade dos intelectuais presentes. Isso fica mais aparente ao analisarmos as comunicações presentes na Conferência<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup>Ao final do capítulo elaboramos uma lista completa dos participantes que foram descritos pelo jornal *Quilombo* como colaboradores do evento ou que haviam exercido qualquer atividade.

### 3.2 Trabalhos apresentados na Conferência Nacional do Negro: experiências pessoais e divergências em foco

A forte presença das experiências pessoais será um ponto marcante na realização da Conferência Nacional do Negro, aspecto esse pouco utilizado durante a Convenção de 1945/1946. Todavia, é necessário destacar que no momento da Convenção a intervenção na constituinte era uma prioridade. Assim, os problemas coletivos darão “espaço” para problemas individuais e situações individuais vivenciadas em seus cotidianos. Guerreiro Ramos será um dos principais intelectuais que contribuirão para nossas análises a partir de agora.

A respeito desse assunto, Guerreiro Ramos, em um texto produzido após o fim do evento, narra algumas situações de divergências sobre os caminhos da Conferência e a presença das experiências pessoais em destaque. Primeiramente Ramos discorre sobre três situações ocorridas que causaram embates no evento. A primeira é descrita da seguinte forma:

Um conferencista negro manifesta a opinião de que os negros devem pedir ao governo, ou construir uma espécie de Casa do Negro. Vários homens de cor combatem a ideia, mostrando que os homens de cor devem viver nas próprias associações dos brancos **e a assembleia compreende que o que se propunha equivaleria à criação de quistos e divisionismos na sociedade brasileira.** (RAMOS, 1950, p.24)

Primeiramente, é relevante destacar que a partir dessa pequena narrativa de Guerreiro Ramos, encontramos pela primeira vez referências às discussões realizadas em meio a assembleia por conferencistas não listados entre os intelectuais que apresentariam comunicações, fato esse não encontrado no evento anterior.

Ramos, sem citar nomes, remonta algumas interferências que os conferencistas faziam frente à assembleia. No primeiro trecho observamos que a sugestão de um conferencista foi que o governo subsidiasse a construção de uma “Casa do Negro”. Tal ação, em nosso entendimento, funcionaria como uma espécie de associação sociocultural onde os negros não precisassem se preocupar com as agruras do racismo. Essa proposição, porém, não era nova, uma vez que nesse período diversas associações com esse caráter já existiam.

Sobre a criação dessas associações e a pluralidade de realizações que exerceram, Florestan Fernandes afirma:

Os progressos na ressocialização do “negro” correspondiam ou se seguiam, por sua vez, ao aparecimento de novas formações sociais. A proliferação de associações recreativas, culturais e beneficentes teve importância bem definida na ressocialização do “homem de cor”. Essas associações não só alargavam a área de contatos internos no “meio negro”; elas difundiam e consolidavam novos padrões de vida, que contribuíram para aumentar o autorrespeito do “negro” por si mesmo, seus laços de solidariedade e, especialmente, a insatisfação pelo fato de se ver posto à margem no seio da sociedade inclusiva. De acordo com a seguinte informação, parece, entretanto, que raramente conseguiam preencher suas funções manifestas. (FERNANDES, 2008, p.49)

Contudo, o principal motivo da assembleia não concordar com a criação de uma Casa do Negro não foi pela já existência de diversas associações dirigidas aos negros, e sim por constatar que tal fundação “equivalaria à criação de quistos e divisionismos na sociedade brasileira”. Mais uma vez o TEN se colocará contra características ou ações que rompessem com a identificação dos negros como brasileiros, assim como se deu na Convenção, reafirmando seu comprometimento com a identidade e a unidade brasileira e a negação de ações que resultariam em “separações por raças”.

O jornal *Quilombo* será um importante veículo de comunicação que reforçará esses ideais presentes no evento do TEN. Em uma matéria sobre a Conferência Nacional do Negro percebemos que até mesmo as acusações recebidas pela Convenção em 1945 sobre seu caráter partidário ainda serão abordadas e justificadas através do jornal.

A Conferência Nacional do Negro, realizando uma extensa consulta aos estudiosos do problema do negro no Brasil, marcará uma nova era no movimento geral do povo de cor. **Sem qualquer intenção agressiva**, a Conferência vai fazer o levantamento das aspirações do negro por meio de investigações procedidas no Distrito Federal e nos estados, **ouvindo não somente os estudiosos, mas principalmente os líderes e associações de gente de cor, e o próprio povo. Está ainda afastada a presente Conferência, de qualquer ligação com a ideologia ou partidos políticos.** (Quilombo, 09/05/1949, grifo nosso)

Outro exemplo dessa negação do caráter político e partidário pode ser encontrada em uma matéria do jornal *Correio da Manhã* sobre o evento.

Sem intuítos partidários e sem ligações de espécie alguma com ideologias políticas, a Conferência Nacional do Negro se concretizará: a) pela consulta a todos os estudiosos do problema do negro brasileiro sobre necessidades e possibilidades de estudo e pesquisa neste campo; b) pelo registro ou levantamento das aspirações do negro brasileiro, o que será obtido por meio de investigações procedidas no Distrito Federal e nos Estados entre a população de cor bem como pelo pronunciamento de líderes e das associações de homens de cor do país; c) pela inscrição dos congressistas e de suas respectivas teses e indicações; d) pela reunião no Distrito Federal, de 09 a 14 de maio, de conferencistas tendo por objetivo o estudo do material recolhido e a

elaboração da agenda do 1º Congresso do Negro Brasileiro”. (Jornal Correio da Manhã, 07/05/1949)

Em outra narrativa de Guerreiro Ramos acerca de interjeições feitas frente à assembleia, o tema se volta para a discussão sobre qual seria a real finalidade da Conferência. Tal questionamento gerou, de acordo com Ramos, “estupefação” e “choques potenciais”.

Outro orador afirma que a finalidade da Conferência deveria ser protestar contra o preconceito de cor e pergunta à mesa se esta não entende assim. Responde um membro da mesa que não: **que a Conferência tinha um sentido positivo e considerava secundária a questão do preconceito de cor**. Forma-se na assembleia um ambiente de estupefação e de choques potenciais. Alguém na mesa, entretanto, encontra um recurso terapêutico e diz: “esta é a orientação da mesa; a assembleia, entretanto, é soberana e pode pensar como quiser”. (RAMOS, 1950, p.24, grifo nosso)

Observamos que mesmo que aparentemente os objetivos e as finalidades da Conferência estivessem sendo afirmados constantemente pela organização, relacionando-as especialmente com a realização do 1º Congresso do Negro Brasileiro que viria a ser realizado posteriormente, durante a realização do evento as finalidades não estavam tão claras ou em um consenso entre os participantes.

Por mais que o Teatro Experimental do Negro levantasse a bandeira contra o racismo, ou usando o termo utilizado na fonte, o preconceito de cor, também não se resumia a este único fim. Devemos nos atentar que não necessariamente as ações do TEN seriam voltadas para “protestar contra o preconceito de cor” de forma direta. No entanto, esse protesto inevitavelmente acabava por ser resultante das suas ações, fossem elas quais fossem, afinal o grupo carregava em seu próprio nome sua distinção. No entanto, as ações do TEN muitas vezes tinham finalidades distintas que perpassavam interesses políticos, acadêmicos, artísticos e intelectuais que não se executavam em forma de protesto contra o preconceito de cor, no sentido literal da palavra.

Em princípio nossa afirmação pode parecer confusa, assim como o questionamento em meio a Conferência acerca da finalidade do evento e a resposta de que “a Conferência tinha um sentido positivo e considerava secundária a questão do preconceito de cor”. Mas vale lembrar que, como vimos no capítulo anterior, nem mesmo os próprios membros do Teatro Experimental estavam de acordo sobre a presença do preconceito de cor, preconceito de raça ou do racismo no Brasil.

Não encontramos nos escritos de Ramos quem seriam os personagens que compunham a mesa da assembleia nesse momento, mas no cotejamento de fontes

encontramos que, de acordo com o jornal *Quilombo*, a mesa que presidiu a assembleia e dirigiu os trabalhos foi formada por Castro Barreto, Carlos Sampaio, que representava a pessoa do Diretor do Departamento Nacional de Educação, o professor Lourenço Filho, Paul Vanorden Shaw como representante da ONU no Brasil, a Dra. Maria Manhães, médica do Departamento Nacional da Criança, e o próprio professor Guerreiro Ramos, porém não encontramos outras referências que relatem esse entrave e seus participantes.

Ramos, ao fim de sua narrativa, fala de forma concisa sobre outra divergência importante que ocorreu durante a assembleia entre “mulatos e negros de classe superior para com negros de classe inferior”. Em nossa leitura, o debate entre o privilegiamento de “raça” e de “classe”, aparecerá nesse momento com ênfase no que se refere às diferenças sociais entre os negros que estavam presentes na Conferência Nacional do Negro. Acerca dessa questão Ramos afirma:

Dois ou três oradores levantaram-se **para acusar o mulato e o negro de classe superior como adversários e até inimigos dos negros de classe inferior**. Travam-se vários debates e, por fim, a assembleia compreende ser este um **fenômeno natural, de luta de classes e não uma questão racial**. É necessário observar que estas tantas e outras discussões foram sofridas pelos participantes da Conferência, **sempre pródigos em depoimentos pessoais**. (RAMOS, 1950, p.24, grifo nosso)

Discussões sobre as diferenças sociais entre negros dentro dos eventos intelectuais não eram uma novidade, assim como as críticas a esse assunto. O TEN nesse sentido buscava se afirmar em uma postura para além da classe social. O que se desejava, portanto, era promover a união da “população de cor” como um todo. Porém, através da narrativa de Ramos percebemos que as divisões de classe não estavam ausentes das percepções e compreensões ali apresentadas. Nessa perspectiva a assembleia demonstra que conflitos entre classes que poderiam haver entre negros e mulatos de classe superior com os negros de classe inferior integram um fenômeno natural que não se enquadraria dentro da questão racial.

Vale notar que no texto a afirmação não se define pela presença de “negros de classe superior” e “negros de classe inferior”. Observamos uma espécie de divisão no primeiro grupo, que é classificado como “mulatos e negros”, elegendo duas categorias distintas. As diferenciações entre as duas categorias utilizadas podem ser vistas dentro de um sistema de classificação racial por cor que está inevitavelmente atrelado ao ideal de embranquecimento, que de acordo com Guimarães (2016) foi e vem sendo paulatinamente modificado ao longo dos anos no Brasil.

O sistema de classificação racial por cor, tal como o conhecemos no Brasil, foi estudado pela geração de cientistas sociais dos anos de 1950 e 1960. No sistema brasileiro clássico cor não é redutível à “cor da pele”, à simples tonalidade. Cor é apenas um, o principal certamente, dos traços físicos – junto com o cabelo, nariz e lábios – que, juntamente com traços culturais – “boas maneiras”, domínio da cultura europeia –, formavam um gradiente evolutivo de embranquecimento: preto, pardo, branco. No grupo branco nunca se hesitaria em classificar alguém de pele escura, mas traços “finos” (europeus) e boa educação. Entre os pardos, estavam certamente aqueles de traços físicos “negroides”, mas claros e bem-educados. É esse sistema de classificação racial por cor que vem sendo paulatinamente modificado no Brasil, à medida que o ideal de embranquecimento vem perdendo força. (GUIMARÃES, 2016, p.168)

Assim, o mulato pode ser entendido como um sinônimo para pardo, onde se apresentam “traços físicos negroides, mas claros e bem-educados”. Ainda assim há que se registrar que a origem da palavra “mulato” se deriva de uma carga negativa que remonta ao cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua. Assim o vocábulo, dentro do ideário brasileiro, seria visto a partir de uma “mistura entre branco e negro”, mistura essa entendida, no Brasil, como o resumo de nossa especificidade: a mestiçagem.

Logo, a partir do trecho de Ramos podemos entender que em certa medida a categoria de mulato também estaria atrelada a uma classe social superior ou o acesso a ela, visto que o sistema racializado no Brasil muitas vezes se caracteriza pela “tonalidade da pele”<sup>81</sup>.

A historiadora Giovana Xavier (2015) observa que em certos períodos históricos os “mulatos tornaram-se figuras dotadas de prestígio e influência”. Nos Estados Unidos no início do século XX, por exemplo, Xavier afirma que eram conhecidos como os “novos negros” e integravam um segmento que se autoprotomava “aristocracia da cor”. (XAVIER, 2015, p. 157)

O mulato de certa forma estará presente em diversos ideários não só no campo social, mas também integrará uma problemática presente na história e em outras áreas como a sociologia, a literatura e a antropologia, que se dedicam a identificar as

---

<sup>81</sup>Muito se tem produzido sobre esse tema nos últimos anos, principalmente a respeito do conceito de branqueamento e colorismo. De acordo com Tainan Maria Guimarães Silva (2017), embora o racismo exista como forma de discriminação baseada em diferentes origens étnicas, o colorismo surge como uma maneira de exclusão social que considera as diferentes tonalidades de pele, segregando aqueles que possuem uma tonalidade da pele mais escura. Todavia a autora destaca que tal relação não está ligada à ausência de racismo, e sim de se “tolerar aquele negro que não tem muitos traços que revelem sua ascendência, a ponto de poder imaginá-lo como branco e poder conviver com a sua existência em um mesmo espaço”. (SILVA, 2017, p.12)

especificidades e problemáticas de se definir categorias polissêmicas, como a categoria de “mulato”. Sobre esse entrave que é presente até os dias atuais no Brasil, Kabengele Munanga escreve:

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro. Portanto, por mais que tenha uma aparência de branco, a pessoa pode se declarar como negro. No contexto atual, no Brasil a questão é problemática, porque, quando se colocam em foco políticas de ações afirmativas – cotas, por exemplo –, o conceito de negro torna-se complexo. Entra em jogo também o conceito de afrodescendente, forjado pelos próprios negros na busca da unidade com os mestiços. (MUNANGA, 2004, p. 52)

Guerreiro Ramos, ao fim da narrativa dos entraves durante a assembleia, afirma que era “necessário observar que estas tantas e outras discussões foram sofridas pelos participantes da Conferência, sempre pródigos em depoimentos pessoais”. Essa dimensão pessoal nos fornece características das discussões travadas durante a Conferência. A presença de depoimentos pessoais, juntamente ao questionário já citado, aponta para uma abertura no que se refere a exemplos práticos vividos no cotidiano de cada um desses indivíduos e suas experiências pessoais frente ao racismo. Assim, o individual ganha maior força para contribuir em decisões e resultados coletivos que seriam tomados ao fim do evento.

A presença dos relatos das experiências pessoais também foi um assunto presente na comunicação apresentada por Marietta Campos durante a programação da Conferência Nacional do Negro. Marietta Campos foi uma técnica administrativa pública, casada com o famoso poeta León Damas, que foi um dos fundadores do Movimento francês da Negritude. Ambos foram grandes expoentes da luta negra nas décadas 50 e 60.

No início de sua comunicação, Marietta Campos disserta principalmente sobre a quantidade de relatos direcionados pelas experiências pessoais dos participantes. De acordo com Campos, a Conferência teria sido pouco informativa no ponto de vista histórico, etnográfico e sociológico, mas farta de casos pessoais. Apesar de a intelectual

julgar como oportunas as intervenções pessoais, era necessária a busca por outras contribuições para resolver o problema do negro no Brasil.

Vim assistindo a estas reuniões desde o começo e, com exceção de duas ou três conferências mais informativas do ponto de vista histórico, etnográfico e sociológico, pouco mais nos foi dado ouvir do que lamentações, queixas e exposições de casos pessoais sobre o preconceito de cor, aliás, tudo bastante oportuno. Julgava, pois, nada mais me restava acrescentar. De casos pessoais esta Conferência já estava fartamente informada. (CAMPOS, 1949. Acervo IPEAFRO, seção TEN, coleção Abdias Nascimento)

Marietta Campos explica que era necessário considerar outros aspectos do problema do negro no Brasil além da defesa da obtenção de instrução educacional, que já era uma ideia consolidada e consensual entre todos os presentes na Conferência. Campos dessa forma propõe um novo problema a ser tratado que já havíamos encontrado nos escritos de Guerreiro Ramos. Era necessário discutir as acusações que vinham ocorrendo sobre a afirmação de que negros que ascenderam socialmente se tornaram “traidores da causa negra”. Dessa forma Marietta Campos afirma que sua contribuição para o evento se dará a partir da intenção de colaborar “para a harmonia entre os próprios negros”. (CAMPOS, 1949, p. 01)

Como um dos principais aspectos do problema do negro exceto o da educação, sobre cuja necessidade todos estavam de pleno acordo, foi apontado aqui, não mais o preconceito do branco em relação ao negro, mas sim o do negro em relação ao próprio negro, aí encaixando-se o do mulato. As discussões foram acaloradas e amargas as queixas. Foram acusados o negro e o mulato mais instruído, o negro doutor, o negro que pela sua mais folgada situação econômica ou pela sua cultura, se encontra em escala social mais elevada, foram acusados, dizia eu, de não quererem mais saber de seus irmãos de cor, e deles se afastarem. Deu-se até conhecimento de um caso que se teria passado entre pessoas presentes neste recinto. Foram acusados eminentes mulatos, que ora ocupam altos cargos políticos de, digamos assim, traidores da causa negra. Foram taxados de elementos negativos em relação à “raça”. Verdade se diga que foram ouvidos veementes protestos. E tudo ficou neste pé. Uma coisa era evidente, porém os negros não se sentem solidários. (CAMPOS, 1949, p.01. Acervo IPEAFRO, seção TEN, coleção Abdias Nascimento)

A autora busca destacar que o problema gerado durante a Conferência pertencia às más interpretações dadas entre as diferentes classes sociais a que pertenciam mulatos e negros. Para Campos, mulatos e negros que ascenderam socialmente não deviam ser interpretados como “traidores aos demais cidadãos de cor”, pois se havia distanciamentos entre mulatos e negros de classe superior referente aos negros de classe inferior, tal fato derivava-se de:



Uma natural consequência da mudança de classe social que sofreram, pois, é sabido que a tendência do indivíduo é fazer parte do grupo funcional ou da classe social a que pertence. E isso se verifica em toda comunidade, em toda sociedade, branca ou não. (CAMPOS, 1949, p. 01. Acervo IPEAFRO, seção TEN, coleção Abdias Nascimento)

Logo, as acusações de negros de classe mais baixa serem prejudicados intencionalmente por mulatos e negros de classe mais alta são para a autora meras exceções e casos isolados, que estão muito mais atrelados a conflitos pessoais ligados a antipatia e ressentimentos individuais derivados das relações humanas cotidianas. Para Campos, o real problema se daria pelo negro ou mulato das camadas sociais mais inferiores terem “o costume de humilhar os seus irmãos de cor que se elevam socialmente”.

O negro ou mulato das camadas sociais mais inferiores não perde ocasião de rebaixar, de humilhar os seus irmãos de cor que se elevam socialmente. Dir-se-ia que o próprio negro não admite a possibilidade de se elevar a si próprio. Como que exigem de todos os negros um mesmo “status” nivelador. Em vez de quererem subir, como que desejam que os demais desçam. Exigem uma constante familiaridade, simplesmente por se tratar de um negro. O interessante que isso parece tratar-se de uma característica das relações dos negros entre si, pois, essa situação não ocorre nas demais minorias raciais. (CAMPOS, 1949, p.02. Acervo IPEAFRO, seção TEN, coleção Abdias Nascimento)

Novamente a questão das diferenças de classe entre os negros estava em debate na Conferência. Dessa forma, percebemos a partir tanto de Ramos quanto de Marietta Campos que a questão teve grande proeminência durante os eventos. Em grande medida, o que o evento nos demonstra é que a questão de classe a todo o momento é perpassada pela cor, ou seja, as diferenças de classe também estavam atreladas a uma “gradação de cor”. Por isso encontramos distinções entre as categorias de mulatos e negros, que emergem principalmente por um novo processo que o negro no Brasil começou a vivenciar, devido à sua entrada no mercado de trabalho e a possível ascensão social do negro. Acho que a categoria de mulato não é inventada em função da entrada no negro no mercado de trabalho e sua possibilidade de ascensão social. A categoria de mulato não existia durante o período escravista? Mas a categoria de mulato pode ter ganhado novo significado em função disso. Daí o negro de classe média ou rico ser chamado de mulato. Se tiver pele mais clara, ser chamado de branco.

Esse processo de ascensão social do negro e do mulato é analisado com precisão pelo sociólogo Florestan Fernandes na obra *A integração do negro na sociedade de*

*classes* escrita em 1964. O autor tem como foco central demolir o mito da “democracia racial” brasileira, ideia que trataremos com maior detalhamento no próximo capítulo. Por ora, gostaríamos de nos ater na análise sobre a ascensão social do negro na década de 40. Para Florestan Fernandes a “aquisição e a melhoria paulatinas de meios estáveis de ganho tendem a criar condições favoráveis à absorção do negro e do mulato na ordem social competitiva”. Deste modo, a inserção do negro no mercado de trabalho teria sido essencial para a possibilidade de ascensão social do mesmo. (FERNANDES, 2008, p.189)

Todavia, essa entrada no mercado de trabalho não pode ser entendida como uma solução que diluiu o racismo no Brasil. Ao contrário, Fernandes afirmava que mesmo que o negro não estivesse mais na condição de escravo, não houve alterações radicais na posição social que a população negra ocupava. O negro deixava de ser excluído do mercado de trabalho, mas entrava em uma espécie de dependência pelo sistema de classificação social.

Essa dependência, para Florestan, teria origem em alguns costumes derivados do nosso processo histórico, que incentivariam a ascensão individual de alguns negros. O primeiro incentivo se daria em virtude do fato de mulheres negras, e seus filhos, integrarem diariamente a vida privada de famílias importantes de classe alta, devido à presença das mulheres como empregadas domésticas. Essa “interação” permitia que se criasse uma simpatia com essas crianças. Tal relação poderia exercer reflexos sobre seu futuro, nas palavras de Fernandes:

Um menor podia ser incluído na periferia daquelas famílias e ficar exposto, de modo mais ou menos demorado, aos influxos socializadores de seu estilo de vida. Em consequência passava a lutar, denodadamente, por formas de autorrealização atípicas em seu meio social imediato. Propendia a avaliar a importância da instrução de modo realista e a associa-la, definitivamente, a formas compensadoras de profissionalização. Os casos observados sugerem que, ao contrário do que se pensa comumente, a referida tendência não favorece apenas o “mulato” ou o “negro menos escuro”. Tanto o “mulato claro” quanto o “preto retinto” foram e têm sido beneficiados por ela, seja na condição de “filho de criação”, de “cria da casa”, de “moleque” ou “dependente da família” etc. O essencial, nesses casos, não era a gradação da cor da pele do menor, mas a ligação de sua mãe ou responsável com a família adotiva. (FERNANDES, 2008, p. 192-193)

Como vimos, para Florestan Fernandes esse processo de ascensão social não beneficiava apenas “mulatos” e “negros menos escuros”, mas todos os negros, pois o elemento definidor da relação se basearia na ligação com a família que de certa forma

“adotava” a criança negra em questão. Essa relação de proximidade permitiria que o negro adentrasse em locais que antes lhe eram negados pela cor de sua pele e pela sua condição social. Porém, não devemos criar uma ilusão acerca deste tipo paternalismo. Em razão do racismo os beneficiados não galgavam grandes cargos. No entanto, alguns conseguiram contar com patrocínio para seus estudos e puderam exercer profissões liberais como contadores, dentistas, advogados e professores. (FERNANDES, 2008, p.193)

Um adendo importante a ser destacado neste ponto é a percepção das profissões ocupadas por negros durante esse processo de ascensão descrito por Florestan Fernandes. Se relembarmos as ocupações e formações dos membros do Teatro Experimental do Negro veremos proximidades nos cargos exercidos. O TEN contava com um grande número de funcionários públicos, professores e até contadores como o caso de Abdias Nascimento.

O segundo incentivo abordado por Florestan Fernandes seria orientado pela influência não só financeira da família branca de classe alta, mas também pela influência simbólica que ela assumia frente ao seu “protegido”. O apoio nesse caso não viria apenas pelo investimento em educação, mas também pelo “modelo” de caráter inspirador e estimulante de alcançar uma vida digna. Dessa forma, esses parâmetros que serão seguidos pelos negros estavam intimamente ligados ao desejo de “querer ser alguém”. Todavia, convém lembrar que o esforço para “ser alguém” nesse caso será pautado e definido pela escala de avaliações do branco e de sua cultura. (FERNANDES, 2008, p.193)

Algumas famílias adotivas correspondiam às expectativas de proteção ativa do menor. Nesses casos, transmitiam-lhe seu nível de vida e, algumas vezes, também sua posição social. Ainda aqui, o paternalismo não aparecia como algo que dependesse da cor do menor. Contudo, raramente ele ia tão longe. A maior parte dos beneficiados colhia resultados mais magros: um emprego que permitisse estudar, conselhos e estímulos indiretos, auxílios esporádicos mais ou menos ralos etc. O encarecimento dos estudos e as dificuldades em usar as influências ao velho estilo reduziam as possibilidades de dar ao “filho de criação”, ao “cria da casa”, ao “moleque da família” ou ao simples “protegido” um amparo mais eficaz. (FERNANDES, 2008, p. 194)

Tanto o paternalismo quanto o apoio influenciador só poderia beneficiar uma micro parcela da população negra. Assim, haveria a necessidade de se encontrar outras formas que atingissem um público mais abrangente, como também romper um vínculo de dependência com os brancos. Essa dependência será chamada por Florestan

Fernandes como uma dependência moral, que impede que o negro resolva seus próprios problemas de maneira autônoma. (FERNANDES, 2008, p. 195) A ideia de autonomia, portanto, como já vimos estará presente em todas as ações do TEN. Mesmo que muitas vezes ela não se execute de forma prática, integrará os valores e as ações do grupo teoricamente.

A partir desses pressupostos, diferenças de classe surgiriam entre os negros. A inclusão na ordem social a partir do trabalho livre interferiria diretamente não só na questão de classe, mas também nas relações raciais vigentes nesse período. Ademais, haveria distinções entre o que Florestan Fernandes chama de “negro de brim” e o “negro de elite”. As famílias negras mais abastadas deste período buscaram estar em escala de igualdade no que se referia a compra de objetos e a reproduções de padrões de comportamento, muitas vezes destacando-se pela intenção de demonstrar seu poder aquisitivo e sua “boa educação”.

Muitos não entendem essa propensão para o consumo sibarístico, a vida social refinada e um exclusivismo que melindra o “negro pobre”. Suas manifestações são recebidas como uma sorte de grã-finagem postiça e de esnobismo vazio, sem sentido, merecendo críticas ferinas e contundentes. (FERNANDES, 2008, p. 213)

As críticas “ferinas e contundentes” a que se refere Fernandes podem ser encontradas nos exemplos dados por Marietta Campos e Guerreiro Ramos acerca das acusações de negros de classe mais baixa serem prejudicados intencionalmente por mulatos e negros de classe mais alta. Em seu livro, Florestan Fernandes trabalha com diversos depoimentos para realizar suas análises. Nesse ponto o autor insere um artigo escrito por Arnaldo de Camargo, um dos editores do jornal *O Novo Horizonte*, de 1948. O artigo chamado *Há negro snob?*<sup>82</sup> nos possibilita perceber que tal debate não era exclusivo da Conferência Nacional do Negro.

Sim, meus senhores. E os há. E aos montes. Para conhecê-los não será necessário procura-los. Quando menos se espera tropeça-se-lhes. E note-se que a impressão é pior do que teríamos se déssemos um passeiozinho pela famigerada Rua Direita. Aos que frequentam esta rua, falta-lhes, porém, a educação e a instrução, que responderiam pela sua atitude em qualquer parte. Aos snobs, entretanto, que é que lhes falta? Não sabem? Pois falta-lhes uma grande dose de boa vontade

---

<sup>82</sup> *Snob* é uma palavra da língua inglesa que foi incorporada no vocabulário brasileiro com a grafia "esnobe". Um indivíduo esnobe é aquele que demonstra arrogância e superioridade em suas atitudes tratando com desprezo algumas pessoas que não considera possuir atributos dignos da sua atenção como, por exemplo, riqueza, beleza, educação e nobreza. Disponível em: <https://www.significados.com.br/snob/>. Acesso em 08 de março de 2018.

para querer bem aos outros negros Evitam-se dirigir-se a um negro malvestido porque alguém poderá surpreender-lhe e reprovar-lhe esse gesto de magnanimidade. Entretanto esse snob esquece-se de que, até o momento, nada fez que o recomende à sua raça. Isto até cheira a axioma, pois, se o tivesse feito, o orgulho não o dominaria. E sob qualquer pretexto, estão a exclamar: Esta Raça não vai adiante. Pois é claro, senhores snobs. Assim não vai mesmo. Se todos os negros que tem a ventura de enxergar um pouco além do nariz evitassem essa doença, que só é bonita na raça branca (ou em qualquer outra, menos a nossa), a Raça Negra estaria hoje em nível mais elevado<sup>83</sup>. Quando não, evitaríamos conhecer as pechas de malandros, vagabundos, preguiçosos e outros mimos mais preciosos com que somos frequentemente agraciados. E a estas horas estaríamos indecisos, sem saber se iríamos assistir à conferência do sábio negro “dr. N”... na residência da família “X”... Tudo isso é muito bonito, não é exato? Mas nunca acontecerá enquanto houver snobs entre os negros. E ainda dizem que a Raça Negra não é completa! Pois, se tem todos os vícios! (CAMARGO apud FERNANDES, 2008, p. 214)

Ao fim do texto Camargo também se utiliza da ironia para se referir aos eventos que esses negros que ascenderam socialmente frequentavam. Fato intrigante que pode ser em certa medida relacionado à Conferência Nacional do Negro. Camargo em tom irônico afirma que se a maioria dos negros pertencesse a esse grupo “a estas horas estaríamos indecisos, sem saber se iríamos assistir à conferência do sábio negro “dr. N”... na residência da família “X”.

Apesar de citar a realização de conferências onde esses negros pudessem estar presentes, não termos quaisquer outras informações que nos permita afirmar que Arnaldo de Camargo falava dos eventos realizados pelo Teatro Experimental do Negro.

No exemplo apresentado por Florestan Fernandes, o autor é enfático em dois argumentos principais. O primeiro seria que muitos negros que ascenderam socialmente e até mesmo podiam frequentar a Rua Direita<sup>84</sup> em São Paulo eram esnobes e se envergonhavam de ter relações com outros negros de classe inferior, esquecendo-se assim de suas origens e de sua “raça”.

A afirmação da existência de uma “Raça Negra” com letras maiúsculas é o segundo argumento reafirmado no texto com frequência. Em contraposição o termo

---

<sup>83</sup> Camargo utiliza o termo para demonstrar que a postura adotada por negros esnobes era uma doença que assolava apenas a “raça negra”, não atingindo a “raça branca ou em qualquer outra

<sup>84</sup> A Rua Direita está localizada na região central da cidade de São Paulo. De acordo com Sandra M. G. Pinto do Centro de História de Além-Mar, Lisboa, Portugal, o conceito de “rua direita” vem da História do Urbanismo Português. A partir de suas influências portuguesas no Brasil o conceito se tornará nome específico de rua, porém, as “ruas direitas” sempre estarão vinculadas ao funcionamento de um centro comercial, “o coração”, e o eixo principal de circulação, ligando os pontos de referência, “os órgãos vitais”. (PINTO, 2014, p.42) Acho que essas referências sobre a origem portuguesa das ruas direitas são irrelevantes. O importante seria falar da rua Direita de São Paulo no final dos anos 1940.

raça, quando utilizado pelos intelectuais ligados ao TEN, era usado sem muita frequência ou, quando utilizado, não buscava reafirmar diferenças.

Voltando à comunicação de Marietta Campos mais uma vez, a autora finaliza sua fala afirmando que a elevação de classe de alguns negros não pode ser vista como algo negativo. Para a autora os negros que conseguiam galgar esses espaços contribuíam para o desaparecimento do preconceito de cor e não deviam ser julgados por suas ações nesse aspecto. Para Campos, a Conferência Nacional do Negro devia deixar clara a necessidade de preservar as liberdades individuais dos negros.

Cada negro que estuda, que se esforça por uma melhoria social para si, está implicitamente, trabalhando para o desaparecimento do preconceito de cor. E isso porque ele conquista para si, e conseqüentemente para os de sua raça, a admiração e o respeito de todos. Não devemos adotar aqui, e em assembleias análogas, uma atitude ditatorial com relação ao que devemos fazer uns pelos outros. Devemos evitar que sociedades e reuniões negras como esta venham a fomentar ideias racistas, e para isto, penso dever ficar bem claro nesta Conferência que, se temos um problema do negro a tratar, não devemos esquecer que o negro, antes de ser negro é individuo, é ser humano. E como tal todas as suas liberdades individuais devem ser preservadas. (CAMPOS, 1949, p. 03. Acervo IPEAFRO, seção TEN, coleção Abdias Nascimento)

Para além das experiências pessoais propriamente ditas, outro grande destaque na Conferência Nacional do Negro foi a do jornalista e escritor americano George S. Schuyler. De acordo com o jornal *Quilombo*, o americano teria conhecido os integrantes do TEN em uma de suas várias viagens para diversas cidades brasileiras, sendo assim convidado para o evento.

Schuyler é anunciado como um enviado especial do jornal *The Pittsburgh Courier*. A relação entre o Teatro Experimental do Negro e o jornal americano se deve também principalmente à temática defendida pelo *The Pittsburgh Courier*. Em suas matérias o jornal buscava reivindicar melhorias de habitação, educação e saúde para os afro-americanos, como também incentivar o apoio da comunidade negra a organizações como National Association for the Advancement of Colored People (NAACP) e National Urban League (NUL)<sup>85</sup>. Em outro exemplo de ação que o jornal foi decisivo foi seu apoio aos grandes protestos nacionais contra o programa de rádio popular

---

<sup>85</sup> National Association for the Advancement of Colored People (NAACP) e National Urban League (NUL) foram duas associações negras de grande destaque na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos.

chamado *Amos 'n' Andy*, que apresentava personagens negros de formas negativas e estereotipadas<sup>86</sup>. Seu editor de maior destaque foi o advogado Robert Lee Vann.

Na edição número 01 do jornal *Quilombo*, George S. Schuyler foi descrito como “brilhante escritor e jornalista representante do mais importante órgão da imprensa negra norte-americana”. A presença de Schuyler, portanto, será afirmada como uma grande contribuição à relevância da Conferência. Na primeira página do jornal, além da apresentação de Schuyler, constava a entrevista realizada por Abdias Nascimento com o jornalista americano sobre as relações raciais nos Estados Unidos.

Notamos aqui que o TEN demonstrará um grande interesse em manter um estreito contato com intelectuais e grupos estrangeiros associados às causas negras. Além da troca de experiências e teorias frente à luta antirracista e a valorização do negro, a presença agregaria grande prestígio para o grupo.

O jornal *Quilombo* nesse ponto representará o espaço onde o grupo desenvolverá de forma mais clara análises sobre contatos com intelectuais de outros países e suas teorias. Assim, ao longo das edições do jornal, cada vez mais temas estrangeiros foram integrados. Exemplos sobre essa relação com intelectuais de outros países e temas estrangeiros podem até ser vistos dentro da coluna *Democracia Racial* que abordamos anteriormente, como o texto de Roger Bastide sobre o movimento negro francês.

Essa presença estrangeira durante a Conferência do Negro pode ser entendida como uma primeira abertura frente às experiências e teorias estrangeiras no TEN. Não que estivessem totalmente ausentes antes, mas a partir de 1948 ganharam maior força e destaque, culminando posteriormente em grandes mudanças teóricas dentro do Teatro Experimental do Negro.

Sobre a entrevista concedida ao *Quilombo* intitulada *Dois mundos: preto e branco, dentro de um só país*, cremos que é importante destacar alguns trechos que elencam as concepções e posições de George S. Schuyler durante sua presença na Conferência. A primeira pergunta feita por Abdias Nascimento dirigida a Schuyler é

---

<sup>86</sup>*Amos 'n' Andy* foi um programa de comédia americano inicialmente de rádio criado em 1928 e que posteriormente virou um “sitcom” de televisão. Desde sua criação até 1960 a série contou com grande popularidade entre os americanos tanto no rádio, na televisão e nos filmes que foram produzidos. Seus idealizadores foram os atores brancos Charles J. Correll e Freeman F. Gosden. A série narra as aventuras enfrentadas por três amigos na cidade Nova York. Andy era um homem ingênuo presidente de uma empresa de taxi chamada “The Fresh Air Taxi Company of America”. Seu sócio Amos também era motorista de taxi na empresa e Kingfish, um vigarista. O programa contou com diversas críticas acerca da presença de estereótipos afro-americanos racistas, sendo até proibido de passar em alguns canais. Disponível em: <http://www.tvsinopse.kinghost.net/a/amosandy.htm>. Acesso em 10 de março de 2018.

sobre a possibilidade da mistura de raças nos Estados Unidos. De forma enfática o autor responde:

É uma solução muito distante e teórica. O negro não pensa em mistura através do casamento. Para que e por que ele havia de pensar nisso? Em qualquer condição social ou cultural em que se ache, ele encontra para se casar pretas cultas, educadas. O negro possui uma sociedade completa e nem gosta de admitir nela o branco. (Quilombo, 09/12/1948)

A pergunta de Nascimento acerca da possibilidade de um processo de mestiçagem nos Estados Unidos se remete muito à tentativa de distinguir os processos raciais presentes entre os países. Essa distinção entre a experiência brasileira e a experiência americana frente à inserção do negro de maneira geral sempre será bem demarcada, principalmente o que se refere à presença do racismo.

No texto *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*, do sociólogo Oracy Nogueira (1955), encontramos análises acerca de como os Estados Unidos e o Brasil constituíam exemplos distintos de “situações raciais”. Para Nogueira em solo americano o preconceito racial seria “manifesto e insofismável” e no Brasil “o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de se superar”. (NOGUEIRA, 2006, p.291)

De um modo geral, tomando-se a literatura referente à “situação racial” brasileira, produzida por estudiosos ou simples observadores brasileiros e norte-americanos, nota-se que os primeiros, influenciados pela ideologia de relações raciais característica do Brasil, tendem a negar ou a subestimar o preconceito aqui existente, enquanto os últimos, afeitos ao preconceito, tal como se apresenta este em seu país, não o conseguem “ver”, na modalidade que aqui se encontra. Dir-se-ia que o preconceito, tal como existe no Brasil, cai abaixo do limiar de percepção de quem formou sua personalidade na atmosfera cultural dos Estados Unidos. A tendência do intelectual brasileiro – geralmente branco – a negar ou subestimar o preconceito, tal como ocorre no Brasil, e a incapacidade do observador norte-americano em percebê-lo estão em contradição com a impressão generalizada da própria população de cor do país. (NOGUEIRA, 2006, p.291)

Schuyler em sua primeira resposta afirma que nos Estados Unidos não haveria interesse dos negros em se casarem com brancos. Entre “seus pares” haveria uma sociedade completa onde o homem negro na situação social ou cultural em que se encontrasse poderia se casar com mulheres negras “cultas e educadas”.

Nesse sentido observamos que para Schuyler o casamento de certa forma está atrelado aos meios sociais e educativos, e que tais “valores” podem ser encontrados em



meio aos negros, eliminando assim a necessidade de casamentos inter-raciais. Após a primeira afirmação, Abdias Nascimento questiona por que razão os negros americanos não se interessam em se relacionar com pessoas brancas, e Schuyler acrescenta: “receio de que o branco traga consigo o seu racismo, mesmo que ele não seja racista, o negro suspeita sempre”. (Quilombo, 09/12/1948)

Outro ponto apontado pelo jornalista americano é a postura dos líderes negros nos Estados Unidos perante tal assunto. Para ele “os negros de certa educação, os de prestígio que já lutaram pela raça” não teriam interesse em nada que o “branco” pudesse oferecer, pois já possuíam tudo que necessitavam desde dinheiro a cultura. Poderíamos aqui também entender que essa descrição pode se referir a negros que de alguma forma ascenderam socialmente e se encontravam em posições melhores socialmente, mas que mesmo assim não observavam nenhuma vantagem em se relacionar com pessoas de “outra raça”, mantendo assim dois mundos diferentes dentro de um mesmo país.

Aliás, os negros de certa educação, os de prestígio que já lutaram pela raça, acham que os brancos não podem trazer nada de novo às relações de ambas as raças: não podem trazer dinheiro, porque os negros também o possuem: nem cultura, nem nada. São dois mundos: um branco e outro preto, dentro de um só país. (Quilombo, 09/12/1948)

Mesmo com as afirmações acima, acerca dos intelectuais e artistas o jornalista defende que há uma relação de maior aproximação entre os “dois mundos” e sua união, afirmando que existiria “grande camaradagem de pretos e brancos, de vez em quando colaboram no trabalho e há até mesmo casamento”. Abdias Nascimento, sobre os casamentos mencionados, questiona onde esses casais residiriam, indicando a existência de divisões segregacionistas presentes na geografia das cidades americanas. Schuyler, por sua vez, responde que geralmente quando homens negros se casam com mulheres brancas moram em “bairros de pretos” e não enfrentam maiores dificuldades. Cita também que em certos estados como Illinois, Nova Inglaterra, Michigan e Nova York casais inter-raciais poderia também morar em “bairros de brancos”.

Para finalizar a entrevista, Nascimento pergunta “quem está contra o negro?” Schuyler é sucinto e responde:

Somente o velho preconceito. – responde Schuyler à nossa pergunta. O governo respeita a tradição de segregar os negros nas forças armadas. Sempre houve unidades de negros, de japoneses, etc. Nunca houve uma experiência de juntar negros e japoneses numa mesma unidade. (Quilombo, 09/12/1948)

Além das comunicações já abordadas, outras comunicações e outros autores podem ser mencionados, pois contribuem para a heterogeneidade dos temas presentes no evento. Nesse sentido podemos destacar que diversos autores, por exemplo, se debruçaram sob a temática educacional. Entre esses autores Waldemar Sizenando, presidente da Federação dos Morros Cariocas, Aldemário Ezequiel dos Santos, José Claudio Nascimento, juntamente ao estudante secundário Haroldo Costa, dedicaram-se especialmente a falar sobre a luta incansável da alfabetização nos morros cariocas e a necessidade de união de brancos e negros para a conquista da educação e do progresso social. (Quilombo, 09/12/1948)

Outra estudante participante foi Nilza Conceição, aluna do Instituto Lafayette<sup>87</sup>. Conceição não realizou uma comunicação em si, mas na verdade contribuiu com um depoimento a respeito da situação do estudante secundário negro em relação aos demais alunos. (Quilombo, 09/12/1948)

A educação também perpassou a comunicação de Maria de Lourdes Vale Nascimento, autora da coluna do jornal *Quilombo Fala a Mulher*. A intelectual indagou sobre a presença de jovens negras em face da prostituição no Brasil.

A área literária também esteve presente através das contribuições do escritor Francisco de Assis Barbosa, que se dedicou realizar um estudo comparativo entre as personalidades humanas e literárias de Machado de Assis e Lima Barreto. As duas figuras literárias também foram tema da comunicação de Ironides Rodrigues. O autor se dedicou à análise sobre as formações dos autores e as dificuldades enfrentadas por serem homens negros, assim como sua importância para a literatura brasileira.

A desigualdade social dos negros frente aos brancos também permeou as comunicações de diversos autores. Sebastião Rodrigues Alves abordou a questão dos negros em face da desigualdade social e a importância da existência de uma assistência social.

Já para Elza Soares Ribeiro, chefe do setor trabalhista da Rádio Mauá e da seção de emprego do SESI, a desigualdade social deriva-se dos problemas ligados ao racismo

---

<sup>87</sup> O Instituto Lafayette foi fundado em 1916, pelo professor Lafayette Cortes. Foi o primeiro colégio carioca a preparar seus alunos para trabalhos de oficina e laboratório, para campos de agrimensura e topografia, química industrial, mecânica, e eletricidade prática. As mulheres nesse período em geral procuravam os cursos de datilografia e estenografia. Houve três Institutos Lafayette, o principal era na rua Haddock Lobo (onde fica a Fundação Bradesco), o segundo na rua Conde de Bonfim, e o terceiro na Praia de Botafogo nº 348, esquina com Visconde de Ouro Preto. Disponível em: [http://pileque.blogspot.com.br/2008/12/uma-escola-tijucana\\_18.html](http://pileque.blogspot.com.br/2008/12/uma-escola-tijucana_18.html). Acesso em 14 de abril de 2018.

existente na sociedade brasileira. Na comunicação a autora disserta principalmente sobre o preconceito de cor nos contratos de trabalho dos negros.

Arinda Serafim, como já vimos, contava com grande representatividade em ações práticas para organização do trabalho doméstico. Deste modo a autora ateuve aos problemas referentes à sua categoria, e a busca de melhorias para mulheres que eram empregadas domésticas.

Diversas organizações de outros estados também enviaram seus representantes. Entre eles estiveram presentes Heitor Nunes Fraga, representante da Sociedade Recreativa Floresta Aurora de Porto Alegre, Sebastião de Souza, representando Grêmio Cruz e Souza de Juiz de Fora, e José Pompilio da Hora, representando a União dos Homens de Cor de Niterói. Outros colaboradores foram Oswaldo C. de Oliveira de Ribeirão Preto, Milton Nunes da Silva de Cabo Frio, Cap. Antônio Carlos do estado de Minas Gerais, entre outros.

Não só as comunicações voltadas para o campo teórico tiveram espaço durante a programação da Conferência Nacional do Negro. Assim como em outros eventos realizados pelo TEN a área cultural, ou melhor, as expressões artísticas, também contavam com destaque. Abdias Nascimento e Ruth de Sousa, portanto, se ocuparam em ensaiar e declamar dois poemas do poeta Castro Alves ligados à temática da Conferência Nacional do Negro. Os poemas foram *Vozes d' África* e *Navio negreiro*.

A escolha do autor e dos poemas não se deve apenas à temática dos versos apresentados. A relação também está orientada pela importância do poeta baiano Castro Alves como um apoiador da causa abolicionista. Castro Alves ficou conhecido como o “poeta dos escravos” por ter como marca evidente de sua escrita o combate à escravidão. No poema *Navio negreiro* (1869), Castro Alves opõe o caráter harmonioso da natureza à brutalidade da escravidão e convoca os homens a colocarem-se contra esse repugnante horror<sup>88</sup>.

---

<sup>88</sup> Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11874>. Acesso em 17 de março de 2018.

São os filhos do deserto,  
Onde a terra esposa a luz.  
Onde vive em campo aberto  
A tribo dos homens nus...  
São os guerreiros ousados  
Que com os tigres mosqueados  
Combatem na solidão.  
Ontem simples, fortes, bravos.  
Hoje míseros escravos,  
Sem luz, sem ar, sem razão...(ALVES,1869)

Já no poema *Vozes d' África* (1868), o poeta apresenta o histórico martírio do continente africano, que é personificado para expressar a dor e a indignação com o cativo, ou seja, o eu-lírico é composto por um continente que sofre com os seus homens e mulheres indo embora, deixando seu território para passarem por diversos sofrimentos<sup>89</sup>. Um pequeno trecho do poema nos permite observar essa relação:

Embalde aos quatro céus chorando grito:  
“Abriga-me, Senhor!...”  
Como o profeta em cinza a fronte envolve,  
Velo a cabeça no areal que volve  
O siroco feroz...  
Quando eu passo no Saara amortalhada...  
Ai! dizem: “Lá vai África embuçada  
No seu branco albornoz...”  
Nem vêem que o deserto é meu sudário,  
Que o silêncio campeia solitário. (ALVES, 1868)

A Conferência Nacional do Negro através de poemas declamados pelos participantes, promove uma afirmação do continente africano. Contudo, essa presença do continente africano está interligada muito mais às relações criadas pelo tráfico de escravos e os sofrimentos causados por ele, do que a uma exaltação de um ideal de África. As referências ao continente africano, nesse sentido, são mais no sentido de ressaltar a importância da abolição, fato demonstrado tanto pelas escolhas dos poemas de Castro Alves e seus temas, quanto pelo evento ser realizado na data da abolição da escravatura.

### **3.3 Aprovação do Temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro**

O principal objetivo prático de ação da Conferência Nacional do Negro foi aprovado por unanimidade em 13 de maio de 1949, na sessão solene de encerramento. O Temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro era um documento que elencava quais seriam os temas presentes no próximo evento e como esses temas seriam subdivididos.

---

<sup>89</sup> Ibidem.

A realização do temário em certa medida anunciava um próximo passo intelectual do Teatro Experimental do Negro, mais arriscado e com uma intenção de projeção muito maior do que os outros dois eventos já realizados.

A Conferência Nacional do Negro convida os escritores, os historiadores, os antropólogos, os folcloristas, os musicistas, os sociólogos e os intelectuais em geral a prestigiar, com a sua colaboração, a realização do Congresso, e pede a cooperação de negros e mulatos, homens do povo, para que o Congresso possa ser representativo das aspirações e tendências gerais da população de cor. A Comissão Organizadora da Conferência Nacional do Negro, transformada em virtude desta resolução em Comissão Central de Coordenação do Congresso, ficará incumbida de nomear, para cada estado e para o Distrito Federal, Comissões de Preparação locais, que farão a propaganda do Congresso e encaminharão, à Comissão Central de Coordenação, teses, comunicações e sugestões de interessados no certame. (Quilombo, 03/06/1949)

O temário citado se divide em seis temas centrais: *História, Vida Social, Sobrevivências Religiosas, Sobrevivências Folclóricas, Línguas e Estética*. Os seis temas centrais também se encontram subdivididos em tópicos que serão mais específicos em seus recortes temáticos. A divisão utilizada na realização do temário não se distanciava muito do que já era praticado nos outros eventos, tanto nos realizados pelo Teatro Experimental do Negro, como nos Congressos Afro-brasileiros da década de 30.

O primeiro tema central é o de *História*, escolha que em certa medida perpassa a maioria dos trabalhos, pois inevitavelmente os estudos das relações raciais brasileiras percorrem o processo histórico iniciado com o tráfico negreiro para o Brasil. Essa ideia é confirmada quando analisamos os subtemas discriminados a partir do tema principal, como veremos abaixo.

#### HISTÓRIA

1. Os elementos negros importados. O tráfego de escravos. Distribuição dos africanos no país. Números do tráfico. Estatísticas da população escrava nas províncias. A migração interior de escravos (tráfico interno).
2. Castigos de escravos. Deformações consequentes do trabalho escravo. O escravo nas plantações de cana-de-açúcar, de café, de algodão. O trabalho nas minas. O trabalho doméstico.
3. Os quilombos e as revoltas de escravos. Palmares. Os negros malês na Bahia. Os balaios. O movimento de fuga das lavouras paulistas.
4. Contribuição do negro à abolição e à campanha abolicionista. Luiz Gama e José do Patrocínio. As juntas de alforria.
5. O valor do escravo, na África e no Brasil. Os mercados de escravos. As crias.

6. Os terços de Homens Pretos (os Henriques). Colaboração do negro na luta contra o invasor holandês. O negro na guerra do Paraguai. O negro nas bandeiras. O homem de cor na Inconfidência Baiana (1798). Contribuição do negro nos movimentos populares de 1822 a 1849. João Candido e a revolta da Armada (1910). O negro e a FEB.
7. Figuras eminentes de negros.

(Temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro – Acervo IPEAFRO, coleção Abdias Nascimento)

Apesar dos sete pontos abordarem uma grande série de fatos históricos distintos, a temática buscava trabalhos focados principalmente na história da escravidão e seus diversos períodos. Assim teremos temas relacionados ao tráfico de escravos, a presença africana, o trabalho compulsório nos campos e também no ambiente doméstico. Os trabalhos voltados para esse tema também buscarão demonstrar que houve uma grande agência desses indivíduos históricos na luta contra a escravidão através da formação de quilombos e na organização de revoltas.

Essa tentativa de demonstrar a resistência negra até hoje acompanhará as discussões acerca dos estudos das relações raciais brasileiras. Visto que, principalmente a partir da década de 60, haverá uma grande “polarização” teórica, principalmente na produção historiográfica sobre o período escravista brasileiro, que foi elaborada pelos pensadores da Escola Paulista.

Esses intelectuais paulistas, ao passo que denunciavam os horrores da escravidão, acreditavam que o sofrimento e as condições sub-humanas vivenciadas pelos cativos havia lhes retirado o “poder” e a possibilidade de realizarem organizações de cunho político-social. Essa concepção será reconhecida pelo uso do conceito de “coisificação social”. O cativo, portanto, passa a não se enxergar mais como um homem dotado de vontade, mas sim através da ótica racista que o identifica como uma “coisa”. (MARTINS; CORDOVIL; CANGUSSU; SILVA, 2011, p.01)

Esses pensadores da Escola Paulista, que questionaram e denunciaram os horrores da escravidão, concluíram que as condições extremamente duras da vida sob o cativo haviam destituído os negros das habilidades necessárias para serem bem sucedidos na vida em liberdade. As condições desfavoráveis da vida em cativeiro teriam retirado dos escravos a capacidade de pensar o seu modo de vida fora do modelo de organização político-social, econômica, jurídica e ideológica instituída pela vontade do senhor de escravo, ocorrendo assim, uma “coisificação social”, no sentido de que a violência exercida pelo sistema escravista chegava a fazer com que os negros concebessem a si mesmos como não-homens, como criaturas

inferiores, como “coisas”, daí a denominação “teoria do escravo-coisa”. (MARTINS; CORDOVIL; CANGUSSU; SILVA, 2011, p.01)

Já no item *Vida Social*, percebemos uma complexidade na amplitude dos pontos de interesses desenvolvidos. Nessa parte do temário, a vida da população negra em todos os aspectos será abordada. Assim encontramos pontos sobre análise de dados demográficos de natalidade, mortalidade e distribuição social e espacial, hábitos alimentares, números relacionados à educação e à saúde, informações sobre migrações, o processo de mestiçagem e as profissões ocupadas pelos negros.

#### VIDA SOCIAL

1. Condições gerais de vida da população de cor. Caracterização social da população negra. Distribuição social e espacial da população de cor.
  2. Aspectos demográficos. Crescimento da população de cor. Estado e movimento da população de cor. Natalidade e mortalidade. Mortalidade Infantil. A população de cor segundos os recenseamentos da República.
  3. Sistema de vida da população de cor. Hábitos alimentares. Habitação. Profissão. Higiene. Educação. Relações sexuais. Poder aquisitivo. Associações culturais, recreativas e beneficentes. Jogos e passatempos. Condições de trabalho.
  4. Aspectos patológicos da população de cor. Criminalidade. Vadiagem, alcoolismo e prostituição. Doenças frequentes na população de cor. Doenças trazidas da África
  5. Status social do negro. O negro e o mulato na literatura, nas ciências e nas artes. O negro nas cidades e nos campos. As favelas. O negro nas forças armadas. O negro e o mulato na Igreja, nas profissões liberais, na indústria e no comércio. Migrações da população de cor. Padrões de vida.
  6. Assimilação e aculturação da população de cor. O contato de raças. Os subtipos resultantes do contato de raças. Importância social e histórica do mulato. O intercâmbio sexual entre as nações africanas. A discriminação de cor, seus motivos, suas consequências, sua importância.
  7. Possibilidades de organização social do negro e do homem de cor, tendo em vista a elevação do seu nível cultural e econômico. Orientação vocacional do negro e do mulato. Desenvolvimento do espírito associativo.
- (Temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro – Acervo IPEAFRO, coleção Abdias Nascimento)

Nesse item, o que mais chama nossa atenção se refere ao subitem quatro sobre a presença de aspectos patológicos da população de cor ligados à presença da criminalidade. Entre as patologias descritas estão a vadiagem, alcoolismo e a prostituição. A partir do temário não conseguimos dimensionar quais seriam os focos e as problemáticas abordadas nas análises referentes a essas “patologias”.

Mas posteriormente o assunto da criminalidade, por exemplo, será abordado na tese intitulada *A criminalidade negra no Estado de São Paulo*, apresentada por Roger Bastide dentro do congresso. O autor defenderá que os dados de frequência de criminalidade entre os negros se explicam pelo “lado da sociologia e não do lado da raça”, ou seja, a alta incidência de criminalidade entre os negros se devia ao baixo acesso à educação, à baixa renda do negro no Brasil. (NASCIMENTO, 1967, p. 245)

O próximo item é dedicado as *Sobrevivências Religiosas*. Nesse item se misturam os interesses sobre os aspectos religiosos de diferentes nações africanas como a dos nagôs e os jejes, o sincretismo das matrizes africanas e seus ritos no Brasil, a presença da música, da dança e do canto presentes nas casas de culto.

#### SOBREVIVÊNCIAS RELIGIOSAS

1. A religião dos nagôs. A religião dos jêjes. Os candomblés de caboclo. Macumba e Umbanda. O tambor de mina. Os parás. Os xangôs. A cabula. Contribuição do negro à pajelança. Os ritos funerários. A feitiçaria e a adivinhação. O sincretismo religioso. Processos aculturativos das religiões do negro no Brasil.
2. Organização e funcionamento das casas de culto. Influência da casa de culto na vida civil. Os chefes de seita e sua importância para a população de cor.
3. O curandeirismo.
4. A música, a dança e o canto rituais.

(Temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro – Acervo IPEAFRO, coleção Abdias Nascimento)

A presença das nações Nagô e Jeje também aparecem no item relacionado às *Línguas*, onde se abordam as transformações linguísticas entre a língua falada e escrita, e a influência das línguas africanas em nosso português, que se caracteriza por sobrevivências linguísticas. Para além das nações Nagô e Jeje, também aparecerão referências à Umbanda, o tambor de mina, os xangôs e a cabula.

Em *Sobrevivências Religiosas* também encontraremos, ao lado dos estudos religiosos, a descrição de subitens dedicados à feitiçaria, adivinhação e o curandeirismo, que nesse momento eram constantemente associados às religiões de matriz africana.

Nosso próximo item se refere às *Sobrevivências Folclóricas*, que terá grande destaque, tanto no temário quanto na realização do Congresso em 1950. Neste tópico estarão contidos assuntos relacionados desde as rodas de samba, os folguedos coletivos, o frevo, o maculelê, as escolas de samba, a capoeira, os batuques, contos entre outros. Percebemos que em suma o item buscava elencar quaisquer “sobrevivências” que



envolvessem tradições e festividades de origem africana que fossem realizadas em diversas regiões do Brasil.

#### SOBREVIVÊNCIAS FOLCLÓRICAS

1. Folguedos coletivos. Bumba-meu-boi. Quilombos. Maracatus. Afoxés. Rodas de Samba. Makulê. Capitão de mato. O auto dos Congos. O frevo. Batucadas. Os cordões carnavalescos. Escolas de Samba, O louvor a São Benedito.
2. Disputas dialogadas do negro e do branco. Pai João.
3. Formas de luta. A capoeira de Angolas e suas várias formas. O batuque, os batuqueiros e a pernada.
4. O negro e o mulato no folclore nacional.
5. Os contos populares de procedência africana. As canções de trabalho.

(Temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro – Acervo IPEAFRO, coleção Abdias Nascimento)

Acerca deste tema é interessante refletir sobre o título desde tópico à luz do desenvolvimento dos estudos folclóricos no século XIX e na primeira metade do XX. Estes são marcados pela ideia de que determinadas práticas culturais, que devem ser conhecidas e “anotadas” pelos folcloristas, são cristalizações do passado, sobrevivências que deixarão de existir com o avanço da modernidade. O interesse do congresso pelas *Sobrevivências Folclóricas* dos negros se associa à postura dos folcloristas, que “colecionam” práticas culturais, mas retiram dela toda a atualidade.

Nesse sentido, o congresso se afirma em uma postura que será marcante na trajetória do TEN, que defende a integração do negro na sociedade moderna e urbana, criando para ele uma nova identidade, ao invés de valorizar elementos que eram considerados como pertences de passado rural e escravista.

A antropóloga Rita Laura Segato (1991) nos chama atenção para observar como os estudos voltados para o folclore e as tradições de um determinado grupo podem elencar diversos problemas taxonômicos e dificuldades de nomenclaturas. Para entrar nesse debate é preciso estabelecer primeiramente que em diferentes momentos e lugares os conceitos de folclore, cultura, sobrevivências culturais, cultura popular, tradição e outros tantos termos foram definidos ora como sinônimos, ora como diferenças intransponíveis.

Para Segato essas discussões estão primeiramente assentadas em um tripé conceitual, onde o primeiro pé se vincularia à ideia de “povo”, ou seja, aos grupos que usufruem ou transmitem o saber arcaico em debate; em um segundo pé a ideia de nação, relacionada diretamente à identidade, auto-representação e elementos que pudessem ser

invocados para a integração; e por último estaria à ideia de tradição, relacionada aos costumes, conservadorismo e a presença do passado no presente. (SEGATO, 1991, p. 84)

A relação entre um conservadorismo e a manutenção de uma cultura popular, também pode ser encontrada em outros autores, como é o caso de Edward P. Thompson. Para o historiador que analisa os séculos XVIII e parte do século XIX na Inglaterra, o sistema econômico capitalista provocou uma cisão na cultura, promovendo uma separação entre uma cultura tida como superior, dos patrícios, e outra cultura inferior, relacionada ao folclore da classe plebeia. (THOMPSON, 1998) Outro autor que nos auxilia no entendimento desta separação é Petrônio Domingues que afirma:

A separação desses dois polos foi uma invenção dos intelectuais europeus, na segunda metade do século XVIII. Por meio do conceito de folclore (“saber do povo”), eles demarcaram a fronteira das manifestações culturais das camadas sociais abastadas em relação àquelas mais amplamente difundidas. Nos séculos XIX, o povo – não os setores marginalizados das cidades, e sim os habitantes das zonas rurais – foi idealizado, com sua produção cultural tendo sido retratada como “pura”, “natural” e “resíduo” do passado. Essa idealização serviu de base para a elaboração do mito fundador de várias nações, bem como desencadeou o início de muitas pesquisas folclóricas que se empenharam em descobrir uma cultura “primitiva”. (DOMINGUES, 2011, p.402)

Para Petrônio Domingues há sempre que se questionar a produção do conhecimento histórico, para evitar “abordagens essencialistas que separam cultura popular e erudita em compartimentos estanques”. Apesar da separação entre os dois polos, Domingues afirma que a distinção entre o “erudito” e o “popular” está em permanente processo e movimento, assim a divisão que coloca as duas categorias como antagônicas torna-se infrutífera para a compreensão histórica. (DOMINGUES, 2011, p.402)

Contudo, ao tratarmos de um temário elaborado para um evento voltado para os “problemas e aspirações do negro”, o folclore e as tradições se desenvolvem por uma nova categoria existente, expressa como “cultura negra popular”. Para Domingues o sociólogo Stuart Hall nos fornece pistas para encontrarmos definições para categoria de “cultura negra popular”, ou o que essas expressões podem traduzir. Hall (2003) afirma que essa expressão pode ser traduzida de diversas formas e explicações, relacionadas às tradições próprias das populações negras, expressas a partir de “seu estilo, seu corpo, sua expressividade, sua musicalidade, sua oralidade e na sua rica produção de contra narrativas”. (DOMINGUES, 2011, p.415)

Para o intelectual jamaicano, a cultura popular negra nunca pode ser reduzida ou explicada pelo viés das oposições binárias normalmente utilizadas para caracterizá-la: alto ou baixo, resistência versus cooptação, autêntico versus inautêntico, experiencial versus formal. Ela é um espaço ambivalente, paradoxal, local de intersecções, consentimentos, insurgências e contestações táticas. (DOMINGUES, 2011, p.415)

O que nos interessa especificamente nesses temas abordados acerca do folclore, ou de uma cultura popular/tradicional, não é definir ou fechar os conceitos aqui citados, mas sim perceber como os estudos folclóricos, focalizando costumes e tradições, acabaram por minimizá-los ao apontarem o avanço inexorável da modernidade e da racionalidade.

Essa perspectiva de mudança, do tradicional para o moderno, dialoga diretamente com as intenções que serão afirmadas no 1º Congresso do Negro Brasileiro, que será discutido no próximo capítulo. A mudança de foco e afastamento de questões tidas como folclóricas e etnológicas marcará uma nova postura para os estudos sobre o negro do Brasil. As questões ligadas ao folclore e a religiosidade perderão sua centralidade dentro da modernidade, pois, havia a pretensão de se colocar o negro em outro lugar, um lugar marcado pela modernidade, pela elevação cultural e social que o Teatro Experimental do Negro sempre buscou em suas propostas.

No último item, intitulado *Estética*, os interesses se voltam para produção estética/artística dentro da literatura, poesia, teatro e artes plásticas relacionadas à criação e à representação do negro nas artes brasileiras. O conceito de estética, nesse sentido, se vincula diretamente à valorização social do negro e do homem de cor em aspectos artísticos e também emocionais.

#### ESTÉTICA

1. O negro e a criação estética.
2. O negro e a escravidão como temas de literatura, poesia, teatro, artes plásticas.
3. Particularidades e sobrevivências emocionais do negro.
4. Integração e participação do negro e do homem de cor na evolução geral das artes no Brasil.
5. A literatura, poesia e teatro, artes plásticas a serviço da causa abolicionista.
6. As artes em geral como meio de valorização social do negro e do homem de cor.

(Temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro – Acervo IPEAFRO, coleção Abdias Nascimento)

A importância das expressões artísticas para as comunidades negras não é um fator presente apenas na modernidade. De acordo com o sociólogo Paul Gilroy, a arte, particularmente “na forma de música e da dança, era oferecida aos escravos como um substituto para as liberdades políticas formais que lhes eram negadas do regime da *plantation*”. (GILROY, 2001, p.128) Dessa forma, a arte será sempre uma grande ferramenta na defesa e também na valorização do negro e sua cultura diaspórica.

Nesse espaço severamente restrito, sagrado ou profano, a arte se tornou a espinha dorsal das culturas políticas dos escravos e de sua história cultural. Ela continua a ser o meio pelo qual os militantes culturais ainda hoje se engajam em “resgatar críticas” do presente tanto pela mobilização de recordações do passado como pela invenção de um estado passado imaginário que possa alimentar suas esperanças utópicas. (GILROY, 2001, p. 129)

Como veremos no próximo capítulo o Teatro Experimental do Negro irá buscar reunir as experiências já bem-sucedidas dos eventos anteriores, como também buscará se afirmar definitivamente no campo intelectual brasileiro.

## CAPÍTULO 4

### O 1º CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO

*Assim, o primeiro passo é o negro assumir sua negritude. Ele sofre, é discriminado, por causa da cor de sua pele que os outros veem. Não adianta a reiteração teórica de que cientificamente não existe raça inferior ou raça superior. O que vale é o conceito popular e social de raça, cuja pedra de toque, no Brasil, se fundamenta – pior do que na declarada luta de raças – num envergonhado preconceito ornamental, em camuflada perversão estética. E tão forte é tal perversão em nosso meio que instilou no próprio negro a má consciência de ser negro. A forma de passar a linha de cor nos dias de hoje, é “melhorar a raça”, casando-se com branco (fato rato) ou se entregando de qualquer forma a ele (fato corrente).*

(Abdias Nascimento)

O 1º Congresso do Negro Brasileiro é considerado, por alguns autores, como o principal evento programático realizado pelo Teatro Experimental do Negro, ao longo de sua trajetória. Sua importância, em grande medida, se deve aos impasses e rupturas que nele foram travados. Rupturas essas que permearam o campo ideológico dos participantes do congresso, assim como também o posicionamento do TEN enquanto grupo frente às concepções de negritude e raça ligadas à identidade nacional.

Realizado entre 26 de agosto e 04 de setembro de 1950, o congresso reuniu teses, indicações, depoimentos e contribuições de intelectuais distintos e líderes de grupos ligados ao movimento negro. O Congresso, assim como os outros eventos, tinha como foco dar ênfase aos problemas práticos e atuais dos negros, propondo mudanças e soluções, se distanciando assim dos congressos afro-brasileiros aqui já apresentados ou de aspectos apenas culturais.

Acerca da documentação referente ao congresso, grande parte se encontra reunida no livro *O Negro Revoltado*, organizado por Abdias Nascimento em 1967. No livro estão contidos os escritos relacionados à abertura do evento, moção de

homenagem, regimento interno, relação geral das teses, indicações e trabalhos completos.

Infelizmente algumas teses presentes no congresso não constam no livro, nem se encontram mais nos acervos do IPEAFRO, pois foram extraviadas. Um desses casos seria a importante tese de Ironides Rodrigues intitulada *Estética da Negritude*<sup>90</sup>, que despertou disputas ideológicas ávidas dentro do congresso, como veremos mais à frente.

#### **4.1 Organização do 1º Congresso do Negro Brasileiro**

Durante a programação do Congresso foram apresentadas 26 teses, duas indicações, três contribuições e três comunicações, totalizando, portanto 35 trabalhos, contando com uma mesa-redonda de debate, com o tema *Há problema do negro no Brasil?*, e a exposição fotográfica intitulada *Beleza Racial do Negro* de Luís Alípio de Barros<sup>91</sup>.

Cada tese apresentada durante o Congresso teve a presença de um relator. Sua responsabilidade era dar seu parecer de “aprovado ou não-aprovado” para teses inscritas. O grupo de relatores escolhidos contou com uma formação seletiva de intelectuais, mas não necessariamente restrita aos membros do TEN. Entre eles estavam Abdias Nascimento, Aguinaldo Camargo, Aníbal Souza, Carlos Galvão Krebs, Charles Wagley, Darcy Ribeiro, Edison Carneiro, Egberto Ferreira, Guerreiro Ramos, Guiomar Ferreira de Matos, João Nepomuceno, Orlando Aragão, Roger Bastide, Sebastião Rodrigues, Walfrido Moraes e Padre Pedro Schoonakker.

O regimento interno do congresso especificava algumas orientações acerca das regras do evento. De acordo com o regimento, os membros do Congresso que teriam direito ao voto seriam os representantes de instituições culturais, pessoas especialmente convidadas e os autores de teses e comunicações. Não temos informações acerca de quem seriam as “pessoas especialmente convidadas”, porém, notamos, até mesmo entre os relatores, nomes de grande expressividade intelectual. Entre eles, por exemplo, podemos destacar a figura de Darcy Ribeiro.

Sobre a organização da mesa de cada sessão plenária, o regimento previa que fosse constituída por um presidente escolhido por aclamação e dois secretários, sendo

---

<sup>90</sup>As teses que não estão presentes no livro *O Negro Revoltado*, publicado em 1967, seriam reunidas em um livro a ser publicado posteriormente chamado *Negritude Polêmica*. Tal intenção infelizmente não chegou a ser concretizada devido a extravios de grande parte da documentação.

<sup>91</sup> Não encontramos fotos, ou outras informações a respeito da exposição fotográfica de Luís Alípio de Barros.

suas decisões soberanas. Já nas sessões ordinárias, seria obrigatória a presença de um dos secretários e um dos membros da Comissão de Organização<sup>92</sup>. A mesa também seria responsável por redigir a Declaração Final do Congresso depois da aprovação do plenário.

No artigo oito do regimento, há também a especificação do tempo atribuído aos autores das teses e outras contribuições. A princípio seriam 10 minutos, que poderiam ser prorrogáveis a critério da mesa. Já os demais congressistas teriam 5 minutos para fazer observações e discussões sobre as teses. Ao fim do regimento também consta uma observação de que não seriam aceitas “moções ou quaisquer outras manifestações de apreço ou despreço, de congratulações de solidariedade, de caráter pessoal, partidário ou religioso”.

Assim como nos outros eventos, a realização sempre esteve a cargo do Teatro Experimental do Negro, mas isso não significava que o grupo como um todo contasse com cargos específicos na organização dos conclaves. Para a organização, tornou-se necessária a criação de uma comissão central que arcasse com as responsabilidades que um evento desse porte necessitaria, e conseguisse atender as demandas referentes a inscrições, divulgação, recebimento de teses, entre outras incumbências.

Na edição do dia 03 de junho de 1949, o jornal *Quilombo* anunciou quais seriam os nomes que integrariam a Comissão de preparação para o Congresso. A lista de nomes publicada traz presenças já amplamente conhecidas entre os membros e apoiadores do TEN nesse período.

A comissão central de coordenação do 1º Congresso do Negro Brasileiro, a realizar-se em agosto-setembro de 1950, comemorativo do centenário da extinção do tráfico escravagista, em sua última reunião escolheu para integrarem a Comissão de preparação do Congresso, no Distrito Federal, as seguintes pessoas: Dra. Guiomar Ferreira de Matos, advogada; sra. Elza Soares Ribeiro, chefe do departamento Trabalhista da Rádio Mauá e da secção de empregos do SESI; José Pompilio da Hora, advogado e professor; Ironides Rodrigues acadêmico de direito e professor; Reinaldo dos Santos, médico; Haroldo Costa, estudante secundário; Isaltino Veigas dos Santos inspetor do M. Trabalho; Artur Cezar Ferreira Reis, historiador e alto funcionário do M. Trabalho e Joaquim Ribeiro, escritor. A esta comissão que será empossada ainda este mês, caberá tomar todas as iniciativas, nesta capital, referentes à propaganda, inscrição de

---

<sup>92</sup>Regimento Interno do 1º Congresso do Negro Brasileiro. Acervo IPEAFRO, coleção Abdias Nascimento.

congressista, recebimento de teses, etc. Devendo atuar em estreita colaboração com a Comissão Central. (Quilombo, 03/06/1949)

Entre os citados pela matéria, apenas dois nomes ainda não haviam integrado os eventos realizados pelo TEN anteriormente, pelo menos não ao ponto de apresentarem comunicações ou quaisquer contribuições que constem nas fontes históricas analisadas. São eles Reinaldo dos Santos, apontado como médico pelo jornal, e Artur Cezar Ferreira Reis, historiador e alto funcionário do Ministério do Trabalho.

A data do evento, como já fora anunciado durante a Conferência Nacional do Negro, marcaria a comemoração do centenário da extinção do tráfico escravagista. Dessa forma, o evento realizou-se entre o fim de agosto e início de setembro.

O evento não se restringiu a um caráter comemorativo. Sobretudo, continuou a desenvolver o interesse do TEN e de seus integrantes em realizar ações práticas para o negro brasileiro. Em matéria publicada no jornal *Quilombo* acerca do Congresso, afirma-se que questões etnológicas seriam consideradas, porém, em um segundo plano, pois o Congresso desejava encontrar medidas e ações para a ascensão social do negro, argumento esse repetido incansavelmente em todas as ações de que tratamos até aqui.

O congresso dará uma importância secundária, por exemplo, às questões etnológicas, e menos palpitantes, interessando menos saber qual seja o índice cefálico do negro, ou se Zumbi suicidou-se realmente ou não, do que indagar quais os meios que poderemos lançar mão para organizar associações e instituições que possam oferecer oportunidades para a gente de cor se elevar na sociedade. Deseja o Congresso encontrar medidas eficientes para aumentar o poder aquisitivo do negro, tornando-o assim um membro efetivo e ativo da comunidade nacional. (Quilombo, 05/01/1950)

Para reafirmar essa postura, o TEN novamente assumiu uma postura crítica referente a discussões presentes em alguns estudos das relações raciais brasileiras. Ao falar do Congresso e da importância secundária de se saber “o índice cefálico do negro, ou se Zumbi suicidou-se realmente ou não”, notamos que aspectos advindos de pressupostos eugenistas serão colocados de lado, bem como o interesse de esclarecer fatos históricos específicos<sup>93</sup>.

Na última edição do jornal *Quilombo* de junho-julho de 1950, há uma matéria dedicada às diversas contribuições que estavam sendo recebidas pela Comissão

---

<sup>93</sup>A trajetória de Zumbi dos Palmares até hoje é abordada de distintas formas e com desfechos variados. Muitos até consideram que a história de Zumbi poderia vir a ser uma lenda, transmitida de forma oral. Logo, as discussões sobre sua trajetória, e o modo como este personagem teria morrido, foram amplamente discutidas. Para saber mais, consultar: RUFINO DOS SANTOS, Joel. *Zumbi*. 5. ed. São Paulo: Ediouro, 1985.



organizadora. A matéria afirma que o interesse suscitado pelo conclave já ultrapassava as fronteiras brasileiras, pois o Congresso já contava com contribuições internacionais. De acordo com a matéria, a primeira contribuição internacional havia chegado da França, vinda do escritor Alioune Diop, que nesse momento era diretor da revista *Présence Africaine*. Apesar da referência afirmada no jornal, durante a programação do evento não há referência à participação de Alioune Diop ou de qualquer contribuição do autor.

A segunda contribuição internacional citada pela matéria do jornal é a do antropólogo Charles Wagley, da Universidade de Columbia nos Estados Unidos. De acordo com o jornal o trabalho de Wagley seria sobre o negro na Amazônia. Todavia, sua contribuição para o Congresso se restringiu em ser relator da tese apresentada por Roger Bastide chamada *A criminalidade negra no estado de São Paulo*.

Outro nome citado na matéria é o do sociólogo norte-americano Frank Goldman<sup>94</sup>, que viria a contribuir com o Congresso com um estudo sobre a “estrutura social do footing” em São Paulo. De acordo com a historiadora Janete Leiko Tanno, a palavra footing “designa o passeio a pé por certas ruas da cidade para a distração e flerte, tal prática era muito comum em diversas cidades paulistas”. (TANNO, 2009, p. 65) Tanno também, observa a importância o livro *História e tradições da cidade de São Paulo* de Ernani Silva Bruno, sobre esse lazer realizado pelos paulistanos entre o final do século XIX e início do XX.

Esse tipo de passatempo, de divertimento aparentemente inocente, revelou-se um exercício de exclusão social na cidade. Segundo alguns entrevistados, que praticavam o footing, havia uma distinção entre as pessoas que passeavam na Avenida. Subindo a Avenida da Catedral em direção à estação de trem, do lado direito, passeavam os mais ricos, os pertencentes à “sociedade” e do outro lado, à esquerda, os mais pobres. A razão dessa divisão, ninguém soube ou se lembrou de explicar. (TANNO, 2009, p. 66)

A contribuição de Frank Goldman diferentemente das outras, esteve na programação do evento. Com outro título e com a participação de Albertino Rodrigues, a contribuição chamada *Discriminação Racial em São Paulo* foi apresentada durante o congresso. A tese completa em si foi extraviada, porém podemos contar com documentos que registraram a discussão que se deu a partir da contribuição de Frank Goldman.

---

<sup>94</sup> Nesta edição do jornal *Quilombo* há a citação acerca da contribuição de Frank Goldman. Porém, nos anais do 1º Congresso Negro Brasileiro seu nome está grafado como “Franklin Golden”. Em contato com referências e fontes históricas, percebemos que houve um erro de grafia.

Ao longo da documentação, não encontramos justificativas que nos informem o porquê de tais participações internacionais mencionadas acabarem por não integrar o Congresso, conforme foram anunciadas. Outros nomes brasileiros também anunciados na matéria não estiveram presentes no Congresso. Entre eles estão: Alceu Maynard Araújo, Antônio Cândido, Geraldo Campos entre outros.

#### **4.2 Teses apresentadas ao 1º Congresso do Negro Brasileiro**

Como vimos, o Congresso contou com 26 teses, duas indicações, três contribuições e três comunicações. Apesar das diferenças nominais, entendemos todas como teses/contribuições ao evento. A dinâmica das apresentações se dava pela leitura das teses, realizada pelos relatores escolhidos pela Comissão organizadora, após a leitura, a sessão era aberta para a realização do debate, onde em geral, os autores da tese também estavam presentes, e podiam acrescentar novas contribuições.

Convém, também, destacar novamente que houveram diversos extravios acerca da documentação do conclave. Por isto, trabalharemos neste momento somente com as teses completas que encontramos, ou com as que contam com informações sobre seu conteúdo<sup>95</sup>.

Outro adendo importante, antes de tratarmos das teses, é destacarmos que o termo “tese”, aqui utilizado é proveniente das fontes trabalhadas. Contudo, o entendimento do que seria uma tese no Congresso, torna-se distinto daquilo que compreendemos hoje, ou seja, elas não eram um resultado final de um curso realizado em uma instituição de ensino superior universitário. As teses apresentadas no Congresso, portanto, não necessariamente seriam trabalhos realizados para se obter um grau acadêmico, elas estariam mais próximas de pesquisas realizadas de forma mais autônoma, com temas e proposições abertas para discussões.

Além das teses extraviadas, vale mencionar que a primeira edição de *O Negro Revoltado* foi publicada em 1967, e posteriormente em 1982. Na apresentação do livro, além das diversas informações sobre a trajetória do Teatro Experimental do Negro, havia a pretensão de se publicar uma segunda edição, com as teses que não seriam

---

<sup>95</sup> Os trabalhos extraviados são: *A influência Bantu no idioma do Brasil* de Paranhos Antunes, *O Quilombo da Carlota* de Edison Carneiro, *Escravidão e abolicionismo em São Paulo* de Oraci Nogueira, *Apreciação da raça negra pelo Positivismo* de Venâncio F. Veiga, *Iemanjá e a mãe d'água* de Edison Carneiro, *Escravidão e Abolição em areias* de Luiz Pinto, *História do Nagô – Pátria dos Cambindos* de Aníbal Souza, *Negros deformados* de Domingos Vieira Filho, *Discriminação Racial em São Paulo* de Franklin Golden e Albertino Rodrigues e *Posição do escravo na sociedade brasileira* de Amauri Porto.

publicadas no primeiro livro, principalmente por terem relação com embates travados sobre o conceito de Negritude que veremos mais adiante.

Com a publicação do volume em preparo, *Negritude Polêmica*, a sair brevemente, se constatará, através das notas taquigrafadas, a consagração pelo Congresso em peso – o povo negro, e o povo-massa-de-cor – do conceito da Negritude, numa lúcida antecipação do fenômeno histórico que conduziu as nações africanas à afirmação de sua independência. (NASCIMENTO, 1967, p.99)

Nascimento também observa no prefácio da segunda edição, que houve problemas com a finalização do livro e sua chegada nas livrarias, e também com o que seria publicado na obra *Negritude Polêmica*.

Verdadeiramente, esta edição deveria ser considerada como a primeira deste livro, se levarmos em conta que da edição de 1967 apenas uns poucos volumes chegaram as livrarias, em virtude de problemas do editor. Infelizmente o manuscrito contendo os originais do segundo volume do material do Congresso, prometido sob o título de *Negritude Polêmica*, **devido aos azares do meu exílio**, parece haver-se perdido definitivamente. Esperamos reatar o fio dessa tarefa, a um tempo, de ação e reflexão, iniciada no 1º Congresso do Negro Brasileiro. (NASCIMENTO, 1982, p. 182, grifo nosso)

A respeito dessa informação acerca principalmente das datas, gostaríamos de tecer algumas considerações que julgamos relevantes para a pesquisa. Nossa primeira observação dialoga sobre a mudança de informações sobre o extravio das teses do Congresso. No prefácio de agosto de 1967 Abdias procurou responsabilizar o empréstimo a Costa Pinto, como um fator determinante para a perda do material. Porém, em 1982, após seu retorno do exílio, Nascimento aponta que o extravio da documentação, e a impossibilidade de publicar a obra *Negritude Polêmica*, se deu pelos “azares de seu exílio”, que ocorreu no ano de 1968.

No cotejamento de fontes, percebemos que Costa Pinto realmente se utilizou do material para realizar suas pesquisas. O primeiro indício da realização desse empréstimo é o próprio prefácio de 1967, onde Abdias Nascimento transcreve o discurso de Sebastião Rodrigues, onde há a afirmação de que Costa Pinto utilizou-se das teses apresentadas no Congresso.

Rodrigues declara que Costa Pinto “andou manuseando as atas e teses discutidas no Congresso, tirando ali algo para suas presunçosas e importantes alegações. É tão capcioso esse pseudocientista que tem a desfaçatez de afirmar estar dando um aspecto

novo aos estudos do negro no Rio de Janeiro”<sup>96</sup>. Em outro trecho, Abdias Nascimento deixa mais clara a responsabilidade de Costa Pinto referente aos documentos:

Sobretudo prejudicou a divulgação dos anais da (na?) ocasião oportuna, assim como o cumprimento das recomendações da Assembleia. Várias teses pareceres, discursos e atas, por exemplo, foram em confiança emprestados ao sr. L.A Costa Pinto, que na época, realizava um trabalho para a UNESCO sobre o negro no Rio de Janeiro. A maior parte do material emprestado jamais me voltou às mãos. O extravio desses documentos foi denunciado por Guerreiro Ramos em artigo no *O Jornal* (17-1-54) ao analisar a autoridade científica do Sr. L. A. Costa Pinto. (NASCIMENTO, 1982, p.60)

Observamos que em certa medida as críticas direcionadas a Costa Pinto estavam além apenas do empréstimo e do suposto extravio. As críticas estarão direcionadas, em grande parte, aos trabalhos sociológicos do autor e à sua “autoridade científica”. Em resposta, Costa Pinto defendeu sua abordagem científica sobre os movimentos negros, afirmando a seguinte frase: “duvido que haja biólogo que depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da pena e vir a público escrever sandices a respeito do estudo do qual ele participou como material de laboratório”.

Em outro trecho Abdias Nascimento aponta novamente suas tentativas de recuperar o material constituído a partir do Congresso. Porém, mais uma vez afirma que não obteve sucesso em sua empreitada.

Recentemente procurei Édison Carneiro (co-organizador do Congresso comigo e Guerreiro Ramos) e indaguei se ele por acaso não teria em seu poder as atas e outros documentos emprestados ao sr. Costa Pinto. A resposta foi negativa. Em consequência, este volume não tem a responsabilidade dos demais membros co-organizadores, mas somente a minha, de secretário-executivo do Congresso e de diretor do Teatro Experimental do Negro, entidade promotora do certame. (NASCIMENTO, 1967, p. 62)

Podemos, portanto, constatar que de alguma maneira as teses foram utilizadas como material de estudo por Costa Pinto para elaborar suas pesquisas. Todavia, há uma mudança de discurso sobre o que ocasionou os extravios dos documentos, ou se até mesmo os dois fatores teriam sido preponderantes para a perda das teses.

Depois de apontarmos algumas dificuldades encontradas em reunir as teses apresentadas durante o Congresso, nos centraremos agora em seus conteúdos, seus

---

<sup>96</sup> Não encontramos uma referência completa sobre esse discurso, de acordo com Abdias Nascimento o discurso foi proferido por Sebastião Rodrigues em “conferência pronunciada na ABI”, todavia, não sabemos se a conferência a que se refere Abdias Nascimento foi durante a realização do 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950, ou posterior a esse momento.

autores e as discussões travadas a partir delas dentro do campo das discussões raciais brasileiras em 1950.

As 34 teses apresentadas no evento, podem se dividir em três grupos específicos, relacionados no documento de *Relação Geral das teses, indicações e trabalhos*, presente nos anais do Congresso (NASCIMENTO, 1967, p.71-72) O primeiro grupo será o das teses aprovadas, que não foram extraviadas, e integraram a publicação da obra *O Negro Revoltado* de Abdias Nascimento<sup>97</sup>.

Pertencem a esse grupo as seguintes teses: *O negro – o preconceito – meios de sua extinção* de Jorge Prado Teixeira e Rubens da Silva Gordo, *A posse útil da terra entre os quilombolas* de Duvitiliano Ramos, *O negro na ilha de Marajó* de Nunes Pereira, *Fórmula Étnica da população da cidade de Salvador* de Thales Azevedo, *O negro e a campanha de alfabetização* de Roberto J. Taves, *A regulamentação da profissão de doméstica* de Guiomar F. de Matos, *A criminalidade negra no estado de São Paulo* de Roger Bastide, *UNESCO e relações de raça* de Guerreiro Ramos.

A primeira tese que trataremos aqui foi *O negro – o preconceito – meios de sua extinção*, escrita por Jorge Prado Teixeira e Rubens da Silva Gordo. Sobre a biografia dos dois participantes, convém destacar primeiramente que os dois autores pertenciam à delegação de São Paulo no 1º Congresso do Negro Brasileiro. Nessa delegação também estavam Roger Bastide, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira, além de Fernando de Azevedo e Gilda de Melo, Geraldo Campos de Oliveira e Raul Joviano Amaral. (CAMPOS apud NASCIMENTO, 2013, p.07)

Jorge Prado Teixeira foi descrito por Florestan Fernandes em 1964 como um “jovem intelectual promissor do meio negro”. Já pelo advogado Raul Joviano Amaral em 1976 como um “negro retinto, que provinha de Ribeirão Preto para ingressar na Faculdade de Filosofia”<sup>98</sup>. O contato com os intelectuais negros nesse momento também se deve à presença de Teixeira nas atuações do clube José do Patrocínio<sup>99</sup> e ao seu contato pessoal com Roger Bastide.

---

<sup>97</sup> As teses que serão citadas a partir desse momento, integram o livro *O negro Revoltado* de Abdias Nascimento, nos utilizamos desta obra para consultar os textos integrais de cada tese, assim como, os pareceres de aprovação ou não aprovação do Congresso.

<sup>98</sup> Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/70019/72662>. Acesso em 31 de março de 2018.

<sup>99</sup> O Clube José do Patrocínio de Ribeirão Preto se enquadra na definição de Oliveira Ferreira da Silveira de clubes sociais negros, o autor afirma que são “espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade do convívio social do grupo, voluntariamente constituído e de caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio”. (SILVEIRA apud ESCOBAR, 2010, p. 61)

Rubens da Silva Gordo, também autor da tese, possui poucas referências acerca de sua trajetória intelectual. Além de sua carreira como sociólogo e sua ligação com a delegação paulista, não encontramos outros dados.

Seu nome em alguns momentos também é grafado como “Rubem Gordo”. Isso acontece, por exemplo, no jornal *Correio da manhã*, ao citar a decisão contrária do Conselho Nacional de Educação ao pedido de Rubens da Silva Gordo de adaptar o curso de (falta aqui uma palavra?) agrícola, realizado na Escola Prática de Agricultura José Patrocínio, localizada em Jaboticabal, ao curso secundário federal. Tais informações nos permitem imaginar que Rubens da Silva Gordo atuava na área educacional da região metropolitana de Ribeirão Preto. (*Correio da manhã*, 21/11/1952)

A tese de Jorge Prado Teixeira e Rubens da Silva Gordo, nas palavras do parecerista Abdias Nascimento, era um trabalho que se colocava na “busca de meios que conduzam as massas de brasileiros de cor a um padrão de vida digno dentro da comunidade nacional”. (NASCIMENTO, 1967, p.74) Para Nascimento haveria no trabalho uma “deficiência de método expositivo”, mas tal fato não afetaria a aprovação do trabalho, pois, as desvantagens dos negros apontadas pelos autores frente “aos demais brasileiros brancos ou brancóides” era de suma importância.

As desvantagens a que se refere Abdias Nascimento são apontadas pelos autores em três pontos principais. A primeira desvantagem em que vive o negro no Brasil se relaciona ao “estado de motor humano”, de acordo com Teixeira e Gordo. Esse estado se identifica pelo trabalho “bruto, braçal, inescrupuloso e pesado” que em geral o negro exerce. A continuidade desse tipo de trabalho contribui para o aparecimento de doenças, dadas condições físicas e a má alimentação, assim como mantém o negro em uma posição de servidão no que se refere ao mercado de trabalho. (TEIXEIRA; GORDO, apud NASCIMENTO, 1967, p.77)

A segunda desvantagem abordada se refere ao campo educacional. Os autores destacam o grande percentual de analfabetismo entre os negros. Tal fato, para Teixeira e Gordo, “impede a verdadeira e definitiva incorporação dos pretos a civilização que ele ajudou a criar e na qual ele vive”. (TEIXEIRA; GORDO, apud NASCIMENTO, 1967, p.78)

A partir desse segundo ponto, as desvantagens propostas pela dupla paulista, em certa medida, serão entendidas como desvantagens que prejudicam a “integração completa” do negro na sociedade moderna. Logo, acesso à educação torna-se fundamental para se pensar as desvantagens existentes para os negros.

O último ponto de desvantagem afirmado por Teixeira e Gordo é o ponto central ao pensarmos as discussões raciais nesse período. O “mal do preconceito de cor” existente no Brasil acentua diferenças sociais e culturais entre negros e brancos no Brasil. Ao falar das raízes desse preconceito, os autores são enfáticos a respeito do processo histórico de escravidão.

Abrindo-se a porta do cômodo incomensurável onde se encontra o passado, vemos através da penumbra dos séculos o kraal africano que é atacado pelo negreiro branco. A longa tragédia da travessia. O aportamento em terras americanas. A chegada às fazendas. A vida em comum nas senzalas. O trabalho árduo sol a sol. O chicote. A ausência de qualquer ensinamento sobre a vida, ou sobre a sociedade humana, ‘Pobre carne coisa’ Privação completa da faculdade de raciocinar. Trezentos anos de martírio. O atrofiamento das faculdades intelectivas cada vez mais acentuado com o passar das gerações. Chega o 1888. Sem nenhum estágio preparatório para que ao menos lhe fosse possibilitada a adaptação necessária à sociedade agora comum, para o exercício da condição do homem livre, é o negro solto bem no meio dessa complexidade enorme que caracteriza o mundo civilizado. Surpreso, estarecido e deslumbrado, marcha celeremente para o caos, e o resultado é patente: contemplamos desolados o Dorian Gray da espécie humana. (TEIXEIRA; GORDO, apud NASCIMENTO, 1967, p.77)

Os autores descrevem os horrores causados pelos anos de escravidão no Brasil, como também a ausência de fatores que amparassem a recém-liberta população negra após a abolição. Apesar disso, percebemos que o ideal de civilização, ou de um mundo civilizado, também está presente nas afirmações, e está em pleno contraste frente às experiências vivenciadas pelo negro no Brasil.

Após apontar as desvantagens que os negros vivenciavam dentro da sociedade brasileira, Teixeira e Gordo buscam soluções práticas que venham a contribuir para a igualdade. Nesse sentido, propõem a criação de uma Comissão Permanente, que seria um organismo de âmbito nacional, responsável pelas seguintes atividades:

Arregimentação dos negros brasileiros com planos de assistência social completa, prática intensiva e metódica de todos os esportes, recreação moderada e bem orientada, economia dirigida, dentro de uma bem planejada orientação financeira, incremento das associações de crédito, cooperativas de consumo e produção, creches, orientação escolar, profissional, alfabetização, e coligir dados referentes às atividades das associações negras. (TEIXEIRA; GORDO, apud NASCIMENTO, 1967, p.80)

A ideia dos sociólogos sobre a criação de uma Comissão permanente foi bem recebida não só pelo relator da tese, como por todos os presentes na mesa do Congresso. Guerreiro Ramos afirmou que tal ideia já lhe havia ocorrido, porém sugeriu que ao

invés do Congresso criar uma comissão permanente, seria preferível que o Congresso fizesse apenas uma “conclusão que recomendasse o estudo sobre as possibilidades de organização de uma Confederação Nacional dos Homens e Cor”<sup>100</sup>. (RAMOS apud NASCIMENTO, 1967, p. 144)

Ramos justifica sua proposta pelo fato de que, ao criar tal comissão, o Congresso poderia comprometer-se demais com algo que poderia não estar em total acordo com os seus ideais. No trecho abaixo, o sociólogo justifica seu receio:

Um Congresso obedece a recomendações, a princípios que devem ser o fundamento das ideias, o fundamento de uma orientação que deve ser o lema a seguir. O congresso deve apresentar um conjunto de princípios, sem deixar de ser prático, mas nós, negros, podemos criar, fora dele, uma assembleia para tratar do assunto e estabelecermos então os estatutos e as bases da Confederação Nacional dos Homens de Cor. Acho prudente, meus senhores, que façamos essa ressalva, para que o Congresso – volto a insistir – não se comprometa. Podemos marcar uma reunião para organizarmos essa entidade novel, à parte do Congresso, que ficaria, dessa forma, descomprometido de nossos erros. (RAMOS apud NASCIMENTO, 1967, p. 144)

A segunda tese apresentada no Congresso foi a de Duvitiliano Ramos, intitulada *A posse útil da terra entre os quilombolas*. O autor preocupou-se em dissertar sobre a maneira pela qual os negros que estavam no Quilombo de Palmares utilizavam a terra.

A pesquisa centra-se principalmente a partir de documentos que relatam as expedições holandesas e luso-brasileiras que tentaram invadir a Serra da Barriga durante o século XVII. Para Duvitiliano Ramos, Palmares representava um “ensaio libertário” contra a escravidão, ao mesmo tempo em que propunha uma nova forma de organização social e econômica.

A chamada República dos Palmares – a ‘Tróia Negra’ de Nina Rodrigues – constituiu-se um manancial inesgotável de revelações da capacidade de iniciativa da gente negra. Pioneira e precursora de várias formas de relações, Palmares deixou um rastro luminoso de poesia e heroicidade, de sacrifício e abnegação, de protesto e de lutas, que hoje, analisados na perspectiva da história, fornecem elementos de referência no confronto com as formas decadentes de produção em que se apoia a sociedade brasileira. (RAMOS apud NASCIMENTO, 1967, p.93)

Ramos em sua tese busca diferenciar o tipo de exploração agrícola dos sesmeiros portugueses no litoral e o padrão de trabalho do quilombo. Os sesmeiros portugueses “baseavam-se no latifúndio, na monocultura do açúcar e no trabalho por turnos”. Já

---

<sup>100</sup> Discussão da tese de Jorge Prado Teixeira e Rubens da Silva Gordo – Anais do 1º Congresso do Negro Brasileiro. (IPEAFRO)



entre os quilombolas imperava uma “economia na pequena propriedade, na policultura e no trabalho pessoal”. (RAMOS apud NASCIMENTO, 1967, p.97)

Economicamente, a República dos Palmares constituiu uma forma de transição a posse de terra, e forma superior à das sesmarias, da propriedade latifundiária. Os quilombolas opuseram à forma coletiva da economia tribal, usada na África, e às sesmarias, dos colonos, com as turmas de escravos lavrando a terra, o uso útil, a posse justificada pelo trabalho individual de pequenos tratos da terra, os roçados. A terra pertencia aos quilombos, organizados em aldeamentos e federados, obedientes todos ao Ganga- Zumba da Cerca Real do Macaco. (RAMOS apud NASCIMENTO, 1967, p.97)

O interesse de Duvitiliano Ramos, como também seu contato com os intelectuais do Teatro Experimental do Negro, se deu pela atuação de Ramos no campo político. Desde a década de 30, Ramos participou efetivamente da liderança do Sindicato de Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro e candidatou-se para deputado federal pelo Bloco Operário Camponês, organização vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que o levou a atuar na Intentona de 35<sup>101</sup>. Na área jornalística foi um dos fundadores do jornal *Notícias Gráficas*, vinculado ao sindicato dos gráficos.

Em uma matéria a respeito do falecimento de Duvitiliano Ramos, o jornal *Notícias Gráficas* descreve a biografia do seu fundador e destaca a importância de sua luta para o sindicato.

Velho militante sindicalista, membro do antigo PCB. [...] Pertenceu ao antigo bloco operário e camponês. Aqui, no Rio, participou de grandes lutas pelas reivindicações salariais do proletariado. Em virtude destas lutas teve inúmeras prisões. Sua vida foi dedicada ao movimento sindical e revolucionário. Ramos faleceu certo da vitória do proletariado e do socialismo sobre o imperialismo americano escravizador dos povos sul-americanos, convicto de seu ponto-de-vista político e filosófico. As suas convicções jamais foram desviadas por ideologias estranhas ao marxismo-leninismo. Como também foi um dos maiores inimigos do trotskismo. [...] Seu falecimento foi uma grande perda para o proletariado gráfico. Ramos era um entusiasta de “Notícias Gráficas”, não só por ser um dos seus fundadores, mas porque via em “Notícias Gráficas” um veículo de unidade da corporação gráfica. [...] A trajetória e a morte de Duvitiliano Ramos é utilizada para reafirmar uma determinada “convicção” ou linha político-ideológica e defender não só a importância do jornal, mas, sobretudo a unidade política dos gráficos. Nesse sentido sua morte também foi capitalizada para a reafirmação da identidade do grupo. A inserção político-partidária é destacada, mas a identidade de classe

---

<sup>101</sup> A Intentona Comunista foi uma revolta, ocorrida em novembro de 1935, liderada pela ANL (Aliança Nacional Libertadora) formada por diversos grupos insatisfeitos com os rumos do Governo de Vargas que também buscavam novas vias para uma política nacional. Para saber mais, consultar: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>>.

também é utilizada para construir a memória do grupo. (Notícias Gráficas, fevereiro de 1962)

A tese, em certa medida, também é enfática em destacar a importância da reforma agrária brasileira. Ramos será uma das vozes que farão duras críticas aos grandes latifúndios, que para ele nada mais eram do que sesmarias. Como veremos, tal posicionamento dialoga diretamente com outros espaços de luta política que Ramos integrava.

A República dos Quilombos foi uma revelação assustadora para a época; hoje, a análise dos seus feitos constitui um estímulo a solicitar as nossas energias para as lutas pela reforma agrária, para varrer de uma vez com os grandes latifúndios, as velhas sesmarias, causa maior do atraso e da miséria do povo brasileiro. (RAMOS apud NASCIMENTO, 1967, p.98)

O parecer da tese de Duvitiliano Ramos foi escrito por Edison Carneiro, que recomendou enfaticamente que o trabalho de Ramos fosse aceito, e constasse nos anais do 1º Congresso do Negro Brasileiro, por conter grande embasamento histórico e relevância intelectual. A importância dos estudos a respeito dos quilombos foi considerada por Edison Carneiro como um grande tema dentro dos estudos das relações raciais brasileiras, sobretudo por nos fazer compreender os ataques de sesmeiros contra os quilombolas.

Á medida que estudamos os quilombos nos seus aspectos estruturais, vemos, com efeito, que neles havia um tipo superior de economia, que dava abundantemente para o sustento dos seus habitantes, com um excedente para comerciar com as povoações próximas. Em geral, as terras dos quilombos eram consideradas as melhores da região, pela sua beleza e fertilidade e pela abundância e variedade das suas culturas. E, para acentuar ainda mais esta situação, notamos que era nos momentos de decadência ou de crise na exploração econômica do litoral que mais se encarniçavam os sesmeiros contra os quilombos. (CARNEIRO apud NASCIMENTO, 1967, p.93)

A etnologia sempre esteve muito presente em eventos relacionados aos estudos das relações raciais brasileiras. Apesar da organização do 1º Congresso do Negro Brasileiro buscar não estar voltada estritamente ao caráter etnográfico, o trabalho de Nunes Pereira, por exemplo, dialoga muito com as pesquisas etnográficas já realizadas em outros eventos. Porém, sua contribuição de daria principalmente por contemplar a região norte do país.

A tese *O negro na ilha de Marajó* é dividida em três partes centrais. A primeira apresenta um esboço histórico e geográfico da Ilha de Marajó, localizada no arquipélago

do Marajó, no estado do Pará. Os aspectos históricos resgatados por Nunes Pereira retratam a presença da escravidão na região, como também o contato entre negros e indígenas. A segunda e a terceira partes se referem principalmente aos documentos utilizados para a realização da tese, uma parte centrada nas pesquisas em códices e outros inventários do período analisado.

A tese de Nunes Pereira, pelas fontes utilizadas, traz uma série de dados e estatísticas a respeito de alforrias, nascimentos, preços de escravos, doenças, nações africanas, entre outras informações. Desta forma, as fontes referentes à escravidão, para Pereira, são essenciais para a compreensão desse período histórico em distintas regiões do Brasil.

A ideia de destruir-se nos arquivos públicos e particulares tudo o que nos lembrasse da ignomínia da escravidão negra, inspirada essa ideia no preconceito ou noutro sentimento, mal se proclamou a abolição, concorreu para tornar rara e inacessível a documentação que se faz necessária para estudo de tal relevância. (PEREIRA apud NASCIMENTO, 1967, p.101)

Manuel Nunes Pereira, mais conhecido como apenas Nunes Pereira, foi um grande intelectual, que ora será chamado de etnólogo, ora de folclorista. Natural do Maranhão, Nunes Pereira dedicou grande parte de sua vida intelectual aos estudos etnológicos sobre a região Amazônica, na qual ele morou por mais de quarenta anos. (ROESSING; SCHERER, 2016, p.57)

De acordo com a antropóloga Olívia Gomes da Cunha, Nunes Pereira é um nome ausente na história oficial da antropologia brasileira, mesmo com seu legado expressivo no que se refere a estudos sobre povos indígenas da Amazônia. Em seu arquivo no Museu Nacional encontra-se um grande acervo de 1.429 documentos, 50 cadernos de viagens, entre outros escritos do autor. (Anais da Biblioteca Nacional, 2001, p. 05)

Ulisses Bittencourt afirma que Nunes Pereira era um estudioso metódico, pesquisador obstinado e pertinaz, e tornou-se autodidata após abandonar o curso de Direito. Pereira sabia diversas línguas, do português ao tupi-guarani, do nheengatu até o inglês, o francês, o alemão e o italiano. (BITTENCOURT, 1993, p. 117)

O interesse ligado à etnicidade por um viés antropológico também esteve presente na tese de Thales Azevedo, intitulada *Fórmula Étnica da população da cidade de Salvador*. O autor trazia para o campo intelectual sua própria vivência como baiano e seu interesse pela antropologia.

Thales Olympio Góes de Azevedo nasceu em Salvador, filho mais velho do farmacêutico Ormino Olympio Pinto de Azevedo. Estudou no Colégio dos Jesuítas, ligando-se ao grupo de jovens liderados pelo Pe. Luiz Gonzaga Cabral. Concluído o curso secundário, trabalhou por três anos no escritório de seu padrinho, onde veio a conhecer Frederico Edelweiss, mais tarde seu professor da Universidade Federal da Bahia, que incentivou Azevedo em seu interesse por estudos de etnologia e história<sup>102</sup>.

Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde também foi professor mais tarde. Porém, o marco decisivo de formação e atuação deu-se pelo convite de Isaias Alves para que Azevedo integrasse o corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1941, hoje Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia<sup>103</sup>.

Em *Fórmula Étnica da população da cidade de Salvador*, o autor traz uma série de estatísticas e avaliações sobre a composição étnica da cidade de Salvador em diferentes épocas. Para ele a composição étnica era um dos dados necessários para a compreensão da “estrutura dos problemas de relações raciais, dos conflitos, da mudança social em determinado grupo humano”, principalmente em um local como a cidade de Salvador, que para o autor era um “foco de uma das mais interessantes experiências históricas de relações raciais em todo o mundo moderno”. (AZEVEDO apud NASCIMENTO, 1967, p.149)

Para Darcy Ribeiro, encarregado de elaborar o parecer da tese de Pereira, o trabalho era uma preciosa contribuição para o Congresso, pois o autor realizou uma pesquisa no campo das análises sociológicas das estruturas sociais, campo que aos olhos de Darcy Ribeiro era um dos mais “pobres”, por sua carência de trabalhos. Nas palavras de Darcy Ribeiro, “a ausência de estudos desta ordem constitui uma das grandes dificuldades com que se defrontam os novos estudiosos de problemas sociais”. (RIBEIRO apud NASCIMENTO, 1967, p.149) Existe algum código para essa documentação?

A questão educacional não ficou distante do Congresso. Assim como nos outros eventos já realizados pelo TEN, a educação era vista como um dos principais fatores que auxiliariam a ascensão social e cultural do negro. O autor que se debruçou sobre este tema foi Roberto J. Taves. Através da tese *O negro e a campanha de alfabetização*,

---

<sup>102</sup> Disponível em: <http://www.thalesdeazevedo.com.br/biografia.htm>. Acesso em 01 de abril de 2018.

<sup>103</sup> Ibidem.

Taves buscou, além de apontar os dados sobre o analfabetismo entre negros, demonstrar a importância de o Congresso participar e promover ações contra o analfabetismo.

De acordo com Taves, a falta de alfabetização era um dos maiores problemas sociais de todos os tempos. No Brasil, especificamente, o problema do analfabetismo estaria vinculado à questão racial e às diferenças entre brancos e negros. Para o autor a questão do analfabetismo ocasionava problemas de compreensão e de inferioridade, que acabavam por ser atribuídos à questão do preconceito, porém eles se davam na verdade pela questão educacional.

O branco analfabeto se julga, muitas, vezes, superior ao negro por ignorância. O negro analfabeto por sua vez, tem mais dificuldade em compreender as diferenças existentes entre os brancos e os de sua cor, e se mantém, por ignorância, em nível social inferior, atribuindo essa inferioridade e essa desigualdade puramente a uma questão de cor. (TAVES apud NASCIMENTO, 1967, p.383)

Para Taves a alfabetização abriria novos horizontes para “as criaturas que erram por ignorância”, assim como a educação profissional abriria o campo de trabalho, pois para Taves tal campo se encontrava fechado para os negros, devido principalmente ao seu baixo nível educacional.

Nessa perspectiva, Taves afirma que os negros se encontram apenas em trabalhos mais “primitivos”, o que fortalece um complexo de inferioridade errôneo baseado apenas na cor. Nas palavras do autor “o que existe em torno do problema racista e da tragédia da intolerância da cor não é, somente, a questão racial; o que existe é a ignorância dos próprios termos do problema em si, agravada pelo analfabetismo”. (TAVES apud NASCIMENTO, 1967, p. 383)

Além da questão expositiva do problema educacional, Taves também elenca três proposições que o 1º Congresso do Negro Brasileiro deveria adotar, para combater o problema do analfabetismo. São elas:

- a) Patrocinar e apoiar, por todos os meios, a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos; Seria importante falar dessa campanha.
- b) Recomendar a todas as entidades associativas e sociedades civis dos homens de cor no Brasil que deem o seu apoio e cooperação á referida campanha;
- c) Traduzir, praticamente esse apoio e essa cooperação, por meio da criação de novos núcleos de alfabetização de adultos e do encaminhamento, a esses núcleos, de cidadãos a serem alfabetizados. (TAVES apud NASCIMENTO, 1967, p.385)

Na documentação utilizada, não encontramos registros do parecer referente à tese. Todavia, encontramos informações que indicam que o relator da tese foi Guerreiro Ramos. Mesmo sem as considerações sobre o trabalho de Roberto J. Taves, podemos afirmar que ele foi aprovado e consta nos anais pertencentes ao Congresso. Acerca da trajetória de Taves, também não encontramos muitas informações que nos indiquem sua ligação ao TEN.

As informações encontradas são provenientes dos jornais da cidade do Rio de Janeiro durante a década de 40. Roberto J. Taves aparece, nos jornais, como o idealizador do projeto que organizou uma linha de transporte aéreo entre os Estados Unidos e Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Taves teve importância nessa relação, pois na época era representante da empresa Lockheed Corporation, companhia aérea criada em 1932 por norte-americanos. (Correio da manhã, 29/09/1942)

Já a partir de 1949, Taves assume o cargo de diretor da Associação Carioca das Boas Estradas. (O Fluminense, 22/04/1949) No jornal *Última Hora*, Taves também é uma figura presente, por diversas vezes são noticiadas viagens internacionais realizadas por Roberto J. Taves, devido ao seu cargo na Associação.

Em companhia de sua exma. Família regressou dos Estados Unidos o Dr. Roberto Taves. Diretor da associação das Boas Estradas. Em Nova York o dr. Taves esteve em contato com diversas organizações de estradas de rodagem e com numerosos comerciantes norte-americanos, trazendo para o Brasil os benefícios que colheu em longa viagem no país amigo do norte. (Última Hora, 11/03/1952)

Taves também exerceu diversos cargos relacionados ao campo político, como também escreveu pequenos espetáculos teatrais. Essa “outra faceta” de Taves é destacada no jornal *A noite* em matéria publicada no ano de 1943. O jornal narra a realização e um festival artístico da Associação dos antigos alunos dos Padres Jesuítas. Durante a programação seria realizada a apresentação de uma peça teatral escrita por Roberto Taves chamada *O Antigo aluno*. (A noite, 08/05/1943, p.04)

Com informações rasas sobre esse sujeito, percebemos que era um homem público da cidade do Rio de Janeiro, pois além das informações citadas acima, encontramos diversos eventos, bailes em que Taves esteve presente. O que nos demonstra que ele circulava em diversos grupos e áreas de atuação, que podem de alguma forma ter despertado seu interesse sobre a questão da educação.

Assim como Roberto J. Taves abordou a questão do trabalho entre os negros, Guiomar F. de Matos seguiu os caminhos de Arinda Serafim, trazendo ao Congresso, novamente, contribuições a respeito do trabalho doméstico e da luta por direitos.

De acordo com Fernanda Crespo, durante todo século XX o mercado de trabalho sempre se revelou como um ambiente de exclusão para as mulheres negras. Os locais ocupados por negras em geral se resumiam ao ambiente doméstico. Logo, conquistar melhores condições de trabalho para as domésticas e pelos direitos da população negra no país era de suma importância nesse momento.

O critério racial de seleção dos empregadores ia ao encontro das políticas oficiais de branqueamento. Os negros eram preteridos pelos imigrantes europeus e seus descendentes, mesmo para a execução de atividades subalternas. Havia grande euforia entre as patroas brasileiras em contratar domésticas de pele clara, por exemplo; porém a presença da mulher negra nos serviços domésticos permaneceu predominante, visto que poucas eram as imigrantes européias dispostas a enfrentar as humilhações, o salário ínfimo, as extensas jornadas de trabalho e os abusos sexuais recorrentemente cometidos contra estas trabalhadoras. (CRESPO, 2016, p.10)

Na contribuição *A regulamentação da profissão de doméstica*, Guiomar F. Matos procurou tratar da necessidade de regulamentação do trabalho doméstico juntamente à legislação trabalhista, assunto esse que já era discutido na Associação das Empregadas Domésticas, órgão também criado dentro do Teatro Experimental do Negro<sup>104</sup>.

A respeito da recepção de sua tese no Congresso, Guiomar F. Matos enfrentou alguns problemas. O primeiro é narrado pela própria autora durante sua fala no Congresso. Matos afirma que o relator que faria a leitura de sua tese não estava presente durante o conclave. Sendo assim, a autora buscou resumir sua tese em uma pequena apresentação. Sobre esse ocorrido Guiomar F. Matos afirma:

Não me ocorre no momento as outras reivindicações que pleiteio no esboço. Pode ser que, neste interim, chegue o relator da minha tese para socorrer-me. Houve uma sabotagem, absolutamente imprevista, devida ao acaso, evidentemente. Enquanto procuro recordar-me dos outros itens, procuraremos ouvir depoimentos pessoais de empregadas domésticas que estejam presentes, para aumentar os meus subsídios, concorrendo para melhorar este esboço, para que assim, possamos apresenta-lo mais completo ao 1º Congresso do Negro Brasileiro para que este possa levá-lo à Câmara dos Deputados. (MATOS apud NASCIMENTO, 1967, p.352)

---

<sup>104</sup>A Associação das Empregadas Domésticas foi fundada em 10 e Maio de 1950. Sua origem está vinculada ao Conselho Nacional das Mulheres, órgão pertencente ao Teatro Experimental do Negro. A Associação contou com a direção de Elza de Souza e Arinda Serafim.

Nos documentos referentes ao Congresso, a contribuição de Guiomar F. Matos sempre aparece sem indicação de um relator. Por essa ausência, um dos depoimentos ouvidos no evento durante a discussão da tese de Guiomar foi o de Elza de Souza.

Tenho a dizer somente que a classe das domésticas é uma classe desamparada, e que o sr. Abdias do Nascimento e D. Maria Nascimento vêm fazendo é muito importante e todos devem cooperar para esse trabalho. A doméstica não tem descanso, não tem médicos, não tem advogados. Há casos de domésticas condenadas, sem nenhuma proteção. Peço a todos que ajudem nesse trabalho, para que possa ir avante. (SOUZA apud NASCIMENTO, 1967, p.354)

Apesar do apoio recebido de Elza de Souza, Guiomar F. de Matos foi acusada por Joviano Severino de Melo de importar um problema estrangeiro para o Brasil. De acordo com Melo os direitos dos trabalhadores brasileiros estavam assegurados na Constituição da República e na consolidação das Leis do Trabalho, onde homens e mulheres receberiam igualmente garantias sociais.

Outro crítico da tese de Guiomar foi Alvarino de Castro. Para ele, a criação de uma entidade doméstica contrariava a norma dos trabalhos apresentados ao Congresso. Nas palavras de Castro, não haveria necessidade de tal problema ser discutido durante o evento, pois a relação de trabalho doméstico em nada conversava com as questões do Congresso. João Bento da Silva também acrescenta que o assunto discutido por Guiomar deveria ter sido discutido “há vinte anos atrás, pois, tal tema nos dias atuais não era relevante”. (MATOS apud NASCIMENTO, 1967, p.363)

Em resposta ao fim da discussão, Guiomar F. de Matos acrescenta algumas considerações sobre as críticas direcionadas a sua tese, e suas observações sobre a regulamentação do trabalho doméstico.

O meu escopo ao apresenta-lo não foi o de prometer mundos e fundos às empregadas domésticas, para depois não ter possibilidade de realizar coisa alguma. Olhei a situação como está, e procurei melhorá-la. O meu esboço de anteprojeto trata de reivindicações, de justiça social retardada e tivemos a intenção e tornar efetiva essa justiça. [...] O nosso projeto, esboço de anteprojeto, foi classificado por um sr. Congressista de caduco (ele não empregou essa palavra, mais foi isso que quis dizer), dizendo que essa regulamentação das empregadas domésticas deveria ter sido feita há 20 anos passados. Concordo; mas acontece que não o foi. Também devo dizer que há 20 anos eu era muito jovem e não poderia ter tomado a iniciativa de fazer o que estou fazendo agora, que já conheço melhor o caso, podendo, pois, realizar esse trabalho. (MATOS apud NASCIMENTO, 1967, p.363)



A regulamentação das leis trabalhistas para as empregadas domésticas, só ocorreu em 20 de novembro de 1988, juntamente a Constituição. Cabe aqui, lembrar que a regulamentação foi atingida por uma intensa mobilização entre as trabalhadoras domésticas. Diversas Associações de Empregadas Domésticas organizaram inúmeras visitas a Brasília, que tinham por objetivo pressionar os constituintes para estenderem alguns direitos à categoria. (BERNARDINO-COSTA, 2007, p.87)

A respeito da trajetória de Guiomar, assim como de outras mulheres já citadas anteriormente, encontramos diversas dificuldades em traçar informações a respeito de sua vida e de sua produção intelectual. Os poucos dados encontrados sobre Guiomar nos indicam sua formação em Direito e suas diversas participações nos congressos e eventos que eram realizados na ABI.

Cabe aqui ressaltarmos, a importância da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) nesta época. Criada em 1908 por Gustavo Lacerda, a Associação destinava-se a “assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais”<sup>105</sup>, ou seja, a instituição buscava criar uma estabilidade aos jornalistas, ao que se referia principalmente a caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias. A Associação dedicava-se a garantir residência para idosos e doentes, título de habilitação profissional, bem como, utilizava sua sede para diversas conferências.

A trajetória da ABI ultrapassa diversos momentos emblemáticos da história do país, como por exemplo, a grande importância da Associação durante o período ditatorial pós 1964. Para Amauri Mendes Pereira, a ABI funcionava como um espaço de luta contra a ditadura, onde jornalistas podiam dialogar a respeito de uma resistência democrática. (ALBERTI; PEREIRA, 2007)

Não poderemos tratar aqui, da importância da ABI em diversos momentos políticos do país, todavia, a relação da ABI com o Teatro Experimental do Negro, e consequentemente com Abdias Nascimento, é datada pela própria instituição desde 1948, ano em que Nascimento haveria se associado<sup>106</sup>.

Essa ausência de informações novamente nos traz a necessidade de tentar discutir alguns obstáculos enfrentados pelos historiadores. Quando nos debruçamos sobre sujeitos históricos e grupos com um passado de marginalização, enfrentamos obstáculos referentes à falta de registros ou informações desses sujeitos. Nesse sentido, podemos perceber que grande parte da escrita da história centrou-se em uma única

---

<sup>105</sup> Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/historia/>. Acesso em 18 de abril de 2018.

<sup>106</sup> Disponível em: <http://www.abi.org.br/morre-abdias-nascimento/>. Acesso em 18 de abril de 2018.

categoria representativa, a categoria de “homem”, excluindo assim outros personagens. A respeito dessa categoria Rachel Soihet e Joana Maria Pedro dissertam:

Grande parte deste retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria “homem”. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nesse termo: via de regra, era o homem branco ocidental. Tal se devia à modalidade de história que se praticava, herdeira do iluminismo. (SOIHET; PEDRO, 2007, p.284)

Ainda dentro de nossa primeira divisão de grupos de trabalho do 1º Congresso do Negro Brasileiro, temos a tese de Roger Bastide, um grande conhecido nome dos estudos das relações raciais brasileiras. A presença de Bastide não é uma surpresa, uma vez que o sociólogo já contava com grande destaque no meio intelectual desde sua chegada ao Brasil. Bastide lecionou desde 1937 até 1954 na Universidade de São Paulo (USP), foi membro das sociedades de Sociologia e Psicologia de São Paulo, de Antropologia no Rio de Janeiro e de Folclore no Rio Grande do Norte.

A trajetória de Bastide é abordada pela socióloga Maria Isaura Pereira de Queiróz. Para ela, Bastide era um intelectual múltiplo, que traçou diversas relações a partir dos seus estudos que integravam a sociologia e outros ramos do saber.

A ação que desenvolveu foi além da Sociologia, da Antropologia Social, da Psicologia Social, disciplinas que se aninham sob o título de Ciências Sociais, estendendo-se à Psicanálise e à Psiquiatria, à Filosofia e à Moral, chegando à Literatura e às Artes, pois deu diferentes cursos sobre as relações entre a Sociologia e estes outros ramos do saber, alguns dos quais, posteriormente, transformados em livros. (QUEIROZ, 1994, p.216)

As obras de Roger Bastide no Brasil sempre estiveram relacionadas à cultura afro-brasileira. Entre suas obras publicadas aqui, podemos destacar *Psicologia do cafuné* (1941), *A poesia afro-brasileira* (1943), *Imagens do nordeste místico em branco e preto* (1945), *Estudos afro-brasileiros* (obra dividida em três volumes, publicadas em 1946, 1951 e 1953), *Arte e sociedade* (1946), *Sociologia e psicanálise* (1948), *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (1955), *Terra de contrastes* (1957), *As religiões africanas no Brasil* (1958).

Para o Congresso, Bastide contribuiu com duas teses distintas para o debate intelectual. A primeira que trataremos aqui será a que foi publicada junto aos outros documentos pertencentes aos anais do Congresso. A segunda tese apresentada por

Bastide só seria publicada junto ao segundo volume de *O negro Revoltado*, ideia essa que nunca chegou a se concretizar.

A primeira tese apresentada por Bastide foi *A criminalidade negra no estado de São Paulo*. Na contribuição o sociólogo, através das pesquisas realizadas nos arquivos da polícia de São Paulo, busca discutir o estereótipo de que o negro é por natureza “impulsivo, ladrão, preguiçoso, e se torna com facilidade um criminoso”.

Para Bastide este “conceito popular” sobre o negro estaria no campo das “impressões”, e não correspondia aos fatos encontrados em sua pesquisa. Para embasar suas afirmações, Bastide traz em seu texto, diversos dados referentes a números de crimes e estatísticas sobre a presença de brancos e negros frente aos crimes.

Mas não só os dados serão levados em consideração. O caráter histórico estará muito presente na tese de Bastide. O autor buscar traçar parâmetros gerais sobre a relação do legado da escravidão e a presença da criminalidade entre negros e “mulatos”.

A escravidão para Bastide teria ocasionado o contato de diferentes elementos oriundos de diferentes nações africanas, em um mesmo espaço. Tal contato reunia diversas nações, que de acordo com o autor, podiam reagir de diferentes modos sob dominação. Poderia haver tribos com características mais dóceis e submissas, ou rebeldia. Nas palavras do autor “se os primeiros procuravam se adaptar às novas condições de trabalho, os últimos se revoltavam assisando seus senhores”. (BASTIDE apud NASCIMENTO, 1967, p.249)

Entretanto, outro fator tornou-se mais importante do que o fator étnico, explicitado acima. Bastide assume o fator cultural como um elemento preponderante para que essa representação de criminalidade fosse construída após a escravidão. Todavia, para além desses fatores, o sociólogo conclui que a criminalidade foi apenas o resultado dos “maus-tratos infligidos pelos senhores”.

Mas entrou em jogo, principalmente, um fator cultural que Nina Rodrigues colocou bem em foco. O negro arrancado ao seu país não tinha naturalmente as mesmas concepções de propriedade e justiça que o branco brasileiro. Foi assim julgado por crimes que, para ele, não eram crimes, mas pelo contrário, coisas naturais e legítimas (por exemplo, a aplicação da lei de talião<sup>107</sup> que funcionava na África, e não era aceita por nossas leis). Apesar desse ponto, o exame de arquivos da polícia de São Paulo prova que a criminalidade negra constituiu, no tempo da escravidão, essencialmente uma reação contra os maus-tratos infligidos pelos senhores. Ela não é uma vingança, como se dizia então, mas o fruto de exasperação combatida durante

---

<sup>107</sup> A lei de talião é caracterizada pela máxima “se alguém furar o olho de um homem livre, nós lhe furaremos um olho; se alguém arrancar um dente de um homem livre, nós lhe arrancaremos um dente”.

muito tempo e que finalmente explode. (BASTIDE apud NASCIMENTO, 1967, p. 250)

Sobre a região escolhida para a realização da pesquisa, Bastide afirma que seu recorte temporal e espacial está centrado no período de transição de São Paulo. Essa transição se dá principalmente no período que se refere à chegada de imigrantes e ao processo de industrialização da cidade. Neste contexto, a maioria dos negros foi instalar-se nas cidades. Todavia, não deixaram de ocupar trabalhos manuais no campo. Isso, aliado à vinda dos imigrantes e à industrialização da cidade, ocasionou mudanças radicais na província, tanto na estrutura demográfica quanto na sua estrutura econômica.

Dessa forma, Bastide afirma que a solução para o problema da criminalidade não estaria atrelado à “raça”, e sim a uma questão da sociologia.

A criminalidade do homem de cor muda, pois, de natureza, ao mesmo tempo em que modifica a estrutura social. O que prova que o fator explicativo deve ser procurado do lado da sociologia e não do lado da raça. Mas apesar das modificações devidas á libertação dos escravos, mais tarde à industrialização e à urbanização, a criminalidade paulista continua ainda marcada pela herança colonial. (BASTIDE apud NASCIMENTO, 1967, p.253)

Uma proposta para a correção de tais problemas é apresentada por Bastide na própria tese. A resolução desse processo seria o trabalho educativo, que deveria ser realizado com urgência entre a população negra. Para o sociólogo francês “só a educação poderá liquidar definitivamente a herança da escravidão, permitindo a cooperação harmoniosa das três cores do Brasil de amanhã”. (BASTIDE, 1950) Vemos aqui que a afirmação da “cooperação harmoniosa”, dialoga em certa medida com um ideal de democracia racial que se pretendia atingir no Brasil.

Charles Wagley foi o parecerista escolhido para avaliar a tese de Bastide. Além dos elogios tecidos a Bastide e sua pesquisa, Wagley tece algumas considerações sobre a proposta final do autor. A respeito da proposição final de Bastide, sobre os meios educativos, expõe que apesar de estar de acordo com a tese, acredita que a educação não seria suficiente para acabar com esse quadro de criminalidade. Para Wagley, uma vez que as “classes de cor” fossem educadas, elas também necessitariam de “plena oportunidade de se utilizarem de sua instrução”.

O que Wagley buscava destacar era que mesmo que os negros conseguissem acessar certo grau de escolaridade, ou especialização profissional, isto não bastaria, uma vez que continuassem sendo excluídos de diversos espaços. Para Wagley a criminalidade seria uma consequência inevitável. A criminalidade, portanto, entre

negros e “mulatos” se daria também pela falta de oportunidades. (WAGLEY apud NASCIMENTO, 1967, p.245)

Um novo formato de tese foi proposto através da contribuição de Guerreiro Ramos. A tese, na verdade, foi um pedido para que o governo brasileiro encaminhasse aos representantes da UNESCO três itens retirados do 1º Congresso Brasileiro.

1. Este congresso sugere à UNESCO que se esforce por estimular nos países em que existem minorias raciais discriminadas a instalação de mecanismos sociológicos que transformem o conflito interétnico num processo de cooperação. Para este fim, a UNESCO é solicitada a estudar as experiências de solução da questão racial atualmente ensaiadas nos vários países em que a questão se apresenta.
2. Este Congresso reconhece que é digno de exame da UNESCO a experiência sociológica do Teatro Experimental do Negro e solicita a sua atenção especialmente para os seguintes aspectos da mesma:
  - a) A utilização do teatro como instrumento de integração social;
  - b) Os concursos de beleza racial como processo de desrecalcamento em massa;
  - c) A utilização de museus e filmes como instrumentos de transformação de atitudes.
3. Este Congresso solicita que a UNESCO examine a possibilidade de organizar um Congresso Internacional de Relações de Raça. (RAMOS apud NASCIMENTO, 1967, p. 238)

Como podemos observar, a contribuição de Guerreiro Ramos se focava em três pedidos essenciais. O primeiro, de que fossem realizados estudos sobre as “experiências de solução da questão racial atualmente ensaiadas nos vários países” que contassem conflitos interétnicos. O segundo pedido seria para que a “experiência sociológica do Teatro Experimental” fosse objeto de pesquisa dentro da UNESCO, elencando principalmente o papel das artes como instrumento de integração social.

Por último, Guerreiro Ramos solicita que a UNESCO examine a possibilidade de ser organizado, no Brasil, um Congresso Internacional de Relações de Raça. Sobre quais seriam os objetivos desse congresso, ou o que se buscava atingir através do evento, no documento não há maiores informações. Contudo, acreditamos que o evento se assemelharia muito aos eventos formados pelo Teatro Experimental do Negro.

A realização do Congresso Internacional de Relações de Raça, portanto, deveria ser financiado pela UNESCO. Nele, os objetivos a serem atingidos estariam ligados a buscar soluções acerca de questões raciais em diversos países, como também destacar a

experiência sociológica do TEN, como um expoente do movimento negro brasileiro. (CUSTÓDIO, 2011, p.45)

A presença da UNESCO e a possibilidade da realização de estudos, referentes a diversas experiências raciais, não era uma novidade em 1950. Desde 1949, através da relação de Arthur Ramos como diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, temas a esse respeito já eram discutidos. Até porque em 1950, na 5ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em Florença, já havia se aprovado a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil. (MAIO, 1999, p.142)

Em meados de outubro de 1949, dois meses após assumir a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, Arthur Ramos finalizou o delineamento de um plano de trabalho no qual estava previsto o incremento de investigações sociológicas e antropológicas no Brasil. Em sintonia com as crescentes preocupações da agência internacional com os problemas do racismo e com as dificuldades socioeconômicas vividas pelos países subdesenvolvidos, Arthur Ramos considerava ser necessária, junto com o programa contra o analfabetismo já implementado pela Unesco em colaboração com o governo brasileiro, uma atenção especial ao “estudo dos grupos negro e indígena para a tarefa de sua integração ao mundo moderno”. (MAIO, 1999, p.142)

O projeto UNESCO, de acordo com o sociólogo Marcos Chor Maio, pode ser definido da seguinte forma:

Um agente catalizador. Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular. (MAIO, 1999, p.142)

O projeto UNESCO foi realizado efetivamente entre 1951 e 1952 e patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. A escolha se devia principalmente pela imagem de democracia racial existente no Brasil. Para além da existência ou não de minorias desprivilegiadas no país, o projeto UNESCO pode ser considerado como um marco no que se refere às novas leituras sociológicas acerca da sociedade brasileira e suas especificidades.

O programa de estudos, que se convencionou denominar Projeto UNESCO, não apenas gerou um amplo e diversificado quadro das relações raciais no Brasil, mas também contribuiu para o surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista. (MAIO, 1999, p.141)

A importância do projeto não só marcou o pensamento sobre as relações raciais brasileiras, mas também possibilitou que os cientistas sociais brasileiros e estrangeiros

assumissem o desafio intelectual de não apenas tornar “inteligível o cenário racial brasileiro, mas também responder à recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade”. (MAIO, 1999, p.142)

Entre as múltiplas iniciativas implementadas pela UNESCO, cabe registrar especialmente a tentativa de se criar um conceito científico de raça que pudesse se contrapor às matrizes racialistas vigentes que levaram, em última instância, ao genocídio nazista. Para tanto, a UNESCO convocou, em dezembro de 1949, em Paris, um grupo de sociólogos, antropólogos, físicos e culturais entre os quais, Costa Pinto, Ashley Montagu, Lévi-Strauss, Juan Comas, Morris Ginsberg e outros (UNESCO, 1952).

Voltando a contribuição de Guerreiro Ramos sobre o tema, o parecer ficou a cargo de Darcy Ribeiro, que foi sucinto e favorável não só à aprovação da tese no Congresso, como também ao envio da tese ao governo brasileiro e à UNESCO.

#### **4.3 Teses não aprovadas no 1º Congresso do Negro Brasileiro**

Quatro teses propostas no Congresso não foram aprovadas, dentre elas estão: *Os Palmares* de José da Silva Oliveira, *Considerações a propósito do nível geral do preto no Brasil* de Edgar Theotônio Santana, *O problema do negro* de Onofre Francisco Eva e *Inutilidade dos Congressos* de José Bernardo da Silva.

As teses que não foram aprovadas não chegaram a ser apresentadas no Congresso. Elas foram enviadas à organização, avaliadas e rejeitadas antes que o evento se realizasse.

Os motivos que levaram à reprovação dessas teses não são iguais entre si. Por contarem com pareceristas distintos, vários motivos e conclusões levaram à não aceitação de algumas teses. A primeira tese recusada pelo Congresso foi a de Edgar Theotônio Santana, chamada *Considerações a propósito do nível geral do preto no Brasil*.

A tese de Edgar Theotônio Santana não sinaliza com clareza qual seria o objetivo específico de seu estudo, porém notamos que sua pesquisa está atrelada principalmente ao legado do período colonial e todo processo histórico vivenciado pelos negros no Brasil.

De acordo com Walfrido Moraes, o trabalho de Edgar Theotônio Santana era uma “contribuição louvável”, contudo não contava com “substância”. A falta de “substância” a que se refere Moraes se relaciona ao campo teórico. Para ele, a tese de

Santana seria um trabalho de mais “imaginação e devaneios” do que uma contribuição de pesquisa científica.

Mas a tese não tem substância. É relativamente longa, para um trabalho mais de imaginação e devaneio do que de pesquisas. No seu curso há uma série de subtítulos como sejam: “Liderança da Raça Branca”; “O Brasil”; “O português: o caldeamento”; “Preconceito de raça no Brasil”; “A influência dos estrangeiros no Brasil com relação aos negros”; e o conteúdo da moção propriamente dita que não se afirma, mas a começar pelo título é uma interrogação do autor. (MORAES apud NASCIMENTO,1967, p.285)

Walfrido Moraes também acrescenta que os diversos temas abordados não são aprofundados de maneira satisfatória, ocasionando uma tese que “não se aprofunda, não desce, não penetra, fica na superfície, ao que parece a minguia de elementos à mão para fundamenta-los”. (MORAES apud NASCIMENTO,1967, p.285)

Outra justificativa para a não-aprovação foi a de que a tese de Edgar Theotônio Santana estaria infringindo o regimento interno do Congresso. Principalmente a preposição do artigo 9º, que disserta sobre “moções ou quaisquer outras manifestações de apreço ou despreço, de congratulações, de solidariedade, etc., de caráter pessoal, partidário ou religioso”. Walfrido Moraes aponta que a tese contava com posturas que não seriam aceitas durante o Congresso, sejam elas realizadas nos debates ou nas teses apresentadas durante o evento.

Fala quase sempre de si mesmo e se confessa não ser cabotino e não viver mudando de partidos e não ser comunista, sendo esta profissão de fé democrática uma infração evidente ao artigo 9º do Regimento Interno deste congresso. (MORAES apud NASCIMENTO,1967, p.285)

Além do parecer de Walfrido Moraes, a tese também foi lida por mais dois pareceristas, José Bernardo da Silva e Sebastião Rodrigues Alves. Os dois seguindo a indicação de Moraes, optaram por endossar a não aprovação da contribuição no 1º Congresso do Negro Brasileiro.

A segunda tese de que temos informações de que foi reprovada é a de José da Silva Oliveira. A tese trazia o título de *Palmares*, que como se pode imaginar versava sobre a experiência quilombola da região de Alagoas. A reprovação da tese é justificada por Edison Carneiro. Segundo o intelectual, o trabalho de José da Silva Oliveira não poderia ser considerado como uma “tese”.

Carneiro critica principalmente os temas escolhidos pelo autor, pois os considera demasiado abrangentes. Para Carneiro, José da Silva Oliveira buscava dissertar ao



mesmo tempo sobre quilombos, revoltas de escravos e a experiência de Palmares, ignorando diversos fatos históricos.

O trabalho do Sr. José da Silva Oliveira não merece o nome de tese; o autor, em duas tiras de papel almaço, escritas à máquina, pretende estudar quilombos, revoltas de escravos e Palmares. A sua informação é nenhuma. Parece supor que as três coisas são uma só, isto é: que só houve quilombos nos Palmares e que Palmares foi a única revolta de escravos havida no país. A par disso, apesar do pequeno espaço de que dispunha, deu-se a divagações acerca do livre-arbítrio e da sociologia. (CARNEIRO apud NASCIMENTO, 1967, p. 379)

A reprovação da tese, assim como nos outros casos citados, também é endossada por outros intelectuais. Portanto, junto com Edison Carneiro estiveram Celso Alves Rosa e Jorge Prado Teixeira.

Outra tese reprovada trouxe para o centro uma grande crítica à própria realização do 1º Congresso do Negro Brasileiro. A tese de José Bernardo da Silva discute a inutilidade de tais eventos, bem como o “processo culturalista” que se pretendia fazer neles.

A respeito do que o autor compreendia como “processo culturalista”, não encontramos definições claras, mas observamos que em grande medida as críticas se centravam nos “estudiosos do problema negro”. Para Silva esses intelectuais seriam vaidosos, e apesar de reconhecerem todos os males que os negros haviam sofrido, davam tal processo como já encerrado. Logo, as produções realizadas nos eventos como o Congresso apenas “fornariam as prateleiras das livrarias, sem quaisquer outras circunstâncias úteis”. (SILVA apud NASCIMENTO, 1967, p.337)

A reprovação da tese é justificada por Aguinaldo Camargo, que afirma que a tese teria certo valor por seu esforço, contudo estaria contra a “força motriz” do Congresso. Camargo justifica a não aprovação da tese da seguinte forma:

Acreditamos na boa intenção do autor da tese e não deixamos de registrar o seu esforço e sua atenção para com este Congresso; mas como o próprio autor diz tudo isto já está superado pelos estudiosos do problema do negro. E assim, sendo, a sua contribuição carece de aspecto informativo, digo histórico ou científico, pra ficar somente no terreno cândido do lirismo informativo como um sabor de coisa já vencida. (SILVA apud NASCIMENTO, 1967, p.337)

A última tese não aceita no 1º Congresso do Negro Brasileiro foi a de Onofre Francisco Eva, chamada *O problema do negro*. Contudo não encontramos o parecer acerca da tese e os motivos de sua não aceitação no Congresso.

Acreditamos que as razões que levaram tais teses a não serem aceitas no Congresso se assemelham em grande parte pelo caráter metodológico e teórico propriamente dito. As críticas, grosso modo, giraram em torno da falta de aprofundamento dos temas, suas fontes de pesquisa e também seu formato acadêmico.

#### **4.4 Teses que seriam publicadas na obra *Negritude Polêmica***

Como vimos, a obra que viria a ser publicada posteriormente seria chamada de *Negritude Polêmica*, e contaria com as seguintes teses apresentadas no Congresso: *Origem de um jogo popular* de Veríssimo de Melo, *Influência da língua negra na língua portuguesa* de Celso Alves Rosa, *Axé de varas* Carlos Galvão Krebs, *Escultura de origem negra no Brasil* de Mário Barata, *Música Folclórica* de Darci Ribeiro, *Beleza Racial do negro* de Luiz Alípio de Barros, *Substituição na “Feitura do Santo”* de Carlos Galvão Krebs, *Estética da Negritude* de Ironides Rodrigues, *Sonho de negros* de Roger Bastide, e *Música Negra* de Rosa Gomes de Souza.

Como já afirmamos neste trabalho, a documentação que reunia as teses que seriam publicadas neste volume foi de alguma forma extraviada. De fato, as teses e seus autores constam na programação do evento, bem como nas notícias sobre o Congresso, porém não temos seus escritos para consultar de forma aprofundada seus conteúdos. Todavia, a partir dos debates que se centraram principalmente pelo conceito de negritude que encontramos, e até mesmo a proposta deste “novo” volume, nos indicam que as teses escolhidas se relacionam em alguma escala.

Observamos que as teses que integrariam a obra *Negritude Polêmica* estão relacionadas a um aspecto cultural, no sentido amplo do termo. Nesse aspecto, encontramos temas que dialogam com expressões artísticas, como música, jogos populares, esculturas. Estes foram elementos encontrados principalmente nas teses de Veríssimo de Melo, Mário Barata, Darci Ribeiro e Rosa Gomes de Souza.

Os autores deste grupo, apesar de se aproximarem pelos temas elaborados, se distinguem especialmente por suas trajetórias intelectuais. Mário Barata, por exemplo, pode ser apontado como um dos nomes mais importantes do campo artístico; o historiador lecionou a disciplina de história da arte em diversas universidades da cidade do Rio de Janeiro, e também trabalhou como crítico de arte<sup>108</sup>.

---

<sup>108</sup> <http://www.abi.org.br/mario-barata-um-depoimento-pessoal/>. Acesso em 05 de abril de 2018.

Sua tese versava sobre a importância dos estudos que diferenciavam peças de esculturas que teriam sido trazidas da África e as feitas aqui por africanos e seus descendentes. O autor também buscava dialogar a respeito da importação de esculturas africanas para o Brasil. (SALUM, 2017, p.172)

Outro intelectual que nos chama atenção nesse grupo, assim como sua presença no 1º Congresso do Negro Brasileiro, foi Darcy Ribeiro. O intelectual contava com certo destaque e prestígio social, principalmente dentro da sociologia brasileira. Sua presença no 1º Congresso do Negro Brasileiro foi expressiva, na medida em que indica, que o Teatro Experimental do Negro e conseqüentemente seus eventos, estavam alcançando cada vez mais intelectuais interessados nas discussões do grupo. Logo, consideramos que não destacar a figura de Darcy Ribeiro seria errôneo, devido à sua expressividade dentro dos estudos sociológicos brasileiros.

Darcy Ribeiro nasceu em Minas Gerais. Sua carreira iniciou-se na Faculdade de Medicina em Belo Horizonte em 1939, por vontade de sua mãe. Porém, através da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, onde cursou uma especialização em etnologia, Darcy Ribeiro seria marcado pelo ambiente intelectual e a militância do Partido Comunista. (BOMERY, 2009, p.341)

Unindo seu interesse etnológico e a aproximação com o etnólogo Herbert Baldus<sup>109</sup>, Darcy Ribeiro passou a integrar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), fato que o levou a passar períodos em comunidades indígenas, como os Kadiwéus no Mato Grosso e os Urubu-Kaapor na floresta Amazônica.

Para Bomery a paixão de Darcy Ribeiro pelos índios “nunca arrefeceu, ela foi ampliada por outra de igual vigor: a paixão pela política”. (BOMERY, 2009, p.342) Outra “paixão” de Darcy Ribeiro também foi a educação, seus estudos na área são notáveis para o campo educacional até os dias atuais.

Leitor voraz, o intelectual engajado pretendia o talento de ler o Brasil. Apesar da profunda desconfiança que, em muitas passagens, manifestou a respeito da comunidade e do trabalho acadêmicos, foi capturado, ele mesmo, pela convicção de que teorizar sobre o Brasil era o passo necessário para redimir o país de seus males de origem, e quem sabe protege-lo de desgraças e descaminhos futuros.

---

<sup>109</sup>Herbert Baldus foi um antropólogo de origem alemã e brasileira. Seu trabalho sempre esteve relacionado ao Brasil e à política indigenista comprometida com a preservação das etnias indígenas. Para saber mais consultar o artigo *Herbert Baldus: vida e obra — Introdução ao indigenismo de um americanista teuto-brasileiro* de Orlando Sampaio-Silva. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/108995>. Acesso em 20 de março de 2018.

Intelectualizar sim, desde que não “descompromissadamente” – parece ser a nota central de sua postulação. (BOMERY, 2009, p.341)

Contudo, a tese apresentada ao 1º Congresso do Negro Brasileiro por Darcy Ribeiro não se relacionava aos dois temas caros ao autor. Na verdade, durante o evento, Darcy Ribeiro não apresentou uma tese propriamente dita, no que se refere ao formato, e sim uma contribuição de que não encontramos registros.

Não obstante, acreditamos que em *Música Folclórica*, Darcy Ribeiro pode ter se aproximado de trabalhos já apresentados em outros eventos, de outros autores, que relacionavam a música e sua produção aos traços culturais dos negros e à influência africana. Contudo, estas são apenas especulações acerca do conteúdo.

A tese de Rosa Gomes de Souza, lida por Aníbal de Souza, também versa sobre esse universo musical. Isto é aparente, também, pelo título *Música Negra*, que deixa transparecer a aproximação histórica da música africana interligada história da música brasileira. Todavia, não encontramos mais informações sobre a autora, ou detalhes acerca do conteúdo da pesquisa.

Voltando à figura de intelectuais como Darcy Ribeiro, a socióloga Helena Bomeny define que tais personagens podem ser entendidos como intelectuais públicos, que em geral se interessam principalmente pelos “destinos nacionais e populares” do Brasil. (BOMENY, 2009, p. 109) Nesse sentido, podemos colocá-lo entre os diversos autores que são conhecidos e considerados como “intérpretes do Brasil”, categoria essa que acaba por formar uma espécie de “panteão” de autores considerados clássicos, e de extrema relevância para as ciências sociais brasileiras.

Nessa perspectiva, o professor Carlos Brandão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também coordenador do site *Intérpretes do Brasil*,<sup>110</sup> financiado pelo Projeto Cátedras IPEA/CAPES, afirma que a categoria de “intérpretes do Brasil” é definida a partir da originalidade dos autores, como também pela busca desses intelectuais em compreender o Brasil e suas especificidades<sup>110</sup>.

A originalidade, seus amplos escopos de análise e a argúcia desses grandes pensadores nacionais os tornaram eternamente atuais para quem busca compreender seriamente o Brasil. São clássicos que formularam as perguntas fundamentais acerca da construção da nação e do desenvolvimento da civilização brasileiras<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup> Disponível em: <http://www.interpretesdobrasil.org/>. Acesso em 20 de março de 2018.

<sup>111</sup> Ibidem.

O perfil de Veríssimo de Melo também dialoga com os apontamentos realizados aqui. O carioca iniciou seus estudos com um professor particular, pago por sua família, e mais tarde estudou no Liceu Nacional. Em 1891 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde só ficou um ano, pois no ano seguinte mudou-se para a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais da cidade do Rio de Janeiro, formando-se em 1894<sup>112</sup>. O intelectual, apesar de sua formação, é sempre apontado como um folclorista que se interessava pelos estudos etnológicos e sociológicos.

O registro cultural feito por Veríssimo de Melo foi profundo e abrangente. Seus estudos deram subsídios para a formação de uma contingência histórica sobre o passado potiguar; no meio dos arquivos oficiais, encontrou documentos inéditos que se tornaram conhecidos por todos. A sua produção cultural o pôs ao lado de nomes locais como Luís da Câmara Cascudo, Olavo Medeiros Filho, Tavares de Lira, Eloy de Souza, Manuel Dantas, Ticiano Duarte, e nacionais como Gilberto Freyre, José Américo de Almeida, Nelson Saldanha, e Mário de Andrade. (Tribuna do Norte, 20/08/2011)

Como dissemos a cultura e sua relação com o que viria ser entendido como negritude no TEN trazem também a forte presença de estudos dedicados às religiões de matrizes africanas e seus costumes. Nesse caminho temos duas teses de Carlos Galvão Krebs. Seguindo a escola de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, o autor apresentou as seguintes teses: *Axé de varas* e *Substituição na "Feitura do Santo"*. Dentro dessa mesma temática, Edison Carneiro apresentou *Iemanjá e a mãe d'água*, trabalho que versava sobre a origem do orixá e sua relação com o mito da mãe-d'água<sup>113</sup>.

A temática religiosa não só sempre esteve presente nos congressos realizados durante a década de 30, como também é uma parte relevante no temário do 1º Congresso do Negro Brasileiro. Assim como os estudos linguísticos a respeito de nosso idioma e suas influências africanas constam nas temáticas descritas em 1949, uma tese a esse respeito é de Celso Alves Rosa, intitulada *Influência da língua negra na língua portuguesa*.

Além das teses que integrariam a obra *Negritude Polêmica*, outras teses também foram extraviadas, e não encontramos informações a seu respeito. Entre elas estão *A influência Bantu no idioma do Brasil* de Paranhos Antunes, *Sonho de negros* de Roger Bastide, *O Quilombo da Carlota* de Edison Carneiro, *Escravidão e abolicionismo em*

---

<sup>112</sup>Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MELO,%20Ver%C3%ADSSIMO%20de.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2018.

<sup>113</sup> Mãe-d'água ou Iara é uma entidade do folclore brasileiro. Sua origem e história compreende diversas versões sobre influências da cultura européia e africana. Pode ser conhecida como uma sereia que enfeitiça os homens facilmente por ter a metade superior de seu corpo com formato de uma linda mulher.

São Paulo de Oraci Nogueira, *Apreciação da raça negra pelo Positivismo* de Venâncio F. Veiga, *Escravidão e Abolição em areias* de Luiz Pinto, *História do Nagô – Pátria dos Cambindos* de Aníbal Souza, *Negros deformados* de Domingos Vieira Filho, *Posição do escravo na sociedade brasileira* de Amauri Porto, *Fundamentos filosóficos do Direito Africano* de Aníbal Souza e a *Instituto Nacional do Negro e relações com a África* de Aldemário Sanziel, que foi retirada pelo próprio autor (NASCIMENTO, 1982, p. 129)

Contudo, algumas teses deixaram informações que nos permitem conhecer seu conteúdo, mesmo que de maneira breve. A primeira, por exemplo, é a segunda tese de Edison Carneiro, *O Quilombo da Carlota*. Este trabalho de Edison Carneiro merece certo destaque, por ter recebido um “voto de louvor” pelo Congresso. Sobre tal contribuição, temos apenas o parecer e a discussão sobre a aprovação do trabalho.

O parecer de Roger Bastide sobre a tese de Edison Carneiro contém apenas um parágrafo. Porém, em poucas linhas, diversos elogios são tecidos ao autor da tese. Para Bastide o “valioso trabalho” merecia aplausos por contribuir para a história dos quilombos; por esse motivo o parecerista sugere a publicação do trabalho em um livro. A sugestão de Roger Bastide, e de outros intelectuais presentes fez com que a tese de Carneiro fosse aprovada por unanimidade com “voto de louvor”. (BASTIDE apud NASCIMENTO, 1967, p. 277)

Talvez o Congresso pudesse manifestar aqui o desejo de que um dia o Prof. Edison Carneiro escreva um livro sobre o assunto. A tese demonstra a utilidade do quilombo, pois o amor à liberdade nos antigos escravos provocou a penetração colonizadora em São Paulo. É um trabalho de coordenação de ideias, enfim um grande trabalho em favor da civilização. (BASTIDE apud NASCIMENTO, 1967, p.277)

O tema de Carneiro tratava do Quilombo da Carlota<sup>114</sup>, localizado nas margens do Rio Rio Quariterê (também chamado de Rio do Piolho) no estado do Mato Grosso. A história de resistência do quilombo chama atenção por suas especificidades, principalmente no que diz respeito à sua organização política, já que a forma de governo adotada foi a realeza. (BANDEIRA, 1988, p.118).

Na organização política residia a especificidade do quilombo Quariterê, que nisso se distinguia de Palmares e dos quilombos do Ambrósio e de Campo Grande. A forma de governo adotada foi a realeza. Havia rei, mas à época da primeira destruição era governado por uma preta viúva, a Rainha Teresa [de Benguela], assistida por uma

---

<sup>114</sup> O Quilombo da Carlota pode ser conhecido por outros nomes, como: Quilombo do Piolho ou Quilombo do Quariterê. Para saber mais, consultar: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/GT48Fatima.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2018.

espécie de parlamentar, com capitão mor e conselheiro. A alcunha do conselheiro da rainha, José Piolho, transformou-se em uma das designações do quilombo. Nos quilombos de Alagoas e de Minas Gerais, a chefia era masculina e não assumia o caráter de reinado formal, como no quilombo de Vila Bela. (BANDEIRA, 1988, p.118).

A presença de teses que discutiam a história e o legado dos quilombos é frequente, não só no 1º Congresso do Negro Brasileiro, como em todos os eventos que foram destacados ao longo da dissertação. Essa presença estava tanto dentro do movimento negro, que elegeu o quilombo como um símbolo de luta, como nos trabalhos dos estudiosos do tema, que destacavam a experiência desses espaços e sua relevância para a compreensão da história do negro no Brasil.

A última tese deste grupo é a de Venâncio F. Veiga. Na tese *Apreciação da raça negra pelo Positivismo*, Veiga teve por objetivo demonstrar como o positivismo contribuiu para a abolição. Uma dessas contribuições, por exemplo, seria a “vulgarização das memórias do Patriarca da Independência, José Bonifácio”. Em diversos trechos da tese encontramos frases de José Bonifácio acerca do fim da escravidão, comprovando as afirmações do autor.

A tese de Veiga contou com diversas críticas do relator Orlando Aragão, principalmente a respeito da falta de caráter científico do trabalho sobre o positivismo, o que quase levou o trabalho não ser aceito. Todavia, no debate realizado sobre a tese, a mesa decidiu aceitar o trabalho. Quem dissertou sobre esse entrave foi Edison Carneiro, que admite que o relator pudesse ter se enganado em sua análise.

Acho que o relator não foi muito feliz no seu parecer. Realmente as teorias de nossos tempos estão, senão em contradição, pelo menos em luta com as teorias positivistas. Mas sem dúvida, o positivismo teve uma posição de vanguarda naqueles tempos, preparando, desse modo, as ideias com que hoje enfrentamos os problemas. [...] O trabalho do Prof. Venâncio Veiga, sobre a participação do positivismo no movimento abolicionista, vem mostrar que as memórias de José Bonifácio influíram em todas as organizações feitas nesse sentido. (VEIGA apud NASCIMENTO, 1967, p.304)

#### **4.5 A negritude de Ironides Rodrigues, os “homens de ciência” e o Teatro Experimental do Negro**

Mesmo com um grande número de teses presentes durante o 1º Congresso do Negro Brasileiro, uma tese em especial nos chama atenção, por sua repercussão e os debates gerados em torno de si. *Estética da Negritude*, de Ironides Rodrigues, causou diversas disputas ideológicas dentro do evento, bem como gerou “rompimentos intelectuais” para o TEN.

Por uma infelicidade, a tese de Ironides Rodrigues também faz parte das teses extraviadas do 1º Congresso do Negro Brasileiro. Devido à sua importância, é lamentável que não tenhamos a oportunidade de elencar com exatidão o que havia em seus escritos. Contudo, a partir das discussões que envolvem a tese, e da própria produção de Ironides Rodrigues, podemos destacar alguns pontos sobre o conceito de negritude, e sua presença no Brasil.

Antes de abordarmos a tese de Rodrigues especificamente, faz-se necessário que compreendamos o conceito de negritude<sup>115</sup>, pois ele forma-se de maneira múltipla e com distintos significados ao longo do tempo e do lugar em que está.

De acordo com o historiador Petrônio Domingues (2005), pode-se atribuir ao conceito de negritude três sentidos iniciais: o político, o ideológico e o cultural. O sentido político se coloca a serviço do movimento negro, e serve de subsídio para a reivindicação de direitos e políticas afirmativas; o sentido ideológico está relacionado ao processo de aquisição de uma consciência racial, ou seja, a percepção de um pertencimento a determinado grupo, com uma experiência específica histórica dos negros<sup>116</sup>; já o sentido cultural proporcionou a valorização de toda manifestação cultural de matriz africana. (DOMINGUES, 2005, p. 26)

Ainda segundo Domingues (2005), o conceito precisa ser compreendido à luz dos diversos contextos históricos em que esteve inserido, devido à sua amplitude presente em diferentes territórios da diáspora negra e da África.

Seu início pode ser apontado a partir da década de 1930, fora do continente africano, proveniente da diáspora. O desenvolvimento do movimento passou pelos Estados Unidos, Antilhas, Europa, França e Américas até chegar à África negra, em um período em que as ideias pan-africanistas encontravam solo fértil entre os intelectuais diaspóricos. Esses intelectuais também inspiraram-se, principalmente, no sociólogo W. E. B. Du Bois, mencionado em geral como um dos percussores do conceito de negritude.

Pelo fato de Du Bois ser uma das primeiras lideranças a adotar com veemência um discurso de orgulho racial e de volta às origens negras é considerado da mesma maneira, o pai simbólico do movimento de

---

<sup>115</sup> Quando nos referirmos ao movimento da Negritude utilizaremos a palavra com letra maiúscula, pois as ideias presentes no movimento têm lugar específico, caráter intelectual e participação de produção acadêmica. Quando utilizarmos negritude com letra minúscula estaremos nos referindo ao conceito plural que ganhou inúmeras definições ao longo da história.

<sup>116</sup> O conceito de consciência racial também é amplo e dinâmico, e sempre está em constante diálogo e aproximação com o movimento da negritude, assim como o movimento negro atual e suas pautas políticas.



tomada de consciência de ser negro, embora o termo negritude tenha sido cunhado somente anos mais tarde. (DOMINGUES, 2005, p.25)

Assim, o termo negritude em si só foi cunhado em 1939 pelo francês Aimé Césaire no poema *Cahier d'un Retour au Pays Natal* (Caderno de um regresso ao país natal), publicado em Paris. O termo perscruta opor-se ao caráter pejorativo da palavra francesa *nègre*, dando-lhe um novo significado positivo e de orgulho racial. Podemos constatar isto a partir de uma entrevista de Césaire, em que o mesmo afirma que sua intenção era de “não se envergonhar de ser negro, e fazer dessa preposição uma reação”. (DESPESTRE, 1977, p. 337)

Como los antilhanos se avergonzaban de ser negros, buscaban toda clase de perífrasis para designar a un negro. Se hablaba de `hombre de piel curtida` y otras estupideces por el estilo... y entonces adoptamos la palabra nègre como palabra-desafío. Era éste un nombre de desafío. Era un poco de reacción de joven en cólera. Ya que se avergonzaban de la palabra nègre, pues bien, nosotros emplearíamos nègre. Debo decir que cuando fundamos L'Étudiant noir yo quería em realidad llamarlo L'Étudiant nègre, pero hubo gran resistencia en los medios antilhanos... Algunos consideraban que la palabra nègre resultaba demasiado ofensiva: por ello me tomé la libertad de hablar de negritud (négritude). Havía en nosotros una voluntad de desafío, una violenta afirmación en la palabra nègre y em la palabra négritude". (DESPESTRE, 1977, p. 337)

Podemos considerar Paris, portanto, como um pólo do movimento da Negritude, devido às relações travadas a partir dos poemas da revista *L'Étudiant Noir* (o Estudante Negro) e entre os então estudantes negros estrangeiros Aimé Césaire (Martinica), Léon Damas (Guiana Francesa) e Léopold Sédar Senghor (Senegal).

Segundo Domingues (2005), o acesso desses estudantes as universidades francesas, era resultado da formação de uma pequena burguesia negra durante o período de colonização. Formada essencialmente por africanos que eram funcionários da colônia, trabalhadores especializados, comerciantes e profissionais liberais, que conseguiam obter “algum tipo” de presença em espaços que eram destinados aos brancos.

A assimilação de valores como hábitos, roupas, comidas e comportamentos, era nesse sentido central para uma aproximação do nível de vida desfrutado pelos brancos. Contudo, mesmo com todo esforço do negro em assimilar todos os aspectos culturais do colonizador, ao chegar às grandes metrópoles e estar entre os alunos de grandes universidades, continuava sendo considerado inferior por sua raça. Frantz Fanon

sintetiza esse ressentimento, ao afirmar que o negro “descobre-se, de repente, rejeitado por uma civilização que ele, no entanto, assimilou.” (FANON, 2008, p. 90).

Domingues (2005), por sua vez, relaciona esse “ressentimento” à criação do movimento da Negritude. O movimento foi baseado nos ideais de orgulho racial, negação da assimilação da cultura europeia e o resgate de valores simbólicos/culturais de matriz africana. Tais elementos juntos entrelaçavam-se em forma de resposta a esse sentimento de marginalização e frustração, advindo do racismo.

O movimento, portanto, em seu início pretendia denunciar o racismo e a colonização, porém também ia além da intenção política. O caráter literário era o maior expoente da organização, onde se manifestava a vontade de restaurar o orgulho de ser negro e exprimir a realidade de uma vasta comunidade. (M'BOKOLO, 2004, p.478)

Pretendia-se, portanto, proferir um orgulho racial, negando toda e qualquer alienação do negro. Para isso haveria a tendência de se afastar de padrões de comportamento, crenças, instituições e valores transmitidos coletivamente pela influência europeia. No lugar disso, se fazia um movimento contrário, em direção a valores e símbolos culturais de matriz africana, que enaltescessem a “raça negra”.

É necessário apontar que, mesmo nascendo como um movimento literário e artístico, a negritude tomou força e expandiu-se para ir contra a ordem colonial e a luta pela emancipação política dos africanos. (DOMINGUES, 2005, p.31) Essa fase pode ser percebida como uma fase militante e ativa nos processos políticos, e se deu após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tanto na diáspora negra como nos países africanos que lutavam pela libertação.

De acordo com Elikia M'Bokolo (2004), a Segunda Guerra deteriorou a imagem da supremacia dos brancos e seu sistema colonial, assim como suprimiu as esperanças dos africanos em negociar a sua lealdade durante a guerra para obter igualdade. Destarte, esse período pode ser entendido como um momento de aceleração das reivindicações africanas e de ascensão dos movimentos de libertação.

Ao lado do movimento da Negritude, e dos processos de libertação africanos, não podemos deixar de apontar a importância do pan-africanismo como um movimento político que, a partir também do fim da Primeira Guerra Mundial, indagou uma evocação de consciência política africana contra o colonialismo.

O pan-africanismo, como movimento de contestação, também nasce na diáspora negra, e conta com diversos aspectos característicos, de acordo com seus contextos históricos. A relação com a diáspora também dialoga em si com “as experiências

psicológicas e sociais de onde nasceram os movimentos de protesto para a libertação dos negros e seus descendentes”. (HARRIS, 2010, p. 850) Para P. Olisanwuche Esedebe, os primórdios do pan-africanismo podem ser definidos como:

Um movimento político e cultural que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos de além-fronteiras como um único conjunto, e cujo objetivo consiste em regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações do mundo africano. (ESEDEBE, 1980, p.14)

Buscando a unidade africana e a luta pelo resgate de sua história, o pan-africanismo levantou a bandeira de liberdade da África, assim como a afirmação da soberania do continente e o nacionalismo étnico, exaltando tudo que era e vinha dos negros. (M'BOKOLO, 2004, p. 476) Nomes como o do jamaicano Marcus Garvey<sup>117</sup> e do americano William E. B. Du Bois<sup>118</sup>, apesar de suas divergências, são importantes personagens na construção e expansão do pan-africanismo através tanto do meio cultural, quanto do político.

As concepções de negritude são atravessadas por diversas características e afirmações, como já mencionamos anteriormente, e mesmo entre seus expoentes haveriam diferenças no que diz respeito à conceituação. Domingues (2005) observa que, para Aimé Césaire, a negritude “é simplesmente o ato de assumir ser negro e ser consciente de uma identidade, história e cultura específica”. (DOMINGUES, 2005, p.30)

Já para o poeta senegalês Léopold Sédar Senghor, “existe uma “alma negra”, inerente à estrutura psicológica do africano. A “alma negra” teria uma natureza emotiva em detrimento à racionalidade do branco”. (DOMINGUES, 2005, p.30). É preciso destacar aqui que a concepção de negritude de Senghor, por exemplo, se modificará ao longo de sua trajetória, principalmente em sua fase enquanto presidente do Senegal.

---

<sup>117</sup> Marcus Mosiah Garvey nasceu na Jamaica em 1887, e posteriormente mudou-se para Londres. Foi ao longo de sua vida comunicador, empresário e ativista pelos negros. Garvey também criou em 1914 a associação Universal Negro Improvement Association (UNIA), que tinha como lema “One God! One Aim! One Destiny!”, em português “Um Deus! Uma aspiração! Um destino!”. Garvey liderou o movimento mais amplo de descendentes africanos, e é lembrado como o principal idealista do movimento “de volta para a África”. Todavia, a trajetória de Marcus Garvey ainda não é amplamente discutida, quando comparada a outros personagens expressivos da história negra. Disponível em: <http://historiadorpensante.blogspot.com.br/2013/05/marcus-garvey-o-idealista-do-movimento.html>. Acesso em 05 de abril de 2018.

<sup>118</sup> William Edward Burghardt Du Bois (1868 – 1963) foi um sociólogo, historiador, ativista, autor e editor estadunidense, nascido no interior do estado de Massachusetts. Após graduar-se em Harvard, onde se tornou o primeiro afro-americano a obter um doutorado, se tornou professor de história, sociologia e economia na Universidade de Atlanta. Du Bois foi um dos fundadores da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP) em 1909. Para saber mais, consultar: <https://www.geledes.org.br/du-bois-e-o-pan-africanismo/>. Acesso em 05 de abril de 2018.

A princípio Senghor, definia a negritude atrelada a um campo místico, relacionado com a natureza e o contato com a terra, juntamente às noções de africanidade e ancestralidade; já a partir de 1940 procurou evitar com frequência a afirmação da negritude em seus discursos políticos, preferindo afirmar-se como um *nègre nouveau*. Segundo Durão, “foi preciso abandonar um pouco a divulgação do conceito, para que Senghor pudesse investir no campo político” (DURÃO, 2016, p.45). O “regresso”, a afirmação da negritude, ocorrerá entre as décadas 1960 e 1970, mas como uma nova definição, dessa vez muito mais próxima aos escritos de seu companheiro Aimé Césaire. (DURÃO, 2016, p. 46)

A trajetória da negritude enquanto conceito opera em diversos contextos, como vimos<sup>119</sup>. A palavra negritude no Brasil, portanto, também pode elencar distintos significados, antes de influências estrangeiras adentrarem nas concepções intelectuais de diversos autores. Em outras palavras, a palavra negritude no Brasil por muito tempo também pode ser compreendida a partir de suas conotações pejorativas.

De acordo com Gilca Ribeiro dos Santos, a negritude também era uma categoria social, designada para os negros e sua situação de subalternidade. Para Santos, só se podia “escapar da negritude” por meio da melhoria do nível educacional, cultural, classe social. (SANTOS, 2013, p.27) Porém, esse aspecto estará distante dos escritos de Ironides Rodrigues.

O intelectual que integrava a área educacional do Teatro Experimental, desde seu início, era um leitor ávido e sabia ler em francês. Tal fato já nos indica sua possível relação com os escritos do movimento da Negritude francês.

Sua preocupação básica era afirmar o valor intelectual e artístico dos negros, assim como estabelecer em bases científicas a existência de cultura na África. Leitor do francês, Ironides será um dos principais responsáveis pela divulgação no meio negro brasileiro, do pensamento da negritude francesa, assim como dos escritores da Harlem Renaissance. Já em 1946, apoiando-se na autoridade de Frobenius (que, provavelmente, conheceu por meio da leitura de Arthur Ramos) afirmava a existência de civilizações africanas, refutando, nominalmente, a opinião de Sílvio Romero. Sempre preocupado em contrapor-se àqueles que julgavam os negros intelectuais afro-brasileiros de sua geração inferiores, fazia questão de citar: Raimundo Souza Dantas, Aguinaldo Camargo, Abdias do Nascimento, Lino Guedes e Solano Trindade. (SANTOS, 2013, p.51)

---

<sup>119</sup> O contato do Brasil com os ideais da negritude pode ser percebido desde a Frente Negra Brasileira – FNB – na década de 1930, movimento que, de acordo com Amauri Mendes Pereira (2008), pode ser considerado como um primeiro impulso do movimento negro no Brasil. Todavia, a influência do movimento da Negritude francês só ganhou destaque no Brasil durante o segundo impulso destacado ainda por Pereira: o Teatro Experimental do Negro.

A cultura era determinante para Ironides Rodrigues, que buscava sempre se afastar do alinhamento político, muitas vezes proposto dentro do TEN. Para ele, era necessário que os “líderes conduzam o povo negro do Brasil pelo caminho certo de sua valorização, não permitindo que exploradores o levem à política partidária que somente interessa aos brancos gananciosos de poder.” (Diário Trabalhista, 20/01/1946)

No final dos anos 40, em seu artigo A “Estética da Negritude”, Rodrigues (1950) iniciava um discussão acerca do reconhecimento de uma identidade negra, presente nas aulas de alfabetização, pautadas no combate ao racismo e ao preconceito. Desejava despertar em seus alunos a percepção de que o mito da “democracia racial”, ancorado na valorização do mestiço, configurava-se em obstáculo para a emergência do negro na sociedade brasileira, como construtor do patrimônio cultural do Brasil. (SANTOS, 2013, p.76)

A partir de Santos, percebemos que Ironides Rodrigues se utilizava de sua experiência em sala de aula, no curso de alfabetização, para denunciar o processo do colonialismo e a afirmação do padrão de beleza branca. Logo, esse processo questionador volta-se para o autoreconhecimento de uma identidade negra, e esta identidade se processava e se construía, também, no plano da estética. (SANTOS, 2013, p.76)

A estética, como instrumento de busca de uma identidade negra, consistiu numa das grandes propostas pedagógicas de Ironides, cujo objetivo era quebrar o estigma construído, socialmente, em torno da imagem do (a) negro(a), mostrando sua beleza e intelectualidade. Os alunos do Curso de Alfabetização do TEN eram trabalhadores ou desempregados. (SANTOS, 2013, p.76)

Nesse momento, é importante relembrar que em meio a diversas facetas de atuação do TEN, a negritude, em algum sentido, já perpassava a maioria das ações realizadas, principalmente o jornal *Quilombo*.

Em suas peças e em seus artigos, o Teatro Experimental do Negro e o jornal *Quilombo*, respectivamente, procurarão trazer essas raízes e heranças culturais à luz do dia, bem como exporão as experiências de humilhação e preconceito, conferindo-lhes o significado que a psicanálise lhes dava, ou seja, de responsáveis pela estruturação da personalidade dos seres humanos maduros. Nesse sentido, o jornal exalava negritude. Na verdade, o jornal foi o responsável pela formação de uma **negritude brasileira e nacionalista**, como muito bem salientou Bastide. (GUIMARÃES, 2004, p. 36, grifo nosso)

Convém destacarmos que ao entendermos o Teatro Experimental do Negro como responsável por uma “negritude brasileira e nacionalista”, não podemos deixar de destacar que não deixava de ser, de certa forma, uma contradição. Uma vez que, a

negritude, em certa medida, estava mais condicionada à identidade negra, e não a uma identidade nacional de um país.

Ainda sobre tese, encontramos mais indicações sobre seu conteúdo no livro *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raça numa Sociedade em Mudança*, de Costa Pinto. Na obra o autor tece algumas observações sobre a tese perdida de Ironides Rodrigues.

Na tese de Ironides Rodrigues, apresentada ao Congresso do Negro, o problema da negritude é abordado do ponto de vista particular da estética. **E essa aplicação consiste em afirmar que o negro, em consequência de atributos específicos de raça, tem uma sensibilidade hiperdesenvolvida, que o predestina à música, à poesia, à literatura, ao canto, em suma, às artes.** (COSTA PINTO, 1953, p. 27, grifo nosso)

É interessante pensar que as ideias a respeito dos “atributos específicos da raça”, de certa forma, acabam por reiterar preconceitos relativos à suposta irracionalidade do negro e sua ligação ao emocional.

Notamos que a compreensão de negritude apontada por Costa Pinto, a respeito da tese de Ironides Rodrigues, está muito próxima das percepções defendidas pelo senegalês Léopold Sédar Senghor. Tanto Senghor, quanto Rodrigues centravam-se no aspecto artístico e emocional do negro, juntamente à sua ligação ao continente africano.

Sobre a presença da negritude no jornal *Quilombo*, e sua a relação com o TEN, na edição de nº 10, publicada em julho de 1950 (data anterior à realização do 1º Congresso do Negro Brasileiro), Guerreiro Ramos define o conceito sob a ótica do grupo.

Através do artigo *Apresentação da Negritude*, o autor define como o TEN entendia a negritude, e qual seria sua principal contribuição para a luta antirracista no Brasil. Nas palavras do autor, a negritude não teria um aspecto de “ódio” ou “cisma”, mas seria uma “subjetividade” presente na cultura brasileira.

A negritude não é um fermento de ódio. Não é um cisma. É uma subjetividade. Uma vivência. Um elemento passional que se acha inserido nas categorias clássicas da sociedade brasileira e que as enriquece de substância humana. Humana, demasiadamente humana é a cultura brasileira, por isto que, sem desintegrar-se, absorve as idiosincrasias espirituais as mais variadas. E até compõe com elas a sua vocação ecumênica a sua índole compreensiva e tolerante. A cultura brasileira é assim essencialmente católica, no sentido de que nada do que é humano lhe é estranho. (Quilombo, junho-julho de 1950)

A posição de Guerreiro Ramos reflete a tentativa de aproximar o suposto aspecto nacional e democrático da negritude. Em outras palavras, Ramos afirma que a negritude não buscava romper com nossa brasilidade. (DOMINGUES, 2013, p.176) Para além desse propósito, Domingues também destaca que havia outras razões para se definir a negritude desta forma dentro do TEN.

Todavia, é provável que, concomitantemente, ela respondia a razões ainda mais pragmáticas. Isso porque, em 1950, quando Guerreiro escreve este artigo, é o ano em que Gilberto Freyre estreitava seus laços com o teatro negro, participando de uma conferência em homenagem da coreógrafa e antropóloga estadunidense Katherine Dunham. [...] Neste contexto, ao trazer uma imagem freyriana da negritude, destacando-a como uma subjetividade nacional, humana, sincretizada pela índole democrática da cultura brasileira, Guerreiro revela sua disposição em aproximar os laços intelectuais e políticos entre a liderança do TEN e o famoso escritor e político recifense. (DOMINGUES, 2013, p.176)

Essa ideia também é trada por Elisa Nascimento. De acordo com ela, o TEN contava com uma especificidade no que se referia à negritude. A negritude afirmada pelo TEN não se resumia apenas à transposição dos ideais franceses, mas os colocava e adaptava ao contexto brasileiro vivenciado pelos negros. (NASCIMENTO, 2014, p.188)

O TEN manteve diálogo e intercâmbio com os intelectuais da Negritude, assumindo uma solidariedade fundada na semelhança e não na imitação, pois, como afirmava Abdias Nascimento, o racismo brasileiro “é secular e autóctone; de pura cepa lusitana”. A negritude no Brasil seria uma trincheira de luta, ligada à acepção internacional do mundo africano – continente e diáspora, embora não se utilizasse esse termo naquela época –, guardando características e desenvolvendo considerações específicas à realidade do país. (NASCIMENTO, 2014, p.155)

O debate posto em questão, portanto, através da tese de Ironides Rodrigues, deixava em evidência valores e características já presentes nas ações realizadas pelo TEN. Para Domingues:

Quando o grupo surgiu, a negritude passou a ser a ideologia mais geral, que imprimiu um sentido para o pensamento e as ações dos ativistas. Para o TEN, mais do que um sistema de ideias, negritude era uma filosofia de vida, uma bandeira de luta de forte conteúdo emocional e mítico, capaz de mobilizar o negro brasileiro no combate ao racismo, redimi-lo do seu complexo de inferioridade e, por conseguinte, fornecer as bases teóricas e políticas da plena emancipação. (DOMINGUES, 2005, p.13)

Entretanto, dentro do 1º Congresso do Negro Brasileiro, a categoria de negritude e seu uso não só causou estranhamento, como também ocasionou divisões dentro do

evento. Nascimento aponta que desde o início das discussões, tanto Edison Carneiro como L.A. Costa Pinto se “insurgiram, negaram a negritude e tentaram mesmo levá-la ao ridículo”. (NASCIMENTO, 1967, p. 99) Contrariamente aos dois autores, Nascimento defendia o uso da negritude, assim como afirmava a relevância da tese de Ironides Rodrigues.

Desde a apresentação da tese de Ironides Rodrigues, iniciou-se entre os presentes uma grande discussão a respeito da utilização e dos sentidos da negritude. O entrave tomou forma, e acabou por se concretizar efetivamente na assembleia final do 1º Congresso do Negro Brasileiro.

De acordo com Abdias Nascimento, pelo debate a assembleia acabou por se dividir. De um lado se posicionou a maioria constituída pelo povo negro (onde estariam pessoas sem títulos acadêmicos) a favor da negritude, e do outro lado estariam os “homens de ciência”. (NASCIMENTO, 1967, p. 59)

A divergência entre os dois grupos se efetivaria definitivamente através das declarações finais do congresso. Primeiramente foi aprovada uma declaração final pela plenária aberta, e uma outra declaração final foi assinada apenas pelos “cientistas”.

De um lado, a maioria, constituída do povo negro, pessoas destituídas de títulos acadêmicos ou honoríficos; e de outro lado, os que se auto-intitulavam “homens da ciência”. A camada popular e os grupos de “cientistas” ao final do congresso se chocaram violentamente. Foi quando estes últimos tentaram, após a assembleia haver aprovado a “Declaração Final do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro” fazer aprovar uma outra “Declaração”, esta assinada somente pelos “cientistas”.(NASCIMENTO, 1967, p. 59-60)

Para Elisa Larkin Nascimento, o embate foi travado principalmente pela orientação marxista de alguns intelectuais presentes no congresso (NASCIMENTO, 2014, p. 187). Entre eles, a figura do sociólogo Luiz Aguiar da Costa Pinto volta a aparecer. Sem dúvida, Costa Pinto emerge como um agente central nas disputas ocorridas no evento realizado pelo TEN, principalmente por sua relação com o projeto UNESCO<sup>120</sup>.

Sobre as duas declarações finais que foram elaboradas dentro do Congresso, no primeiro documento aprovado pelos participantes da assembleia final foram apresentados os principais objetivos pretendidos no Congresso. Entre eles estavam a

---

<sup>120</sup> De acordo com Marcos Chor Maio (1997), o congresso foi realizado em um período em que as relações com o projeto promovido pela UNESCO estavam se estreitando, e havia a pretensão por parte de alguns intelectuais de utilizar o congresso para reafirmar o Brasil como um laboratório racial e manter o interesse da instituição em realizar o projeto.



tentativa de remediar os problemas pós-abolição; desenvolver o espírito associativo dos negros; promover instruções técnicas, profissionais e artísticas do negro; preocupação com a saúde física; e a equiparidade de oportunidades entre brancos e negros.

Após tais objetivos, também foram indicadas recomendações e condenações, que buscavam responder as críticas que foram levantadas durante o evento sobre a presença da negritude. Um trecho da declaração final do Congresso expõe essa intenção com precisão:

O congresso condena, veementemente, considerando ameaças à tranquilidade da família brasileira:

- a) A exploração política da discriminação de cor;
- b) As associações de cidadãos brancos ou negros organizadas sob o critério do exclusivismo racial;
- c) O messianismo racial e a proclamação da raça como critério de ação ou como fator de superioridade ou inferioridade física, intelectual ou moral entre os homens.
- d) Os processos violentos de tratamento dos problemas citados pelas relações interétnicas<sup>121</sup>.

As ponderações da declaração final vão ao encontro das críticas recebidas, que sugeriam que o Congresso proporia um “racismo negro” contra brancos ou um “racismo ao avesso”, devido à valorização dos estudos sobre negritude. Um fato também transformado em acusação foi a forte presença da utilização do conceito de raça, ou termos semelhantes, em diferentes momentos, como beleza racial do negro, discriminação racial, língua negra e apreciação da raça negra, termos já utilizados por autores percussores do movimento de Negritude anteriormente.

Mesmo com as ponderações presentes no documento, nove intelectuais participantes do Congresso se propuseram a redigir uma nova declaração final para o 1º Congresso do Negro Brasileiro. Uma declaração assinada somente por “cientistas”, pois acreditavam ter como dever apresentar ponderações acerca do Congresso por serem “homens da ciência”<sup>122</sup>.

A declaração científica, de maneira sucinta apresentou-se em três tópicos específicos. O primeiro afirmava que os autores da declaração não acreditavam em raças como fatores de superioridade, ou qualquer teoria que apoiasse qualquer gradação física e intelectual dos grupos humanos. Percebemos que para os autores da declaração

---

<sup>121</sup> Declaração Final do 1º Congresso do Negro Brasileiro. Aprovada em assembléia em 03 de setembro de 1950. Acervo IPEAFRO, seção TEN.

<sup>122</sup> Ibidem.

havia a necessidade de se afastar totalmente de um conceito de raça, que de alguma maneira pudesse justificar qualquer tipo de superioridade ou inferioridade.

I - Não acreditam os signatários desta declaração na superioridade de raças. Por esta razão, não se consideram ligados, nem comprometidos, de maneira alguma, com qualquer teoria que advogue, ainda que no mais ínfimo particular, qualquer tipo de gradação física, intelectual ou emotiva, entre esses mesmos grupos humanos<sup>123</sup>.

Já no segundo tópico, é possível notar a defesa do que seria abordado como uma identidade brasileira e a integração total do negro na sociedade, que seria fruto da interação de vários fatores e influências, devido ao seu meio e aos seus contatos, mas que mesmo assim continuaria sendo fundamentalmente brasileira, afirmando categoricamente que os negros brasileiros não eram africanos.

II – Consideram os signatários que os caracteres físicos, intelectuais e morais dos homens são produto da interação de fatores vários, do que certamente o grupo racial participa, mas que não dependem, nem principal, nem exclusivamente, dele. Um menino chinês, que desde a idade de aleitamento viva no seio de uma família americana, como parte da sociedade americana, reagirá diante da sociedade como um americano - e não como um chinês. O negro brasileiro, por exemplo, embora ainda conserve reminiscências africanas em certas atitudes sociais, já constitui um ser fundamentalmente brasileiro, parte da cultura nacional do Brasil, que provavelmente encontraria sérias dificuldades para se adaptar novamente à vida na África<sup>124</sup>.

No último tópico, o grupo pedia que os Congressos realizados se aproximassem dos conhecimentos científicos e objetivos conquistados pela humanidade, que viriam a servir a realizar leituras corretas diante dos fatos sociais humanos, levando a humanidade ao avanço e à fraternidade. Nesse tópico observamos uma chamada de responsabilidade para aqueles que produziam conhecimento acerca das relações raciais, uma responsabilidade referente à humanidade e os problemas de raça do passado.

III- Jamais os signatários da presente emprestariam seu concurso à criação de atitudes que não tenham justificativa na ciência, nem oportunidade no momento histórico que vivemos, quando eliminado o racismo hitlerista, os povos, através das Nações Unidas e dos seus organismos mais representativos, exprimem vigorosamente o seu desejo de paz, de legalidade democrática e de fraternidade das nações. Os signatários consideram que trairiam os seus ideais e renegariam todo o cabedal de conhecimentos e objetivos acumulados pela humanidade se, por ação ou por omissão, tivessem a desgraça de contribuir para o acirramento de ódios e rivalidades injustificáveis

---

<sup>123</sup> Ibidem.

<sup>124</sup> Ibidem.

entre os homens, com ressurgimento do racismo, sob qualquer de suas formas<sup>125</sup>.

A declaração foi assinada por Edison Carneiro, Padre Pedro Schonakker, Guerreiro Ramos, Carlos Galvão Krebs, L. A. Costa Pinto, Darcy Ribeiro, Walfrido Gomes, Joaquim Ribeiro e Amaury Porto de Oliveira. É importante destacar que, ao lado de cada nome assinado, havia a indicação da formação acadêmica do autor. É importante atentar para a referência à superação do racismo hitlerista. Estes intelectuais estavam sob influência de dois elementos distintos do contexto internacional: o fim da segunda guerra e o avanço dos nacionalismos e independências africanas.

A ideia de negritude causaria no congresso estranhamento, também, na medida em que trazia consigo outro conceito polissêmico e complexo para o debate, a ideia de raça, categoria que se buscava superar devido ao seu caráter cientificista do século XIX. Assim a negritude, para autores contrários ao seu uso, construía uma base de diferença dentro da tão sonhada igualdade brasileira. Elencando suportes para uma identidade própria cultural, o ideal da negritude ia totalmente na contramão da formação de uma identidade nacional brasileira, associada, a partir das décadas de 1930 e 1940, à valorização e orgulho da mestiçagem. (CUSTÓDIO, 2011, p. 45)

Antes de prosseguirmos, cremos que abordar a formação da identidade nacional mestiça presente no Brasil é relevante, na medida em que esse debate entra em diálogo direto com as “disputas” entre uma identidade brasileira e uma identidade étnica/negra. A construção de uma identidade brasileira foi pensada e formada a partir de elementos que fortaleciam a criação do Brasil como uma nação que estivesse em pé de igualdade com outros países considerados mais desenvolvidos. Para tal empreitada, a construção de uma nação presumia uma cultura que lhe desse suporte, que fosse fortalecida e formulada pelos intelectuais brasileiros. (OLIVEN, 2011, p. 258)

Para Oliven essa construção passou pela evocação de referências de um passado comum e único brasileiro que conferissem marcas de distinção cultural, tendo como contrapartida a modernidade. Dessa forma, o pensamento intelectual brasileiro por muito tempo oscilou entre desvalorizar aspectos culturais brasileiros quando comparados aos EUA ou a Europa, ou por outro lado valorizar e exaltar símbolos considerados genuinamente nacionais. (OLIVEN, 2011, p. 259)

A busca por “raízes nacionais” orientou diversos intelectuais em diferentes momentos históricos. A Semana de Arte Moderna, de 1922, pautou-se pela intenção de

---

<sup>125</sup> Ibidem.

autenticidade. No período da Primeira República (1889-1930), intelectuais como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Artur Ramos buscaram explicar a sociedade brasileira através da interação da raça e do meio geográfico.

Tais autores apontavam para uma visão pessimista da formação do brasileiro, elencando características pejorativas acerca da presença de apatia e indolência brasileira, onde a solução só poderia vir através do embranquecimento da população, ocasionada pela vinda de imigrantes europeus. (OLIVEN, 2011, p. 260)

Mas é a partir de 1930 que uma nova imagem ganhará forma e espaço, principalmente através de Gilberto Freyre. Suas teorias fundamentaram a imagem do Brasil como uma civilização mestiça harmoniosa, construída a partir da mistura de três raças principais. Nesse sentido a mestiçagem não será mais vista como um problema, mas sim como uma especificidade positiva da cultura brasileira.

Tais concepções ao longo do tempo ganharam força e se legitimaram durante o Estado Novo, onde se buscava a centralização do estado e a formação do nacionalismo brasileiro. Para isso várias medidas foram tomadas na direção de padronizar o sistema educacional, enfraquecer a cultura das minorias étnicas, modificar e usar elementos culturais como símbolos nacionais do Brasil. Assim, o nacionalismo criaria e afirmaria exaustivamente a imagem de um país marcado pela diversidade, pela mistura racial e pelo sincretismo.

Nos anos do Estado Novo, 1937 -1945, que o nacionalismo triunfou, que se tornou uma feição permanente e central na vida política brasileira, tanto em estilo, como em função, uma vez que Vargas dele se utilizou, tanto para fortalecer a sua própria posição, como para estimular o progresso nacional. (LAUERHASS, 1986, p.133)

Questionar ou afirmar que haveriam outras identidades ou, no caso do Congresso, levantar a possibilidade de características que evocassem especificidades do negro, ou até uma identidade negra, iriam em contraposição à construção dessa identidade nacional. O debate sobre negritude abriria portas para questionar o processo de mestiçagem que, se por um lado valorizou a herança africana no Brasil, por outro tornou pouco visível a identidade negra e o racismo existente na sociedade brasileira. (OLIVEN, 2011, p. 264)

Para o sociólogo Túlio Augusto Samuel Custódio, que se debruça sobre os estudos acerca da imagem criada por Nascimento nos Estados Unidos, a clivagem reafirmada e formada entre o “povo” e os “homens da ciência” nas declarações finais se

deve não apenas às discussões realizadas durante o 1º Congresso do Negro Brasileiro, mas também ao processo divisor de princípios e ao afastamento do Teatro Experimental do Negro de uma concepção de pacto democrático, que ainda se estabelecia e se vinculava à afirmação da democracia racial supostamente existente no Brasil, onde haveria a inexistência de preconceitos e discriminações.

No Congresso, portanto, os pontos de incompatibilidade acerca das ideias de negritude e raça geraram o que Custódio chamará de a “queda de braços entre a militância e a intelectualidade”. (CUSTÓDIO, 2011, p. 42)

Abdias Nascimento, como líder do Teatro Experimental do Negro, se dedicava a criar e integrar um grupo de intelectuais, pois acreditava que essa proximidade com a academia traria benefícios para a luta e os objetivos do TEN, assim como traria visibilidade para os próprios intelectuais negros. Mas, ao mesmo tempo, Nascimento estaria atrelado à imagem de ativista negro, imagem essa que ao longo de toda sua vida foi a mais priorizada.

A “queda-de-braços entre a militância e a intelectualidade” não pode ser encarada como um rompimento interno extremo dentro do TEN, uma vez que Guerreiro Ramos, na época importante membro do grupo, também assinou a declaração dos “cientistas”. Tal atitude pode ser considerada conflituosa uma vez que Ramos se destaca não só por defender uma elite negra, como também por dialogar com elementos advindos das concepções de negritude (presentes também no jornal *Quilombo*).

A dualidade nesse sentido se encontra no conceito de negritude, que envolve a produção de uma consciência negra, valorizando as reminiscências africanas que ao longo do tempo teriam sido esmagadas pela colonização, ao mesmo tempo em que se presta a facilitar e permitir a integração do negro na sociedade brasileira. Nesse sentido, a socióloga Lúcia Lippi Oliveira (2009) afirma que, entre 1950 e 1960, a sociologia de Guerreiro Ramos estava comprometida, primeiramente, com a nação, com o nacionalismo e com a modernização da sociedade e do Estado Brasileiro. (OLIVEIRA, 2009, p. 243)

Dessa forma, cremos que nos voltarmos para a presença de um grupo artístico que ultrapassou limites teatrais e produziu a formação de uma rede de sociabilidade intelectual acerca dos problemas sociais e culturais do negro brasileiro se apresenta como uma tarefa mais complexa, que nos permite ir além apenas de uma disputa dual, com dois lados fixos, uma vez que não só problemas acerca de preconceitos raciais estavam sendo elencados no debate, mas sim concepções da unidade nacional.

Para Guimarães o Teatro Experimental do Negro, através de suas diversas frentes, inaugurou “uma real inserção da intelligenista negra brasileira na vida nacional, “negra” não apenas na cor, mas, e principalmente na identidade”, ou seja, negociando entre uma identidade racial e uma identidade nacional, que de certa forma sempre prevalecia sobre a primeira. (GUIMARÃES, 2004, p. 35)

#### **4.6 O conceito de revolta e o prefácio à 2ª edição do livro *O Negro Revoltado*: críticas ao espírito conciliador**

Para abordarmos os anais do 1º Congresso do Negro Brasileiro, recorreremos diversas vezes, como já citamos, ao livro *O Negro Revoltado*, de Abdias Nascimento, que contém as teses apresentadas no evento. A obra também se tornou de extrema relevância para o estudo, por conter dois prefácios distintos cronologicamente, que acabam por nos apresentar mudanças nas concepções de luta antirracista do Teatro Experimental do Negro.

Vale lembrar que, apesar das incompatibilidades ocorridas durante o Congresso de 1950, a posição de Abdias Nascimento perante os conceitos de negritude e raça não mudaram definitivamente de uma hora para outra. Grande parte de seus escritos e concepções ainda mobilizaram, por muito tempo, o desejo de se atingir a democracia racial e a total integração do negro a partir de sua elevação cultural. O afastamento “completo” só viria futuramente, a partir de uma série de contatos diretos de Nascimento com teorias pan-africanistas durante seu exílio.

Portanto trabalhamos, em certa medida, com três cronologias distintas que se relacionam com um mesmo evento realizado pelo Teatro Experimental do Negro. A primeira se refere ao contexto de produção das teses dos autores, escritas especialmente para o Congresso realizado em 1950. A segunda se refere ao prefácio da primeira edição do livro de 1967. A terceira se refere ao segundo prefácio, elaborado em março de 1982.

Os três contextos distintos, em que cada obra foi produzida, nos permitem observar mudanças sobre visões de mundo e caminhos para a luta contra o racismo. O que pode nos parecer contradição, em um primeiro momento, são na verdade grandes pistas para observar o processo histórico em que diversos ideais estiveram circulando, e como foram se transformando ao longo do tempo.

As mudanças de concepções presentes na obra *O Negro Revoltado* não se restringem aos debates realizados durante o Congresso de 1950. Elas também estão relacionadas a diversas questões de divergências, que se criaram entre as concepções de

militantes negros e acadêmicos frente às pautas que estavam em voga nos distintos contextos históricos, dentro dos estudos das relações raciais.

O próprio título do livro indica a presença de influências estrangeiras, que chegavam ao Teatro Experimental como um todo, e conseqüentemente a Abdias Nascimento. O título da obra de Abdias Nascimento deve-se a obra de Albert Camus, intitulada *L'Homme Révolté* (1951).

Há, entretanto, duas noções, oriundas do mundo francófono, ambas bastante desenvolvidas por Albert Camus, que encontraram eco nos escritos de Abdias do Nascimento dos anos 1960 e que passaram despercebidas pela literatura especializada até o momento. Refiro-me às noções de resistência e de revolta, bastante presentes nas ideologias que informaram as lutas de descolonização da África francesa. (GUIMARÃES, 2013, p. 159)

A segunda edição do livro *O Negro Revoltado*, publicada em 1982, trazia consigo o reflexo das mudanças e experiências que o líder do Teatro Experimental do Negro havia vivenciado durante seu exílio. O exílio de Abdias Nascimento, assim como o fim do Teatro Experimental do Negro, se deram inevitavelmente pelo avanço da ditadura militar no Brasil.

É importante considerar que, a partir do início da década de 60, as atividades do TEN haviam se tornando espaçadas e acabaram por encontrar muitas dificuldades. Deste modo, com a instauração da ditadura militar em 1964, o TEN ficou de certa maneira “moribundo”, sendo praticamente extinto em 1968, quando seu principal dirigente, Abdias do Nascimento, partiu para o exílio nos Estados Unidos. (DOMINGUES, 2007, p.110)

Dentro deste contexto, Domingues (2007) afirma que o golpe militar de 1964 representou uma derrota para a luta política dos negros, devido à desarticulação promovida pela repressão militar. Os militantes desse período, portanto, foram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia: o racismo no Brasil.

As mudanças e novas avaliações que estarão presentes na 2ª edição de *O Negro Revoltado* reverberaram o contato intelectual que Abdias Nascimento teve ao longo de seu exílio, com distintas concepções e abordagens sobre a presença negra em diversos países, bem como a representação e importância do continente africano. Esses contatos serão cruciais para os novos rumos que serão tomados pelo Movimento Negro no Brasil.

Abdias, ao contrário, se tornará, nos anos vindouros, o principal líder da reconstrução do movimento negro brasileiro. O exílio norte-americano será decisivo para o futuro da sua ideologia política, que será enriquecida pelo contato íntimo com as ideias que circulam no mundo anglo-afro-americano. As ideias de raça, o birracismo, o multiculturalismo e o afrocentrismo, tal como desenvolvidos por um de seus melhores amigos, Molefi K. Asante<sup>126</sup> (1987) penetrarão definitivamente no seu vocabulário político e entrarão na agenda do Movimento Negro brasileiro, que se reorganiza a partir de 1980. (GUIMARÃES, 2013, p. 164)

A obra será republicada e contará com novos documentos que não integraram a 1ª edição da obra. Foram incluídos três apêndices que refletem novas concepções de Nascimento, não só acerca do evento realizado em 1950, mas para o futuro direcionamento da compreensão da trajetória do Teatro Experimental do Negro.

O primeiro, intitulado *Uma mensagem do Quilombismo*, foi um discurso de Abdias Nascimento proferido em 1980, durante um evento realizado no Rayburn House Office Building, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos em Washington.

Nascimento, no texto proferido durante o evento, buscava definir um novo sistema de organização social, chamado quilombismo. Esse novo modo de organização orienta-se pelo conceito de quilombo, que de acordo com Nascimento foi, por muito tempo, entendido como um local para escravos fugidos. Nessa perspectiva, era necessário se afastar das concepções eurocêntricas e se aproximar de uma tradição afrocêntrica, que compreende o quilombo em seu aspecto positivo, como um espaço de comunhão, solidariedade e convivência entre os africanos. (NASCIMENTO, 1982, p. 26)

Historiadores convencionais do Brasil (brancos) e os dicionários informarão que quilombo significa reduto de escravos fugidos. Nossa tradição afrocêntrica nos diz outra verdade. Quilombo derivado da língua Kimbundu da África austral, significa comunidade, no mais elevado sentido: comunidade em solidariedade, em convivência e comunhão existencial. (NASCIMENTO, 1982, p. 26)

Essa herança africana, portanto, se organizaria em diversas frentes, tendo como objetivo construir uma alternativa à sociedade racista. Para isso, seria necessário formar instituições próprias, com coesão e força política para a construção de uma sociedade pautada pelos direitos iguais, pela autodeterminação, soberania e protagonismo histórico. Para Nascimento esse ideal seria evidente, visto que “qualquer povo soberano,

---

<sup>126</sup> Molefi K. Asante é um dos estudiosos mais importantes da criação do paradigma da Afrocentricidade.



qualquer cultura genuína, tem instalado dentro de si mesmo seu centro de gravidade”. (NASCIMENTO, 1982, p. 32)

O conceito de quilombismo, tratado por Nascimento neste texto, já indica uma nova postura, distinta da apresentada no 1º Congresso do Negro Brasileiro. As tentativas de se encontrar soluções para o “problema do negro no Brasil” já não eram definidas por intenções de assimilação, integração ou elevação social. A solução levantada, desta maneira, seria o rompimento total com uma lógica eurocentrista de sociedade em todos os âmbitos.

No fim de seu texto, Nascimento também frisa que a criação de uma sociedade quilombista no Brasil, apesar de sua centralidade afrocêntrica, não se restringiria a uma sociedade exclusivista para negros. Nas suas palavras, “ela é de todos os brasileiros, brancos, negros, índios e orientais, uma sociedade igualitária em todos os sentidos”. (NASCIMENTO, 1982, p. 34)

O segundo apêndice inserido no livro é o *Memorial Zumbi – Um informe à Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC)*. O texto é um trabalho apresentado por Abdias Nascimento em nome do Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi, na 33ª Reunião da SBPC realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1981. Nascimento disserta sobre a relevância histórica do quilombo de Palmares e a figura de Zumbi, como um grande líder brasileiro.

O texto busca afirmar a importância desse fato para a história de resistência negra, a fim de iniciar a construção de um memorial dedicado a Zumbi, localizado na região da Serra da Barriga no município de União dos Palmares no estado de Alagoas, onde o quilombo de Palmares teria sido estabelecido. Nascimento observa que esse processo de “reconhecimento” de Palmares só se deu porque a Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN) realizou uma “reflexão crítica sobre o conceito de patrimônio histórico e artístico”, permitindo que as definições antes pautadas por uma visão etnocêntrica abrissem caminho para outras visões.

A fundação do Memorial Zumbi representa o começo de uma tentativa, por parte dos responsáveis por certos órgãos oficiais, de modificar essa perspectiva deformada. Vale esclarecer, entretanto, que tal esforço não configura um ato de gratuita generosidade ou de esclarecimento espontâneo. Pelo contrário, esse início de reconhecimento constitui tão-somente o resultado, injustificadamente tardio, de uma luta travada por décadas pela comunidade negra. O Teatro Experimental do Negro, por exemplo, denunciava desde 1944 a alienação da antropologia e sociologia nacional. (NASCIMENTO, 1982, p. 38)

O terceiro apêndice é o relatório apresentado por Abdias Nascimento, como representante do IPEAFRO e da PUC-SP, novamente na 33ª Reunião da SBPC. O mesmo texto, posteriormente, foi apresentado na Convenção Nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no mesmo ano.

Com o título *Racismo do Itamaraty veta o 3º Congresso de Cultura Negra das Américas*, o apêndice disserta sobre o veto do Ministério das Relações Exteriores à realização no Brasil do 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, certame internacional que reuniria delegações de todas as Américas e da África<sup>127</sup>. O 1º Congresso das Culturas Negras das Américas foi realizado em 1977 em Cali, na Colômbia; o 2º Congresso realizou-se no Panamá em 1980. Dessa forma, pretendia-se que o IPEAFRO e o TEN fossem responsáveis pela terceira edição do evento.

Os Congressos de Cultura Negra das Américas constituem uma organização representativa de cooperação internacional, educativa e científica, dos povos afro-americanos, reconhecida por organismos internacionais. Esta tentativa de esmagar a legítima manifestação e aspiração desses povos põe a nu a política racista de um governo que, com muita pompa e pretensiosidade, apresenta a contribuição do seu país aos foros internacionais africanos unicamente quando se vê capaz de controlar e ditar, rigidamente, o conteúdo, a composição e a extensão da participação afro-brasileira, definindo-a de acordo com padrões eurocêntricos menosprezadores da comunidade afro-brasileira. (NASCIMENTO, 1982, p. 53-54)

O veto à realização do evento não foi justificado diretamente pelo Ministério das Relações Exteriores. O órgão manteve promessas de avaliar o pedido encaminhado pelo IPEAFRO e os demais colabores, mas nunca declarou uma resposta concreta sobre a não realização do evento. Em seu texto, diversas vezes Nascimento disserta sobre a “atitude racista” do Ministério das Relações Exteriores, e as tentativas de provocar afastamentos dos afro-brasileiros de seus “irmãos africanos” de outros locais.

Os três apêndices adicionados à edição que continha as teses do 1º Congresso do Negro Brasileiro reúnem uma percepção criada posteriormente sobre os entraves travados em 1950. Nessa nova edição, Nascimento buscava também integrar as discussões internacionais que havia presenciado no período de exílio<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> Disponível em: <http://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/obras-de-abdias/o-negro-revoltado/>. Acesso em 20 de março de 2018.

<sup>128</sup> Abdias Nascimento viveu 13 anos no exílio, de 1968 a 1981. Passou grande parte desse período nos Estados Unidos, com uma temporada de um ano na Nigéria, entre 1976 e 1977. Abdias não foi forçado diretamente a sair do país, mesmo que o cenário político não fosse dos mais adequados e seguros para um homem ligado a militância negra.

Essa mudança também reflete, em si, o momento histórico que vivia o movimento negro. De acordo com Amílcar Araújo Pereira, o movimento negro contemporâneo, que se constitui a partir dos anos 70, se centrará no combate à discriminação racial e na denúncia do mito da democracia racial, juntamente à busca da afirmação de uma identidade racial. (PEREIRA, 2013, p. 83-84)

A republicação do livro *O Negro Revoltado*, além de se inserir nesse contexto, também traz consigo uma revisão da própria postura individual de Abdias Nascimento. Em suas próprias palavras, sobre a nova publicação Nascimento afirma: “devo, contudo, alguns reparos a fim de situar minha posição diante de certos fatos passados”. (NASCIMENTO, 1982, p. 09)

Os fatos passados a que se refere Nascimento derivam do entrave ocorrido com os “homens de ciência” durante a assembleia final do evento em 1950.

A época do 1º Congresso do Negro Brasileiro, os ativistas da causa negra, entre os quais me incluo, mantiveram um comportamento demasiadamente conciliador para com a posição dos brancos liberais. Tal espírito apaziguador decorria da consciência democrática de se permitir e respeitar a livre manifestação de todas as ideias; entretanto, acho que as concessões ultrapassaram os limites do tolerável. Foram longe demais as concessões, e logo na primeira sessão do congresso se votou uma “Moção de homenagem” na qual, se celebrava impertinente, o nome de Nina Rodrigues. Ora, os negros conscientes jamais poderão exaltar um “cientista” que considerava o negro como fator de inferioridade do povo brasileiro. (NASCIMENTO, 1982, p. 10)

Uma divisão de grupos é indicada por Nascimento já no início de seu texto. O entrave ao fim da assembleia, portanto, ocasionou uma divisão entre os participantes do congresso. O primeiro grupo, de acordo com Nascimento, foi formado pelos “ativistas da causa negra”, grupo no qual ele mesmo se incluía.

Já o outro grupo seria formado por “brancos liberais”, que estariam em desacordo com as perspectivas e ações propostas pelos ativistas negros. Todavia, as divergências entre os dois grupos, de acordo com o líder do TEN, não se centraram apenas na elaboração das duas declarações finais, com proposições distintas.

Nascimento aponta que um fator preponderante para os conflitos foi a presença de um “espírito apaziguador” dos ativistas negros durante todo o Congresso. Para ele essa atitude se deu pela presença de uma “consciência democrática de se permitir e respeitar a livre manifestação de todas as ideias”, mas que acabou por não estabelecer limites. Um dos problemas que, de acordo com Nascimento, derivou da forte presença

do “espírito apaziguador”, por exemplo, foi a realização de uma Moção de Homenagem que citava Nina Rodrigues.

Muito especialmente a Comissão Central deseja destacar os nomes de Sílvio Romero, publicista que primeiro chamou a atenção dos seus patrícios para a importância social do negro brasileiro; Nina Rodrigues, mestre de toda uma geração de estudiosos, grande ponto de partida no reconhecimento do papel histórico, social e cultural dos grupos étnicos trazidos do continente africano. (Moção de Homenagem do 1º Congresso do Negro Brasileiro, 26 de agosto de 1950. Acervo IPEAFRO, seção TEN)

O nome de Nina Rodrigues ainda não havia ganhado grande destaque nos eventos realizados pelo TEN. Apesar do legado do médico maranhense estar ainda nesse momento muito em voga entre seus herdeiros intelectuais, as proposições de Nina Rodrigues não estavam de acordo com as defendidas pelo TEN, em razão de Nina Rodrigues e seus estudos estarem muito atreladas ao darwinismo racial e à miscigenação como sinal e condição da degenerescência. (SCHWARCZ, 2012, p.21)

A intenção de homenagear Nina Rodrigues, todavia, não era inovadora entre eventos que se centrassem nas discussões das relações raciais brasileiras, visto que no 1º Congresso Afro-Brasileiro, de 1934, Arthur Ramos já havia sugerido a realização de homenagens para o médico.

Abdias Nascimento é categórico em afirmar que não haveria como “negros conscientes” aceitarem a realização de homenagens a “um “cientista” que considerava o negro como fator de inferioridade do povo brasileiro”. A palavra *cientista* vem acompanhada de aspas, que em certa medida podem ser entendidas como um modo irônico que Abdias Nascimento utilizou para se referir ao médico. Esse sentido irônico atribuído à palavra *cientista* será muito recorrente, principalmente no que se refere aos assinantes da segunda declaração final do Congresso.

O fato é que aquele grupo, auto definindo-se como de “homens de ciência”, redigiu uma outra “Declaração”, impugnada pela Assembleia do Congresso, na qual externa todo o seu pavor “científico” de uma aliança prática e concreta com o povo afro-brasileiro. Eram apenas acadêmicos liberais transviados num congresso cujo escopo tinha em vista propugnar por uma melhor qualidade de vida para a comunidade negra, pois a chamada objetividade científica lhes vetava qualquer engajamento nesse sentido. (NASCIMENTO, 1982, p.11)

Abdias Nascimento, dessa forma, crítica sua própria postura ao lembrar que pelo demasiado “espírito apaziguador”, ele mesmo, em seu discurso inaugural no 1º Congresso do Negro Brasileiro, teceu elogios à realização dos Congressos Afro-brasileiros da década de 30. Para Nascimento, não haveria como reverter o que havia

pronunciado, só restava lamentar por seus “excessos de condescendência para com os racistas deste país”. (NASCIMENTO, 1982, p.10) A vontade conciliadora de reunir democraticamente distintos ideais, afirmados entre os dois grupos que se formarão ao fim do evento, não se concretizou. E acabou por prejudicar os encaminhamentos e ações práticas que seriam feitos ao fim do 1º Congresso do Negro Brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo abrangente sobre os eventos programáticos realizados pelo Teatro Experimental do Negro, a Convenção Nacional do Negro (1945/1946), a Conferência Nacional do Negro (1949) e o 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950). Discutindo, assim, como tais eventos foram organizados, quem foram seus participantes e quais foram às disputas travadas dentro do campo teórico a respeito dos estudos das relações raciais entre as décadas de 1940 e 1950 no Brasil.

O primeiro passo do trabalho se voltou para apresentar a trajetória do Teatro Experimental do Negro e sua relação intrínseca com a liderança de Abdias Nascimento. A partir dessa relação, pudemos compreender, portanto, como a trajetória de um indivíduo uniu-se a uma organização, e como tal união organizou ações políticas na luta antirracista. Ressaltamos, novamente, que essa perspectiva teórica sobre trajetórias individuais e de instituições originou-se a partir das fontes utilizadas para a presente pesquisa, uma vez que, em diversos momentos, não havia diferenciações entre as ações e decisões do TEN e as de Abdias Nascimento.

A trajetória do Teatro Experimental também nos apontou quais eram os parâmetros e ideais que o grupo buscava criticar e se opor. Com frequência, encontramos trechos onde o grupo de Abdias Nascimento se dedicou a reafirmar sua oposição aos eventos intelectuais realizados anteriormente aos seus, principalmente os da década de 30. Esses ideais, como vimos, estavam muito atrelados aos autores relacionados aos Congressos Afro-brasileiros da década de 30, que mantinham aproximações e heranças de teorias eugênicas e conservadoras a respeito das relações raciais brasileiras.

A segunda parte do trabalho é dedicada à análise de cada um dos três eventos organizados pelo TEN. A escolha dos três eventos se justifica por sua importância histórica dentro do campo de estudos das relações raciais brasileiras, bem como por apresentar produções a respeito da temática até então desconhecidas, ou pouco analisadas. Ao longo dessa pesquisa, encontramos inúmeras menções aos três eventos em questão, mas em grande parte não contavam com mais informações, ou centravam-se apenas no 1º Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950.

Conhecer os debates travados e as visões de mundo distintas dos intelectuais presentes nos eventos em questão nos possibilitou compreender em que termos, e bases, estavam alicerçadas as discussões teóricas desse período. Ademais, tais debates

intelectuais ganhavam especificidades, pois estavam sendo travados em um espaço de discussão organizado por um grupo ligado diretamente ao movimento negro. O que nos demonstra, de certa forma, a heterogeneidade dos participantes, assim como essa mesma heterogeneidade também se apresentava nos estudos das relações raciais brasileiras.

O conflito em torno dos conceitos de raça, negritude e a relação entre os negros brasileiros e a África foi nossa linha central para percorrer os três eventos organizados pelo Teatro Experimental do Negro. A escolha desses conceitos se deu pela multiplicidade de compreensões presentes em um mesmo espaço intelectual, que permitia um diálogo direto entre perspectivas acadêmicas e perspectivas militantes.

Tanto a Convenção Nacional do Negro (1945/1946), quanto a Conferência Nacional do Negro (1949), podem ser entendidas como os primeiros passos que o Teatro Experimental do Negro buscou dar em direção ao mundo acadêmico. Em outras palavras, os dois eventos se apresentaram como as primeiras tentativas do TEN em obter voz e espaço em meio a intelectuais já consagrados no campo intelectual das relações raciais brasileiras.

A iniciativa do TEN em direção ao campo intelectual, contudo, sempre foi acompanhada de objetivos que buscavam se concretizar em ações práticas, contribuindo assim para o objetivo central do grupo: a elevação social e cultural do negro. Nesse sentido, a Convenção Nacional do Negro se voltou principalmente para as tentativas de se influenciar a nova redação da Constituinte de 1946, propondo reivindicações que contemplassem a população negra.

Embora os objetivos da Convenção, frente à nova Constituição de 1946, não tenham sido atingidos, o Teatro Experimental do Negro alçou novas propostas e intenções. Realizando, assim, a Conferência Nacional do Negro de 1949, que se centraria nos preparativos de um evento de maior destaque: o 1º Congresso do Negro Brasileiro.

Ao acompanharmos os debates dos dois primeiros eventos do TEN, percebemos que, não por acaso, o 1º Congresso do Negro Brasileiro acaba por assumir um papel culminante no que diz respeito aos conceitos discutidos por essa pesquisa. Pois as categorias e suas construções ao longo do tempo acabam por ganhar novos significados, devido aos seus distintos processos históricos. Assim, o conceito de raça, por exemplo, antes usado em seu caráter biológico, para definir superioridade ou inferioridade, será ressignificado pelo movimento negro e passará a designar “uma comunidade histórica e espiritual transnacional” posteriormente.

A análise dos eventos, e sua sequência, portanto, nos permitem compreender a construção e os significados polissêmicos presentes nas falas dos intelectuais participantes. Elencando, assim, mais que categorias sociológicas do “problema do negro no Brasil”, mas também a presença de diversos aspectos, como as relações de poder, as influências estrangeiras e as formações de escolas intelectuais.

Qual seria então o problema do negro no Brasil? Essa questão, tantas vezes citada nas fontes trabalhadas, pode ser considerada como um norteador no que se refere ao campo de estudos das relações raciais brasileiras. Uma vez que tal questionamento perpassou pelas mais distintas temáticas discutidas nos eventos programáticos do TEN, recebendo diferentes respostas e conceituações dos intelectuais presentes.

Os breves apontamentos destacados aqui demonstram que o Teatro Experimental do Negro, enquanto um grupo artístico, ultrapassou os limites teatrais, produzindo em torno de si a formação de uma rede de sociabilidade intelectual heterogênea, que buscava tratar dos problemas sociais e culturais que o negro vivenciava no Brasil.

Nesta perspectiva, o grupo se fortaleceu pela criação de uma rede de *intelligentista* negra no Brasil durante as décadas de 1940 e 1950 em seus eventos. Retomando aqui as considerações de Guimarães (2003), a rede de *intelligentista* negra não seria apenas negra na cor, pois havia diversos intelectuais brancos que participavam dos eventos. Logo, ela seria negra em sua identidade, pois propunha novos diálogos propostos pelas demandas políticas e sociais, advindas do movimento negro.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para o fortalecimento de pesquisas que abordem principalmente as produções intelectuais das relações raciais brasileiras, destacando autores pouco discutidos e sua relação com grupos pertencentes ao movimento negro e suas demandas sociais. Acreditamos que, ao abordar as teses e comunicações apresentadas nos eventos, podemos conhecer e trabalhar com concepções, pensamentos e suas respectivas mudanças ao longo do tempo. Enriquecendo, assim, nossa compressão do período e o entendimento do campo de estudos das relações raciais brasileiras, por um viés que interligou tanto o espaço acadêmico, quanto o militante.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v., il. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hamilton-de-lacerda-nogueira>.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro. Contraponto, 1997.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Abolicionismo Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo. Annablume, 2003.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território Negro em Espaço Branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense/CNPQ, 1988.

BARATA, Mário. A escultura de origem negra no Brasil. *Brasil. Arquitetura Contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 51-56, 1957.

BARBOSA, Muryatan S. O TEN e a negritude francófona no Brasil: recepção e inovações. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2013, vol.28, n.81, pp. 171-184.

\_\_\_\_\_. Guerreiro Ramos: O personalismo negro. *Tempo Social - Revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 2.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos*. Tese (Doutorado em Sociologia) – UnB, Brasília, 2007.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BITTENCOURT, Ulisses. A partida do velho amigo. In: PORTO, Arlindo. Nunes Pereira. *O Cavaleiro de todas as madrugadas do Universo*. Manaus, 1993, 115-118.

BOBBIO, Norberto. *Intelectuais e poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997 (1ª ed. 1978).

BOMENY, Helena (2009). *Darcy Ribeiro. Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRANDÃO, Tânia. A cidade do teatro e o teatro da cidade: imagens do Rio de Janeiro no teatro de revista dos anos 1920. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História – ANPUH*. Rio de Janeiro, 2006.

CAPOCO, Zeferino (2012), *Nacionalismo e Construção do Estado-Angola (1945-1975)*, Escolar Editora, Angola.

CARNEIRO, Edson. *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CEVA, Antonia Lana de Alencastre. *O negro em cena: a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro*. Dissertação de Mestrado, 2006, PUC-RJ.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CONTINS, M.; SANTANA, L. C. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. *Estudos Feministas*, v. 4, n. 1, p. 209-220, 1996.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1953.

CRESPO, Fernanda Nascimento. *O Brasil de Laudelina: usos do biográfico no ensino de História*. 165 f. (Mestre. Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro.

CUNHA, V. L. Quilombo: a voz do teatro experimental do negro (Rio de Janeiro, 1940/1950). *Revista Cadernos de Clio*, v. III, p. 283-300, 2012.

CUSTÓDIO, T. A. S. *Construindo o (auto) exílio: a trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981*. Dissertação de mestrado defendida em 2011. USP – São Paulo.

DELGADO, Márcio de Paiva. *O Golpismo Democrático: Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da ilegalidade (1949-1964)*. Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/M%C3%A1rcio-de-Paiva-Delgado.pdf>

DENDASCK, Carla Viana Dendasck; LOPES, Gileade Ferreira. Conceito de Habitus em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do conhecimento*. Vol.3, Ano 1. Maio de 2016. P. 1-10.

DEPESTRE, René. "Saludo y despedida a la negritud". In: Friginals, Manuel Moreno (org.). *África em América Latina*. México: Ed. Siglo XXI/Unesco, 1977.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo Revista do Departamento de História da UFF*, v. 12, p. 113-136, 2007.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural). Santa Maria: UFSM, 2010.

ESEDEBE, P. O. Origins and meaning of Pan-Africanism. *Présence Africaine*, 73: 109-127, 1970.

DURÃO, Gustavo. A formação da identidade do intelectual através da experiência de Léopold Sédar Senghor. In: *O pensamento africano no século XX*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Lisboa, Livros do Brasil, 1957 (1934).

\_\_\_\_\_. (org.). *Novos Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro*. Recife, 1934, 2º volume, Civilização Brasileira, S.A., 1937, p. 245-250.

GILROY, Paul. *Atlântico negro*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: EDUCAM, 2001.

\_\_\_\_\_. *Entre Campos. Nações, culturas e o fascínio da raça*. São Paulo: Anna Blume, 2007.

GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patrícia (org.) *Intelectuais mediadores: projetos culturais e ação política*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2016.

GUIMARÃES, A. S. A. A modernidade negra. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, n. 42-43, p. 41-62, 2003.

\_\_\_\_\_. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Estudios Sociológicos*, São Paulo, v. XX, n. 61, p. 147-162, 2001.

\_\_\_\_\_. Democracia racial. *Cadernos Penesb*, Niterói, n.4, p. 33-60, 2002.

\_\_\_\_\_. *Classes, raças e democracia*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. v. 1. 239 p.

\_\_\_\_\_. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2005. v. 1000. 238 p.

\_\_\_\_\_. Raça, Cor e Outros Conceitos Analíticos. In: Osmundo Pinho; Livio Sansone. (Org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2008, v. 1, p. 63-82.

\_\_\_\_\_. Resistência e revolta nos anos 1960: Abdias do Nascimento. *Revista da USP*, n. 68, 2013.

\_\_\_\_\_; MACEDO, Márcio. Diário Trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940. *Dados*. 2008, vol. 51, n. 1, p. 143-182.

HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARRIS, Joseph E; ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. (Coords). *História Geral da África, vol VIII – África desde 1935*. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, pp. 849 – 871.

HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da Esquerda Democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Uma interpretação do cinema brasileiro através de Grande Otelo: raça, corpo e gênero em sua performance cinematográfica (1917-1993). 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.  
doi:10.11606/T.8.2013.tde-14112013-122614.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978 [1936].

LAUERHASS, Ludwig Jr. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

MACEDO, Michelle Reis de. *O movimento queremista e a democratização de 1945. Trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

MAIO, Marcos Chor. A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos, in M.C. Maio e R.V. Santos (orgs.), *Raça, ciência e sociedade*, Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1997.

MARTINS, Vitor Nazareno da Mata; CORDOVIL, Danilson Jorge Coelho; CANGUSSU, Dawson Soares; SILVA, Maurício Sousa. *A Coisificação do Escravo*. s.d.

MASCENA, Lúcia. *Religião e histeria feminina: psiquiatria e religiosidade popular no Recife (1950-1959)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco.

MBEMBE, Achille. "As formas africanas de auto-inscrição". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 23, n.1, 2001.

MULLER, R. G. (1988), "Identidade e Cidadania: Teatro Experimental do Negro". *Dionysios*, 28, Brasília, Fundação MinC, número organizado por R. G. Muller.

\_\_\_\_\_. Teatro, política e educação: a experiência histórica do Teatro Experimental do Negro (TEN) - 1945-1968. In: *Congresso Luso-Brasileiro Portugal – Brasil: Memórias e Imaginário*. Lisboa, 1999.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História a Civilizações*. Do século XIX aos nossos dias. Lisboa: Colibri, 2007.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias [online]*. 2007, n.17, pp.240-264.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Negro sobre negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras, tese (Doutorado em Sociologia), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ, 1997.

MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Atica, 1988.

\_\_\_\_\_. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, 2004. São Paulo, V. 18, n. 50, p. 51-66.

NASCIMENTO, Abdias. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador: EDUFBA; CEAO, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.). *O Negro Revoltado*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982 (1968).

\_\_\_\_\_. *O Quilombismo*. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2002b.

\_\_\_\_\_. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In.: *Estudos Avançados*. Vol. 18. N.º 50. São Paulo: 2005, pp. 209-224.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Abdias Nascimento (Grandes vultos que honraram o Senado)*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

\_\_\_\_\_. *O Sortilégio da Cor. Identidade, raça e gênero no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Summus/ Selo Negro, 2003. v. 1. 413p.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, volume 19, número 1, 2006.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Rev. Bras. Psiquiatria*. São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-179, Dec. 2000.

OLIVEN, Ruben. Identidade Nacional: construindo a brasilidade. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (orgs). *Agenda brasileira. Temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.258-265.

PAZ, Clilton Silva. *Um monumento ao negro: memórias apresentadas ao Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife, 1934*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro, Pallas/Faperj, 2013.

PINHEIRO, L. Lideranças estrangeiras entre os trabalhadores manauaras (1910-1930). *Revista Mundos do Trabalho* (online), v. 9, p. 79-100, 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura. Roger Bastide, professor da Universidade de São Paulo. *Estudos Avançados*, 1994; 8: p. 215-20.

RAMOS, Guerreiro. *Relações de Raça no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Quilombo, 1950.

ROESSING, T. V.; SCHERER, E. F. A Amazônia na narrativa mítica na obra Moronguetá? Um Decameron indígena, de Manuel Nunes Pereira. *Revista Eletrônica Mutações - RELEM*, v. 7, p. 002-589, 2016.



RODRIGUES, Ironides. *Diário de um negro atuante (1974-1975)*, THOT, nº05, Brasília: Gabinete do Senador Abdias do Nascimento, 1998.

ROSA, D. R. A. Teatro Experimental do Negro: Estratégia e Ação. In: *X Congresso Luso Afro Brasileiro: Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto*, 2009, Braga/Portugal, 2009.

SALUM, Marta Heloísa. Vistas sobre arte africana no Brasil: lampejos na pista da autoria oculta de objetos afrobrasileiros em museus. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.25. n.2. p. 163-201. Mai.-Ago. 2017.

SAMPAIO-SILVA, Orlando. Herbert Baldus: vida e obra — Introdução ao indigenismo de um americanista teuto-brasileiro. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 2: 91-114, 1992.

SANTOS, José Rufino. *A História do Negro no Teatro Brasileiro*. Rio de Janeiro. Novas Edições. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

SEGATO, Rita Laura. A Antropologia e a Crise Taxonômica na Cultura Popular. *Anuário Antropológico/88*, 81-94. Brasília/Rio de Janeiro: EDUnB/Tempo Brasileiro, 1991.

SILVEIRA, Ivana Teixeira. Sociedade, Educação e Família. *Revista Histedbr*. n. 22, p. 180-193, 2006.

SIQUEIRA, José Jorge. Os Congressos Afro-Brasileiros de 1934 e 1937 face ao I Congresso do Negro Brasileiro de 1950. *Augustus*, Rio de Janeiro, v. 10, 2005.

SIRINELLI, Jean François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, R. (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV. 1996.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In. *Revista Brasileira de História* Nº 54 vol. 27. São Paulo: ANPUH, jul.-dez, 2007, p.284.

SOTERO, Edilza. *Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

SOUSA Jr., Fernando, (2013), O Nacionalismo Africano no Caminho para a Democracia: a Transição do Poder Colonial para o Partido Único nos PALOP, *Coleção Documentos de Trabalho* nº 70, CEAs, Lisboa.

TANNO, J. L. A rua como espaço de socialização e lazer. São Paulo (1920-1945). *Patrimônio e Memória*, v. 5, n.1, p. 64-80 - out. 2009.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. "O Atlântico Pardo. Antropologia. pós-colonialismo e o caso lusófono". In: BASTOS, Cristiana, VALE DE ALMEIDA; Miguel, FELDMANBTANCO, Bela (org.). *Trânsitos coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p.27-43.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Niterói, RJ: ed. UFF, 1987. (1920).

XAVIER, Giovana. Fala Mulher ou a mulher também fala? Maria de Lurdes Vale Nascimento e as articulações entre Gênero, Raça e Classe no jornal O Quilombo (Rio de Janeiro, 1948 - 1950). *7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. 2015.